



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Centro de Tecnologias e Ciências**

**Instituto de Geografia**

**José Silvan Borborema Araújo**

**Formação do espaço periurbano de Campina Grande – PB, Brasil:  
modificações no uso do solo e suas complementaridades  
rural/urbanas**

Rio de Janeiro

2017

José Silvan Borborema Araújo

**Formação do espaço periurbano de Campina Grande – PB, Brasil:  
modificações no uso do solo e suas complementaridades  
rural/urbanas**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Glaucio José Marafon

Co-orientador: Profa. Dra. Marina Faccioli

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

A663 Araújo, José Silvan Borborema.  
Formação do espaço periurbano de Campina Grande-PB, Brasil : modificações no uso do solo e suas complementariedades rural/urbanas / José Silvan Borborema Araújo. – 2017.  
228f: il.

Orientador: Glaucio José Marafon.  
Coorientadora: Marina Faccioli.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.  
Bibliografia.

1. Geografia urbana – Campina Grande (PB) – Teses. 2. Solo – Uso – Campina Grande (PB) – Teses. 3. Territorialidade humana – Campina Grande (PB) – Teses. 4. Interação rural-urbana – Campina Grande (PB) – Teses. 5. Espaço urbano – Teses. I. Marafon, Glaucio José. II. Faccioli, Marina. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. IV. Título.

CDU 911.375(813.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

Data

José Silvan Borborema Araújo

**Formação do espaço periurbano de Campina Grande – PB, Brasil:  
modificações no uso do solo e suas complementaridades  
rural/urbanas**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em 20 de março de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Glaucio José Marafon – Orientador  
Instituto de Geografia – UERJ

---

Profa. Dra. Marina Faccioli – Co-orientadora  
Università Degli Studi di Roma – Tor Vergata

---

Prof. Dr. Miguel Angelo Campos Ribeiro – Examinador  
Instituto de Geografia – UERJ

---

Profa. Dra. Monica Sampaio Machado – Examinadora  
Instituto de Geografia - UERJ

---

Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia – Examinadora  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

---

Prof. Dr. João Rua – Examinador  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC

---

Profa. Dra. Luisa Spagnoli – Examinadora  
Instituto de História da Europa Mediterrânea

---

Prof. Dr. Aniello Angelo Avella – Examinador  
Università degli Studi di Roma “Tor Vergata”

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais, Maria Sônia Borborema Araújo e João Afonso de Araújo Filho, pessoas que sempre estiveram ao meu lado apoiando as minhas decisões e, acima de tudo, torcendo sempre pelo meu sucesso e contribuindo para que os meus objetivos fossem alcançados. Mais uma etapa está sendo concluída, e vocês fazem parte direta desta realização.

## AGRADECIMENTOS

Neste momento importante em que me defronto com o encerramento de mais uma etapa na minha formação profissional, não poderia deixar de externar os meus agradecimentos àqueles que contribuíram, de alguma forma, para a concretização deste momento.

Aos meus pais, João Afonso e Maria Sônia, que, apesar da simplicidade com que tocam suas vidas, aprenderam a conviver com a ausência física que os longos períodos de estudo nos impuseram e, mesmo assim, não desistiram de acreditar e confiar no êxito do meu trabalho. Mainha, apesar da sua personalidade de super protetora, soubeste sentir na pele os cortes da ausência do filho por acreditar que seria o melhor para ele. Mesmo querendo dizer não às minhas escolhas, estiveste ao meu lado em todos os momentos. Nunca me deixaste sozinho. Serei grato a ti por quantas vidas tiver!

Aos meus irmãos, Solange e Silvio, por acreditarem e confiarem nas minhas escolhas, mesmo que estas tenham nos privado de vivermos momentos juntos.

À minha madrinha, Stelamares Borborema, e a seu esposo, José Carlos, que me acolheram em sua casa em todo o período do doutorado.

Ao meu orientador, Dr. Glaucio José Marafon, que, desde o primeiro contato, aceitou orientar a minha pesquisa, agradeço pelos vários momentos de diálogos, intervenções, que contribuíram decisivamente para o resultado final deste trabalho.

À minha co-orientadora, Dra. Marina Faccioli, que, tanto no período de cotutela, em Roma, quanto nos encontros aqui no Brasil, mostrou-se sempre aberta ao diálogo, na indicação de obras europeias e italianas que pudessem me ajudar no entendimento do meu objeto de estudo.

Aos professores examinadores Miguel Angelo C. Ribeiro, Doralice Sátyro Maia, João Rua, Luisa Spagnoli e Aniello Angelo Aviella, pela aceitação do convite feito por nós para participar desse momento e contribuir para o enriquecimento da pesquisa.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, pelo incentivo financeiro para a constituição desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa para estágio de cotutela, na Itália, durante o ano de 2015.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ, onde cursei disciplinas que me ajudaram no aprofundamento de leituras para a construção do arcabouço teórico deste estudo.

Ao Ciro, Mayra, Fátima, secretários do PPGEIO, sempre solícitos para esclarecimentos e soluções de eventuais problemas.

Aos colegas do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense – NEGEF –, pelos momentos de trocas intelectuais nas leituras feitas semanalmente ou em outras ocasiões. Agradecimento especial a Marcos Lima, Wanderson Rebello, Gustavo Brito.

Aos colegas do doutorado em Geografia da *Università degli Studi di Roma – Tor Vergata*, em especial a Giorgia di Rosa e Letizia Stopponi, pelas parcerias em artigos e pesquisas de campo que contribuíram para expandir nosso entendimento sobre as relações campo-cidade, rural-urbano.

Agradecimento a amigos paraibanos, que, por acreditarem nas minhas escolhas, sempre torceram pelo bom êxito no final desta pesquisa. Em especial, José Soares Sobrinho (Zé Lagoa), Inácia Almeida (Dona Inácia), Jaqueline Soares, Josenir Soares, Antonieta Jovem, Antonia Jovem e Maria Jovem.

Aos amigos Cyntia Brasileiro, Diego Mentor, Geórgia Oliveira, pelas trocas de experiências e discussões variadas leituras, por me apontarem direções que ainda não tinha percebido no trabalho.

Aos atores do periurbano campinense, sejam residentes, comerciantes, agricultores, por nos receberem da maneira conveniente a cada estrato e esclarecerem algumas informações necessárias para o entendimento da problemática de nossa pesquisa.

À Prefeitura de Campina Grande, junto à Secretaria de Planejamento, pela disponibilização do Plano Diretor da cidade, bem como outras informações pertinentes ao crescimento urbano da cidade.

Aos amigos Thamires Batista, Cícera Soares, Ana Amélia Soares, Ingrid Soares, Albaneide Silva, Sayonara Leite, Clébia Fernandes Xavier, por contribuírem nas entrevistas com moradores de condomínios; ao amigo Fabiano Lacerda, por nos ter acompanhado na etapa final e mais intensa das visitas ao campo. Tantas aventuras, que teria sido difícil vivê-las sozinho!

Ao estudante de Geografia da UFCG, Michel Leite, por me conduzir até o talentoso geógrafo Danilo Nascimento, que, no laboratório do GEMAC, na UFCG, nos ajudou na elaboração dos mapas que ilustram o presente trabalho.

À minha avó materna, Iracema Borborema (*in memoriam*), pelo amor e admiração que tinha por mim. Os estudos dos últimos anos nos privaram daquela convivência intensa que tínhamos na minha fase de criança e na adolescência, não permitindo que nos despedíssemos, mas, por tudo o que acredito, tenho certeza de que teu olhar me zela.

À minha vizinha, Maria Daguia Cunha (*in memoriam*), professora da zona rural do meu município natal (Boa Vista – PB) em uma época de difícil acesso à escola, que nunca mediu esforços para alfabetizar seus alunos, assim como aos seus sobrinhos. Foi, também, grande incentivadora e torcedora das minhas conquistas acadêmicas.

Ao Deus, que acredito reger a minha vida e me dar forças para lutar quando não consigo enxergar saída possível. Por ser presente em minha vida, diariamente, do abrir ao fechar os olhos!

Enfim, a todos os grandes amigos, que, apesar das idas e vindas, nunca deixaram de torcer e acreditar nas minhas conquistas!

## RESUMO

ARAUJO, José Silvan Borborema. *Formação do espaço periurbano de Campina Grande –PB, Brasil: modificações no uso do solo e suas complementaridades rural/urbanas*. 2017. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O presente trabalho busca compreender a formação do espaço periurbano da cidade de Campina Grande, na Paraíba, levando em consideração as várias formas de uso e ocupação do solo e suas complementaridades rural/urbanas. Nesse sentido, as mudanças e permanências percebidas no espaço, no modo de vida da população, nas relações sociais de trabalho, dentre outros fatores, são o foco de nossa investigação. A área em questão localiza-se na mesorregião do Agreste paraibano, mais precisamente na microrregião de Campina Grande, onde se territorializa pelo espaço, principalmente ao longo das rodovias federais BR-104 (que corta a cidade de Norte a Sul) e também da BR-230 (que atravessa o território campinense de Leste a Oeste), condomínios horizontais fechados, restaurantes, bares, lojas de plantas ornamentais e de artesanatos, que funcionam como atividades solidárias a esse espaço periurbano, além de loteamentos populares, bairros planejados, entremeados por manchas de povoamento irregular e áreas de agricultura familiar. Nesses arranjos espaciais, a produção do espaço periurbano campinense presencia maior dinamismo a partir do final da década de 1990, quando cada franja urbana passa a desempenhar funções diferentes, embora algumas zonas já desenvolvessem atividades que lhe conferissem funcionalidade específica antes desse período. Desse modo, o periurbano campinense preserva a característica heterogênea de um espaço híbrido, cuja produção e reprodução envolvem diversos atores e técnicas. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário fazer leituras em bibliografias especializadas, com o intuito de apropriar-se cada vez mais do conceito de espaços periurbanos. Em seguida, com o suporte da pesquisa de campo, aliado a uma base cartográfica e fotográfica, chegou-se com mais precisão aos elementos característicos desse espaço, com uma maior aproximação das áreas de moradia, de comércio, bem como as de agricultura, além de perceber o intenso fluxo diário de pessoas e de mercadorias nas principais vias de acesso à cidade de Campina Grande, onde o periurbano ganha forma. Dessa forma, sob uma análise histórico-geográfica, espera-se chegar ao término deste trabalho com uma maior compreensão do espaço estudado e das forças que atuam para a sua mobilidade, haja vista que o espaço periurbano possui características próprias.

Palavras-chave: Espaço periurbano. Uso e ocupação do solo. Complementaridades rural/urbanas. Funcionalidades do espaço. Campina Grande - PB.

## ABSTRACT

ARAUJO, José Silvan Borborema. *Formation of the periurban space of Campina Grande - PB, Brazil: modifications in land use and its rural/urban complementarities*. 2017. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This work aims at comprehending the formation of the periurban space of Campina Grande city, in Paraíba state, taking into account the various forms of land use and occupation and their rural/urban complementarities. In this sense, the changes and permanences perceived in the space, in the way of life of the population, in social work, among others, are the focus of our investigation. The underlying analysed is located in the Agreste Mesoregion of Paraíba, specifically in the Microregion of Campina Grande, where it is territorialized by space, mainly along the federal highways BR-104 (which cuts the city from North to South) and also BR-230 (that crosses Campinense territory from East to West), closed horizontal condominiums, restaurants, bars, ornamental plants and handicrafts stores, which function as solidarity activities in this periurban space, as well as popular subdivisions, planned neighborhoods, interspersed with spots of irregular settlement and areas of family agriculture. In these spatial arrangements, the production of periurban space began to take shape in the late 1990s, where each edge performs different functions, although some zones already had activities that gave it specific functionality before that period. In this way, the periurban area of Campina Grande city preserves the heterogeneous characteristic of a hybrid space, where the production and reproduction of space involve various actors and techniques. Thereunto, it was required a deep reading in specialized bibliographies readings in order to acquire the concept of a periurban area. After that, supported by a field research, allied to a cartographic and photographic base, we were able to define more precisely the peculiar elements of this space, with a bigger approximation of the housing areas, business, as well as farming, not to mention noticing the daily intense flux of people and products in the main access roads to the city of Campina Grande, where the periurban takes shape. Consequently, upon a historic-geographical analysis is expected to reach the end of this study with a greater understanding of the area which was studied and the forces which work for its mobility, given that the peri-urban space has its own characteristics.

Keywords: Periurban space. Land use and occupation. Rural/urban complementarities. Space features. Campina Grande – PB.

## RIASSUNTO

ARAUJO, José Silvan Borborema. *Formazione dello spazio periurbano di Campina Grande –PB, Brasile: modificazione nell'uso del suolo e suoi complementarità rurale/urbane*. 2017. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Questo studio cerca di capire la formazione della zona periurbana della città di Campina Grande, Paraíba, tenendo conto delle varie forme di utilizzo del suolo e l'occupazione e le sue complementarità rurali/urbane. In questo senso, cambiamenti e continuità percepiti nello spazio, alla vita del popolo, le relazioni sociali di lavoro, tra gli altri, sono i punti focali della nostra ricerca. L'area in questione si trova nella Mesoregione del Agreste del stato della Paraíba, più precisamente in Microregione di Campina Grande, dove espandere il territorio dello spazio, in particolare lungo le autostrade federali BR - 104 (che taglia in due la città da nord a sud) e anche il BR - 230 (che attraversa il territorio di Campina Grande da est a ovest), condomini chiusi, ristoranti, bar, negozi di piante ornamentali e negozi di artigianato, che funzionano come attività congiunta a queste aree periurbane, inoltre residenziali popolari, quartieri pianificati, intervallati da aree di insediamenti irregolari e le aree dell'agricoltura familiare. In queste disposizioni spaziali, la produzione dello spazio periurbano di Campina Grande comincia a prendere forma a partire dalla fine degli anni 1990, in cui ogni bordo gioca ruoli diversi, nonostante che alcune zone già sviluppano le attività che conferiscono funzionalità specifiche a queste zone prima di questo periodo. Così, il periurbano di Campina Grande conserva la caratteristica eterogenea di uno spazio ibrido in cui la produzione e riproduzione di spazio coinvolgono diversi attori e tecniche. Per questo, è stato necessario effettuare letture in bibliografia specializzata, per appropriarsi progressivamente del concetto delle aree periurbane. Poi, con il supporto della ricerca sul campo, in combinazione con una base cartografica e fotografica è stato raggiunto più precisamente gli elementi caratteristici di questa zona, con un ulteriore ravvicinamento delle aree residenziali, commerciali e l'agricoltura, così come percepire l'intenso flusso quotidiano di persone e merci sulle principali vie di accesso alla città di Campina Grande, dove il periurbano prende forma. In questo senso, da una analisi storica e geografica dovrebbe raggiungere la fine di questo lavoro con una maggiore comprensione dello spazio studiato e le forze che agiscono per loro mobilità, dato che lo spazio periurbano ha le proprie caratteristiche.

Parole chiave: Spazio peri-urbano. L'utilizzo e l'occupazione del suolo.

Complementarità rurali/urbane. Funzionalità di spazio. Campina Grande - PB.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de localização do município de Campina Grande no território paraibano.....	22
Figura 2 -	Mapa do crescimento urbano de Campina Grande em 1790.....	42
Figura 3 -	Mapa do crescimento urbano de Campina Grande em 1864.....	45
Figura 4 -	Estação ferroviária de Campina Grande em 1907.....	46
Figura 5 -	População campinense esperando a chegada do trem da Great Western.....	48
Figura 6 -	Mapa do crescimento urbano de Campina Grande em 1907, chegada da ferrovia na cidade.....	51
Figura 7 -	Campina Grande no sentido Oeste, em 1932.....	54
Figura 8 -	Campina Grande no sentido Leste, em 1932.....	54
Figura 9 -	Aspecto da Rua Grande em 1931.....	56
Figura 10 -	Mapa do crescimento urbano de Campina Grande na década de 1960.....	60
Figura 11 -	Mapa da evolução do crescimento urbano de Campina Grande e seus momentos de formação territorial.....	71
Figura 12 -	Praça do algodão, em 1920.....	84
Figura 13 -	Entrada da feira de gado de Campina Grande.....	100
Figura 14 -	Aspecto da fazenda casa de cumpade, zona rural de Campina Grande.....	101
Figura 15 -	Hotel fazenda Day Camp, no sítio Lucas, distrito de Catolé de Boa Vista. Periurbano oeste.....	102
Figura 16 -	Placas indicadoras da Granja São João e da House Camp, no sítio Lucas, distrito de Catolé de Boa Vista. Periurbano oeste.....	102
Figura 17 -	Mapa da divisão dos bairros de Campina Grande por zonas de ocupação.....	112
Figura 18 -	Áreas de plantações de hortaliças, de caráter familiar, no bairro dos Cuités, limite com o município de Puxinanã.....	123
Figura 19 -	Área preparada para a construção do loteamento “Altiplano Serra Rica”, no bairro dos Cuités.....	124
Figura 20 -	Propaganda do condomínio Sierra Home Resort, na saída de Campina Grande para a microrregião do Brejo paraibano.....	125

Figura 21 - Condições de calçamento no bairro Nova Brasília, em Campina Grande, limite com o município de Massaranduba.....	128
Figura 22 - Propriedade residencial, de alto padrão, construída às margens da BR – 230, entre os municípios de Campina Grande e Massaranduba.....	129
Figura 23 - Exemplo da instalação de serviços ao longo da BR – 230.....	129
Figura 24 - Mudança espacial no bairro Itararé, Campina Grande.....	131
Figura 25 - Residências de padrão médio/alto às margens da BR – 230, entre os bairros Sandra Cavalcante e Itararé.....	131
Figura 26 - Supermercado Makro, às margens da BR – 230, no bairro Vila Cabral.....	132
Figura 27 - Pequena área de criação de animais ao lado de grandes construções imobiliárias, às margens da BR – 230.....	133
Figura 28 - Hospital de Trauma de Campina Grande, às margens da Avenida Floriano Peixoto.....	137
Figura 29 - Instituto de Polícia Científica (IPC) de Campina Grande, às margens da BR-230, Alça Sudoeste.....	138
Figura 30 - Panorâmica de objetos técnicos modificadores do espaço no periurbano campinense.....	139
Figura 31 - Fazenda com criação de bovinos, às margens da BR-230, Alça Sudoeste.....	139
Figura 32 - Mapa de localização das principais rodovias federais que cortam a cidade de Campina Grande – PB.....	142
Figura 33 - Lojas de produtos artesanais, localizada às margens da BR – 104, periurbano norte, entre as cidades de Campina Grande e Lagoa Seca.....	144
Figura 34 - Placas indicativas de restaurantes no periurbano norte de Campina Grande.....	145
Figura 35 - Placa de plantas ornamentais e frutíferas no periurbano norte campinense, às margens da BR – 104.....	145
Figura 36 - Feira de gado, às margens da BR – 104 entre Campina Grande e Queimadas.....	151
Figura 37 - Mapa de localização do complexo Aluízio Campos às margens da BR-104 e BR-230.....	152
Figura 38 - Outdoor de propaganda do bairro planejado Portal Serrano, ao lado	

	do Complexo Aluízio Campos, no periurbano sul, entre Campina Grande e Queimadas.....	154
Figura 39 -	Localização do bairro planejado Portal dos Bosques, na entrada de Campina Grande, periurbano oeste.....	156
Figura 40 -	Vista do povoado do Mutirão, no bairro Serrotão.....	156
Figura 41 -	Área rural ao lado do bairro do Mutirão.....	157
Figura 42 -	Rua no bairro do Mirante, periurbano leste de Campina Grande.....	158
Figura 43 -	Entrada do condomínio fechado Alphaville, periurbano leste campinense.....	159
Figura 44 -	Mapa das zonas de ocupação urbana de Campina Grande – PB.....	165
Figura 45 -	Loteamento popular no bairro do Serrotão, periurbano oeste, no ano de 2014.....	168
Figura 46 -	Loteamento popular no bairro do Serrotão, periurbano oeste, no ano de 2016.....	169
Figura 47 -	Mapa de localização dos Distritos Industriais de Campina Grande – PB.....	172
Figura 48 -	Complexo Aluízio Campos, bairro do Velame, limite com o município de Queimadas.....	173
Figura 49 -	Casa de show Spazzio e supermercado Makro, no bairro Vila Cabral.....	173
Figura 50 -	Prática de atividade pecuária, de caráter familiar, entre os bairros Três Irmãs e Cidades.....	174
Figura 51 -	Atividade agropecuária no bairro das Cidades.....	174
Figura 52 -	Aspecto do interior da feira de animais de Campina Grande, localizada às margens da BR-104, limite com o município de Queimadas, periurbano sul.....	176
Figura 53 -	Aspecto da feira de animais de Campina Grande.....	176
Figura 54 -	Comercialização de produtos variados por moradores do entorno da feira de animais de Campina Grande, no periurbano sul.....	177
Figura 55 -	Entrada de acesso ao condomínio Nações Residence Privè, às margens da BR-104, entre Campina Grande e Lagoa Seca. Periurbano norte.....	181
Figura 56 -	Portões de entrada dos condomínios Atmosphera Eco e Green	

	Residence, às margens da BR-104, entre Campina Grande e Lagoa Seca. Periurbano norte.....	181
Figura 57 -	Entrada do condomínio Sierra Home Resort. Periurbano norte.....	182
Figura 58 -	Acesso ao Residencial Moriá, entre os municípios de Campina Grande e Lagoa Seca. Periurbano norte.....	182
Figura 59 -	Entrada do Alto Verde Residencial, entre os municípios de Campina Grande e Lagoa Seca. Periurbano norte.....	183
Figura 60 -	Exemplos de residência de luxo e condomínio vertical no bairro do Mirante, periurbano leste campinense.....	189
Figura 61 -	Área de preservação ambiental, entremeada a bairros populares, no periurbano leste campinense.....	189
Figura 62 -	Loteamento popular no bairro do Serrotão, periurbano oeste de Campina Grande.....	191
Figura 63 -	Residencial popular Jardim Botânico no bairro de Bodocongó, periurbano oeste campinense.....	191
Figura 64 -	Conjunto residencial Dona Lindu no bairro Universitário, periurbano oeste campinense.....	192
Figura 65 -	Fazenda na entrada de Campina Grande, às margens da BR – 230	194
Figura 66 -	Acesso ao condomínio horizontal fechado Serraville, no periurbano oeste campinense, pela Avenida Floriano Peixoto.....	194
Figura 67 -	Condomínio horizontal fechado Serraville, ao lado de conjunto habitacional popular, no periurbano oeste.....	200
Figura 68 -	Empresa de peças para calçados ao lado de propriedade rural, de caráter familiar, entre os municípios de Campina Grande e Massaranduba, no periurbano leste.....	201
Figura 69 -	Propriedade rural, de caráter familiar, ao lado de conjunto habitacional popular.....	201
Figura 70 -	Mapa da expansão urbana de Campina Grande nos anos 2000.....	204
Figura 71 -	Mapa das novas áreas de ocupação urbana no periurbano de Campina Grande após os anos 2000.....	205

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atuação pública no bairro do Araxá, periurbano norte campinense.....	184
Gráfico 2 - Atuação pública no bairro das Cidades, periurbano sul campinense.....	185
Gráfico 3 - Atuação pública no Mutirão, bairro do Serrotão, periurbano oeste campinense.....	185
Gráfico 4 - Atuação pública no condomínio fechado Sierra Home Resort, periurbano leste campinense.....	187
Gráfico 5 - Atuação pública no condomínio fechado Serraville Residence, periurbano oeste campinense.....	187

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Utilização das terras em atividades agropecuárias em Campina Grande – PB.....	95
Tabela 2 -	Condição dos produtores rurais de Campina Grande – PB.....	96
Tabela 3 -	Produção agrícola de Campina Grande em 2014 – Lavoura Permanente.....	97
Tabela 4 -	Produção agrícola de Campina Grande em 2014 – Lavoura Temporária.....	98
Tabela 5 -	Efetivo dos rebanhos do rural campinense em 2014.....	99
Tabela 6 -	Distribuição dos condomínios horizontais fechados no periurbano de Campina Grande – PB.....	146
Tabela 7 -	Loteamentos dos bairros planejados no periurbano campinense.....	149
Tabela 8 -	Usos das antigas residências de moradores do Sierra Home Resort.....	179
Tabela 9 -	Usos das antigas residências de moradores do Serraville Residence.....	180

## LISTA DE SIGLAS

<b>CAGEPA</b>	–	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
<b>CEASA</b>	–	Centrais Estaduais de Abastecimento
<b>CEBRAE</b>	–	Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
<b>CELB</b>	–	Companhia Energética da Borborema
<b>COHABCG</b>	–	Companhia de Habitação do Município de Campina Grande
<b>CRAS</b>	–	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CURA</b>	–	Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
<b>DETRAN</b>	–	Departamento Estadual de Trânsito
<b>EMPASA</b>	–	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
<b>FAPESQ</b>	–	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
<b>FIEP</b>	–	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
<b>GTDN</b>	–	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
<b>IBGE</b>	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPC</b>	–	Instituto de Polícia Científica
<b>IPTU</b>	–	Imposto Predial e Territorial Urbano
<b>OCDE</b>	–	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>PCNPM</b>	–	Programa Nacional para Cidades de Porte Médio
<b>PRONAF</b>	–	Programa Nacional de Agricultura Familiar
<b>SANESA</b>	–	Saneamento de Campina Grande S/A
<b>SEBRAE</b>	–	Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
<b>SEPLAN-CG</b>	–	Secretaria de Planejamento de Campina Grande
<b>SUDENE</b>	–	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>TELINGRA</b>	–	Telecomunicações de Campina Grande
<b>TELPA</b>	–	Telecomunicações da Paraíba S/A

<b>UEPB</b> –	Universidade Estadual da Paraíba
<b>UFCG</b> –	Universidade Federal de Campina Grande
<b>UFPB</b> –	Universidade Federal da Paraíba
<b>UPA</b> –	Unidade de Pronto Atendimento
<b>URNE</b> –	Universidade Regional do Nordeste

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPINENSE E SEUS MOMENTOS DE FORMAÇÃO TERRITORIAL.....	37
1.1 Da Vila Nova da Rainha à formação territorial de Campina Grande (1790-1940): o papel das atividades agropecuárias e do comércio.....	41
1.2 A emergência de Campina Grande como capital regional: o papel da indústria (1940 – 1980).....	58
1.3 O papel dos serviços e a expansão urbana de Campina Grande.....	66
2 OPOSIÇÃO E COMPLEMENTARIDADE ENTRE O RURAL E O URBANO: ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DE ÁREAS EM TRANSFORMAÇÃO.....	73
2.1 Rural, urbano, campo e cidade como categorias antagônicas.....	74
2.2 O rural e urbano como categorias complementares.....	86
2.3 O rural e o urbano em Campina Grande e suas inscrições espaciais...	93
3 O PERIURBANO DE CAMPINA GRANDE - PB: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS.....	104
3.1 Processo de periurbanização e modificação espacial em Campina Grande - PB.....	104
3.2 Transformação e permanência socioespacial no periurbano de Campina Grande.....	122
3.3 Relações socioeconômicas no espaço periurbano campinense.....	140
4 O PERIURBANO DE CAMPINA GRANDE, UM HÍBRIDO.....	161
4.1 Os usos do solo e suas funcionalidades no espaço periurbano de Campina Grande.....	162
4.2 A hibridez do espaço periurbano campinense.....	196
4.3 Tendências de dinâmica híbrida no espaço periurbano campinense.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS.....	214
ANEXO.....	223
APÊNDICES.....	224

## INTRODUÇÃO

O espaço geográfico tornou-se global, impulsionado pelo grande poder universal do capitalismo, que reorganiza modos de vida e espaços já organizados e consolidados, bem como incorpora novos territórios ao espaço, por meio da inserção de novos objetos e funções<sup>1</sup>. Sendo assim, seguindo este processo dialético formador de partes do espaço geográfico paraibano, mais especificamente a formação do espaço periurbano da cidade de Campina Grande – PB se assenta o nosso trabalho.

Desse modo, pretendemos sinalizar nesta introdução os caminhos percorridos da nossa pesquisa, os principais fatores que condicionaram o processo de expansão urbana e a formação do espaço periurbano da cidade supracitada, levando em consideração as formas de uso do solo e as complementaridades entre as atividades do espaço rural e do espaço urbano.

Assim, é importante destacar que, segundo o IBGE, a cidade de Campina Grande – PB localiza-se na mesorregião do Agreste Paraibano, mais precisamente na microrregião de Campina Grande, a, aproximadamente, 120 km da capital do estado, João Pessoa.

Dessa forma, para a elucidação de questões relacionadas à organização espacial do território paraibano, levando-se em consideração a dinâmica rural/urbana, buscamos melhor entender esse processo, tendo a cidade de Campina Grande como importante campo revelador dessas ações. Sendo assim, nossos esforços em estudar as relações rural/urbana, campo/cidade e entender as mudanças ocorridas no espaço geográfico iniciaram ainda na graduação, em 2005, na Universidade Estadual da Paraíba, em que trabalhávamos com o processo de mudança e permanência da agropecuária em duas localidades rurais do município de Boa Vista<sup>2</sup>, após a inserção do processo de extração e beneficiamento do minério

---

<sup>1</sup>Rogério Haesbaert e Ester Limonad (2007) esclarecem que Karl Marx e Friedrich Engels já destacavam que o capitalismo tinha o caráter globalizador, em Manifesto Comunista, e que sua atuação no espaço, agindo em conjunto e de forma dialética, tenderia para a produção de um espaço global.

<sup>2</sup> O município de Boa Vista faz fronteira com Campina Grande, a Leste, distando, aproximadamente, 48 km desta, compondo a mesorregião do Agreste Paraibano e a microrregião de Campina Grande. Teve seu processo colonizador datado de meados do século XVII, por Teodósio de Oliveira Ledo,

bentonita<sup>3</sup>. Logo em seguida, a partir de discussões e questionamentos feitos pelo amigo geógrafo e coorientador Paulo Sérgio Cunha Farias, passamos a observar com mais atenção a intensa mudança em que o território campinense vinha passando, principalmente no que diz respeito a transformações no seu espaço urbano, deslocando-se cada vez mais em direção às suas franjas, além de intensa campanha nos diferentes tipos de mídia da propaganda imobiliária aliada aos projetos do governo municipal e estadual, que contribuem para as transformações socioespaciais na cidade.

Desse modo, em 2010, elegemos o tema de espaços periurbanos para o desenvolvimento da nossa dissertação, no curso de mestrado da Universidade Federal de Pernambuco, observando apenas uma borda da cidade, que se localiza entre Campina Grande e a cidade de Lagoa Seca e presencia um dinamismo socioeconômico muito intenso, tendo em vista que é a principal rota para o Brejo Paraibano<sup>4</sup>.

Após o término do mestrado, veio a necessidade de investigar os condicionantes das diversas transformações que estão acontecendo nas outras franjas de Campina Grande. Isso ficou muito latente, porque a cidade desempenha papel importante no interior do Nordeste, como prestadora de serviços educacionais e médico-hospitalares, atraindo população de vários municípios do estado, bem como dos estados vizinhos.

---

capitão-mor que, seguindo o curso do rio Piranhas, estabeleceu também o povoamento da então Campina Grande. Nesse sentido, as duas cidades mantiveram uma relação muito intensa, considerando que Boa Vista foi, durante muito tempo, distrito de Campina Grande e que esta estabelece um poder atrativo muito grande pelo seu comércio e demais serviços prestados. Cf. ARAÚJO, J. S. B. **Transformações/permanências no espaço agropecuário de Boa Vista – PB após a instalação da mineração de bentonita**: um estudo de caso das localidades rurais de Bravo e Urubu. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de História e Geografia. Universidade Estadual da Paraíba, 2008.

<sup>3</sup>Bentonita é o nome genérico de argilominerais do grupo das esmectitas, independente da sua origem ou ocorrência. É um minério proveniente de cinzas vulcânicas de eras pretéritas. Elas têm características de expandirem o seu volume até 20 vezes o seu volume inicial. Isso lhe confere uma série de usos em diversos setores industriais, tais como: aglomerante em areias de fundição, pelotização de minério de ferro, perfuração de poços de petróleo, captação de água, terra higiênica para gatos, indústria química e farmacêutica, e clarificantes. Cf. SILVA. T. H. C. da. **Sumário Mineral**. DNPM, 2013.

<sup>4</sup>O Brejo é uma microrregião que compõe o estado da Paraíba, fazendo parte ainda da mesorregião do Agreste Paraibano. Possui um clima ameno e solos férteis e teve sua história de ocupação baseada na produção agrária, especialmente, a produção da cana-de-açúcar para o cultivo do açúcar mascavo (LIMA & MELLO, 2009). Atualmente, os antigos engenhos de cana desenvolvem a produção da cachaça, de forma artesanal, destacando essa microrregião como grande produtora deste produto no estado da Paraíba.

Desse modo, por ser um processo que se originou em cidades da Europa e dos Estados Unidos e com o intuito de entender melhor como ocorre este processo periurbano nas cidades brasileiras e aumentar nossos conhecimentos acerca dessa realidade, desenvolvemos, no decorrer do ano de 2015, estágio em cotutela na Università degli Studi di Roma “Tor Vergata”, na Itália.

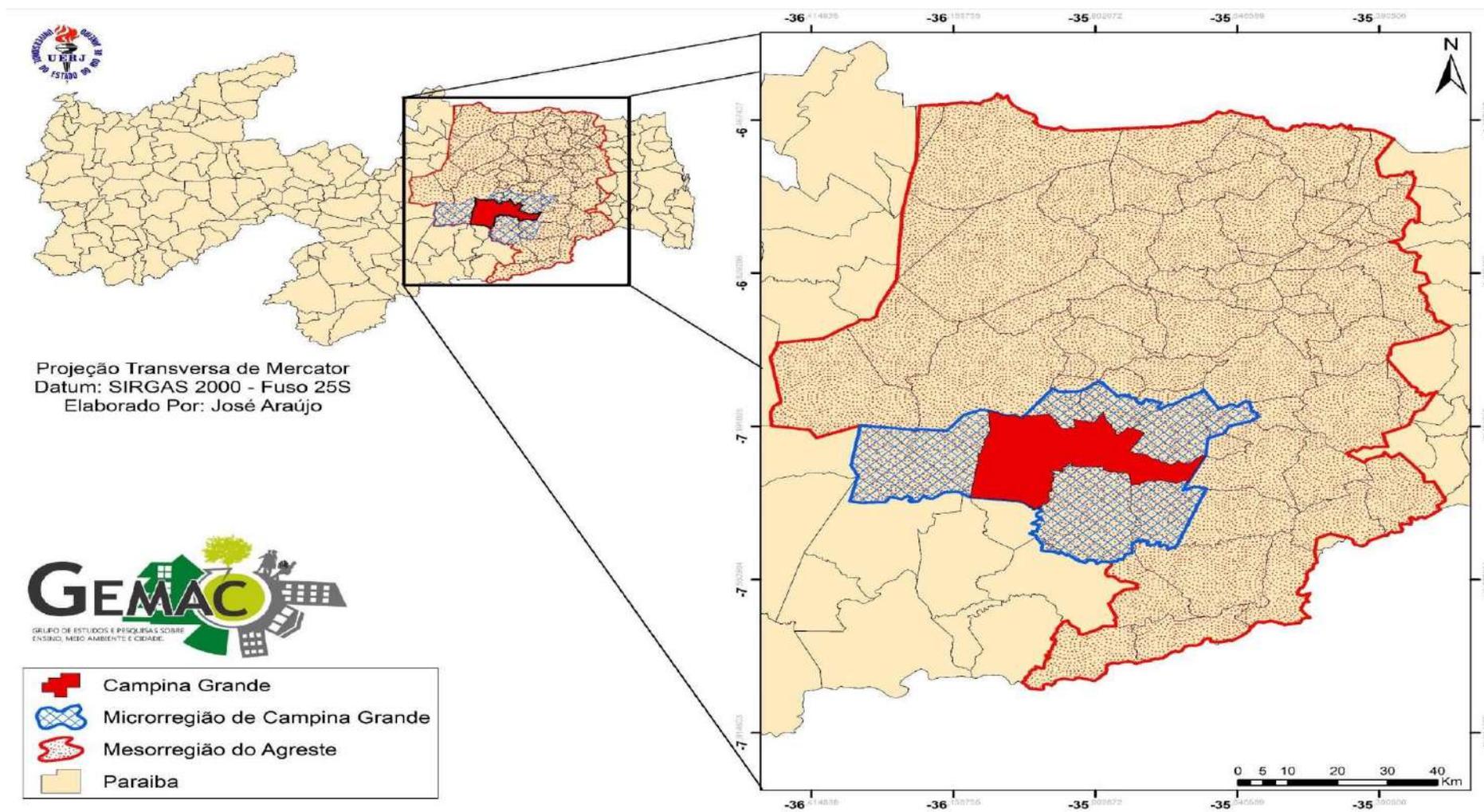
Além das aulas e atividades realizadas pelo *programma di dottorato in beni culturali e territorio, sezione di Geografia*, frequentamos a biblioteca da *Università di Roma “Tor Vergata”* e da *Società Geografica Italiana*, em uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre relações rural/urbanas, campo/cidade, espaço periurbano. Fizemos também algumas aulas de campo nas regiões da Toscana e Umbria, principalmente, para o melhor entendimento do nosso objeto de estudo.

De acordo com o estudo de hierarquias urbanas, do IBGE, Campina Grande é uma capital regional B, na área de influência da Metrópole Nacional de Recife, desempenhando papel de influência para aproximadamente sessenta e seis municípios paraibanos. Localizada próximo à borda oriental do Planalto da Borborema, na mesorregião do Agreste Paraibano e na microrregião de Campina Grande (Figura 1), sua origem remonta ao século XVII, mais precisamente ao ano de 1697, quando o Capitão-mor Teodósio de Oliveira Lêdo voltava do Sertão, pelo curso do rio Piranhas, trazendo índios Ariús, e estabeleceu parada em uma área denominada Sítio Barrocas. Esse sítio, atualmente, é a Rua Vila Nova da Rainha (COSTA, 2003; DINIZ, 2012).

De acordo com Maia et al. (2013), o município campinense vem experimentando, nas últimas décadas, crescimento no comércio, indústria e tecnologia, exercendo papel relevante para a economia estadual.

Assim, nos últimos anos, o mercado imobiliário tem atuado em Campina Grande, contribuindo para o espraiamento da sua área urbana.

Figura 1 – Mapa de Localização do município de Campina Grande no território paraibano



Fonte: O autor, 2016

Base cartográfica: SEPLAN – CG, 2006

Diante desse contexto, entendemos que a formação do espaço periurbano de Campina Grande sofre influência dos seus processos econômicos por que passou durante toda a sua história, iniciado com a feira de farinha e de cereais – provavelmente sua primeira atividade econômica. Essa atividade comercial lhe conferiu papel importante de atração e adaptação de uma população de viajantes que tinha a vila recém-criada, apenas como ponto de parada em suas viagens do interior do estado ao litoral. Com a crise dessa atividade, desencadeada como processos que vão acontecendo em função da técnica e da produção do espaço, Campina Grande passa a desenvolver a feira do gado. Mais tarde, já como cidade, presencia melhorias no seu desenvolvimento urbano com a chegada da estrada de ferro, em 1907, contribuindo para o aceleração da produção e escoamento do algodão. Com o declínio da atividade algodoeira, o espaço campinense passa a direcionar sua produção espacial para o setor industrial, desenvolvendo políticas de atração de novas empresas para o seu território.

Apesar da produção industrial ter contribuído para o crescimento da cidade, estendendo sua influência urbana a áreas cada vez mais distantes do seu centro, os anos 1980 marcaram transformações consideráveis na estrutura industrial da cidade, reflexo das mudanças econômicas ocorridas no país como um todo (MAIA, et al., 2013). Diante desse contexto, a economia campinense volta-se para o comércio varejista, até se firmar como prestadora de serviços relacionados à educação e a serviços médicos especializados, que, a nosso ver, correspondem como importante condicionante para a formação do seu espaço periurbano.

Assim, aliado a esse poder atrativo que sempre desempenhou ao longo de sua história, por meio de sua posição geográfica privilegiada como entroncamento entre o litoral e o sertão do estado, os investimentos privados, sobretudo do setor imobiliário, ajudados pelas intervenções públicas, contribuíram para que a malha urbana campinense se espraiasse em direção às áreas mais distantes, alcançando, cada vez mais, o espaço rural.

Dessa forma, dedicamo-nos a essa temática, tendo como objetivo principal analisar o processo de formação do espaço periurbano de Campina Grande, considerando as funcionalidades socioeconômicas assumidas por suas franjas, que resultam em transformações no uso do solo e complementaridades rural/urbanas. Procuramos também, como objetivos específicos, analisar os períodos de evolução

urbana em que a cidade viveu, buscando identificar as transformações no uso do solo intensificadas com esse processo, além de entender a participação do poder público na formação do espaço periurbano e as eventuais relações socioeconômicas e culturais que foram estabelecidas com os novos moradores e os que já residiam nessa área.

Com esse propósito, nossas atenções no que concerne à formação do periurbano campinense se intensificam a partir do final da década de 1990 quando as franjas urbanas da cidade passaram a apresentar uma produção e reprodução do espaço mais dinâmica, com aparecimento de novos objetos técnicos, desempenhando usos e funções do espaço de forma diferenciada.

Nesse sentido, como geógrafo, observador e vivenciador do espaço urbano campinense, atento às mudanças ocorridas no espaço geográfico que estão sendo reveladas pelo movimento da sociedade, acredito que podemos esclarecer questões que estão sendo colocadas como um movimento natural de espraiamento da área urbana em direção às áreas mais afastadas do centro urbano.

Desse modo, levando em consideração estudos de periurbano em várias cidades de mesmo porte econômico e populacional que Campina Grande, em diferentes áreas do Brasil e de outros países, entendemos essa dinâmica como relações entre as funções e usos do solo, tanto do ponto de vista técnico (levando em consideração seus diferentes usos: residencial, comercial, serviços, lazer, entre outros), como também do ponto de vista social (a partir do modo como o espaço é apropriado pelos diferentes indivíduos, grupos, classes sociais). Ou seja, este trabalho se configura como um estudo socioespacial que leva em consideração os usos deste espaço pelas várias classes sociais (agricultores familiares, fazendeiros, aposentados, catadores de lixo, desempregados, professores – ensinos fundamental, médio e superior -, médicos, advogados, empresários etc) e suas formas de ocupação espacial.

Destacamos, também, que por ser um enfoque ainda novo no território campinense, este trabalho pode contribuir para análises futuras sobre o periurbano na cidade, visto que esse processo está em constante avanço.

Assim, entender esses processos de mudanças no espaço geográfico nos auxilia a compreender as dinâmicas existentes no periurbano campinense, bem como desmistificar o discurso segregador de morar bem e melhor, mais próximo dos

objetos naturais e distante do barulho e poluição das áreas mais centrais da cidade, que está a serviço do capital imobiliário. Para isso, perseguimos a questão central que nos inquietou na tentativa de buscar respostas que pudessem elucidar o problema: Como estão inscritos territorialmente os usos do solo e suas funcionalidades para a formação do espaço periurbano de Campina Grande?

Seguindo esse questionamento, buscamos responder às seguintes subquestões, na tentativa de nos ajudar a entender este processo de mudança espacial: Quais principais períodos econômicos contribuíram para a formação e evolução do território de Campina Grande? Como se estabelecem as relações de complementaridades e oposições entre campo-cidade e rural-urbana no espaço campinense? Quais os processos socioespaciais e econômicos que contribuem para a formação do espaço periurbano de Campina Grande?

Partindo do pressuposto que cada fenômeno, em consequência das características que lhe são específicas, ativa relações espaciais que o distingue dos outros, o espaço se decompõe em vários espaços relativos quantos são os fenômenos considerados (LODA, 2008).

Dessa forma, a busca por compreender como ocorrem os usos do solo e as funcionalidades de cada franja de Campina Grande é importante para o entendimento da formação do seu espaço periurbano. Do mesmo modo, ainda seguindo a interpretação de Loda (op. cit.) de que o espaço é o instrumento e objeto das relações entre atores sociais, encontrar respostas para as subquestões acima elencadas se faz necessário para o entendimento do periurbano campinense. Assim, nossa tese busca desvendar as formas de produção e reprodução do espaço pela sociedade em cada período histórico de formação do processo de expansão urbana de Campina Grande e assim chegar ao entendimento dos processos que envolvem a formação do seu espaço periurbano.

Na tentativa de responder a essas questões, iniciamos buscando o entendimento dos espaços urbano e rural como áreas que se completam, embora muitas vezes tenham aparecido nos trabalhos acadêmicos como espaços antagônicos e divergentes (concentração-dispersão, civilizado-incivilizado, entre outros), que mostravam as características intrínsecas de cada área como se não houvesse uma continuidade entre elas.

A cidade podia se desenvolver autônoma, sendo associada ao movimento, ao tempo rápido, enquanto que o campo estava designado como o lugar do fazer, do tempo lento. Nesse sentido, podemos traduzir que a cidade estava carregada de significados positivos, dotados de um discurso que exaltava o belo e a modernidade, enquanto que ao campo foi relegado um caráter mais tradicional, com características negativas (WILLIAMS, 1989).

Porém, com o tempo, as relações estabelecidas entre esses espaços foram sendo cada vez mais intensificadas, seja pela troca de mercadorias entre eles, seja pelo crescimento exacerbado das cidades que iniciaram um processo de territorialização pelas áreas mais afastadas, englobando, dessa forma, as áreas mais limítrofes dos centros urbanos.

Nesse caso, as franjas das cidades vão ganhando especificidades diferentes das que possuíam em um período histórico anterior a esse processo, e então surge a dificuldade de definição e delimitação do que seja o urbano e o rural, de sorte que é necessário ampliar o entendimento do processo de periurbanização para a correta interpretação do espaço na cidade de Campina Grande – PB.

A partir dessa nova organização espacial, essas franjas das cidades desenvolvem um *mix* de relações, aproximando os modos de vida urbano e rural, formando um espaço totalmente diferenciado daquele que se tinha até certo tempo atrás. Esse espaço tem ganhado várias nomenclaturas, de acordo com as características de diferentes escolas de pensamento, entre elas, espaço rural-urbano, franja rural-urbano, espaço periurbano (MIRANDA, 1997; VALE, 2005).

Contudo, apesar dessas nomenclaturas serem usadas em diversos países, não podemos considerar que elas apresentam as mesmas correspondências em todos os lugares em que são analisadas.

No espaço periurbano, as relações socioeconômicas e culturais ocorrem de forma diferenciada, visto que a população que se muda para essa área possui um ritmo de vida ligado à cidade, além de que as relações de trabalho, educação e saúde por eles estabelecidas estão em função do grande centro urbano. Dessa forma, a população que se fixa nesses espaços estabelece um movimento pendular diário entre a residência, que se localiza no espaço periurbano e tem função exclusiva de moradia, e os locais de trabalho, escola, divertimento, entre outros. Sendo assim, entendemos que, nas áreas que margeiam as cidades, os “processos

de modificação do uso do solo [são] muito intensos e diversificados, graças, sobretudo, à proximidade do núcleo urbano, dos processos especulativos e de políticas locais que privilegiam as atividades urbanas em detrimento das atividades rurais” (GUALDANI; BRAGA; OLIVEIRA, 2005, p. 01).

Desse modo, as áreas periurbanas apresentam dinamicidade socioespacial, econômica e cultural tão intensa que, de acordo com Alves e Vale (2013), prender a análise de tais áreas na diferenciação entre campo-cidade, rural-urbana torna a discussão pobre, além de se perder a oportunidade de se chegar a um entendimento mais profícuo.

Por ser uma área de transição rural-urbana, o periurbano está em constante movimento, mantendo relações socioeconômicas, políticas e culturais constantes com a cidade, bem como com o campo. Assim, o espaço periurbano engloba pessoas com modos de vida extremamente urbanos, mas encontramos também população rural, que, mesmo em contato com objetos de urbanidade, ainda desenvolve atividades ligadas ao campo, como agricultura e pecuária. De fato, “o espaço torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital passem a ter uma grande mobilidade” (SANTOS, 2005, p. 42).

Nesse sentido, características típicas do urbano e do rural mesclam-se, e o espaço periurbano toma as características híbridas típicas do espaço geográfico. Sendo assim, estudá-lo traduz-se em uma tarefa cuidadosa, porque, apesar desse processo já se fazer presente há mais de quatro décadas no Brasil, principalmente em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, é um enfoque ainda recente nas cidades médias do país, a exemplo da cidade de Campina Grande. Contudo, tal fenômeno já acontecia nos países da Europa e Estados Unidos desde a década de 1960 e início de 1970 (VALE, 2005).

Em Campina Grande, o espaço periurbano começou a ganhar mais dinamismo no final da década de 1990, com a desapropriação de algumas áreas rurais para a construção de condomínios horizontais fechados, destinados a uma população de classe média e alta. O setor imobiliário, apoiado pelo poder da mídia, que agrega as vantagens de se viver mais próximo à natureza, ao ar puro, longe do barulho e da violência dos centros urbanos, impulsionou esse tipo de moradia na

cidade, conquistando os primeiros moradores, configurando uma autossegregação em espaços homogêneos social e economicamente (ARAÚJO, 2012).

Em volta desses empreendimentos, também surgem outras atividades solidárias como lojas de plantas ornamentais, lojas de artesanato, bares, restaurantes, postos de combustíveis, além de loteamentos populares, bairros verdes, pousadas, chácaras que servem como segunda moradia e algumas áreas rurais que desenvolvem atividades ligadas à agricultura de frutas e hortaliças, entremeadas com áreas de criação de animais.

A primeira formação periurbana de Campina Grande, que se enquadrava nos moldes desse mesmo processo em grandes cidades brasileiras, territorializou-se na zona norte da cidade, nos limites urbanos entre Campina Grande e a cidade de Lagoa Seca, saída para o Brejo do estado (COSTA, 2003).

Vale salientar que a presença do estado também é muito forte nas imediações desse espaço periurbano. Como já mencionado anteriormente, a produção dessas áreas é intensificada com a atuação do poder público, que instala a infraestrutura básica e, por vezes, atua como regulador dos investimentos dessas áreas, atuando por vezes em parcerias com o capital privado. A atuação do poder público é que garantirá o povoamento dessas áreas mais distantes do centro da cidade e que irá assegurar um fluxo mais rápido entre seus diversos locais.

Nesse sentido, as relações estabelecidas nas referidas áreas são de variadas formas, tendo em vista serem modos e ritmos de vida diferentes, além de diversas habilidades profissionais envolvidas, o que preenche esse espaço dotando-o de muita dinâmica e diversidade.

Nessa perspectiva, partimos da ideia de que esse espaço periurbano possui várias formas de relações socioeconômicas e culturais que influenciam de maneira decisiva nas diversas formas de uso do solo e que constituem aspectos fundamentais para torná-lo vivo e cheio de movimento.

Nesse contexto, para entender essas relações que dão forma ao espaço geográfico paraibano, necessitamos definir os aspectos teórico-metodológicos que nos permitirão tornar o entendimento do espaço periurbano campinense mais claro. Para isso, foi preciso eleger nossas categorias de análises, no intuito de nos ajudar a fazer essa realidade se expressar. Para tanto, não ficamos presos na divisão clássica dos trabalhos acadêmicos, que separam o teórico do empírico como se

tratassem de duas realidades distintas. Aqui, nosso esforço é o de fazer essas partes caminharem juntas para que as questões que nos inquietam sejam elucidadas, com respostas que atendam a um entendimento mais geral e não pontual.

Assim, procuramos discutir as teorias à luz das transformações que ocorrem no nosso objeto de pesquisa, entendendo o espaço como categoria que é construída diariamente pelos indivíduos, carregando as influências do tempo e da produção de cada período. Tudo isso trabalhando em conjunto e, assim, tentando evitar a separação da teoria e do real, como explica Santos (2012):

O espaço geográfico é estudado como se ele não fosse o resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem o papel essencial. Assim o espaço do homem deveria ser aviltado para dar a impressão de que, no ato de produzir, os homens se confrontam com um espaço parcelado, desumanizado, reificado. O espaço real é substituído por um espaço ideológico sob o qual puderam assentar-se falsas teorias substantivas e de planificação (SANTOS, 2012, p. 114-115).

Desse modo, nossa principal categoria de análise é o espaço geográfico, como forma indissociável, solidária de sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 2009, 2012). Elegemos, apoiados no autor supracitado e em Lefebvre (1999, 2001), bem como em Rua (2006), Woods (2007), Pires (2007), Sposito & Góes (2013), entre outros, as técnicas, funções dos objetos no espaço e as formas híbridas que contribuem para a produção e reprodução do espaço geográfico, como setas que atravessam o tempo histórico e deixam suas marcas no espaço, fazendo este se expressar através da sociedade. Destarte, Santos (2012) nos orienta para o entendimento de espaço:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 2012, p. 153).

Nesse contexto, a abordagem histórico-geográfica constitui uma aplicação teórica à realidade da formação do espaço periurbano de Campina Grande – PB, intensificada no final da década de 1990 e que leva em consideração as variadas formas de uso e ocupação do solo nesse espaço, pautando-se em uma leitura que

entende as formas, funções e estrutura em processo constante de mudanças ativadas pelas contradições inerentes às suas e as outras escalas (estadual, regional, nacional e global).

Assim, a análise/síntese aqui exposta assenta-se nos aspectos qualitativos interpretativos dos fenômenos sob investigação. Destarte, Farias (2010), auxiliando-se do entendimento de Rodrigues (2006), considera a importância desta abordagem metodológica:

(...) quando não [se] empregam procedimentos estatísticos ou não [se] tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, podemos destacar aspectos ecológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias (RODRIGUES, 2006, p. 90 *apud* FARIAS, 2010, p. 27).

O mesmo entendimento orienta o pensamento de Pedro Demo (1998) sobre essa abordagem:

Pesquisa qualitativa significa, na esteira da nossa argumentação, **o esforço jeitoso de nossa formalização, perante uma realidade também jeitosa**. (...) uma pesquisa qualitativa dedica-se **mais** a aspectos qualitativos da realidade, ou seja, olha prioritariamente para eles, sem desprezar os aspectos também quantitativos. E vice-versa (DEMO, 1998, 101). (grifo do autor).

É importante frisar que a abordagem qualitativa se vale de aportes que procuram desvendar a realidade em todos os seus níveis, mesmo que se encontrem nas formas mais íntimas do real. Isso realmente ajuda a consolidar a pesquisa científica, como também explica Queiroz (2006), utilizando as ideias de Oliveira (2000):

O método qualitativo “sempre” foi considerado como método exploratório e auxiliar na pesquisa científica. No entanto, o autor destaca que o novo paradigma da ciência coloca o método qualitativo dentro de uma outra base de concepção teórica na mensuração, processamento e análise de dados científicos, atribuindo-lhe valor fundamental no desenvolvimento e consolidação da ciência em diferentes áreas (QUEIROZ, 2006, p. 90).

Loda (2008) também realça a importância dessa abordagem para a elucidação dos problemas no espaço, destacando as várias formas válidas de investigação da realidade:

Per la rilevazione del materiale necessario allo svolgimento delle ricerche la famiglia dei metodi qualitative può mettere in campo un ampio ventaglio di tecniche. Tra di esse, nella ricerca geografica rivestono particolare importanza le interviste faccia a faccia, che consentono, attraverso le manifestazioni linguistiche di singole persone, di comprendere l'interazione comunicativa in una realtà sociale (LODA, 2008, p. 189-190)<sup>5</sup>.

Nesse sentido, por meio da abordagem qualitativa, nossa pesquisa busca entender, nas formas mais sutis riscadas no espaço, as mudanças e as permanências do processo dialético de produção e reprodução do espaço campinense e que, por sua importância política e econômica, afetam toda a compreensão socioespacial do território paraibano.

De um modo geral, nossa escolha metodológica se justifica pelo fato de não existir dados estatísticos oficiais sobre espaços periurbanos e, em particular, o de Campina Grande, que nos garantisse uma base empírica confiável sobre a realidade socioespacial e econômica desse espaço dinâmico. Dados sobre a totalidade de agricultores familiares que desenvolvem essa atividade como principal, os que praticam a pluriatividade, posse de terras cultivadas, relação de trabalho nas propriedades, tendo em vista que esses tipos de dados podem ser encontrados no IBGE, mas o Instituto não atualiza há mais de dez anos. Da mesma forma, a quantificação do total de empresas dispostas no periurbano, suas produções e incentivos públicos para instalação nessa área são informações difíceis de serem obtidas por todas elas. Por fim, o contato com os moradores do periurbano não foi de todo fácil, uma vez que grande parte dos residentes nos bairros de luxo e condomínios horizontais fechados não dispunha de tempo e interesse em receber o pesquisador. Por outro lado, os moradores das áreas mais populares do periurbano sempre foram receptivos e dispostos a contribuir para o andamento da pesquisa, o que fica claro na quantidade de entrevistas realizadas nas diferentes franjas urbanas da cidade.

---

<sup>5</sup>Pela relevância do material necessário ao desenvolvimento da pesquisa, a família dos métodos qualitativos pode pôr em campo um amplo leque de técnicas. Entre essas, na pesquisa geográfica é revestida importância particular às entrevistas face a face, que consentem, através das manifestações linguísticas de cada pessoa, de compreender as interações comunicativas em uma realidade social (LODA, 2008, p. 289-290).

Assim, para analisar as nossas variáveis, interpretar as teorias, bem como coletar e interpretar dados e fatos, adotamos essas variadas formas de fontes orais. Mediante entrevistas semiestruturadas, da observação *in loco*, das referências bibliográficas em livros, dissertações, teses, artigos, revistas, materiais veiculados pela mídia local, dentre outros, que tratam de assuntos pertinentes ao nosso objeto de estudo, tentamos alcançar o entendimento do que venha a ser cada definição e conceito utilizados. Além disso, documentos junto à Prefeitura Municipal de Campina Grande, como o Plano Diretor do Município (2006), Código de Obras e a Lei de Uso e Parcelamento do Solo contribuíram para o entendimento do nosso objeto de estudo e para a construção da nossa base empírica.

Como dito, apoiamo-nos em entrevistas com moradores dos condomínios horizontais fechados, de loteamentos populares, bairros planejados, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, bem como com comerciantes de lojas de artesanatos, de padarias, de bares, dispostos no periurbano campinense, com o intuito de agregar informações relevantes sobre a área e sobre possíveis vantagens/desvantagens de se viver e trabalhar nela. Além disso, entrevistas com moradores das áreas rurais foram também de grande importância no intuito de desvendar as formas de resistência e transformação dessas áreas próximas ao periurbano.

Sendo assim, como já mencionado anteriormente, as entrevistas foram do tipo semiestruturadas “de tal modo que estimulasse uma resposta mais livre e que caminhasse para o objetivo desejado” (LODA, 2008, p. 190).

Desse modo, foi percorrida toda área periurbana dos bairros limítrofes do perímetro urbano de Campina Grande, a saber:

- a. Zona norte: Araxá, Cuités, Jardim Continental, Bairro das Nações e Jardim Tavares;
- b. Zona sul: Cidades, Acácio Figueiredo, Velame, povoado do Ligeiro, Distrito Industrial, Itararé, Sandra Cavalcante e Vila Cabral;
- c. Zona leste: Castelo Branco, Nova Brasília, Mirante e o Distrito de Santa Terezinha;
- d. Zona oeste: Bairro Universitário, Novo Bodocongó, Serrotão, povoado do Mutirão e Três Irmãs.

Desse modo, na primeira zona, conversamos com 13 moradores, sendo quatro deles do conjunto habitacional popular, no bairro do Araxá; três do condomínio horizontal fechado Nações Residence Privè, entre Campina Grande e a cidade de Lagoa Seca; e seis do condomínio horizontal fechado Sierra Home Resort, no bairro Jardim Tavares. Na zona sul, foram entrevistadas 24 pessoas; desse total, duas trabalham na construção civil, no bairro do Velame, oito são moradoras do povoado do Ligeiro, entre Campina Grande e Queimadas, e 14 pertencem ao bairro das Cidades. Já na zona leste, conversamos com três empregadas domésticas que trabalham em residências de luxo no bairro do Mirante; e, na zona oeste, entrevistamos 56 pessoas, sendo quatro moradores do bairro Novo Bodocongó, 22 do bairro Serrotão (quatro moradores de loteamento popular, quatro comerciantes de pequenos estabelecimentos, duas empregadas domésticas do condomínio horizontal fechado Serravile Residence e 12 moradores do mesmo condomínio), quatro do bairro Universitário, 14 do povoado do Mutirão e 12 do bairro Três Irmãs (sendo quatro moradores e oito trabalhadores da construção civil).

Vale ressaltar que a base cartográfica nos ajudou a pontuar com mais exatidão o processo de expansão urbana de Campina Grande ao longo dos anos, podendo correlacioná-lo ao desenvolvimento dos seus períodos econômicos. A base cartográfica oferecida pela Secretaria de Planejamento e pelo Plano Diretor do município também nos ajudou a entender a formação do periurbano campinense como forma de justificativa para o direcionamento de crescimento urbano da cidade, destacando as áreas de moradia fechada, de loteamentos, bairros verdes, de comércio, de agricultura, dentre outros.

Outra ferramenta que nos possibilitou o melhor entendimento do espaço periurbano campinense foi a base fotográfica realizada durante o trabalho de campo, em que buscamos fazer a relação das imagens com o texto para melhor explicar o desenvolvimento das áreas periurbanas campinenses.

Sendo assim, no decorrer do trabalho, procuramos analisar e discutir cada termo utilizado, tentando unir o teórico ao empírico, como forma de validar a nossa pesquisa e torná-la mais operacionalizável.

Por fim, os resultados deste trabalho intitulado “Formação do espaço periurbano de Campina Grande – PB, Brasil: modificações no uso do solo e suas complementaridades rural/urbanas” estão divididos em quatro capítulos que tentam

desvendar uma parte do processo de produção e reprodução do espaço geográfico campinense, que reflete na organização espacial do território paraibano.

Assim, o primeiro capítulo discute a evolução do território de Campina Grande e seus momentos de formação territorial, levando em consideração a produção do espaço campinense desde a formação da vila até os dias atuais. Embasando-nos em conceitos como divisão territorial do trabalho, produção e reprodução espacial, abordamos os processos de transformação urbana vividos pelo município, pela cidade supracitada, a partir das atividades econômicas da agropecuária, do comércio, da importância industrial e dos serviços, como reflexo das mudanças econômicas e políticas ocorridas em nível mundial, nacional, regional, estadual e municipal. Nesse cenário de mudanças, entendemos que cada atividade econômica contribuiu para a expansão urbana de Campina Grande e para a formação atual do seu espaço periurbano.

No segundo capítulo, trazemos as discussões a respeito das oposições e complementaridades entre o rural, o urbano, o campo e a cidade. Salientamos os antagonismos e complementaridades entre esses termos, uma vez que a área física da cidade e o modo de vida urbano foram, por muito tempo, vistos como sendo os lugares do mandar e do desenvolvimento humano, enquanto a materialidade do campo e o modo comportamental rural foram observados como os lugares do fazer, da obediência, aumentando cada vez mais as complexidades existentes entre eles a partir das funcionalidades que cada espaço exercia.

Nesse sentido, tomamos as discussões duais sobre os termos em questão, levando em consideração a evolução do entendimento dessas áreas pelas visões do pensamento tradicional e do pensamento crítico da geografia. No mesmo quadro relativo, discutimos essas relações rural-urbanas, buscando analisar as suas inscrições socioespaciais no território de Campina Grande, destacando que, apesar da cidade viver um processo de expansão urbana, a presença de elementos característicos do rural convive na cidade e em seu entorno, tornando essa relação mais dinâmica.

O terceiro capítulo investiga o processo de formação da área periurbana de Campina Grande aliado à sua expansão urbana, mostrando como se deu esse processo e as modificações espaciais ocorridas nas suas franjas, destacando as diversas formas de uso do solo, as modificações e as complementaridades entre o

espaço rural e o espaço urbano. Apoiamo-nos no conceito de espaço geográfico para melhor explicar essas transformações em curso nas franjas da cidade, analisando, em primeiro plano, as transformações socioespaciais. Nesse sentido, destacar as modificações e as permanências dessa área torna-se importante, porque é por meio delas que percebemos a intensidade com que esses novos objetos no espaço e suas respectivas funções influenciam e interferem no comportamento da sociedade e da economia de toda a cidade.

Diante desse contexto, os impactos dessa expansão urbana sobre as áreas rurais mereceram atenção, visto que, a partir desse processo, as franjas da cidade começaram a ganhar outra importância para o capital imobiliário, além das ações do poder público municipal e estadual que se intensificaram nos últimos anos. Desse modo, o espaço periurbano foi se desenvolvendo, modificando toda a área que antes possuía características típicas de rural e também estava reservada para a população de renda mais baixa.

O quarto e último capítulo discute o espaço periurbano de Campina Grande como um espaço híbrido (SANTOS, 2009). Levamos em consideração o espaço geográfico como um híbrido, com técnicas que o modelam e carregam suas histórias ao longo do tempo, composto por retalhos dotados de movimento que influenciam na formação dos territórios e são influenciados pelos indivíduos que o animam.

Dessa forma, a noção de espaço híbrido se apresenta como a formação de parcelas de um todo, dotadas de uma história e que, por intermédio das ações utilizadas pelo homem, vão desempenhar funções diferentes no decorrer do tempo e espaço, contribuindo para a construção do espaço total num processo dialético constante entre as formas-conteúdo que lhe dão vida. Assim, segundo Santos (2009, p. 104), “o espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro”.

Assim, o periurbano de Campina Grande passa a ser entendido pelas formas de uso e ocupação do solo e pelas funcionalidades predominantes que cada franja assumiu no decorrer do tempo histórico. Contudo, apesar de apresentar certa homogeneidade interna entre cada franja, o seu conjunto periurbano se configura como um espaço heterogêneo, o que nos possibilita apontar tendências da dinâmica híbrida no seu espaço periurbano. Nesse contexto, apesar de cada porção territorial estar ligada a um tipo de atividade que lhe confira um relevo mais acentuado, o

periurbano campinense se diferencia por não haver uma divisão clássica e rígida entre suas franjas, como ocorre em outros periurbanos, a exemplo de outras cidades brasileiras, como destacou Pires (2007) para Vinhedo (SP) e Sposito & Góes (2013) para Presidente Prudente, Marília e São Carlos, em que a própria conformação do relevo contribuiu para a formação de uma cidade com forte fragmentação socioespacial.

Mesmo considerando que as discussões sobre os espaços rural, urbano e o periurbano nunca se esgotam, e também entendendo que todo trabalho acadêmico deve dar a sua contribuição ao tema ao qual se propõe, consideramos nossas discussões já suficientes para esta etapa.

Nesse propósito, o espaço periurbano de Campina Grande se apresenta como um processo mais recente se comparado com cidades grandes de outras áreas do país. Contudo, a partir da formação e desenvolvimento desse espaço, as atividades econômicas, as relações sociais e o modo de vida da população que já residia nessa área sofreram algumas modificações, e o espaço se constituiu com fortes características, tanto do rural como do urbano, apresentando uma dinâmica espacial dotada de contradições.

Por fim, nas considerações finais, fortalecemos a ideia da produção heterogênea do espaço periurbano de Campina Grande, tecendo nossas críticas sobre o caráter das políticas de expansão urbana da cidade, que, muitas vezes, não está de acordo com a real necessidade da população, mas de grupos empresariais ligados ao mercado imobiliário.

## **1 EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPINENSE E SEUS MOMENTOS DE FORMAÇÃO TERRITORIAL**

Para entendermos com clareza a importância socioeconômica, política e cultural de Campina Grande e o seu papel para o estado da Paraíba e para a região Nordeste, devemos conhecer o seu processo de formação territorial, de vila à cidade.

As ações de ocupação e povoamento do território campinense estavam atreladas à política de controle e expansão territorial imposta pela Coroa Portuguesa para o território brasileiro. Na região Nordeste, tal processo ocorreu por meio das correntes de povoamento que se originaram em Salvador e Olinda e tinham como objetivo garantir terras para Portugal (ANDRADE, 2004). Dessa forma, o interior da região começou a ser habitado por estranhos à população nativa, que se dedicavam a aprisionar e explorar essa população, além de garantir a posse territorial portuguesa.

Nesse contexto, formou-se uma clara divisão territorial do trabalho: na zona costeira, desenvolvia-se a produção da monocultura canavieira, e no interior a pecuária extensiva em campos abertos como atividade secundária, porém que servia de complemento para a primeira (FURTADO, 1980; COSTA, 2003; DINIZ, 2012).

Sendo assim, a produção canavieira e a criação de animais no território nordestino configuravam-se, do ponto de vista econômico, como sistemas de exploração agrários complementares, uma vez que o segundo servia de apoio para o desenvolvimento do primeiro; contudo, no dizer de Andrade (2011, p. 37), essa mesma configuração tornava-se antagônica sob a ótica social e política porque criou a divisão da região entre o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado.

É sob essa organização espacial, com esse caráter socioeconômico e político, que vai emergir o território de Campina Grande, no interior do estado da Paraíba. Com o aprisionamento da população nativa e o estabelecimento das fazendas para fixar os rebanhos de gado, começava-se a montar uma estrutura de poder que se organizava com o fazendeiro, ocupando o topo desta estrutura, detentor de terras e de gado; os vaqueiros, que constituíam os trabalhadores mais

fiéis e mais confiáveis; os meeiros, parceiros, agregados, entre outros, que cultivavam as terras do fazendeiro e obtinham do resultado da produção uma parcela muito pequena. Por fim, a população indígena desempenhava o trabalho escravo e as últimas posições dessa estrutura de poder.

Posto isso, tomando como base a fazenda de gado e as concessões de terras para os descendentes do capitão Teodósio de Oliveira Ledo, o território campinense foi tomando forma e, mais tarde, evoluindo para freguesia e, depois, tornando-se vila, até se constituir enquanto município e cidade.

Por sua posição geográfica favorável entre o Brejo e o Cariri, o território campinense se dividia entre áreas de plantar e de criar, levando em consideração as condições naturais mais favoráveis para cada atividade.

Nesse sentido, enquanto as terras encharcadas do Brejo estavam mais propícias para a agricultura, principalmente da cana-de-açúcar, e no Agreste o cultivo da mandioca, sem falar no algodão, as terras do Cariri eram povoadas por rebanho, sobretudo bovino, seguido do cavalariço, caprino, mular, asinino, dentre outros (CÂMARA, 1999).

De acordo com o autor supracitado, a posição geográfica de Campina Grande entre Sertão, Cariri, Brejo e Zona da Mata<sup>6</sup>, além das condições econômicas favoráveis da cultura da mandioca, que se sobressaia no mercado estadual, contribuíram para congregar pessoas e mercadorias em seu espaço, agregando importância ao povoado e contribuindo para o surgimento da sua primeira feira de cereais e farinha de mandioca<sup>7</sup>.

Sendo assim, antes mesmo da feira do gado conferir importância comercial para Campina Grande, a feira de farinha de mandioca e cereais contribuiu para a atração e fixação populacional em seu território. A produção desses artigos se desenvolvia nas fazendas que ficavam próximas ao povoado e atraíam os tropeiros e comerciantes que por ali passavam.

---

<sup>6</sup>De acordo com a divisão das regiões administrativas proposta pelo IBGE para o território paraibano, Sertão e Zona da Mata constituem duas Mesorregiões, enquanto Cariri e Brejo são denominadas de Microrregiões que fazem parte, respectivamente, das Mesorregiões da Borborema e do Agreste.

<sup>7</sup>De acordo com Epaminondas Câmara, na obra *Os alicerces de Campina Grande* (1999), a feira de mandioca se desenvolveu graças aos boiadeiros, tendo em vista que estes iniciaram o comércio entre o litoral e sertões e devido ao fato de necessitarem da farinha da mandioca para o consumo diário, quando retornavam de Pernambuco, a parada em Campina Grande se fazia obrigatória para a obtenção do cereal.

Dessa forma, “os ‘engenhos de farinha de pau’ ou as chamadas ‘casas de farinha’ levaram o lavrador a fazer da povoação de Campina Grande um ponto de convergência de tropeiros e boiadeiros dos sertões” (CÂMARA, 1999).

Ainda segundo Câmara (1999), poderia ter sido atribuído ao povoado de Campina Grande o título de civilização da farinha mesmo antes da civilização do couro proposto por Capistrano de Abreu para o interior do Nordeste, tendo como base o grau de importância que o cereal alcançou em seu território e influenciou a vida dos moradores, sendo responsável pelos primeiros progressos econômicos campinenses, além da elevação da aldeia à freguesia e, mais tarde, à vila.

Dessa forma, Campina Grande foi crescendo em território e população, e o seu comércio foi se desenvolvendo, tendo na farinha o seu principal produto de comercialização e de atração populacional oriunda de outras localidades do estado.

Posteriormente, Costa (2003), lembrando Andrade (1986), atenta-nos para o fato de que, com a crise do segmento econômico que lhe possibilitou os primeiros passos de crescimento<sup>8</sup>, entra em cena a feira de gado, facilitada pelo seu ponto geográfico estratégico, servindo de porta de penetração para o Sertão e para o Cariri, além de ser uma mercadoria que se autotransportava e ainda por ser uma atividade que funcionava como base de sustento familiar para a população pobre campinense.

Destarte, com a evolução do seu comércio, a cidade vai demonstrando a sua potencialidade comercial, que embora estivesse atrelada a um mercado açucareiro exportador, não deixava de lado a produção de uma economia interna e de abastecimento da população do interior paraibano (COSTA, 2003).

Mesmo contando com um comércio em ascensão, os objetos urbanos que formavam o espaço campinense não eram numerosos e apresentavam um crescimento lento. Eliete Gurjão (1999) lembra que a área urbana de Campina Grande apresentava uma arquitetura modesta se comparada às casas da vila de Areia, no Brejo, e de Mamanguape, na Zona da Mata.

---

<sup>8</sup>O declínio da feira de cereais de Campina Grande vai ocorrer pela concorrência de outras feiras no Brejo do Estado, a exemplo da feira de Areia, que conseguia atrair tropeiros do Curimataú e do Seridó, entre fins do século XVIII e início do século XIX; a feira de Icó (CE), que atraía os tropeiros e comerciantes do Sertão paraibano, bem como, mais tarde, as feiras de Limoeiro e Timbaúba, ambas em Pernambuco, que alcançaram uma expansão maior que a feira de Campina Grande (COSTA, 2003, p. 24).

Por se tratar de uma cidade voltada para o comércio, a estrutura urbana de Campina Grande era habitada por comerciantes, tropeiros e boiadeiros, fato que provocou mudanças no comportamento das famílias dos fazendeiros, como os descendentes do desbravador Teodósio de Oliveira Ledo, que confinavam-se em suas fazendas para não manterem contato com a população de comerciantes e pobres que circulavam e habitavam a área “urbana” da cidade<sup>9</sup> (COSTA, *op. cit.*).

Nesse período, a área urbana do povoado tinha um crescimento muito pequeno, e boa parte das residências que compunham a malha urbana era dos grandes fazendeiros. Vale salientar também que a população mais rica, para não conviver com a população de comerciantes, tropeiros e outros cidadãos mais pobres, permanecia, a maior parte do tempo, nas suas propriedades rurais. As casas localizadas na cidade, também denominadas de “casas da rua”, só recebiam seus proprietários apenas em dias festivos ou finais de semana (COSTA, *op. cit.*).

Enquanto isso, no núcleo urbano, os comerciantes, forasteiros, buscavam contribuir para o desenvolvimento do povoado, construindo casas, abrindo novas ruas e se distanciando das famílias conservadoras que julgavam ser detentoras do espaço campinense. Assim, expandindo sempre para oeste, o núcleo urbano de Campina Grande caminhava (CÂMARA, 1999).

Desse modo, apesar do crescimento discreto, no ano de 1774, o povoado possuía três capelas, 47 fazendas, 421 residências e 1490 pessoas (CÂMARA, 1988, p. 24).

Com o passar do tempo, Campina Grande vai se destacando com uma economia diversificada e, por volta de 1790, torna-se vila, sob o nome de Vila Nova da Rainha.

Assim, destacamos, neste capítulo, as atividades agropecuárias e do comércio, a atividade industrial e o papel dos serviços como os principais momentos que impulsionaram o crescimento de Campina Grande e contribuíram para a expansão urbana campinense.

---

<sup>9</sup>Além dos Oliveira Ledo, outras duas famílias com descendência portuguesa detinham semelhante prestígio socioeconômico no povoado. Eram a família Nunes, que mantinha-se distanciada do restante da população, em seus casarões, na rua das Barrocas e a família Viana, que preferia viver isolada em suas fazendas mais distantes do povoado (CÂMARA, 1999, p. 33).

### **1.1 Da Vila Nova da Rainha à formação territorial de Campina Grande (1790 - 1940): o papel das atividades agropecuárias e do comércio**

Quando Campina Grande torna-se vila, em 1790, com o nome de Vila Nova da Rainha, o comércio de gado desempenhava um papel de grande importância na economia do estado. Contudo, possuía poucas edificações, e a população mantinha um ritmo de vida muito ligado aos costumes rurais. Sendo assim, seu crescimento era modesto e lento (Figura 2).

A importância que o comércio de gado desempenhava para o estado paraibano e para o crescimento de Campina Grande estava atrelada à localização da recém vila, que, segundo Costa (2003) quando menciona Sá (1986), deveu-se à sua posição geográfica, servindo como entroncamento entre algumas estradas<sup>10</sup>, e convergia como passagem obrigatória para quem se deslocava do sertão para o litoral ou vice-versa, além de outras regiões do estado. Ainda segundo os mesmos autores, essa importância geográfica foi fundamental para que esse entroncamento de caminhos evoluísse, mais tarde, para uma feira.

---

<sup>10</sup>Segundo Costa (2003), a Vila Nova da Rainha funcionava como ponto de encontro das seguintes estradas: estrada do Brejo, estrada de Alagoa Grande do Paó, estrada do Seridó, estrada do Sertão, estrada de Queimadas. Ainda na mesma obra, o autor informa, tomando Andrade (1987) como referência, que estas estradas eram, na verdade, estreitos caminhos, sendo, muitas vezes, trilhas indígenas, que depois transformaram-se em caminhos de gado e, a partir de meados do século XVIII, em caminhos do algodão.



Dessa forma, de acordo com Almeida (1979), sua posição estratégica contribuiu para a formação de um comércio dinâmico e variado:

Campina Grande não era simplesmente um pouso, um lugar de descanso para os animais e tropeiros. Mas a estalagem, a parada obrigatória, o ponto terminal da longa caminhada. Aqui operavam-se as permutas, as trocas comerciais. Vendiam-se os produtos do sertão, principalmente algodão, couros e queijos, e compravam-se as mercadorias para o abastecimento da zona seca, em maior quantidade gêneros alimentícios, de preferência rapadura e farinha de mandioca. Tornou-se a praça de escambos da Província (ALMEIDA, 1979, p. 107).

A feira de gado<sup>12</sup> de Campina Grande convergia em um comércio variado e movimentado, pois se comercializava não só o bovino, como também caprinos, aves, suínos e todas estas espécies circulavam livremente pelo povoado, conferindo-lhe um caráter tipicamente rural (DINIZ, 2012).

Importante destacar que a Vila Nova da Rainha não dispunha dos meios de abastecimento de água para suprir as necessidades da população. O abastecimento se dava a partir dos mananciais localizados em Lagoa Seca<sup>13</sup>, que, segundo Câmara (1999), distavam mais de uma légua do povoado. Também poderia encontrar água com baixo nível de qualidade nos arredores da vila.

Com o tempo, a vila foi ganhando uma população mais letrada, como juízes municipais, vigários, que pousavam em períodos de tempo maiores para seus afazeres profissionais, além de professores de latim. A presença desses indivíduos tornou o espaço urbano da vila mais seletivo e mais atrativo aos olhos dos fazendeiros e dos senhores de engenho localizados no Brejo (CÂMARA, 1988).

Era a própria vida que se desdobrava das propriedades agrícolas, dos hábitos típicos do rural profundo e começava a esboçar uma urbanidade, isto é, hábitos, mentalidades e atividades nitidamente diferentes dos pátios e sedes das fazendas e roçados.

---

<sup>12</sup>A feira de gado de Campina Grande ainda existe e é muito movimentada, atraindo comerciantes de várias partes do estado da Paraíba e de estados vizinhos, como Pernambuco e Rio Grande do Norte. Está localizada no sítio Marinho, às margens da BR-104, saída para o município de Queimadas, agreste paraibano.

<sup>13</sup>A cidade de Lagoa Seca está localizada ao norte, na microrregião de Campina Grande. A cidade teve seu processo de ocupação e colonização vinculado a Campina Grande e, durante muitos anos, o seu território esteve agregado a ela, configurando-se em uma das tantas fazendas que surgiram em torno de Campina Grande e tornaram-se povoados pertencentes a este município a partir de sua emancipação política.

O novo comportamento assumido por esse segmento da população de Campina Grande se intensificou a partir de 1860, sendo influenciado pela presença dos bacharéis, pela decadência do patriarcalismo – que deu abertura para pensamentos mais progressistas –, pelo comércio, que vinha reagindo às crises ocorridas graças à concorrência das feiras do brejo e de estados vizinhos, como já citado na seção anterior, além da influência direta que recebia de cidades como Recife e Olinda. Dessa forma, os habitantes da vila buscavam seguir os costumes e as formas de modificação do espaço empreendidas nas cidades pernambucanas supracitadas (CÂMARA, 1999).

Apesar do crescimento urbano e populacional lento e ainda pouco urbanizado, em 11 de outubro de 1864, Campina Grande foi elevada à categoria de cidade (COSTA, 2003) (Figura 3).



Ainda sobre esse período, Epaminondas Câmara, em seu livro *Os alicerces de Campina Grande*, relata o crescimento tímido da cidade, não evoluindo muito em relação a 1790, quando ela tornou-se vila, e, como pode ser verificado na Figura 2, destaca que os hábitos urbanos adotados por tal população não superavam a ligação desta com o campo e os costumes rurais. Segundo o autor, a feição rural ainda prevalecia, tanto na paisagem quanto nas próprias ações da população:

Em 1864, as casas, na maioria, tinham tetos baixos, em tacaniça e beira e bica; [...] O matagal cobria tudo, deixando veredas aqui e acolá. [...] Era maior o movimento de animais que de pessoas. As mulheres raramente saíam à rua. Somente homens do comércio, artífices, trabalhadores do eito, alguns escolares etc. [...] Se era pequeno o movimento de transeuntes, era grande o de animais. Aqui e ali, tropas de burros encangalhados, bestas com cargas de farinha, rapadura ou frutas, jumentos carregando água ou material de construção, [...] ovelhas dormindo no oitão da Matriz, perus e galinhas ciscando o local da fera à cata de grãos de milho (CÂMARA, 1999, p. 90-91).

Mesmo com ares campestres e um crescimento lento, Campina Grande continuou evoluindo, chegando ao final do século XIX com aproximadamente quinhentas casas, tendo um aumento de mais cem por volta do ano 1907, data em que chega à cidade a estrada de ferro, patrocinada pela empresa Great Western (CÂMARA, 1988) (Figura 4).

Figura 4 – Estação Ferroviária de Campina Grande em 1907



Fonte: Acervo Museu Histórico de Campina Grande, 2016.

Segundo Câmara, as obras na cidade foram muito suaves, não havendo muitas obras públicas ou melhoramentos:

A não ser o aumento de casas e alguns prédios construídos com finalidade especial – Cadeia Nova, Casa de Caridade, Grêmio de Instrução, Paço Municipal etc. a cidade apresentava pequenas diferenças em 1907 comparada com 1864. As mesmas igrejas embora remodeladas, as mesmas casas de mercado, os mesmos açudes, os mesmos comboios de almoceves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo *modus vivendi*, a mesma rotina, os mesmos costumes. E tudo se renovou com a ferrovia que influiu sobremodo para integrar sua gente e sãs cousas (sic!) a um sentido mais moderno, ou menos antiquado, se quisermos falar com mais franqueza (CÂMARA, op. cit., p. 50).

Diante desse contexto, as melhorias que poderiam acontecer no espaço urbano campinense começaram a ser feitas a partir da chegada da ferrovia. Esta insere Campina Grande no meio técnico<sup>14</sup>, com a presença de uma mecanização do território e da produção algodoeira, e lhe possibilita uma agilidade maior nas trocas de mercadorias e de pessoas entre Campina Grande e outras localidades, principalmente com a cidade do Recife (PE), onde a produção algodoeira era escoada até o seu porto e depois ganhava os mercados internacionais.

Dessa forma, a cidade paraibana ganhou na estrada de ferro, junto com a produção do algodão (dois ícones da modernidade), um impulso maior para o seu crescimento e desenvolvimento. Contudo, como esboça Costa (2003), a instalação do meio técnico maquinico não eliminou por completo a existência do meio pré-técnico<sup>15</sup>, uma vez que esses convergiam e coexistiam no mesmo espaço. Sendo assim, o transporte do algodão e de outras mercadorias também continuava a ser feito por tropeiros e boiadeiros em carroças puxadas por animais.

Nesse novo momento, como já citado anteriormente, a cidade vai ganhando uma série de intervenções públicas para o melhoramento de sua malha urbana. Tais ações ensaiam um período crescente de ordenamento urbano, que vê na ferrovia e

---

<sup>14</sup>“O meio técnico é aquele que vê a emergência de um espaço mecanizado com objetos culturais, mas também técnicos, com a substituição das formas naturais pelas formas artificiais. Os objetos técnicos e o espaço mecanizado passam a ser locus das ações superiores estranhas as lógicas locais, impondo próteses ao território, transgredindo distâncias e impondo um tempo social a um tempo natural. Tais sistemas técnicos eram, no entanto, limitados e geograficamente circunscritos.” (SANTOS, 1988).

<sup>15</sup>O meio pré-técnico ou meio natural não significa um meio no qual a ausência de técnicas se faz presente, mas havia uma relação, sem outra intermediação entre o trabalho e natureza. As sociedades eram criadoras de técnicas que comandavam seus tempos sociais e os limites de suas utilizações, eram “sistemas técnicos sem a presença de objetos técnicos” (SANTOS, 1988).

na produção algodoeira marcos importantes, dinamizadores e modeladores do espaço, com funções que vão além do econômico.

A inauguração desse aparato técnico foi um evento muito esperado pela população de Campina Grande, tornando-se – como explica Costa (2003) quando reporta a Nascimento (1997) – um dos locais mais frequentados pelo povo campinense, uma vez que as notícias e novidades que chegavam do Recife encontravam-se primeiro com o povo de Campina Grande, antes mesmo de serem difundidas pelo interior do estado da Paraíba (Figura 5).

Figura 5 – População campinense esperando a chegada do trem da Great Western



Fonte: Acervo Museu Histórico de Campina Grande, 2016.

Sendo assim, ela foi também relacionada como área de lazer para a população, acrescentando um sentimento de se estar participando das modificações e modernizações pelas quais a cidade estava passando.

Nesse sentido, afirma Costa (2003):

Com a chegada do trem a Campina Grande, o movimento de tropeiros provenientes do Cariri e do Sertão para a cidade se intensificou. Traziam o algodão e retornavam para as suas regiões abastecidos de mercadorias. O ritmo desse movimento que continuou acelerado até a década de 30 (séc. XX), só diminuindo após os anos de 1940 com a difusão do caminhão (COSTA, 2003, p. 33).

De acordo com Maia et al. (2013), a produção algodoeira impulsionou a interligação entre uma organização produtiva local e a dinâmica mais ampla das atividades de economia capitalista mundial no interior do Nordeste e, por conseguinte, no interior paraibano, contribuindo, assim, para o rompimento entre a produção agropecuária e a atividade canavieira, localizada na faixa litorânea. Portanto, a produção interiorana do algodão iniciava uma desvinculação da produção da cana-de-açúcar, apartando-se da vinculação socioeconômica que lhe foi imposta desde o início de seu povoamento.

A partir da forte dinâmica estabelecida pelo algodão para a economia campinense, além da importante ligação que desempenhava com a cidade do Recife, justamente por esta ser o destino dessa produção antes de ganhar os mercados nacional e internacional, vários autores, a exemplo de Costa (2003) e Diniz (2012), reafirmam a importância centralizadora que foi assumida por Campina Grande, com a produção algodoeira. Numa hierarquia subordinada ao Recife, a cidade passou a comandar uma grande quantidade de pequenas localidades em uma área extensa, onde a presença de centros intermediários era quase ausente (COSTA, 2003).

Dessa forma, ainda segundo Costa (op. cit), percebe-se que a produção do algodão vai dar à Campina Grande uma especialização funcional que foi responsável pela hegemonia comercial da cidade no ano de 1917. Destarte, a partir dessa especialização, a cidade se afirma como importante capital regional, estando na área de influência econômica de Recife.

Segundo esse papel regional desempenhado por Campina Grande, Maia et al. (2013) aponta que:

Com o crescimento da atividade algodoeira, Campina Grande ascendeu ao patamar de centro regional, pois, assumiu o importante papel de reposição dos pressupostos da produção, fazendo chegar até a ponta do processo produtivo os insumos, os financiamentos e os bens-salários, necessários à continuidade das atividades e, principalmente, centralizando a produção e canalizando-a para as empresas processadoras (MAIA et al., 2013, p. 44).

Como se pode observar, o crescimento de Campina Grande vai sendo orquestrado tendo a produção e escoamento do algodão, que era produzido no Sertão do estado e áreas mais próximas, como objeto principal. Facilitada pela sua posição geográfica privilegiada, onde convergiam estradas oriundas de várias partes

do estado, a produção algodoeira passava obrigatoriamente por seu espaço e daí ganhava outros mercados. Aliado a isso, destaca-se também o fato de a ferrovia ter alcançado a cidade, proporcionando um fluxo mais intenso no escoamento dessa produção, bem como de outros produtos.

Tudo isso serviu como base de atração de mais investimentos e contingente populacional para o território campinense. A partir do papel regional conquistado, a cidade se integra a uma economia capitalista internacionalizada e vai dotando-se de uma série de objetos técnicos, capazes de lhe estabelecer uma dinâmica urbana.

É com a ferrovia e a comercialização do algodão que Campina Grande presencia uma série de modernizações no seu espaço urbano, com a instalação de vários objetos técnicos (COSTA, 2003; MAIA et al., 2013).

Nesse cenário de desenvolvimento urbano, o espaço urbano da cidade ganha novos objetos técnicos que contribuem para o seu crescimento (Figura 6). Hotéis, pensões, associações culturais, cinemas, jornais, semanários, clubes dançantes e esportivos, escolas, telefones, armazéns para mercadorias que se encontravam em trânsito, fábrica, luz elétrica, transporte urbano, banco, entre outros, foram alguns dos vários objetos técnicos instalados no espaço urbano de Campina Grande nos anos que se seguiram a 1907 (CÂMARA, 1988, p. 89).

Esse desenvolvimento foi sendo moldado e modernizado, visto que a cidade já vinha passando por um período de crescimento – lento, porém não estabilizado – com o comércio dos cereais, mais precisamente da feira de farinha de mandioca e, mais tarde, com a feira do gado. Contudo, o impulso maior e que colocou Campina Grande como ponto de destaque nacional foi o comércio do algodão<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup>Mesmo antes da ferrovia, é possível observar que as poucas modernizações ocorridas no território de Campina Grande estavam associadas à produção algodoeira, com o advento das boladeiras, prensas e outros equipamentos. Esses aportes de um meio técnico se difundiram mais rapidamente por intermédio da mecanização da produção – inclusive em ampla hinterlândia sertaneja – o mesmo sento (sic!) observado quanto à mecanização do território (COSTA, 2003, p. 35).



Dito isso, fica claro o papel dinamizador que a instalação da ferrovia desempenhou para o crescimento e desenvolvimento urbano e populacional de Campina Grande, contribuindo para a afirmação do seu papel hegemônico enquanto entreposto comercial, adquirida por volta do ano de 1917<sup>17</sup> (COSTA, 2003).

A produção algodoeira favoreceu a entrada da ferrovia no espaço campinense, representando, portanto, um grande marco de modernidade para a cidade, proporcionando inúmeras intervenções públicas, incorporando ao seu espaço urbano uma série de objetos e contribuindo para o seu crescimento e atração populacional e de investimentos econômicos. Tal produção também impulsionou as modernizações dos transportes rodoviários e das bases para uma circulação de pessoas e de mercadorias, que passaram a ser feitas em menor tempo e alcançaram áreas cada vez mais distantes, conferindo ainda mais importância a Campina Grande, uma vez que “foi se tornando um centro de drenagem da produção de extensa hinterlândia, mas também um centro difusor de inovações a nível regional” (COSTA, 2003, p. 36).

As modernizações no espaço urbano campinense vão aumentando com o passar dos anos, e à medida que a economia municipal vai crescendo, aumenta também a instalação de objetos técnicos no seu espaço. Assim, objetos e ações já são perceptíveis na sua paisagem urbana por volta de 1920, quando a cidade passa a contar com iluminação pública, transporte urbano de passageiros e uma marca de 340 estabelecimentos comerciais (COSTA, op. cit.).

Segundo o referido autor, o transporte urbano de mercadorias que se fazia em carroças puxadas a boi, por volta do ano de 1923, passou a ser feito por caminhões, como determinação municipal. Percebe-se que com a inserção do automóvel no cotidiano da cidade, o transporte à tração animal vai gradativamente perdendo espaço de circulação no interior da malha urbana<sup>18</sup>.

Como as relações econômicas com a cidade do Recife eram muito próximas, por conta do escoamento da produção algodoeira pela ferrovia, atrelada ao papel socioeconômico que o algodão conferiu à cidade, os administradores municipais, a partir da década de 1930, empreenderam grande reforma urbanística, com o intuito

---

<sup>17</sup>Câmara (1988, p. 82) observa que em 1909 Campina Grande já desempenhava um papel hegemônico no comércio do interior do Estado, com 95 estabelecimentos comerciais.

<sup>18</sup>Com o advento do caminhão em Campina Grande, na década de 1930, o transporte à tração animal, que era feito pelos tropeiros, foi sendo substituído pelo automóvel (COSTA, 2003, p. 39).

de tornar Campina Grande uma cidade mais “moderna”, mais semelhante aos grandes centros nacionais. Como assinala Maia et al. (2013):

O tempo que se estende de 1930 a 1950 foi marcado por grandes transformações na estrutura da cidade e, por conseguinte, na sua dinâmica. A aspiração ao moderno, alimentada pelo capital algodoeiro, permitiu que os administradores da cidade destruíssem grande parte da cidade histórica e construíssem uma que se assemelhasse aos ideais de modernidade (MAIA et al., 2013, p. 44).

Nesse sentido, a produção algodoeira conferiu à Campina Grande não só o desenvolvimento econômico, mas mexeu também com os ideários sociais de uma classe detentora do poder, capaz de influenciar sobremaneira a paisagem urbana da cidade. Tais ações apagaram uma parte considerável da história que estava materializada no espaço e registrava uma Campina Grande não só de fazendeiros, mas também de comerciantes, tropeiros, andarilhos etc.

De acordo com Sousa (2003), as primeiras reformas no espaço urbano de Campina Grande ocorreram já no início dos anos 1930 e seguiam uma tendência nacional de projetos burgueses de modernização dos centros das cidades, comandados pelas elites e letrados nacionais. Desse modo, objetos instalados no espaço campinense foram destruídos para atender aos anseios de modernidade da classe detentora do poder. Assim, vias como a Rua da Matriz (atual Avenida Floriano Peixoto) presenciaram a demolição de alguns dos seus objetos técnicos da época colonial para abrir novos caminhos e inserir a cidade na política de crescimento urbano (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Campina Grande no sentido oeste, em 1932



Legenda: Em primeiro plano vê-se o limite da Rua da Matriz, atual Avenida Floriano Peixoto.  
Fonte: Acervo Museu Histórico de Campina Grande, 2016.

Figura 8 – Campina Grande no sentido leste, em 1932



Legenda: Continuação da Rua da Matriz, atual Avenida Floriano Peixoto, e ao fundo, do lado direito, vê-se a Igreja Matriz.

Fonte: Acervo Museu Histórico de Campina Grande, 2016.

Tendo como base as Figuras 7 e 8, percebe-se como era a principal via de acesso à Campina Grande nos sentidos Leste-Oeste. A partir da década de 1930, com as políticas de crescimento urbano da cidade, muitos edifícios, principalmente localizados no limite oeste dessa via, foram demolidos com o intuito de abrir novos caminhos, prolongar a avenida e tornar o crescimento campinense direcionado para oeste. Porém, apesar de a cidade ter tido seu crescimento para esse ponto geográfico, as outras áreas não ficaram livres da reforma urbanística, sofrendo também com demolições e construções que aspiravam ao “moderno”.

Nesse sentido, todos os objetos técnicos que se encontravam no alinhamento final Oeste da Rua da Matriz (atual Avenida Floriano Peixoto), que pode ser verificado na Figura 8, sofreram modificações com as reformas urbanísticas da época, perdendo as suas funções e sendo relocados para outra área, porque o desenvolvimento da cidade não poderia ser travado. Com isso, a atual Avenida foi conduzindo o crescimento da cidade para oeste, obedecendo ao interesse político-econômico dos mais ricos, e segue desbravando o território campinense nessa mesma direção porque interessa ao capital imobiliário e especulativo.

Contudo, as vias antes mencionadas não foram as pioneiras a sofrerem as reformas impostas ao espaço campinense. As primeiras modificações aconteceram na gestão do prefeito Antônio Pereira Diniz, que, por meio do decreto nº 51, iniciou as primeiras transformações na cidade com a destruição, em 1934, da antiga cadeia, localizada na área central e que deu lugar à Praça Clementino Procópio; logo após, veio a construção de uma penitenciária pública no bairro Monte Santo, mais afastado do centro da cidade, além de tantas outras modificações (SOUSA, 2003, p. 68).

Salienta, entretanto, o referido autor que o prefeito Vergniaud Wanderley fez, na gestão iniciada no final de 1935, as maiores modificações no espaço urbano de Campina Grande, principalmente na área da atual Rua Maciel Pinheiro, conhecida como Rua Grande, onde era o ponto de maior concentração popular e onde o comércio se dava com maior intensidade. Vale salientar que nessa rua também estavam concentradas as residências e comércios de algumas pessoas mais abastadas de Campina Grande<sup>19</sup> (Figura 9).

---

<sup>19</sup>De acordo com Sousa (2003, p.78), apesar de a população pobre ter sido a que mais sofreu com as desapropriações e expulsões do centro da cidade, por conta das grandes reformas urbanistas promovidas pelo poder público municipal, ela não foi a única. Em alguns casos, demolições

Figura 9 – Aspecto da Rua Grande em 1931



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Campina Grande, 2016.

Desse modo, percebe-se que a vida cotidiana de Campina Grande, nessa rua, desenvolvia-se por meio do comércio e das mais variadas relações sociais. Com as reformas urbanísticas, o então prefeito ordenou a derrubada de quase todas as antigas construções da área mais central da cidade, restando algumas poucas, a exemplo do Telégrafo Nacional, que hoje tem a função de abrigar o Museu Histórico. Esse prédio é um dos poucos objetos remanescentes da primeira metade do século XIX presente no espaço urbano de Campina Grande.

Sendo assim, todas essas grandes transformações em seu espaço urbano se devem, sobretudo, ao poder de acumulação de capital e atração populacional e de investimentos que o algodão propiciou para a cidade.

Contudo, apesar de o algodão ter conferido um papel de destaque à cidade e ter lhe consolidado como grande praça algodoeira do Nordeste, as outras formas de comércio – a feira de cereais e a feira de gado –, na qual a cidade se originou, continuavam a existir concomitante a essa cultura de destaque.

---

deliberadas ocorreram em casarões e prédios grandes de famílias tradicionais da cidade, bem como de alguns grandes comerciantes e novos ricos.

Logo, no dizer de Diniz (2012), o comércio foi a principal atividade econômica de Campina Grande desde as suas origens. Foi o comércio, propiciado por sua posição geográfica de destaque, que possibilitou a interligação de Campina Grande com as diversas partes da Paraíba e de estados vizinhos.

O comércio tornou o espaço campinense vivo e dinâmico, uma vez que acontecia no espaço próprio de sua tradicional feira, na área mais central, mas também nas imediações desta, como becos, ruelas e estradas que se avizinhavam dela (DINIZ, 2012). Desse modo, o espaço mais central da cidade se traduzia em um panorama com características urbano-rurais.

Com essa vocação comercial aflorada, seu território foi expandindo, cada vez mais, em direção às áreas mais distantes do seu centro, especializando as diferentes áreas do seu território.

Sendo assim, Costa (2003) assinala que Campina Grande, nos anos de 1930, já se destacava pelo seu comércio atacadista, direcionando-o para o oeste, na rua das Areias – atual rua João Pessoa – e que esse segmento comercial caracterizou a economia campinense por mais de quarenta anos, possibilitando a ampliação do seu raio de influência, bem como definindo a sua regionalização.

A partir de então, a cidade vai dotando-se de aparatos técnicos no seu espaço, atraindo maiores investimentos, tais como bancos, fábricas, colégios, cinemas, dentre outros,<sup>20</sup> e a sua população vai aumentando, conseqüentemente.

Costa (2003, p. 42) assinala que as décadas de 1940-1960 trouxeram o “progresso” para Campina Grande e a consolidaram como polo regional. Esse marco risca no espaço campinense os primeiros traços para um incremento industrial na cidade, como veremos na próxima seção, e, embora a consolidação como capital regional tenha trazido ainda mais desenvolvimento para a cidade, alguns autores que não veem exclusivamente na produção do algodão o fator principal para tal consolidação da cidade no cenário regional.

---

<sup>20</sup>Segundo Costa (2003, p. 40), Campina Grande, em 1936, destaca-se como a mais importante cidade do interior do Nordeste, contando com uma população de aproximadamente 100 mil habitantes, 6.121 imóveis na zona urbana, quatro prensas hidráulicas, cinco estabelecimentos bancários, três fábricas de tecido, três fábricas de sabão, duas fábricas de gelo, uma fábrica de cama e lavatório de ferro, uma fábrica de mosaicos e um curtume.

## 1.2 A emergência de Campina Grande como capital regional: o papel da indústria (1940 – 1980)

Como já salientado anteriormente, a partir da década de 1940, Campina Grande ascende ao posto de polo regional, com um comércio atacadista cada vez mais diversificado, conseguindo fazer sua influência comercial extrapolar os limites estaduais e chegar até estados como Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Piauí e Maranhão (DINIZ, 2012; MAIA et al., 2013).

De acordo com Sá (1986, p. 191), esta ascensão campinense deveu-se a vários fatores, dentre eles, a sua posição geográfica como entreposto comercial e o papel de destaque desempenhado pela produção e comercialização do algodão. Embora esse fosse um ponto importante, Costa (2003) salienta que outros autores, tais como Josué de Castro (1966), consideram que a condição de ponta de trilho foi fator fundamental para a consolidação de Campina Grande como capital regional.

Nesse sentido, M<sup>a</sup> Francisca Thereza C. Cardoso considera que, além da posição estratégica que lhe conferiu uma vantagem no que diz respeito em fazer a produção escoar, está também o fato de Campina Grande possuir uma atividade comercial muito bem articulada regionalmente:

Mas é graças à sua extraordinária atividade comercial e à posição que ocupa no quadro geral das exportações do Nordeste que Campina Grande pode ser considerada, a rigor, como a capital econômica, não só da Paraíba, mas de uma área extensa, que ultrapassa, de muito, os limites estaduais (CARDOSO, 1963, p. 423).

Contudo, Câmara (1988) considera que o desenvolvimento e o crescimento de Campina Grande poderia ter sido maior e mais rápido se, em vez de ter permanecido como ponta de trilho por mais de quarenta anos, a cidade tivesse se ligado rapidamente a outros lugares. Esse ponto de vista é defendido levando em consideração outras cidades, como Caruaru, Sobral, Uberaba, Juiz de Fora, Campos, Campinas, dentre outras, que apresentavam grande prosperidade sem que, no entanto, fossem pontos finais de estrada de ferro, enquanto outras que permaneciam como tais mantinham-se estagnadas.

De qualquer forma, o fato é que todos esses fatores juntos criaram as condições necessárias para que Campina Grande alcançasse, entre as décadas de

1940-1960, um grande índice de crescimento e começasse a ensaiar uma tendência para a atividade industrial<sup>21</sup>. Justamente no final desse período, foram criadas duas zonas industriais nos eixos rodoviários que cortam a cidade: uma localizada mais a noroeste da cidade, próximo à rodovia BR – 230, e a outra mais a sudeste, ao lado da BR – 104 (SÁ, 2000; DINIZ, 2012; MAIA et al., 2013).

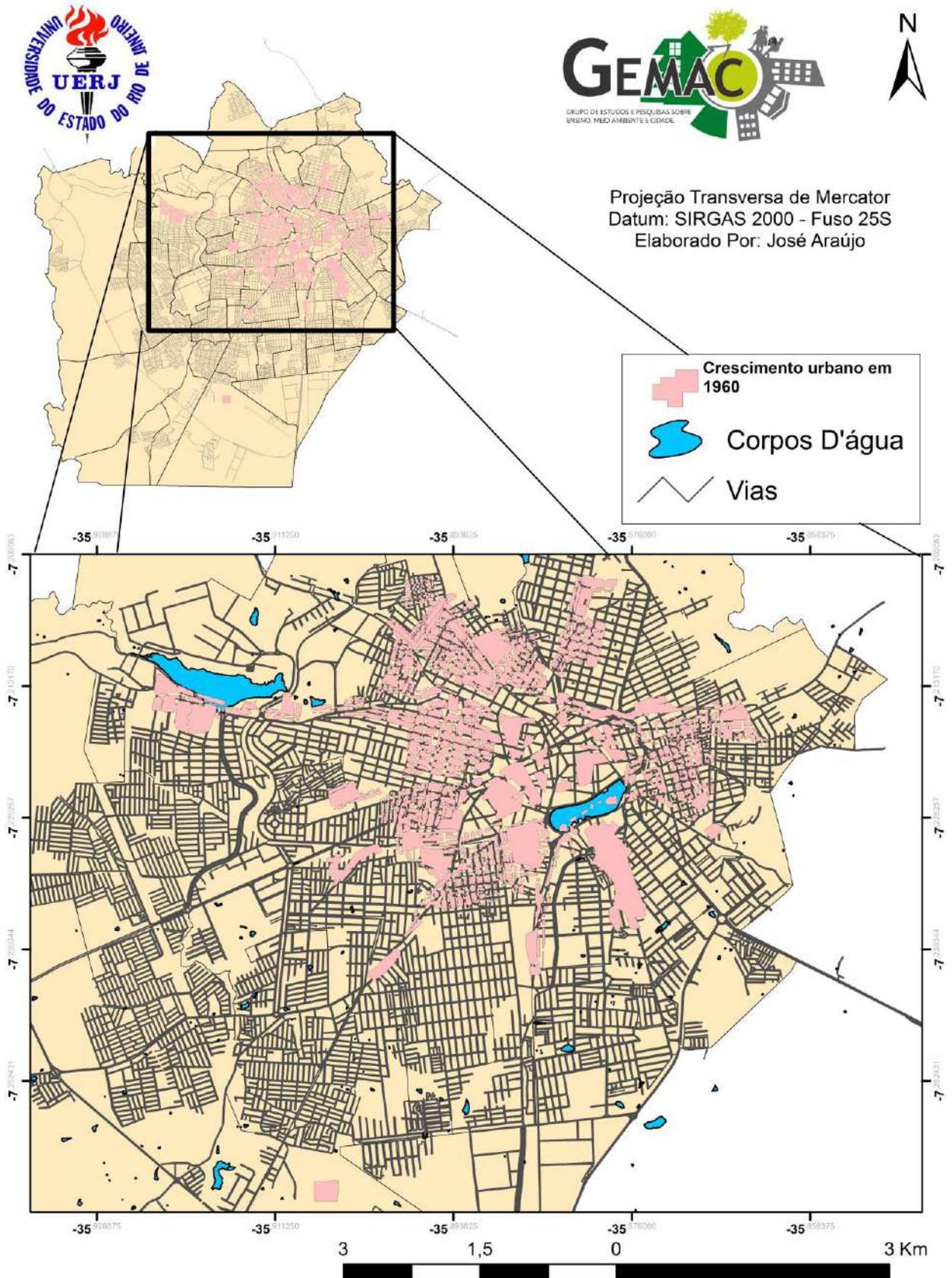
Com esse cenário, Campina Grande vê a sua população dar um salto de crescimento, uma vez que a indústria, tendo ainda como base os produtos ligados ao algodão, desempenhava um papel de atração muito forte. Dessa forma, entre os anos de 1940 e 1950, a cidade passou de 127 mil para 173.206 habitantes, chegando a ser, na última década citada, o 13º município brasileiro em população e o 22º centro urbano mais populoso do país (COSTA, 2003, p. 37).

Portanto, é confirmada a tendência apresentada por Santos (2005, p.30), em que o processo de industrialização empreendido no país impulsionou um efetivo processo de urbanização, gerando um considerável crescimento demográfico das médias e grandes cidades brasileiras (Figura 10).

---

<sup>21</sup>Segundo Aranha (1993, p. 12-15), Campina Grande já contava com algumas unidades fabris desde o ano de 1925, de pequeno e médio porte, e estavam dedicadas às atividades algodoeiras. A partir dos anos 1930, entra no circuito produtivo algodoeiro da cidade empresas de grande porte, ligadas ao capital externo, tais como a SANDRA e a Anderson Clayton. Estas abalaram os pequenos empreendimentos algodoeiros locais.

Figura 10 – Mapa do crescimento urbano de Campina Grande na década de 1960



Fonte: O autor, 2016.

Base Cartográfica: SEPLAN – CG, 2006.

Segundo Costa (2003), as indústrias instaladas em Campina Grande desenvolviam atividades ligadas ao beneficiamento das matérias-primas regionais, como têxteis, alimentícios e curtumes que se localizavam nas proximidades do açude velho<sup>22</sup> e do açude de Bodocongó<sup>23</sup>.

Nesse sentido, apesar do crescimento econômico que Campina Grande viveu entre os anos 1930 e 1960, autores como Costa (2003) e Diniz (2012) reforçam que a cidade apresentava poucas empresas voltadas para o setor industrial. Sendo assim, a função industrial desempenhada por Campina Grande nesse período ocupava um pequeno espaço diante da sua economia influente.

Contudo, Costa (2003) ressalta que, apesar das atividades industriais da cidade estarem muito ligadas à produção do algodão, voltadas para o beneficiamento e transformação do mesmo, não houve impedimento para que outros tipos de indústrias<sup>24</sup>, de variados portes, se territorializassem no espaço urbano de Campina Grande, de forma pulverizada, mas coexistindo com as primeiras indústrias até pelo menos a década de 1960.

As transformações significativas em que o espaço urbano campinense presenciou só começaram a aparecer com a instalação das duas zonas industriais, já citadas anteriormente, que possibilitaram o surgimento de bairros residenciais no entorno dessas zonas<sup>25</sup>.

Com o crescimento de sua área espacial, as áreas periféricas tornando-se pontos de atração, tanto de empresas como de população e seguindo a tendência da política para o desenvolvimento econômico do país, Campina Grande, no final da década de 1950, já possuía uma base industrial considerável, e as políticas de

---

<sup>22</sup>O açude Velho foi o primeiro reservatório de água construído no centro de Campina Grande entre os anos de 1828 e 1830. Construído no leito do riacho das piabas, o açude tinha como objetivo abastecer a população campinense, que sofria as consequências da seca naqueles anos.

<sup>23</sup>O açude de Bodocongó foi inaugurado no ano de 1915 e localiza-se no bairro de mesmo nome, na área mais oeste da cidade.

<sup>24</sup>De acordo com Costa (2003, p. 45), as fábricas de sabão e alimentos (bombons, macarrão, óleos vegetais, entre outros) fazem parte de sua memória e eram comuns no espaço urbano campinense.

<sup>25</sup>Segundo Diniz (2012, p. 68-69), durante as primeiras décadas do século XX, os bairros de Campina Grande não se destacavam na sua economia. A pouca expressividade dessas novas áreas em relação ao comércio da área central explica-se também pela incipiente presença de construções, as quais, em alguns casos, correspondiam a apenas uma rua ou a um minúsculo aglomerado de casebres dispersos.

incentivos fiscais para a fixação de indústrias se faziam, além de nível estadual, também em nível municipal.

Desse modo, segundo Costa (2003), a cidade foi a única do interior brasileiro a receber a sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), momento em que sediou eventos de grande importância regional, como o Encontro dos Bispos do Nordeste, que resultou o GTDN<sup>26</sup>. Esses acontecimentos, segundo Lima (1996) quando mencionado por Costa (2003), levaram a crer que Campina Grande seria muito beneficiada com o advento da SUDENE<sup>27</sup>.

Com a presença do Estado garantindo a infraestrutura básica para a instalação de novos estabelecimentos industriais e conferindo os incentivos fiscais, além da instalação da FIEP, Campina Grande vê, na criação da Sudene, um incremento maior de sua base industrial, passando à frente da maioria das cidades do Nordeste, inclusive da capital do estado, João Pessoa (COSTA, 2003; MAIA et al. 2013).

Costa (2003), quando reporta Lima (1996), considera também que os incentivos federais concedidos às empresas, por meio da Sudene, impulsionaram ainda mais o crescimento do complexo industrial de Campina Grande, uma vez que a cidade passou a ficar entre as quatro cidades nordestinas com maior número de projetos de implantação e ampliação industrial, logo após Recife, Salvador e Fortaleza.

Nesse período, Campina Grande teve uma maior organização do seu espaço, passando a reordenar o espaço urbano e a garantir a infraestrutura básica para a instalação de novas empresas. Nesse sentido, Costa (2003) assinala:

A cidade passou a montar a infra-estrutura para receber as indústrias. Este atrativo, juntamente com a oferta de mão-de-obra barata e abundante, seriam fundamentais para a consolidação da pretensa função industrial que Campina Grande passava a incorporar... Entre os anos de 1960 e 1962 o poder público municipal voltou-se mais uma vez para a reorganização do espaço urbano, elaborando o Plano Diretor Físico da Cidade, projeto de urbanização do açude Velho, do açude Novo e construção do Teatro Municipal (COSTA, 2003, p. 48).

---

<sup>26</sup>GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, criado em 1956, sob a coordenação de Celso Furtado.

<sup>27</sup>SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

De acordo com Costa (op. cit.), dentre as empresas criadas entre as décadas de 1950 e 1960 em Campina Grande e que serviram de infraestruturas montadas para auxiliar a produção industrial, destacam a Companhia de Habitação do Município (COHABCG), a Empresa de Eletrificação – Companhia da Borborema (CELB), a Empresa de Telefonia (TELINGRA), a Empresa de Água e Esgoto (SANESA), a Universidade Regional do Nordeste (URNE), a Escola Politécnica.

Maia et al. (2013) entende que esses incrementos foram fatores importantes na história da cidade, uma vez que impulsionaram a sua expansão, bem como a sua dinâmica urbana. A Empresa de Água e Esgoto e a Empresa Telefônica foram absorvidas, posteriormente, pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CAGEPA) e pela Telecomunicações da Paraíba S/A (TELPA), respectivamente. A Universidade Regional do Nordeste ficou intitulada como Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e a Escola Politécnica foi o embrião do Campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que, atualmente, é a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Ainda segundo os autores, além desses objetos montados no espaço campinense que contribuíam para o desenvolvimento industrial, originou-se também em Campina Grande o Banco do Nordeste e, mais tarde, por volta de 1972, foi criado o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), que, posteriormente, foi transformado no Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE)<sup>28</sup>.

O desenvolvimento apresentado por Campina Grande, tanto no que diz respeito à produção industrial quanto ao crescimento físico da cidade, desencadeou a necessidade de intervenções públicas cada vez mais orientadas para o ordenamento do seu espaço urbano.

Contudo, com o advento do período militar, a política de desenvolvimento para o país passou a ser mais centralizadora, priorizando os investimentos para as capitais dos estados. Além disso, o modelo de industrialização implantado pela Sudene também entra em crise, desencadeando um período difícil para Campina Grande (COSTA, 2003, p. 48).

Segundo o referido autor, citando Lima (1996, p. 07), esse cenário foi responsável pelo fechamento de várias fábricas e aumento da taxa de desemprego,

---

<sup>28</sup>A instituição surgiu em 1967 sob a denominação de Núcleo de Apoio Industrial (NAI/PB). Transformada em Cebrae em 1972 e, finalmente, em Sebrae em 1990.

o que gerou problemas sérios para Campina Grande, tais como marginalidade, falta de investimentos em saúde, educação e moradia.

Entretanto, foi no final da década de 1970 que a cidade conseguiu implantar dois programas nacionais na sua política urbana: Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) e o Programa Nacional para Cidades de Porte Médio (PCNPM) (COSTA, 2003; MAIA et al., 2013).

De acordo com Maia et al. (2013, p. 54), o Programa Cura tinha como objetivo realizar intervenções com maior intensidade no centro da cidade, justamente porque esta área dispunha de maior concentração demográfica e não possuía infraestrutura adequada, além da abertura de vias de comunicação que se deslocavam na direção oeste da cidade. Já o PCNPM, os autores supracitados esclarecem:

Em relação ao Programa Nacional de Cidades de Porte Médio, o projeto pensado para Campina Grande dividia-se em três linhas: Emprego e Renda, que previa a cessão de espaço físico, assistência técnica, treinamento de mão de obra e crédito; Infraestrutura urbana Comunitária, voltada para a instalação de equipamentos urbanos nas áreas de habitação da população de baixa renda; Administração Municipal, que objetivava a melhoria dos serviços da gestão municipal (MAIA, et al. 2013, p. 55).

A questão da moradia era um problema a ser pensado em Campina Grande, tendo em vista que a cidade já apresentava a formação de algumas favelas e áreas de riscos em sua periferia. Nesse sentido, como destaca Maia et al. (2013), a política empreendida pelo Programa Cura, de propor a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), freou a especulação imobiliária na área do centro da cidade, mas intensificou a ocupação das áreas periféricas que se fez, muitas vezes, de forma desordenada.

Assim, Campina Grande chega aos anos 1980 encerrando a sua fase áurea de desenvolvimento, acompanhando o processo que se fazia em todo o país, pois, como ressalta Maia et al. (2013, p. 68), “desde a crise do denominado milagre econômico, quando a indústria nacional principia o processo de desaceleração (décadas de 1970 e 1980), seus reflexos também são sentidos na indústria campinense”.

Os impactos mais sensíveis desse desenvolvimento industrial foram sentidos ainda no ano de 1979, quando a fabricante de fogões Wallig Nordeste encerrou suas atividades em território campinense, desencadeando sérios problemas para a economia local (MAIA et al. 2013).

Apesar de Campina Grande, desde a sua criação, ter vivido fases de desenvolvimento econômico e social, sempre sendo ressaltada a atividade principal na qual era desenvolvida, a exemplo das feiras de cereais e de gado, seu estágio de grande crescimento como praça algodoeira, o comércio atacadista e, mais tarde, o esboço de uma base industrial, Costa (2003) nos alerta para o fato de que não se pode definir Campina Grande como uma cidade monofuncional em qualquer que seja a etapa de desenvolvimento por ela vivida:

Trata-se, portanto, de um espaço cuja complexidade e multi-funcionalidade se faz presente desde muito cedo, embora em alguns períodos sobressaísse determinada função como mais importante. Desta forma, as feiras de gado e cereais que estavam presentes no começo da formação de Campina Grande passaram a ser contemporâneas da fase algodoeira e até se fortaleceram com esta atividade, que por sua vez estimularam o surgimento de uma base industrial e intensificaram o comércio atacadista e varejista. Estes “ciclos econômicos” não foram excludentes nem rivalizaram entre si, pelo contrário, até se beneficiaram da centralidade proporcionada pelas feiras, pelo comércio do algodão e pelo comércio atacadista, dando a cidade uma feição bem mais complexa que a mono-funcionalidade que às vezes lhe é atribuída (COSTA, 2003, p. 50).

Nesse sentido, a compreensão do desenvolvimento do espaço campinense passa por entender os seus estágios de crescimento físico e populacional como um todo, levando em consideração as contribuições que cada fase econômica trouxe para a cidade.

Apesar de sobressair uma atividade sobre as demais, as precedentes nunca sumiram do espaço campinense, como bem explicou o professor Antonio Albuquerque da Costa. Essa característica possibilitou uma sobrevivência de Campina Grande, tendo em vista que a cidade nunca se distanciou da sua função inicial, voltada para o comércio. Mesmo desenvolvendo outros tipos de atividades, a comercial sempre esteve muito presente na vida da cidade.

Essa tendência se confirmou após as grandes transformações na sua organização espacial: quando a indústria perdeu a sua importância econômica no final da década de 1970 e início da década de 1980, a cidade voltou para a sua atividade primeira de comércio e se especializou na prestação de serviços, destacando-se os ligados à saúde e à educação.

### 1.3 O papel dos serviços e a expansão urbana de Campina Grande

O período entre final da década de 1970 e início dos anos 1980 foi de grandes transformações espaciais em Campina Grande, que seguiam um processo que vinha ocorrendo em nível internacional, devido a rupturas importantes no processo de desenvolvimento capitalista<sup>29</sup> (COSTA, 2003, p. 51).

Essas grandes transformações espaciais vieram com uma forte especulação imobiliária na parte mais central, expulsando os pobres que ainda residiam em cortiços, como também na abertura e prolongamento de vias de circulação, a exemplo da Avenida Canal, Avenida Floriano Peixoto, Avenida Manoel Tavares, dentre outras (COSTA, op. cit.).

É importante destacar que algumas atividades começam a se descentralizar da área do centro da cidade, possibilitando uma territorialização de serviços variados em áreas mais distantes da zona central, fazendo chegar a esses locais atividades que não existiam antes ali e tornando essas áreas singulares dentro da dinâmica urbana pela especialização funcional que elas passam a carregar. Costa (op. cit.) acrescenta:

Iniciou-se nesse momento o processo de descentralização das atividades aglutinadas no centro da cidade com a construção do Distrito dos Mecânicos no bairro do Jardim Paulistano, a CEASA<sup>30</sup> (Central de Abastecimento) no bairro do Alto Branco, do Shopping Center Campina Grande no Bairro de São José e do Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo no Bairro do Catolé<sup>31</sup> (COSTA, 2003, p. 53).

Vale salientar que essa descentralização dos serviços em Campina Grande ocorre de forma mais coesa no bairro do Catolé, onde se encontra o maior shopping da cidade, o Partage Shopping, inaugurado nos anos 2000, localizado às margens

---

<sup>29</sup>Segundo Costa (2003), apoiando-se em Santos (1997b), o mundo, após a Segunda Guerra Mundial, passa por uma série de transformações, uma vez que torna-se global e que a técnica e a ciência tornam essa condição possível. Essas transformações, no entanto, só alcançariam o chamado terceiro mundo nos anos 1970, e que algo novo surge dessa “globalização” a qual Santos chama de meio técnico-científico-informacional. Esse é capaz de romper com equilíbrios preexistentes e criar novos equilíbrios mais fugazes, restringindo a arena da produção direta, mas ampliando os espaços de circulação, distribuição e consumo, bem como outras instâncias da produção.

<sup>30</sup>Segundo Costa (2003), citando Nascimento (1999), a CEASA foi criada em 1976 e permaneceu com essa sigla até o ano de 1991, quando passou a ser denominada de EMPASA.

<sup>31</sup>Segundo o mesmo autor, o shopping center Campina Grande foi inaugurado no ano de 1982, e o terminal rodoviário Argemiro de Figueiredo teve a sua inauguração em 1985.

da Avenida Brasília. Essa avenida também é local de outros tipos de comércios, como lojas concessionárias de automóveis, lojas de móveis planejados, escritórios imobiliários, entre outros.

No entanto, a característica comercial assumida por Campina Grande com mais intensidade, a partir da década de 1980, foi a de prestadora de serviços, basicamente ligados à educação e médico-hospitalares.

Segundo Costa (2003), o crescimento dessas atividades foi responsável pela coesão de dois bairros que se destacam como áreas especializadas nesses serviços, o bairro de Bodocongó e o bairro da Prata.

Conforme o referido autor:

No Bairro de Bodocongó, a presença do campus II da Universidade Federal da Paraíba [atualmente Universidade Federal de Campina Grande], a implantação do campus I da Universidade Estadual da Paraíba, além de órgãos de fomento tecnológico como a FAPESQ (Fundação de Apoio a Pesquisa), a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e o Centro de Couros Albano Franco imprimem a este bairro uma especialização no setor de ensino e tecnologia (COSTA, 2003, p. 61).

Transformações socioeconômicas já eram esperadas no bairro Bodocongó, tendo em vista a implantação de alguns objetos educacionais que já vinham sendo instalados nesse bairro desde a década de 1970, a exemplo do campus da UFPB. Nesse sentido, Costa (2003), quando menciona Corrêa (1989), aponta para uma renovação e expansão urbana na cidade, uma vez que o Estado é chamado para garantir a estrutura básica para a instalação desses serviços, como foi o caso na implantação do *campus* universitário, no aumento do funcionalismo público, dentre outros.

No que diz respeito ao bairro da Prata, os serviços médico-hospitalares, a partir dos anos 1980, transformaram o que era um bairro típico residencial em uma área, dotada de objetos técnicos, voltada para o atendimento médico. Como assinala Costa (2003):

O bairro da Prata que desde os anos de 1980 aglutina atividades médico-hospitalares torna-se, nos dias atuais, um espaço coeso. É onde está concentrado a maioria das clínicas, dos consultórios e mais recentemente os laboratórios de análise clínica, que tradicionalmente encontravam-se no Centro da cidade, passaram a abrir filiais neste bairro (COSTA, 2003, p. 62).

Diante dessa nova organização espacial, o bairro vem passando, durante mais de três décadas, por uma transformação na sua funcionalidade. Um bairro que abrigava uma classe média alta, onde as grandes residências marcavam o espaço, hoje são transformadas em clínicas ou laboratórios, ao mesmo tempo em que algumas são demolidas para a construção de edifícios que funcionam como centros médicos. Contudo, ainda existe no bairro a presença de moradores em algumas casas, bem como em grandes edifícios luxuosos que vêm modificando a paisagem do bairro no decorrer do tempo.

Mesmo com a construção de grandes edifícios para moradia, a população do bairro da Prata vem sendo reduzida gradativamente. Tal população de classe média alta se desloca para áreas mais afastadas do centro, em bairros como o Alto Branco, Bairro das Nações, Jardim Tavares e Mirante.

O deslocamento dessa camada da população para bairros mais distantes da zona central da cidade contribui para o surgimento e especialização de novos serviços que começam a se instalar nessas áreas, como, por exemplo, a Avenida Manoel Tavares, que cruza a zona norte, passando pelo bairro do Alto Branco, alcançando o início do bairro das Nações. Nessa avenida e no seu entorno, concentra-se uma variedade de restaurantes, lanchonetes, lojas de plantas ornamentais, além de postos de combustíveis, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a EMPASA, que serve de ponto de atração de agricultores e comerciantes da cidade e de cidades vizinhas, entre outros.

Já o bairro do Mirante concentra em suas proximidades o *shopping* Partage, que é o maior da cidade, e a Avenida Brasília, com serviços ligados ao mercado automobilístico, móveis planejados, entre outros. Além disso, novos bairros nas imediações, como o Itararé, que abriga uma série de serviços que dão dinamismo ao espaço urbano campinense e atrai novos investidores para essas áreas mais longínquas do centro. Em Itararé, localiza-se a sede de uma empresa de televisão, que carrega o mesmo nome do bairro, e uma faculdade – FCM/FACISA. No bairro vizinho de Vila Cabral, encontra-se uma casa de show – SPAZZIO – e um supermercado atacadista – MAKRO. Esses serviços, de modo geral, contribuem para tornar essas áreas atrativas também para o mercado imobiliário de moradia.

Nesse sentido, percebe-se que os bairros mais afastados vão dotando-se de infraestrutura básica para o funcionamento desses serviços, tornando-se

especializados em determinados setores, contribuindo para uma dinâmica maior de grande parte da área urbana. Assim, o espaço campinense vai incorporando novas técnicas e assumindo novas funções que contribuem para o seu processo de territorialização e, aos poucos, vai se aproximando de outras áreas, inclusive as áreas rurais. Essas mudanças são mais perceptíveis no entorno da BR 104, no sentido Brejo paraibano, e também no sentido da cidade de Queimadas – e da BR 230, denominada de Alça Sudoeste, bem como na saída para a capital do estado.

Nessas áreas, além dos serviços mencionados anteriormente, o mercado imobiliário chega com bastante intensidade, causando uma modificação perceptível na paisagem urbana de Campina Grande. Segundo Costa (2003), a década de 1990 foi marcada pela descentralização e verticalização da paisagem urbana da cidade; os interesses particulares sobrepuseram aos públicos, gerando, assim, a revitalização de algumas áreas, mas também a degradação de outros espaços públicos que foram ocupados individualmente e de forma indevida.

O mesmo autor considera também que os anos 1990 foram caracterizados pela falta de políticas públicas de produção de residências populares no país, seguindo o típico modelo neoliberal, e que foi também seguido por Campina Grande<sup>32</sup>. Contudo, só não se tornou um problema muito grave devido ao baixo nível de crescimento da cidade na referida época.

Apesar da ausência de políticas habitacionais na cidade, a década de 1990 presencia o surgimento de grandes áreas residenciais nas zonas mais afastadas do centro, como o bairro do Mirante e o Bairro das Nações, com a implantação do primeiro condomínio horizontal fechado da cidade, seguindo o padrão dos grandes centros urbanos do país.

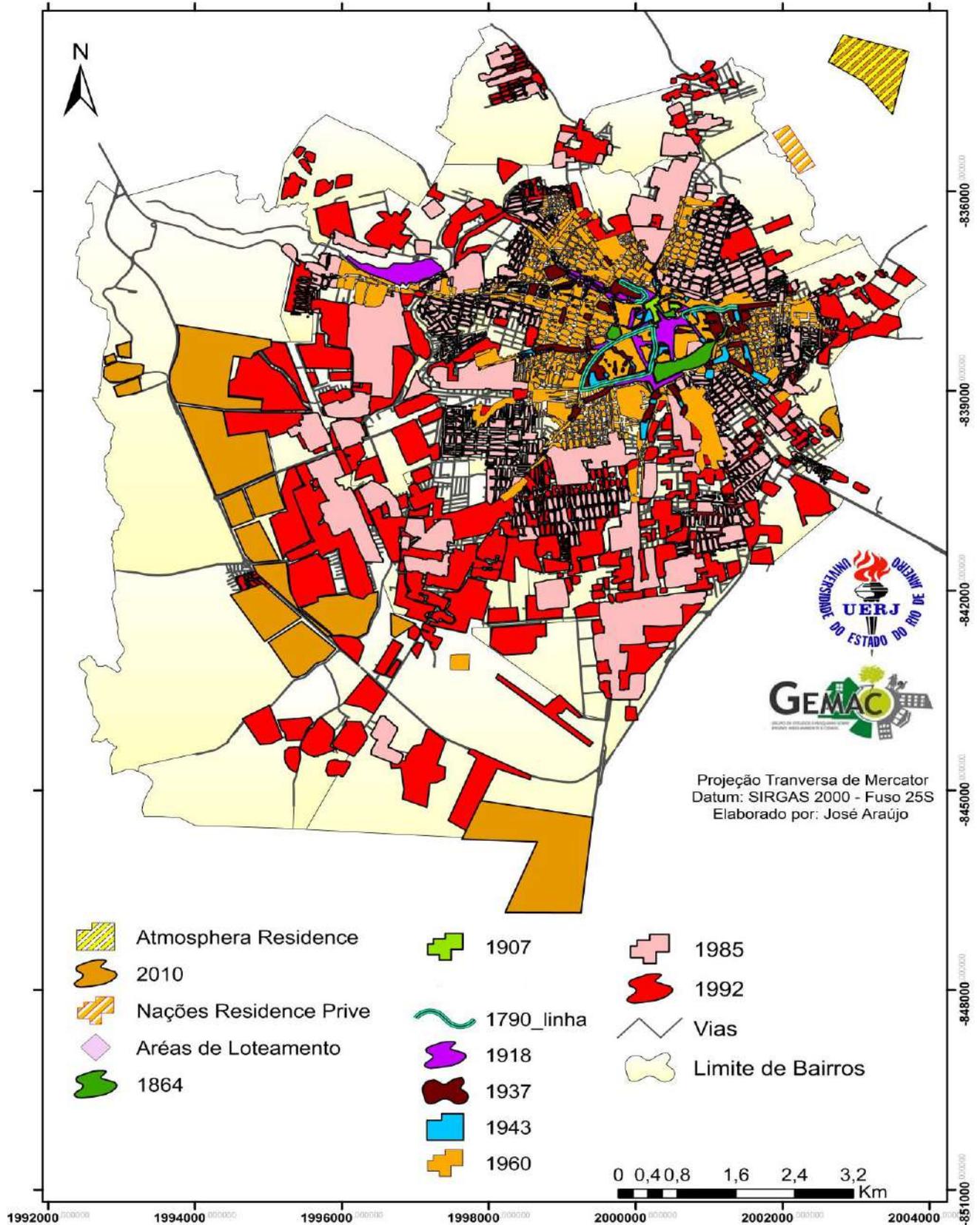
Sendo assim, mesmo com taxas de crescimento desaceleradas, ao contrário do que vinha ocorrendo nas décadas de 1940 a 1960, Campina Grande conseguiu dinamizar o seu espaço urbano e apresentar crescimento, embora tímido, na direção das suas franjas urbanas. Desse modo, a cidade continuou em expansão,

---

<sup>32</sup>As políticas públicas de produção de moradia voltaram a fazer parte da produção do espaço campinense a partir dos anos 2000, no governo do Presidente Lula, com incentivos financeiros para que a população de classe mais baixa pudesse adquirir a sua casa própria. Nesse sentido, as áreas mais afastadas do centro, principalmente nas zonas Sul e Oeste, presenciaram, com maior intensidade, esse tipo de modificação espacial com loteamentos populares, bairros planejados e conjuntos habitacionais.

apresentando considerável dinamismo nas suas franjas urbanas nas décadas seguintes, como verificado na figura 11, a seguir.

Figura 11 – Mapa da evolução do crescimento urbano de Campina Grande e seus momentos de formação territorial



Fonte: O autor, 2016. Base Cartográfica: SEPLAN – CG, 2006.

De um modo geral, Campina Grande não perdeu a sua característica para o comércio, contudo, não se restringiu a essa vocação comercial e, por isso, o seu espaço continua desempenhando interesse a vários segmentos econômicos.

Esses empreendimentos têm o mercado imobiliário como grande dinamizador, que mercantiliza o discurso de segurança, privacidade, contato com a natureza, entre outros. Territorializam-se em áreas muito próximas ao limite urbano da cidade, onde são desenvolvidas atividades ligadas à agricultura e pecuária, cujos praticantes passam a conviver simultaneamente com o novo que se apresenta.

Nesse sentido, as franjas da cidade passam a compor um espaço dinâmico em que uma atividade não se sobressai sobre as outras, mas coexistem em conjunto. Isso é possível devido ao espraiamento da área urbanizada da cidade sobre as áreas mais distantes, com características rurais de agricultura e pecuária em nível familiar.

Em Campina Grande, considerando o seu processo histórico de crescimento e desenvolvimento de sua economia e população e percebendo uma territorialização mais direcionada para as áreas próximas das rodovias federais que cortam a cidade, entremeando as atividades agrícolas às atividades industriais, de serviços e moradia, entendemos que a cidade vem passando, nas últimas décadas, por um processo de formação de espaço periurbano.

Várias são as nomenclaturas para se definir essas áreas, tendo em vista uma série de elementos ligados a aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que acontecem em escalas diferentes em diversos países, dependendo do grau de desenvolvimento de cada cidade e que serão melhor discutidos no decorrer deste trabalho.

Nesse sentido, antes de adentrarmos na formação de espaço periurbano, o próximo capítulo se propõe a analisar as transformações ocorridas, ao longo dos anos, nos espaços cidade e campo e, conseqüentemente, suas formas comportamentais de urbano e rural, respectivamente.

## 2 OPOSIÇÃO E COMPLEMENTARIDADE ENTRE O RURAL E O URBANO: ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DE ÁREAS EM TRANSFORMAÇÃO

Tendo como base a acelerada expansão do sistema capitalista comercial por meio das grandes navegações, o espaço mundial foi sendo cada vez mais descoberto e explorado de acordo com a intenção de quem o conquistava.

Com o domínio das técnicas de produção agrícola, a cidade capitalista pôde definitivamente se sobrepor à cidade feudal de tal maneira que proporcionou aos seus habitantes o sentimento de liberdade que eles não possuíam estando no campo. Dessa maneira, percebe-se que o uso da terra tinha um valor diferenciado para os moradores do campo e da cidade, e, conseqüentemente, seus hábitos diários estavam vinculados aos modos de vida<sup>33</sup> rural e urbano, respectivamente. Contudo, apesar dessa grande diferenciação, o comportamento dos indivíduos e as atividades econômicas desenvolvidas nesses espaços eram, ao mesmo tempo, antagônicos e complementares, uma vez que a população urbana necessitava dos alimentos produzidos no campo, bem como este se utilizava de alguns serviços ou técnicas que eram desenvolvidas na cidade.

De um modo geral, com o adensamento da população e com o desenvolvimento de novas técnicas, essa nova sociedade que estava se formando desenvolvia atividades diferentes daquela antecessora, e a visão que os moradores de ambos os espaços tinham um do outro geraria oposições, tendo em vista que uma estava atrelada à ideia de desenvolvimento, enquanto a outra era possível prever que poderia ser tomada pela completa urbanização ou que estaria fadada às mesmas atividades e às mesmas formas de produção agrícolas.

Diante desse contexto, o presente capítulo analisa as contradições entre as categorias rural, urbano, campo e cidade como categorias antagônicas, bem como campos complementares e suas eventuais discussões travadas na geografia e

---

<sup>33</sup>Para Isabel Guerra (1993), a noção de modos de vida situa-se ao nível das relações cotidianas e suas diferentes práticas (de trabalho, familiar, de consumo, de lazer, entre outras) e das relações que o conjunto dessas práticas cotidianas estabelece com as relações sociais mais gerais. Sendo assim, perpassa ciências como Sociologia, Antropologia, Geografia e, ainda assim, não se tem uma precisão quanto a sua definição, podendo ser identificada também como “estilos de vida”, “gêneros de vida”, mesmo que utilizando conteúdos de referências contraditórias. Da mesma forma, para Vidal de La Blache, a ação metódica e contínua de grupos humanos, agindo fortemente sobre a natureza, configurava-se como um gênero de vida. Quanto mais organizada e sistemática a ação das sociedades sobre o meio, mais organizado e complexo será o resultado desta ação, constituindo gêneros de vidas diversos nas várias partes do globo.

demais ciências afins. Analisa também essas categorias no espaço campinense e como estão inscritas espacialmente.

## 2.1 Rural, urbano, campo e cidade como categorias antagônicas

As definições e delimitações do que seja rural e urbano estão diretamente relacionadas aos conceitos de campo e cidade e levam em considerações diversas variantes e diferenciam de país para país, podendo partir de aspectos demográficos, territoriais, econômicos, dentre outros.

Assim, Vale (2005), Endlich (2006), Sobarzo (2006) e Biazzo (2008) comungam das ideias de Lefebvre (2001), quando este considera, de uma forma geral, as categorias campo e cidade como formas concretas, que se materializam no espaço, enquanto rural e urbano como representações sociais.

Dessa forma, Bagli (2006) esclarece essa distinção, deixando nítido como cada categoria analítica se apresenta no espaço<sup>34</sup>:

Se campo e cidade são espaços produzidos por relações sociais que se expressam de maneira diferenciada, é porque existe um conjunto de fatores que estabelecem tais diferenciações. O conteúdo que diferencia cada espaço é composto por um conjunto de valores, práticas, comportamentos e hábitos que resultam de maneiras não semelhantes de relacionamento com o meio, variando de acordo com a realidade que o conduz, seja ela rural ou urbana. Esse conjunto de valores, práticas, comportamentos, hábitos e costumes caracteriza os modos de vida específicos de cada espaço. (...) [Portanto, para a autora], o campo é, dessa forma, o lugar onde prevalece o modo de vida rural e as ruralidades, ao passo que a cidade é o lugar do modo de vida urbano e as urbanidades. Sob essa lógica formativa, o campo é espaço rural e a cidade espaço urbano (BAGLI, 2006, p. 62).

Contudo, diante disso, vale a pena ressaltar que a realidade não se apresenta organizada de forma uniforme, podendo ocorrer, dentro da cidade, espaços onde as pessoas desenvolvam um modo de vida rural e suas atividades cotidianas estejam ligadas ao campo, como também pode ocorrer a existência, no campo, de pessoas com comportamentos e hábitos urbanos.

---

<sup>34</sup>Comungamos do pensamento da autora quando, a partir de Henri Lefebvre, refere-se ao espaço como lócus e produto da reprodução das relações sociais de produção. Segue-se a lógica, na atualidade, do modo de produção capitalista.

É evidente que não se pretende chegar a uma definição estanque dessas categorias, tendo em vista o próprio processo evolutivo dos objetos contidos nesses espaços e as ações neles estabelecidas, o que acrescenta ainda, a cada período, novos elementos, além de reanimar os já existentes. Por tudo isso, a identificação e delimitação desses espaços não é de todo fácil, levando em consideração um longo período em que campo e cidade estiveram em posições antagônicas. Embora as suas atividades, de uma forma ou de outra, acabassem por se complementar, a visão da sociedade estava voltada para a cidade e seu modo de vida urbano como o centro do progresso e desenvolvimento, enquanto que ao campo e ao modo de vida rural, as identificações apontavam como sendo o lugar da produção agrícola e do atraso. A cidade era, predominantemente, lugar de atividades não-agrícolas. (SANTOS, 1988).

Mais que isso, a vida política e cultural da cidade, predominantemente urbana, dotada de aspirações ao moderno, movimento e crescimento espacial, contrapunha-se ao campo, de hábitos predominantemente rurais, voltado para a produção de alimentos e comandado pelas forças da natureza. Sendo assim, Fontoura (2009) relata:

A partir desta primeira diferenciação, entre o uso da terra como meio de produção e localização, desta divisão do trabalho, podemos pensar o mundo em rural e urbano. As relações de troca entre esses dois mundos intensificaram à medida em que cresceram as cidades, que passam a definir seus papéis estabilizando o adensamento populacional e a ocupação humana, dando sentido ao povoamento do ecúmeno (FONTOURA, 2009, p. 269).

Para tanto, reafirmamos nosso entendimento de que os termos rural e urbano são construções sociais e estão diretamente relacionados com as formas físicas de campo e cidade, respectivamente, e para a delimitação desses termos não existe uma definição oficial, cabendo a cada país usar critérios que julgue mais necessário para o seu território.

No caso do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo demográfico de 2010<sup>35</sup>, considera área urbana como uma área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, que seja urbanizada ou não, e que esteja

---

<sup>35</sup>Cf. IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

definida por uma lei municipal<sup>36</sup>, enquanto que área rural se configura, obviamente, a partir dessa primeira definição, como a área do município externa ao perímetro urbano.

No entanto, seguindo essa linha definidora proposta pelo IBGE, o urbano está em constante crescimento, avançando paulatinamente em direção às áreas rurais, tendo em vista que as áreas metropolitanas tendem a se expandir em todo o mundo, à medida que o desenvolvimento socioeconômico desses espaços evolui. Nesse sentido, baseado no critério anterior, os conceitos de urbano e rural devem ser repensados constantemente.

Contudo, outros parâmetros são utilizados para se delimitar os termos rural e urbano e suas formas concretas em todo o mundo, tendo em vista outros aspectos de caráter político, físico, demográfico, econômico, dentre outros. Destacamos a *delimitação administrativa* que, no Brasil, se configura como a mais aceitável, assim como em outros países da América Latina, além do Reino Unido, da África do Sul e da Tunísia, que declaram como urbanos os residentes em lugares com certa forma de administração (ENDLICH, 2006). Contudo, essa delimitação apresenta algumas restrições, a saber: 1) a definição dessas áreas acontece de forma arbitrária pelo poder público municipal, que não leva em consideração aspectos geográficos, econômicos e culturais das áreas limítrofes; 2) o limite de atuação dos serviços públicos, tais como limpeza pública, iluminação, transporte público, que não chegam a toda a área pré-estabelecida como urbana, às vezes por questões da própria topografia do terreno, que ainda não dispõe de infraestrutura adequada para a realização plena desses serviços; e 3) a definição ainda imprópria de rural, quando observada a carência de prestação de serviços em determinada área e que não configura como aspecto ideal ou único para se definir um espaço rural.

Diante dessa problemática operacional na definição dos termos, a OCDE<sup>37</sup>, em colaboração com a União Europeia, desenvolveu uma definição harmonizada das áreas urbanas como “unidades econômicas funcionais”.

---

<sup>36</sup>A definição de cidade e de campo se relativiza bastante, considerando o perímetro urbano, tendo em vista que muitos municípios do Brasil não possuem leis específicas que estabeleçam esses limites, levando em consideração que esse assunto se encontra, geralmente, no plano diretor da cidade, e o estatuto da cidade (2004, Título VII, Capítulo II, Art. 182, §1) determina a obrigatoriedade do plano para cidades acima de vinte mil habitantes. Por outro lado, as cidades que possuem o plano diretor podem, por meio do estatuto, criar leis específicas para incluir novas áreas ao seu perímetro (Lei 10.257, 10/07/01. Capítulo II, seção II, art. 5º).

Esse aspecto de investigação sobre o que seja o rural e o urbano leva em consideração o *patamar populacional*. De acordo com Abramovay (2000), países da Europa, como Espanha, Portugal, Grécia, França, Noruega, além de alguns da América Latina, como Argentina, Bolívia, Venezuela, México, Honduras e Nicarágua, adotam esse critério como definidor das áreas rurais e urbanas, levando em consideração a quantidade de habitantes residentes naquele lugar.

Assim, essa metodologia permite uma comparação entre as áreas urbanas funcionais, com tamanhos similares em vários países, propondo uma classificação em quatro tipos, de acordo com o tamanho da população: pequenas áreas urbanas, com uma população inferior a 200 mil pessoas; áreas urbanas, com população entre 200 mil e 500 mil de tamanho médio; áreas metropolitanas, com uma população entre 500 mil e 1,5 milhão e grandes áreas metropolitanas, com uma população de 1,5 milhão ou mais (OCDE, 2013).

Todavia, esse critério é carregado de controvérsias, porque comporta diferenças enormes de um país para outro, como, por exemplo, o limite crítico para considerar uma área urbana na Noruega ser de 200 habitantes, enquanto no Japão o mesmo critério leva em consideração uma quantidade de 50 mil habitantes (BEAUJEU-GARNIER, 2010).

Podemos, ainda, citar outro critério na definição de rural e urbano quando encaramos a importância das atividades econômicas desenvolvidas numa determinada área. Nesse caso, países como Israel e Chile estão atentos aos ocupados na mão de obra da *agricultura*. A área é tida como urbana ou rural, de acordo com a parcela da população que não exerce atividades ligadas à agricultura.

De fato, os aspectos econômicos se sobressaem para este tipo de definição, uma vez que é um item de grande relevância para o desenvolvimento das mais variadas partes do globo. Assim, por esse aspecto, a diferença básica entre o que vem a ser rural e urbano é que o primeiro esteve durante muito tempo voltado à produção de atividades primárias, agropecuárias, enquanto o segundo se evidencia pela concentração da população envolvida nas atividades ligadas aos setores secundários e terciários, destacando a indústria e os serviços (ENDLICH, 2006).

---

<sup>37</sup>Cf. OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Definitions of Functional Urban Areas (FUA) for the OECD metropolitan database**. Paris, 2013.

Da mesma forma, Moreira (2007) constrói uma narrativa coerente para analisar essa divisão clássica que colocou o modo de vida rural numa posição de subordinação ao modo de vida urbano e perdurou durante muitos anos na geografia:

O rural sócio-histórico foi assim culturalmente relacionado a sociedades agrárias tradicionais e comunidades locais, bem como temporal e simbolicamente ligado ao passado e à tradição. (...) Enquanto o território urbano foi simbolicamente referido ao tempo contínuo, ao mecanismo do relógio e ao espaço geométrico horizontal-vertical das ruas e dos edifícios, o território rural foi associado ao tempo sazonal e ao espaço ecossistêmico da natureza (MOREIRA, 2007, p. 76).

Nesse mesmo sentido, Wanderley (2000, p. 92) acentua essa diferença gestada nas sociedades tradicionais em que “o meio rural [foi] identificado ao ‘meio natural’, lugar por excelência da agricultura e da vida social camponesa, distinto, portanto, da cidade, considerada como um ‘meio técnico’”.

Ainda sob a influência dessa linha de pensamento, Oliveira (2003) aponta que com o feudalismo<sup>38</sup>, a cidade se apresenta como produtiva, fundando a divisão social e do trabalho entre o campo e a cidade, dotando essas áreas especializadas na agricultura e no artesanato, respectivamente, e acentuando as clássicas prerrogativas sobre ambos.

De acordo com essas premissas e aliando-se aos escritos de Endlich (2006), podemos dizer que o rural tal como foi concebido designa uma condição de vida pretérita e que vem sendo superada material e culturalmente; já o urbano representa uma condição social em que a precariedade pode ser superada e o desenvolvimento alcançado.

Contudo, é importante destacar que, apesar de a cidade estar em processo de desenvolvimento mais avançado que o campo e os costumes urbanos terem alcançado as áreas de predomínio rural, não significa que este último caminhe para o desaparecimento, uma vez que o ritmo frenético que caracteriza as relações socioeconômicas nas cidades tem criado possibilidades de o capital comercial penetrar nessas áreas, resgatando antigos hábitos rurais e forjando outros, que servem de elementos para a atração de parcela dessa população urbana.

Nesse sentido, é importante resgatar os condicionantes teóricos que influenciaram o pensamento geográfico durante o seu desenvolvimento, na tentativa

---

<sup>38</sup>De acordo com Anderson (1989), o feudalismo foi um modo de produção regido pela terra e por uma economia natural, na qual nem o trabalho e nem os produtos do trabalho eram bens.

de estabelecer um olhar mais consciente sobre as áreas com características rurais e urbanas, entendendo o seu verdadeiro papel dentro do espaço geográfico.

Portanto, desde a sua constituição como ciência, por volta do século XIX, a geografia, bem como outras ciências sociais, estava preocupada em analisar os fenômenos ocorridos no espaço sob óticas parcelares, privilegiando os aspectos físicos do espaço em detrimento da influência dos elementos sociais. Desse modo, sob forte influência positivista, polarizando várias categorias importantes de análise da ciência geográfica e nesse arcabouço analítico aparecem, também, os termos campo, cidade, rural e urbano.

Diante desse contexto, entendemos que os espaços do campo e da cidade, bem como suas representações sociais de rural e urbano, adquiriram visões dualistas desde muito cedo, a partir da formação dos primeiros povoados, vilas, até as cidades como conhecemos hoje, o que possibilitou uma comparação entre esses extremos. Contudo, isso se apresenta como herança do fundamento positivista adotado pela geografia tradicional, que se apressava em descrever, enumerar, classificar os fatos, ficando apenas neles, na parte visível e palpável do espaço<sup>39</sup>.

Diante da discussão, percebe-se que a visão positivista na geografia era muito forte, privilegiando os aspectos físicos do espaço em detrimento dos aspectos humanos e, a partir disso, as discussões dualistas firmavam-se, tendo como base os discursos interessados na conquista de novos territórios, na expansão de influências políticas e econômicas dos países dominantes.

Segundo o que relata Moraes (2007), esse pensamento dual se manifesta na Geografia durante todo o período do pensamento tradicional nas mais variadas escalas:

As máximas e os princípios são os responsáveis pela unidade e contiguidade da Geografia. Ambos veiculam formulações de um nível bastante elevado de generalidade e vaguidade, permitindo que se englobem propostas díspares e mesmo antagônicas. Tal fato enseja os dualismos que perpassam todo o pensamento geográfico tradicional: Geografia Física-Geografia Humana, Geografia Geral-Geografia Regional, Geografia Sintética-Geografia Tópica, Geografia Unitária-Geografias Especializadas.

---

<sup>39</sup>A descrição, a enumeração e classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles, como se eles cumprissem toda a tarefa de um trabalho científico. Cf. MORAES, Antonio Robert de. **Pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Anablume, 2007. p. 40.

*Acrescentamos ainda Geografia Urbana-Geografia Agrária* (MORAES, 2007, p. 43).

Suzuki (2011) também interpreta essa visão ancorada em pensamentos antagônicos pela geografia brasileira:

A geografia brasileira, em seus primórdios, amplamente definida pela geografia europeia, sobretudo a francesa, como principal matriz, mas também pela alemã, incorporou as dicotomias entre Geografia Física e Geografia Humana e Geografia Geral e Geografia Regional (SUZUKI, 2011, p. 25).

De um modo geral, a geografia vai orientando-se por olhares bifurcados sobre como se dava a organização do espaço. Vale a pena ressaltar que essa maneira de se estudar o espaço a partir de extremos esteve intrínseca à geografia desde o momento em que temos uma ciência, de fato, no fim do século XIX, resistindo até meados do século XX<sup>40</sup>, recebendo influências de algumas escolas do pensamento geográfico que iam avançando em suas análises, embora ainda adotando essas discussões apoiadas em polos extremos.

Sendo assim, ainda contando com uma tradição de pensamento positivista e partindo dos seus ramos de formação, ou se daria ênfase em fazer uma geografia mais preocupada com os aspectos naturais ou com os fenômenos humanos, ou seja, o pensamento geográfico acabaria se encaminhando para uma das extremidades das várias formas de pensamento dualista que estava posto naquele momento.

Importante destacar que a direção que esses estudos tomavam estava diretamente relacionada com os interesses político-econômicos de cada período histórico, em que privilegiava o desbravamento de novas terras para exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente, enriquecer o país colonizador. Daí os aspectos físico-naturais serem os mais investigados pelos estudiosos.

---

<sup>40</sup>Em meados do século XX, o pensamento geográfico começa a se voltar para as questões que envolvem a realidade social, propondo uma transformação na sociedade, tendo o discurso científico como arma para esse processo, propondo uma sociedade mais justa. A partir da década de 1970, a preocupação com as problemáticas sociais tornam-se mais importantes, visto que o desenvolvimento industrial exercia grande impacto nas sociedades e na natureza. Assim, na tentativa de encontrar possíveis soluções, ou melhor, entendimento dos problemas, a Geografia Crítica nasce buscando entender melhor esses processos existentes no espaço, fazendo uma avaliação profunda das razões da crise.

Com esse processo de expansão dos países capitalistas europeus – principalmente Inglaterra, França, Prússia, Alemanha e Rússia – no decorrer do século XIX, expedições para os territórios da África, Ásia e América do Sul foram muito estimuladas, e a geografia esteve presente nesses processos, dando a sua contribuição para a conquista desses espaços, como bem coloca Santos (2012):

A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular a um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artifícios cada vez que a marcha da história conhecia uma inflexão (SANTOS, 2012, p. 31).

Nesse sentido, a geografia acompanhou o processo de expansão das grandes potências mundiais e, ao fazer isso, também foi alcançando a sua expansão, modernizando-se e atualizando o seu enfoque sobre o espaço. Assim, juntamente com o processo de expansão capitalista, as aglomerações urbanas iam aumentando – tendo em vista que ganhavam um poder maior de atração em relação aos espaços mais rurais – e tornavam-se cada vez mais o lugar de concentração; os espaços opostos a este, por conseguinte, iam transformando-se em espaços de dispersão e, assim, os tratamentos de diferença acentuavam-se.

Como o objetivo dessa expansão estava voltado para o controle do território, dos aportes físicos do espaço, ainda sob uma tradição positivista/determinista, o rural foi sendo gradativamente relacionado como o espaço dos recursos naturais, da matéria-prima, de hábitos simples, de obediência ao morador urbano e principalmente como um espaço voltado exclusivamente à produção de bens e abastecimento do espaço urbano, passando, dessa forma, a ser comandado pela cidade e por ter apenas esta função: encontrar-se numa posição inferior ao centro urbano, estando mais distante dele e com limites muito bem definidos. De uma forma mais direta, podemos afirmar que as diferenciações que estavam sendo postas entre os espaços rural e urbano e que perduraram por muito tempo na geografia e em outras ciências são diferenciações sociais, criadas para conferir valor a um espaço em detrimento a outro.

Dessa forma, percebe-se que a construção do pensamento durante toda a geografia tradicional pautava-se em reafirmar as diferenças dos espaços, criando analogias perigosas, subdividindo o espaço e frisando as diferenças, elegendo pontos que os consideravam mais capazes que outros, tendo como base dessa

divisão as condições e características sociais que se davam a partir das relações entre países, como bem explica, mais uma vez, Santos (2012):

Os segmentos ou classes sociais criados ou reforçados pelas relações entre países ou regiões subdesenvolvidos e países ou regiões desenvolvidos têm comportamentos diferentes face às exigências da vida econômica e social. Esses diversos comportamentos têm muitas consequências geográficas ainda que em um mesmo espaço considerado (SANTOS, 2012, p. 39).

Sendo assim, pode-se afirmar que variações entre uma área e outra existem no espaço como um todo e não significa dizer que o espaço da cidade, por ser urbano, seja uniforme, dotado de vida, de movimento e possibilidades, e o seu contrário, o rural, seja, como um todo, área de atraso sociopolítico e econômico, além de espaço de produção exclusiva de alimentos para o abastecimento da cidade.

Porém, com diferenças acentuadas, Williams (1989) assevera que, apesar de a cidade ter se sobressaído em vários aspectos sobre o campo, o seu desenvolvimento ocorreu como um aspecto dessa característica agrícola:

Direta ou indiretamente, a maioria das cidades aparentemente se desenvolveu como um aspecto da ordem agrícola: num nível mais simples, como mercados; num nível mais elevado, refletindo a verdadeira ordem social, como centros de finanças, administração e produção secundária (WILLIAMS, 1989, p. 71).

Se levarmos em consideração o processo histórico de formação do território de Campina Grande, perceberemos a estreita ligação do seu espaço urbano com o rural, tendo em vista que a cidade nasce a partir do campo e precisa deste para crescer e se desenvolver.

Foi por meio do comércio – baseado em produtos primários, oriundos da agricultura e pecuária – que Campina Grande conseguiu despontar no interior do Nordeste como grande entreposto comercial e, atualmente, como importante ponto de comércio varejista e prestadora de serviços, especialmente médico-hospitalares e educacionais<sup>41</sup>.

Nesse contexto, tinha-se uma cidade que aspirava ao moderno, pegando de empréstimo as modernidades que se apresentavam em grandes cidades, como a de

---

<sup>41</sup>Cf. Tópico 1.1 - Da Vila Nova da Rainha à formação territorial de Campina Grande (1790-1940): o papel das atividades agropecuárias e do comércio; e tópico 1.3 - O papel dos serviços e a expansão urbana de Campina Grande.

Recife, por exemplo; contudo, não conseguia varrer os aparelhos da vida simples do campo do seu interior.

Sendo assim, a cidade conviveu durante muito tempo com elementos característicos da vida urbana, entremeados com objetos e comportamentos rurais. Eram transformações que ocorriam no seu espaço urbano, como consequência do processo de crescimento do seu comércio, da importância que adquiria no estado e em estados vizinhos, porém, os traços mais marcantes da vida rural insistiam em permanecer no espaço.

Diante desse contexto, é inegável a relação existente entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, embora o campo e os aspectos rurais tenham sido corriqueiramente relacionados à ideia de espaço lento, limitado, precário e vinculado às atividades primárias, enquanto a cidade e os aspectos urbanos atraíam para si a imagem de modernidade, desenvolvimento, centro de tomada de decisões políticas e econômicas, além da ligação com atividades secundárias e terciárias (ENDLICH, 2006; BERNADELLI, 2006; BAGLI, 2006; MOREIRA, 2007).

Contudo, apesar de se encarar a cidade e o campo como duas formas distintas de produção do espaço, eles terminam por se complementar, pois mesmo que a transição ideológica da vida em sociedade estivesse sendo regida pelo ritmo urbano, as bases dessa sociedade ainda estavam muito atreladas à propriedade da terra e à produção do espaço rural quando este ainda respondia com o abastecimento de alimentos para a cidade, mão de obra, entre outros, como acontecia em Campina Grande durante algumas décadas do século XIX (Figura 12):

Figura 12 – Praça do algodão, em 1920



Fonte: Acervo Museu Histórico de Campina Grande, 2016.

A partir da figura 12, percebemos que, nesse período, as cidades brasileiras ainda estavam muito ligadas aos aspectos rurais, e, em Campina Grande, a presença de muitos animais e a comercialização do algodão marcavam a paisagem urbana da época. Os tropeiros traziam, de várias partes do estado, os burros carregados do algodão e o armazenavam em Campina Grande para, posteriormente, ser comercializado com outras regiões e até no exterior<sup>42</sup>.

Ainda aqui, as funções desempenhadas pelo campo (de produtor de alimentos para o abastecimento de uma área em constante crescimento e modificações, possuidora de população cada vez mais sedenta de modernidade e evolução, além de fornecedor de mão de obra), bem como pela cidade (com funções cada vez mais especializadas de controle e distribuição de serviços pelo espaço urbano), estavam ainda bem definidas e eram um marco espacial de ambos.

Nesse sentido, pelo fato de a cidade estar em processo de construção e modificação constantes, por sua forma estar sendo configurada por novos

---

<sup>42</sup>Cf. Tópico 1.1 - Da Vila Nova da Rainha à formação territorial de Campina Grande (1790-1940): o papel das atividades agropecuárias e do comércio.

elementos, agregando valor de uso e de troca ao seu espaço, e o campo ter se conformado às mesmas funções e processos de reprodução espacial, as análises acerca desses espaços ganharam definições que os diferenciavam e faziam com que essas distinções se acentuassem cada vez mais no imaginário das sociedades, fazendo com que o discurso empreendido pela geografia e tantas outras ciências sociais, durante muito tempo, se aplicasse de forma tão dual, elegendo uma área como nobre e a outra como subalterna.

Dessa maneira, a divisão territorial e social do trabalho, vivida pelo campo e pela cidade capitalista, vai se constituindo e afirmando essa divisão entre essas formas física e, conseqüentemente, entre as atividades desempenhadas por eles. Esse período histórico é frisado por Maia (1994), quando lembra John Merrington (1977):

A separação da produção e consumo provocada pela troca urbano-rural foi causa daquela “revolução” mediante a qual a auto-suficiência da economia rural foi minada pelos padrões de consumo urbano, destruindo a ordem estática da autoridade patriarcal baseada na posse da terra, na qual o “consumo não é um prêmio mas um preço da subordinação” (MAIA, 1994, p. 33-34).

Destarte, as visões bifurcadas sobre esses espaços continuariam por parte de muitos estudiosos nas mais diferentes áreas do conhecimento até o estágio mais avançado do sistema capitalista, quando penetra com mais intensidade no campo e influencia esse espaço, causando uma transformação no modo como se vê o urbano e rural. Essas modificações se apresentam baseadas na divisão territorial do trabalho, tendo as categorias do trabalho material e intelectual bem estabelecidas (BAGLI, 2006a).

No mesmo sentido caminha o pensamento de Sobarzo (2006, p. 57) quando diz que “na era agrária existia uma clara divisão entre cidade e campo baseada na divisão do trabalho, sendo possível considerar as cidades como obras pela prevalência do valor de uso sobre o valor da troca, dos costumes dos habitantes sobre a produção”.

Nesse sentido, a cidade passa a desempenhar um papel de importância, e o comportamento urbano se configura como um comportamento centralizador, que impulsiona os habitantes desse espaço a agir sobre ele e, da mesma forma, ser influenciado, ocasionando um movimento dialético.

Esse movimento é o que contribui para o crescimento e desenvolvimento do espaço urbano, e não só dele, mas também do espaço rural, uma vez que, com o crescimento da cidade, a área de influência ao espaço rural diminui, e os costumes desses espaços, tidos até certo tempo como antagônicos, entram em choque e passam a conviver e influenciar novos comportamentos.

Nesse sentido, Pires (2007) enfatiza as dinâmicas ocorridas entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, no decorrer do tempo, que impossibilitaram as análises sobre essas áreas, tendo em vista as polaridades que assim os definiam:

As diferenciações espaciais em termos do binômio urbano-rural foram significativas até o momento em que os processos de urbanização e industrialização funcionaram de modo “clássico”, isto é, enquanto os centros urbanos concentravam os principais recursos – mão-de-obra, comunicações, serviços entre outros – e mercados. A partir da segunda metade dos anos 60, entretanto, observa-se que esse tipo de polarização baseado em critérios de diferenciação espacial já não dava mais conta de explicar as dinâmicas em curso (PIRES, 2007, p. 35-6).

Dessa forma, cabe melhor entendimento sobre como são estabelecidas as complementaridades entre os espaços rural e urbano e os aspectos socioeconômicos condicionantes na mudança de pensamento sobre ambos.

## **2.2 O rural e urbano como categorias complementares**

Pensar a cidade e o campo como espaços antagônicos, que se distanciam progressivamente e estão fadados a essa separação, é não levar em consideração a própria dinâmica espacial, cuja essência está na reconstrução de histórias e espaços, a partir das ações individuais e coletivas, moldando os objetos, atribuindo-lhes novas funções em um processo contínuo de renovação. Dessa forma, o espaço seria considerado como um fator da evolução social, não apenas como uma condição (SANTOS, 1985, p. 1).

Se, no passado, as atividades econômicas davam feição a esses espaços e, conseqüentemente, às formas de vida urbana e rural, há algum tempo essas delimitações passaram a desempenhar aspectos menos importantes.

Sendo assim, a atividade industrial, que era atribuída à cidade e ao comportamento urbano como característica principal, deixou de ser exclusiva desta, bem como as atividades agrícolas, que estavam relegadas ao campo e desempenhavam atributos de uma vida rural, também perderam a sua indicação principal.

Los espacios rurales profundizaron los procesos de modernización a través de la difusión del modelo productivista, incrementando la especialización productiva orientada a la exportación y la apertura a la inversión externa, e introduciendo las normas internacionales en la producción de alimentos, en especial, las fijadas por los grandes conglomerados agroindustriales<sup>43</sup> (JACINTO, 2010, p. 46).

Dessa forma, modificações significativas na organização socioeconômica do campo ocorreram, e o entendimento de uma relação rural-urbana solidária fica mais latente nas discussões acadêmicas a partir da década de 1960, com a implementação da chamada Revolução Verde<sup>44</sup> nas políticas de incentivo à produção de alimentos no Brasil. As melhorias na cadeia de produção, com a inserção de novos elementos técnicos, seja maquinário ou de insumos, além do conhecimento técnico utilizado para estas atividades, ocasionaram a mecanização da produção no campo e, como mencionado por Rosa e Ferreira (2006, p. 188), tornaram as relações rural-urbana mais intensas, tanto no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas quanto às relações sociais estabelecidas.

Todavia, esse processo modernizador das áreas rurais pela inserção industrial forçou a saída de quantidade significativa de trabalhadores e moradores rurais para as cidades em busca de novas oportunidades de emprego e vida, tendo em vista que o campo presenciava a inserção de um meio técnico-científico, dotado de especialização, e que o homem do campo ainda não possuía, o que tornava

---

<sup>43</sup>Os espaços rurais aprofundaram os processos de modernização através da difusão do modelo productivista, incrementando a especialização produtiva orientada para a exportação e para a abertura à intervenção externa, e introduzindo as normas internacionais na produção de alimentos, em especial, as fixadas pelos grandes conglomerados agroindustriais (JACINTO, 2010, p. 46).

<sup>44</sup>Sobre Revolução Verde, entende-se, a partir dos escritos de Navarro (2001), Locatel (2004) e Elesbão (2007), como um padrão tecnológico de desenvolvimento rural, marcado pela modernização do campo, impulsionando a incorporação de máquinas, equipamentos, fertilizantes e agrotóxicos ao processo produtivo, com o intuito de maximizar a produção. Nesse propósito, a produção agrária foi-se integrando a cadeias cada vez mais complexas, participando da dinâmica socioeconômica e política do sistema dominante urbano e industrial.

difícil a sua permanência nessa área e a sua participação nesse processo quase que desnecessária.

Vale salientar que esta tendência em introduzir novos aparatos técnicos no campo para modernizar e aumentar a produção agrícola é reflexo do processo de desenvolvimento da Revolução Industrial, que promoveu políticas de desenvolvimento agrário em vários países do mundo, mais notoriamente nos países europeus. Contudo, esse processo também alcançou países em desenvolvimento, como o caso do Brasil, e afetou principalmente o pequeno agricultor, porque não possuía condições monetárias para modernizar a sua produção nos moldes do modelo tecnológico da Revolução Verde. Sendo assim, esse produtor se via forçado a se desfazer de sua propriedade e migrar para os centros urbanos. Como afirma Lefebvre (1999, p. 17), “a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências”.

Sendo assim, a Revolução Verde contribuiu para dar relevo às discussões acerca dos comportamentos rurais e urbanos, dentro do campo e da cidade. Se, por um lado, os valores urbanos de modernidade, fluidez nas relações, comando político e econômico e vida cultural latente eram enaltecidos para tornar o corpo espacial da cidade atraente e fazê-la de espaço privilegiado do desenrolar da vida humana. O modo de vida rural, em contramão, alcançava a cidade, vindo com os indivíduos que ali chegavam em busca de novas oportunidades de trabalho, trazendo consigo a simplicidade nos hábitos, a cordialidade das relações sociais, a confiança nas relações de vizinhança, sem esquecer o apego ao espaço em que se estava fixado e lhes conferia identidade territorial.

Nesse cenário, passa-se de um campo tipicamente rural, do ponto de vista socioeconômico e cultural, em que as relações sociais eram desenvolvidas na base da confiança no outro, de forma comunitária e parental, para um campo industrial, onde as relações sociais de produção estão submetidas aos acordos capitalistas do mercado. Esta população que se ausenta deste campo alheio à sua natureza rural encontra na cidade uma vida que brota das relações efêmeras, sem compromisso com o bem-estar do outro.

Sendo assim, comungando com o entendimento de Solares (s/d):

El espacio rural a finales del siglo XX, muestra una complejidad de usos y funciones que se contraponen con la polarización claramente definida entre

campo y ciudad de la primera mitad del siglo. Las funciones del ámbito rural no son únicamente una clasificación de actividades o usos del suelo, sino el resultado de un proceso de integración, difusión e interrelación de los elementos característicos del ámbito urbano con los del rural (SOLARES, s/d, 10).

É importante lembrar que essas mudanças no campo acarretam transformações na própria organização do espaço como um todo, envolvendo interesses de fora do rural. Assim, o rural permanece na forma dos casarões, das roças, de alguns objetos que identifiquem o campo como rural, porém, a sua função não é mais exclusiva agrícola, como frisado por Woods (2007):

A rural realm constituted by multiple, shifting, tangled and dynamics networks, connecting rural to rural and rural to urban, but with greater intensities of globalization processes and of global interconnections in some rural localities than in others, and thus with a differential distribution of power, opportunity and wealth across rural space (WOODS, 2007, p. 491)<sup>45</sup>.

Por toda diversidade, percebe-se, hoje, um rural preocupado com a conservação natural, com a intensificação de outras atividades econômicas e outros interesses sociais. A função de produtor de alimentos encontra, agora, outras funções que dinamizam mais o espaço rural, além do aproveitamento de novas fontes de energia e das amenidades que são propiciadas pelos centros urbanos próximos.

Sendo assim, de acordo Figueiredo (2011), o rural hoje passa por processos de redefinição, reestruturação, reconfiguração, reinvenção e recriação, configurando-se como um rural plural:

O rural é plural, de muitas maneiras, de que não há, em suma, rural, mas rurais. E é neles que se cruzam olhares, estratégias, discursos, práticas e imagens, formando uma teia, tão rica quanto complexa, de relações, desejos, necessidades, saberes e usos que não é fácil (mesmo se por conveniência analítica) destecer (FIGUEIREDO, 2011, p. 14).

Nesse caso, temos um campo diferenciado, preparado para ser consumido pelos moradores da cidade e onde a indústria e a lógica capitalista já se fazem presentes. Esse espaço está cada vez mais se adequando aos hábitos urbanos para

---

<sup>45</sup>Um mundo rural constituído por redes múltiplas, deslocadas, emaranhadas e dinâmicas, conectando rural a rural e rural ao urbano, mas com maiores intensidades de processos de globalização e de interconexões globais em algumas localidades rurais do que em outras e, portanto, com uma distribuição diferencial de poder, oportunidade e riqueza em todo o espaço rural (WOODS, 2007, p. 491).

atender às exigências dos moradores citadinos e, nessa configuração, o entendimento dessas áreas ultrapassa a ideia de encará-las como espaços antagônicos. Temos, dessa forma, urbanidades no rural, assim como proposto por João Rua (2006).

O modo de produção capitalista recria o campo. Há um movimento de expansão física e de expansão “ideológica” dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam de “novo rural” que, cada vez mais, se distancia do predominantemente agrícola (RUA, 2006, p. 86).

Sendo assim, é válido destacar a importância do desenvolvimento das técnicas reais e virtuais no espaço, que contribuem para a comunicação cada vez mais intensa das áreas urbanas às rurais e vice-versa. Como assinala Wirth:

Os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação, que virtualmente assinalam uma nova época na história humana, acentuaram o papel das cidades como elementos dominantes na nossa civilização e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade (WIRTH, 1987, 93).

De um modo geral, o que importa é que, a partir dos últimos cinquenta anos, as discussões sobre rural e urbano não contemplam exclusivamente as distinções entre os espaços de campo e de cidade, mas procuram estabelecer uma ligação comum entre esses espaços, ressaltando suas peculiaridades, sem, contudo, perder de vista a unicidade do espaço.

Nesse sentido, Woods (2010) considera que as relações rural-urbanas e campo-cidade são parte do processo de globalização que atinge todos os espaços e que a ruralidade gerada desse processo é executada por uma série de atores, como os residentes rurais, imigrantes, fazendeiros, latifundiários, trabalhadores, visitantes, as decisões políticas, a mídia e os pesquisadores acadêmicos (WOODS, 2010).

Sendo assim, passa-se de um entendimento baseado nas diferenças para uma análise de um espaço *continuum* rural-urbano, onde, por meio de um processo de expansão territorial da cidade, a mancha urbana alcança progressivamente áreas cada vez mais distantes, englobando, assim, as áreas de campo, fazendo com que as relações entre esses dois espaços tornem-se cada vez mais dinâmicas. Nesse processo, além das porções territoriais sofrerem modificações significativas, o comportamento dos indivíduos que convivem nessas áreas também passa por

mudanças, uma vez que hábitos urbanos e rurais passam a conviver com maior intensidade e frequência.

Aliado a isso, o espaço muda em todos os sentidos porque passa a absorver uma série de atividades que antes não compunha aquela porção espacial. São atividades industriais, de lazer, de serviços, moradia, entre outros, que alcançam espaços rurais, dotando-os de uma lógica urbana. Ao mesmo tempo, hábitos rurais vão penetrando no espaço citadino de forma quase que natural, aproximando espaços mais longínquos das áreas urbanizadas, mediante abertura de vias de acesso, e criando manchas de ruralidade na cidade. São currais de animais, carroças com tração animal circulando nas vias da cidade, hortas e pequenos roçados em áreas abertas, dentre outros, que mesclam a vida nas cidades atualmente.

Diante desse contexto, o rural próximo, bem como o urbano passam a desempenhar uma dinâmica espacial muito intensa, devido à multiplicidade de atividades que absorvem.

No espaço diversificado, em que se tornou o rural, em cuja paisagem convivem indústrias, serviços, vias de comunicação e distintos tipos de residências ao lado dos estabelecimentos agropecuários, a presença destes diversos grupos sociais pode ser fator de dinamismo ou fonte de conflito (WANDERLEY, 2000, p. 98).

Nesse sentido, as relações estabelecidas entre os hábitos urbanos e rurais caminham para o entendimento da formação de um *continuum*, em que é mais importante entender como se dão as relações entre estes espaços, suas peculiaridades e semelhanças, como ocorre o processo de uso e ocupação dessas áreas, do que propriamente delimitar o que seja rural e urbano.

Sendo assim, Sposito (2006) esclarece com mais precisão a ideia da formação de um *continuum* campo-cidade, rural-urbano:

O reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano.

Assim, não se trata aqui apenas das formas urbanas, mas sim das relações entre cidade e campo e dos interesses entre atores sociais que têm sua

vida econômica e/ou política e/ou social ou, ainda, seu *habitat*, associados a espaços urbanos e rurais (SPOSITO, 2006, p. 121).

Diante dessa discussão, é importante destacar as mudanças ocorridas no espaço urbano de Campina Grande e nas relações rural-urbanas, que se encontram mais complexas que as observadas no século XIX e início do século XX. Contudo, percebe-se que alguns aspectos desse *continuum* rural-urbano ainda são muito fortes no espaço da cidade.

São moradores de várias origens, especialmente mais velhos, com hábitos rurais e que permanecem com estes, mesmo estando residindo em uma cidade, onde predomina uma mudança desse tipo de comportamento. Ao mesmo tempo, existem pessoas que sempre moraram na cidade, em bairros próximos ao centro, e que, atualmente, estão preferindo residir em bairros mais distantes, mais próximo do limite urbano da cidade.

É verdade que esse tipo de comportamento se justifica, em alguns casos, pela influência do mercado imobiliário em evidenciar em suas propagandas alguns aspectos negativos da vida urbana (a violência, por exemplo) em detrimento da segurança, conforto e comodidade, estando próximo de elementos mais bucólicos.

As mudanças mais comuns e perceptíveis aos olhos dos mais desatentos se dão pela paisagem, uma vez que se apresenta de forma mais instantânea no espaço. Sendo assim, no que tange à paisagem que contém ainda objetos naturais, como área de vegetação natural, percebe-se que esta sofreu algumas mudanças nas áreas rurais de Campina Grande, devido à instalação de condomínios horizontais fechados, chácaras e residências de segunda moradia, restaurantes, bares, lojas de artesanato e de plantas ornamentais, loteamentos populares, dentre outros; por outro lado, conta também com a presença de pontos de agricultura familiar entremeados a esses novos objetos, causando modificações no comportamento de parte significativa da população que residia nesses lugares, visto que outras atividades econômicas começaram a surgir ou a se adequar a outra dinâmica econômica<sup>46</sup>.

Todavia, vale a pena ressaltar que esse aspecto de continuidade entre rural e urbano não se apresenta disposto no espaço de forma linear, em que seria possível

---

<sup>46</sup>Cf. III Capítulo: O periurbano de Campina Grande – PB: processos de formação e transformações socioespaciais.

identificar com precisão os limites do urbano, das interações urbano-rural e, por fim, do rural. É certo que os elementos característicos tanto da vida urbana quanto da rural se mesclam com maior intensidade em uma determinada faixa do espaço, como analisado anteriormente por Sposito, levando em consideração o processo natural de expansão urbana, porém, não é regra que essa interação seja exclusiva desta área denominada *continuum*.

Diante desse contexto, é certo que vale a pena considerar essa ideia como ponto importante para a análise dessas áreas em constante transformação. O fato é que não se deve considerar essa definição no seu sentido mais estrito, buscando apoio nos mais variados elementos analíticos que permitam uma leitura mais ampla do espaço, em especial dessas áreas intermediárias. No dizer de Bernadelli (2006), os conceitos não devem ser lidos como definições prontas, acabadas, mas como possibilidades que permitam apreender o movimento da realidade, entendendo-os em uma perspectiva histórica.

Em todo caso, uma análise mais cuidadosa sobre as dinâmicas socioeconômicas dessas áreas de transição deve ser feita, tentando abarcar todos os elementos que as compõem. Dessa forma, o entendimento sobre o rural e o urbano se apresenta como ponto de partida e, no nosso caso, a tentativa de uma aproximação mais apurada com o rural e urbano campinense se faz necessária.

### **2.3 - O rural e o urbano em Campina Grande e suas inscrições espaciais**

As definições e conceitos sobre o que seja rural, urbano, campo e cidade já foram discutidas anteriormente, e, nesse sentido, buscaremos entender o processo de transformações que os mesmos passaram no território de Campina Grande no decorrer dos tempos, tentando entender os principais condicionantes que marcam a dinâmica desses espaços e que, ao mesmo tempo, acontecem em outras partes do país, como já aconteceram em outras frações do mundo.

É importante lembrar que, além dos objetos de moradia e lazer dispostos no espaço de borda de Campina Grande, encontram-se ainda expressivos contingentes da pequena produção rural. Sabe-se que a agricultura camponesa, agricultura de subsistência, campesinato, dentre outras categorias, fazem parte de uma estrutura

maior, denominada de agricultura familiar, e que é fundamental para entender a dinâmica do campo brasileiro.

Diante dessa problemática, é necessário um mínimo de entendimento sobre o tema. Nesse caso, “observa-se, de fato, que existe certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar, que se difundiu no Brasil, sobretudo, a partir da implantação do PRONAF” (WANDERLEY, 2009, p. 186).

De fato, com o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar, do governo federal), as atividades ligadas ao campo e a pequena produção tornaram-se mais abrangentes no país, garantindo a permanência de práticas e sujeitos sociais que tendiam a ser vistos como “em extinção” diante da modernização e urbanização do meio rural.

Dessa forma, em suas perspectivas sobre o tema, Wanderley (1996) considera agricultura familiar:

Entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1996, p. 03).

Nesse sentido, Ricardo Abramovay, citando Gasson e Errington (1993), também esclarece alguns comentários a respeito de agricultura familiar, destacando algumas características definidoras desse tipo de atividade:

1. A gestão é feita pelos proprietários. 2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco. 3. O trabalho é fundamentalmente familiar. 4. O capital pertence à família. 5. O patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família. 6. Os membros da família vivem na unidade produtiva (ABRAMOVAY, p. 74).

Em Campina Grande, a atividade agropecuária não ganha tanto destaque para o desenvolvimento econômico do município se comparada com outros municípios vizinhos, embora sejam desenvolvidas culturas como a do algodão herbáceo, batata-doce, feijão, milho, mandioca, dentre outras, nas épocas propícias a cada cultura (IBGE, 2010), que são destinadas para a comercialização nas feiras

da cidade e em outras localidades do estado, bem como para garantir a reprodução da unidade familiar.

Em todo caso, estas atividades nunca se apagaram por completo do espaço campinense, mesmo com o advento do crescimento e expansão urbana. Elas ainda persistem, sobretudo com os pequenos agricultores que continuam desenvolvendo suas atividades nas áreas que ainda lhes restam para trabalhar.

Vale salientar que os espaços permanentes para o desenvolvimento das atividades agropecuárias foram muito reduzidos devido ao aumento físico da cidade e de outras atividades ligadas aos setores secundários e terciários da economia. Daí não se ter mais, em Campina Grande, extensas áreas permanentes para esse tipo de atividade, sendo substituídas pelas áreas temporárias, que contabilizam áreas e unidades de produção bem superiores às permanentes, como verificado na tabela 1.

Tabela 1 – Utilização das terras em atividades agropecuárias em Campina Grande – PB

<b>Lavouras</b>	<b>Número de estabelecimentos agropecuários (unidades)</b>	<b>Área de estabelecimentos agropecuários (hectares)</b>
Permanentes	252	507
Temporárias	1954	5839

Fonte: IBGE, 2006.

E ainda se verifica que a quantidade de homens ocupados com as atividades agropecuárias é maior do que a quantidade de mulheres no mesmo período, contabilizando 4.109 homens ao passo que as mulheres somaram 2.155, ou seja, levando em consideração o total da população campinense, apenas 1,55% da população desempenha algum tipo de atividade agrícola, o que configura uma participação pequena da população nesse tipo de atividade. Esse cenário de esvaziamento do campo se verifica pela incorporação de novas tecnologias, que estão cada vez mais sendo inseridas nesse espaço nas últimas décadas, e que podem contribuir para o deslocamento dos pequenos produtores rurais, que, não tendo condições financeiras de dinamizar a sua produção, migram para as áreas de maior adensamento urbano.

Outro aspecto importante a ser destacado no campo campinense é a predominância masculina desempenhando o papel principal na produção agrária, nas mais variadas categorias das relações de produção. É fato que essa configuração de poder ocorre em diversas partes do país, e em Campina Grande não seria diferente, onde a figura feminina aparece sempre atrás, como personagem secundário na gestão das propriedades rurais, como verificado na tabela 2.

Tabela 2 – Condição dos produtores rurais de Campina Grande – PB

<b>Condição do produtor</b>	<b>Sexo</b>	<b>Número de estabelecimentos (unidades)</b>	<b>Área de estabelecimentos (hectares)</b>
Arrendatário	Feminino	51	40
Arrendatário	Masculino	126	250
Assentado sem titulação definitiva	Feminino	57	449
Assentado sem titulação definitiva	Masculino	187	1.696
Parceiro	Feminino	13	15
Parceiro	Masculino	20	17
Proprietário	Feminino	261	2.253
Proprietário	Masculino	949	21.072
Cooperativa		09	117

Fonte: IBGE, 2006.

De um modo geral, a participação feminina no campo campinense representa um papel importante para a permanência das atividades agropecuárias no município, tendo em vista que todas essas atividades são de caráter familiar e a contribuição feminina para o desenvolvimento econômico da produção é direta, seja no processo de produção, com a criação de animais, cuidado nas lavouras, dentre

outros, como também no processo de comercialização dos produtos nas feiras livres<sup>47</sup>.

Esse caráter familiar, que configura o campo campinense, não se apresenta separado e distante da cidade, uma vez que, seguindo uma lógica espacial nacional, esses dois espaços mantêm relações estreitas, e o próprio movimento de expansão urbana da cidade influencia para uma comunicação mais intensa entre ambos. Sendo assim, o urbano alcança o rural, permitindo também que o rural adentre no urbano.

Nesse cenário, apesar de ter sua área urbana sempre em crescimento, o município de Campina Grande não se tornou exclusivamente urbano. Mesmo com uma parcela pequena de sua população desenvolvendo atividades ligadas à agropecuária, o rural campinense ainda é vivo, com uma agricultura de base familiar, que engloba o cultivo de alimentos consumidos por toda a família e que também serve como fonte de renda para as famílias produtoras, uma vez que os produtos são também vendidos nas feiras da cidade. Sendo assim, as tabelas 3 e 4 apresentam a distribuição das lavouras permanentes e temporárias no campo campinense em 2014.

Tabela 3 – Produção agrícola de Campina Grande em 2014 – Lavoura Permanente

<b>Produtos</b>	<b>Área Colhida (em hectares)</b>	<b>Área destinada à colheita (em hectares)</b>	<b>Quantidade produzida (em toneladas)</b>	<b>Rendimento médio (em quilogramas por hectares)</b>	<b>Valor da produção (em reais)</b>
Abacate	2	2	16	8.000	19.000
Banana (cacho)	25	25	375	15.000	300.000

<sup>47</sup>Vale salientar que a maioria da população envolvida nas atividades agropecuárias corresponde àquela porção populacional acima dos 40 anos de idade, que cresceu trabalhando nas atividades primárias, na propriedade familiar ou de terceiros e, mesmo depois de aposentada, utiliza parte dos seus proventos nas atividades primárias para manutenção e permanência das mesmas. (Informações obtidas em pesquisa de campo, 2016).

Coco-da-Baía	10	10	80.000 frutos	8.000 frutos	52.000
Goiaba	5	5	30	6.000	24.000
Laranja	5	5	35	7.000	21.000
Mamão	5	5	105	21.000	84.000
Manga	12	12	96	8.000	72.000
Sisal ou Agave (fibra)	20	20	16	800	16.000

Fonte: IBGE, 2014.

Tabela 4 – Produção agrícola de Campina Grande em 2014 – Lavoura Temporária

<b>Produtos</b>	<b>Área Colhida (em hectares)</b>	<b>Área destinada à colheita (em hectares)</b>	<b>Quantidade produzida (em toneladas)</b>	<b>Rendimento médio (em quilogramas por hectares)</b>	<b>Valor da produção (em reais)</b>
Batata-doce	20	20	160	8.000	160.000
Fava (em grão)	410	410	49	120	294.000
Feijão (em grão)	2.900	2.900	580	200	1.116
Mandioca	130	130	1.300	10.000	650.000
Milho (em grão)	2.500	2.500	500	200	300.000
Tomate	22	22	880	40.000	792.000

Fonte: IBGE, 2014.

De acordo com as tabelas, percebe-se que as lavouras permanentes ocupam áreas menores, porém, obtendo um lucro considerado em cima da produção. Por sua vez, para as lavouras temporárias são reservadas áreas maiores, pois são culturas que fazem parte da mesa do paraibano, a exemplo do feijão e do milho.

É interessante perceber também que as culturas que compõem as lavouras temporárias são responsáveis pela maior arrecadação do total de suas produções, evidenciando, assim, o grande consumo desses produtos e a sua importância na cultura nordestina, em especial, a paraibana e a campinense.

Por outro lado, o rural campinense não se limita apenas à sua função agrícola. Por se localizar em uma área geográfica de transição natural, entre o Brejo e o Cariri, esse município apresenta áreas propícias para o cultivo de produtos agrícolas, bem como áreas destinadas ao criatório, reafirmando a sua função primitiva no desenvolvimento da feira de gado, que funciona até os dias atuais.

Dessa forma, vale a pena perceber o efetivo dos rebanhos de Campina Grande (Tabela 5) para entender a importância do rural na economia geral do município:

Tabela 5 – Efetivo dos rebanhos do rural campinense em 2014

<b>Rebanhos</b>	<b>Efetivo (em cabeças)</b>
Bovino	17.000
Bubalino	180
Caprino	2.200
Codornas	3.800
Equino	1.500
Galináceos	300.000
Ovino	4.300
Suíno	3.500

Fonte: IBGE, 2014.

Como se pode observar, o efetivo de rebanhos no rural campinense é considerável, com destaque para o bovino, se compararmos com outros efetivos de mesmo porte. Isso tem reflexo no fato de a cidade ainda desenvolver a feira de gado, no sítio marinho, às margens da rodovia BR-104, e atrair comerciantes e criadores de animais de várias cidades do estado e de estados vizinhos, bem como as condições naturais que são propícias para o criatório deste tipo de rebanho. (Figura 13):

Figura 13 – Entrada da feira de gado de Campina Grande



FONTE: O autor, 2016.

Além da produção ligada às atividades primárias, o rural campinense volta-se também para o mercado turístico e de lazer. São clubes, fazendas, que aparecem no espaço rural, oferecendo serviços ligados aos hábitos rurais, mas que também estão à disposição de uma população urbana que se disponibiliza a pagar por esses serviços para ter uma representação do campo. Um exemplo é o restaurante e fazenda “Casa de Cumpade” (Figura 14), localizado na zona rural de Campina Grande, no distrito de Galante. O período de maior visitação é o mês de junho,

quando a cidade se envolve na realização das festas juninas, e a fazenda vira ponto atrativo para os inúmeros turistas que passam pela cidade.

Figura 14 – Aspecto da fazenda Casa de Cumpade, zona rural de Campina Grande



Legenda: 1 – Entrada da fazenda; 2 – Espaço interno da fazenda, com elementos que remetem ao rural, como redes de dormir, vegetação e arraial junino; 3 – Espaço Sandra Belê: cozinha panorâmica.

Fonte: [www.porbrunamelos.wordpress.com/category/dica-de-passeio-e-culinaria/](http://www.porbrunamelos.wordpress.com/category/dica-de-passeio-e-culinaria/). Acessado em 20/07/2016.

Além da “Casa de cumpade”, o campo de Campina Grande oferece alguns clubes que também possuem características rurais e estão voltados para o segmento turístico e de lazer, como o *Day Camp*, a *Granja São João* e a *House Camp* (Figuras 15 e 16).

Figura 15 – Hotel fazenda Day Camp, no sítio Lucas, distrito de Catolé de Boa Vista. Periurbano oeste



FONTE: O autor, 2016.

Figura 16 – Placas indicadoras da Granja São João e da House Camp, no sítio Lucas, distrito de Catolé de Boa Vista. Periurbano oeste



Fonte: O autor, 2016.

De um modo geral, o rural de Campina Grande ainda conserva o seu papel agrário, com uma produção de alimentos, de caráter familiar e voltada para a reprodução dessa estrutura. Além disso, o município ainda conta com contingente de rebanhos que contribuem para impulsionar a economia e, juntamente com a agricultura, a permanência das características rurais. Sendo assim, a função mais marcante do rural campinense continua se desenvolvendo, sem abandonar as novas possibilidades que alcançaram os campos nas mais diversas partes do país.

Nesse sentido, essas novas modalidades de uso e consumo do espaço rural, que ocasionam uma relação e interação urbano-rural mais intensa, buscam manter a forma rural mais pretérita, onde possa levar o consumidor urbano o mais próximo dos hábitos e comportamentos rurais, sem privá-lo do conforto e comodidade encontrados na cidade. Nesse caso, permanece a forma do campo, com seus elementos rurais, mas as funções desses espaços são transformadas porque não desempenham mais as atividades de outrora. São objetos que expressam as vivências rurais em suas formas, mas as suas funções já não são as mesmas. São representações de um tempo que não se pode vivê-lo hoje em sua essência, apenas como objeto de consumo.

Dessa forma, com a aproximação dos espaços físicos da cidade e do campo, as relações entre comportamentos urbanos e rurais ficam mais intensas. Nessa conjuntura espacial, os espaços periurbanos se apresentam como áreas de intensas dinâmicas socioespaciais, e em Campina Grande não ocorre de forma diferente. Logo, é importante entender a formação e as transformações socioespaciais do periurbano campinense.

### **3 O PERIURBANO DE CAMPINA GRANDE – PB: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

Os questionamentos a respeito das delimitações das áreas rurais e urbanas têm sido motivo de várias discussões, visto que, com o avanço do capitalismo e sua constante modernização, o campo absorveu muitas atividades que eram características da cidade, como, por exemplo, a atividade industrial; os centros urbanos, por sua vez, alcançaram o campo com seu crescimento e desenvolvimento, e as atividades características de campo, como é o caso da agricultura urbana, passaram a fazer parte do cotidiano da cidade. Contudo, as possibilidades de interações entre o urbano e o rural são múltiplas e não se restringem apenas às atividades principais que lhe conferiram identidade. A par da problemática esboçada teoricamente nos itens iniciais, passar-se-á, neste capítulo, a um estudo na Paraíba, retomando e aprofundando algumas referências e discussões específicas sobre periurbanização.

Nesse sentido, a área periurbana na cidade de Campina Grande tornou-se motivo principal de nossa inquietação e, por isso, buscaremos entender como esse processo de produção do espaço chega ao Brasil e se dissemina por todo o território nacional, alcançando o território paraibano, tornando-o partícipe das mudanças espaciais ocorridas no país.

Sendo assim, analisaremos as bases desse processo para, posteriormente, adentrarmos nas modificações do espaço que margeia a cidade de Campina Grande, levando em consideração as transformações socioespaciais, bem como as permanências ocorridas que contribuem para alterar as dinâmicas socioeconômicas e culturais do espaço periurbano campinense.

#### **3.1 Processo de periurbanização e modificação espacial em Campina Grande – PB**

Levando em consideração as diversas discussões sobre espacialidade, funções, papéis políticos e econômicos dos espaços rural e urbano, travados nas

mais diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, economia, história, geografia, entre outras, e tendo como base os aspectos socioespaciais destacados no capítulo anterior, iniciamos esta seção na tentativa, nunca exaustiva, de discutir as definições de espaços periurbanos sob a ótica de diversos autores e linhas de pensamento, bem como entender os usos dessas definições em nível mundial, nacional e, conseqüentemente, em Campina Grande (PB), objeto de nossas análises.

Em conformidade com as dinâmicas espaciais, que ocorrem de formas e maneiras diferentes em cada porção do território, buscaremos desvendar o processo de periurbanização e as modificações espaciais mais emblemáticas na referida cidade.

Para iniciarmos, necessitamos, todavia, entender a aplicabilidade dos variados termos que expressam essa dinâmica socioespacial nas bordas das cidades desenvolvidas da Europa e dos Estados Unidos, que partem de um processo de urbanização compacta para algo mais amplo, difundindo esse processo pelo território, dando origem a dinâmicas espaciais até então novas, que geram, conseqüentemente, a utilização de termos variados para definir esses eventos, causando, muitas vezes, confusões conceituais.

Vale (2005, p.67) aponta que a contraurbanização ou urbanização difusa foi utilizada com mais intensidade nos Estados Unidos e em parte da Europa; suburbanização, na Inglaterra, na Espanha e na Itália; e rurbanização e periurbanização foram mais difundidos na França e Espanha<sup>48</sup>.

Apesar da existência de vários termos para a definição dos novos arranjos socioespaciais, econômicos e culturais, presenciados nas franjas das cidades, preferimos identificar para o nosso objeto de estudo o termo periurbano utilizado pelos franceses e espanhóis.

---

<sup>48</sup>Segundo Ana Rute do Vale (2005), apoiando-se em alguns autores, a contraurbanização ou cidade difusa seria um fenômeno que tem como característica principal a dispersão da população urbana pelo território, inclusive sobre as áreas rurais, porém sem que haja vínculo dessas pessoas com as atividades agrícolas. Esse fenômeno surge na Europa, na década de 1970, com o intuito de tipificar as novas realidades urbanas nas grandes cidades. A suburbanização estaria relacionada com a contraurbanização, uma vez que se configura como um processo de fixação de uma camada social na periferia, mas com grande dependência socioeconômica, política, cultural e de identidade com a cidade central. Por fim, rurbanização ou periurbanização seria a fixação de uma camada social também nas margens da cidade, mas essa ocupação possui formas descontínuas, e a ocupação espacial transita entre o rural e o urbano. Ou seja, existe associação entre o rural e o urbano, mas predomina a população urbana que vive nesse espaço de margem onde o rural sofre forte tendência de valorização à medida que a cidade cresce.

Mesmo assim, para o uso dessa nomenclatura, não existe consenso entre todos os autores que o adotaram em suas análises, o que leva Vale (op. cit, p. 77) a considerar que espaço periurbano é apenas uma das várias denominações utilizadas para designar estas áreas de bordas.

Segundo asseveram Miranda (1997) e Vale (2005), os espaços de transição rural-urbano recebem denominações diferentes, como: periferia rural-urbana, franja rural-urbana, franja urbana ou rurbanda, periferia urbana, sombra urbana, dentre outros, embora, muitas vezes, sejam utilizadas como sinônimos.

Nesse sentido, as diversas nomenclaturas utilizadas para designar o mesmo processo dos espaços limítrofes entre o urbano e o rural, na maioria dos casos, apresentam sutis diferenças que levam vários autores a considerarem que todas elas fazem parte do mesmo processo.

Assim, com base nisso, Souza (2005) tenta desvendar o porquê da dificuldade de se identificar e delimitar esses espaços:

Não, decididamente a coisa não é tão simples, principalmente, porque, nas bordas da cidade, é comum existir uma “faixa de transição” entre o uso do solo da terra tipicamente rural e o urbano. Essa faixa de transição é chamada, entre os geógrafos anglo-saxões, de franja rural-urbana, e, entre os franceses, comumente, de espaço periurbano. No Brasil, ambas as expressões são empregadas pelos estudiosos. Quanto maior a cidade, em geral, mais complexo tende a ser o espaço periurbano (SOUZA, 2005, p. 27).

Atrelado a essa discussão, Vale (2005), Frediani (2010), Schirru (2012), Dematteis e Lanza (2014) consideram que todos esses termos passam a fazer parte do vocabulário das ciências que se debruçam em entender os processos espaciais que se desenrolam na superfície urbana, rural e também na faixa de transição entre elas, e que tais termos são desdobramentos do processo recente de urbanização que vem ocorrendo, principalmente, nas grandes cidades do mundo, denominado de “cidade difusa”, “cidade dispersa” ou “urbanização difusa”, “urbanização dispersa”.

Segundo os mesmos autores, essa nova denominação para o processo recente de urbanização, vivido pelas cidades em várias partes do mundo, tem contribuído para a formação de espaços dinâmicos nas bordas dessas cidades, com características próprias que não são necessariamente urbanas e tampouco rurais. Desse modo, a agregação de prefixos ou termos a essa nova denominação de urbanização seria o que melhor caracterizaria essas novas áreas.

Como afirma Schirru (2012, p. 24), o processo de espraiamento das cidades em direção às zonas rurais passa a ser entendido pelo significado da palavra *sprawl*, justamente por definir esse movimento das cidades, mais precisamente as dos Estados Unidos. Daí, lembra a autora que, na Itália, esse mesmo processo se denomina difusão urbana, dispersão urbana, dispersão insediativa etc., o que também coincide com as denominações brasileiras.

Contudo, ainda a mesma autora alerta que, na Europa, quatro vertentes se destacaram, em momentos diferentes, nas análises sobre os processos de bordas das cidades, utilizando denominações diferentes, todas tomando como base o processo da *urban sprawl*:

Un primo grupo, legato ad una fase iniziale (approssimativamente intorno agli anni Sessanta-Settanta), ma ancora largamente in uso, che comprende per lo più neologismi tratti della letteratura inglese, francese e nordamericana e si distingue per la presenza della parola urbanizzazione, preceduta da un prefisso (peri – rur – sub), indicante le coordinate localizzative, nonché le dinamiche del fenomeno (intorno alla città, nel territorio rurale, intorno ai sobborghi):

- Periurbanizzazione,
- Rururbanizzazione o rurbanizzazione,
- Suburbanizzazione.

Um Secondo grupo che corresponde ad un periodo più recente (anni Ottanta-Novanta) e che trova tuttavia una significativa anticipazione negli anni Sessanta con la nozione di “città regione”, contrassegnata dalla frequenza delle parole “città” e “campagna” (soprattutto città) seguite da un aggettivo che pone l’accento sul carattere innovativo del tradizionale rapporto urbano-non urbano, riletto alla luce del mutamento:

- Campagna urbanizzata,
- Città regione,
- Città diffusa,
- Città sparpagliata (spread city).

Un terzo grupo, caratterizzato da una situazione intermedia tra i primi due, in cui l’espressione urbanizzazione viene affiancata da un termine descrittivo riferito alla densità (diffusa, dispersa, estensiva):

- Urbanizzazione diffusa (campagna costruita),
- Urbanizzazione dispersa,

Un quarto gruppo incentrato sul fenomeno della metropolizzazione del territorio<sup>49</sup> (SCHIRRU, 2012, p. 24-5).

---

<sup>49</sup>Um primeiro grupo ligado a uma fase inicial (aproximadamente por volta dos anos sessenta-setenta), mas ainda largamente em uso, que compreende neologismos de vários aspectos da literatura inglesa, francesa e norte-americana e se distingue pela presença da palavra urbanização, precedida de um prefixo (per – rur – sub), indicando as coordenadas de localização, também as dinâmicas do fenômeno (entorno à cidade, no território rural ou entorno aos subúrbios):

- Periurbanização,
- Rururbanização ou rurbanização,
- Suburbanização.

Um segundo grupo, que corresponde a um período mais recente (anos oitenta-noventa) e que encontra, todavia, uma antecipação aos anos sessenta com a noção de “cidade região”, contraindicado da frequência da palavra “cidade” e “campo” (sobretudo cidade), seguido de um

Em suma, seja qual for a denominação utilizada para explicar os novos arranjos socioespaciais nas bordas das cidades, o entendimento passa pelo conceito de urbanização difusa, que é a engrenagem principal para o funcionamento dessas novas organizações espaciais.

Dematteis (1998) considera que, após a revolução industrial e em um período histórico mais recente, essas periferias urbanas têm conquistado um valor positivo no imaginário social, graças às inovações técnicas, gerenciamento da produção, que, de acordo com Limonad (2007, p. 146), contribuíram para incrementar a fluidez dos fluxos espaciais e setoriais do capital, do trabalho, das mercadorias e das informações.

Desse modo, o próprio Dematteis (op.cit, p. 31-2) defende que com o advento dessas possibilidades técnicas nessas bordas, os caminhos históricos principais da suburbanização ocidental europeia – a anglo-saxônica e a latina-mediterrânea – acabam convergindo para um modelo único, embora estejam sob diversas denominações (cidade difusa, periurbanização, cidade reticular).

Para Vale (2005), o uso da terminologia “espaço periurbano”, que é adotada por nós, difundiu-se no Brasil mais recentemente, por volta da década de 1990, embora algumas grandes cidades do país já estivessem vivendo esse processo nas décadas anteriores. Contudo, o termo “franja urbana” já era utilizado antes dessa década, principalmente nos países desenvolvidos onde esse processo já estava em curso.

Mas, dentro desse leque de nomenclaturas para definir as áreas de transição urbana-rural, o que é, afinal, o espaço periurbano? Quais as suas inscrições territoriais no espaço que possibilitam diferenciá-lo do restante da cidade? Quais as

adjetivo que põe acento sobre característica nova da tradicional relação urbano – não urbano, à luz das modificações:

- Campo urbanizado,
- Cidade região,
- Cidade difusa,
- Cidade espalhada (*spread city*).

Um terceiro grupo, caracterizado de uma situação intermediária entre o primeiro e o segundo, cuja expressão “urbanização” vem ao lado de um termo descritivo referente à densidade (difusa, dispersa, extensiva):

- Urbanização difusa (campo construído)
- Urbanização dispersa.

Um quarto grupo concentrado sobre o fenômeno da metropolização do território (SCHIRRU, 2012, p. 24-5).

principais modificações espaciais no espaço campinense com a constituição do seu espaço periurbano?

Vasconcelos (2016, p. 20), mencionando Donzelet (2009), utiliza o termo francês *périurbanization* para identificar as áreas de implantação de loteamentos periféricos ocupados por habitantes da classe média. Tais ocupações, segundo os referidos autores, situam-se após as áreas de conjuntos habitacionais<sup>50</sup>.

Contudo, Vale (2005, p. 80) assevera que a formação de espaços periurbanos vai além de ocupações habitacionais para uma determinada classe social. Para essa autora, “as áreas periurbanas são zonas de transição entre a cidade e campo onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo”.

Do mesmo modo, Frediani (2010) elenca elementos semelhantes utilizados por Vale para o periurbano, avançando um pouco mais no entendimento desta dinâmica entre os usos do solo, suas complementaridades e embates socioeconômicos e espaciais:

El espacio periurbano se caracteriza por ser un espacio de carácter dinámico, con grandes contrastes y mutaciones rápidas. Es pues, en el espacio periurbano donde se producen los cambios morfológicos, funcionales y de población más rápidos y profundos de todo el espacio urbano. El avance de la ciudad hacia áreas rurales, con las consecuentes variaciones en los usos del suelo, da origen a un nuevo tejido urbano, flexible y disperso, donde los límites se tornan cada vez más imprecisos. El periurbano puede definirse como una zona de contacto entre dos ambientes -el urbano y el rural-, adquiriendo así los rasgos particulares de una zona de transición<sup>51</sup> (FREDIANI, 2010, p. 65).

<sup>50</sup>Tomando como base os escritos dos autores dialogados neste trabalho, entendemos o espaço periurbano como um híbrido, de relações socioeconômicas e culturais, possuindo forma e funções que se diferenciam do restante da cidade, uma vez que este espaço mantém relação mais intensa, tanto com a área urbana quanto com a área rural. Sendo assim, não podemos definir o periurbano apenas pela presença de condomínios e loteamentos habitacionais direcionados para as classes média e alta. Além desse entendimento percebido em vários autores, a nossa experiência empírica nos alerta para o fato de que as áreas de loteamentos e condomínios não se apresentam distribuídas no espaço da forma linear que é interpretada por Donzelet (2009) e Vasconcelos (2016). Por sua dinâmica socioespacial, atrelada aos interesses políticos e econômicos, os conjuntos habitacionais (direcionados para uma parcela populacional com poder aquisitivo menor) podem apresentar-se ao lado dos loteamentos e condomínios, sem que haja uma distribuição linear no espaço. Nesse caso, o que impera são os equipamentos de segurança utilizados pelos grupos imobiliários destes tipos de complexos residenciais para garantir a divisão e separação dos que não podem pagar por estes serviços.

<sup>51</sup>O espaço periurbano se caracteriza por ser um espaço de caráter dinâmico, com grandes contrastes e mutações rápidas. É, pois, no espaço periurbano onde se produzem as mudanças morfológicas, funcionais e de população mais rápidas e profundas de todo o espaço urbano. O avanço da cidade até as áreas rurais, com as consecuentes variações nos usos do solo, da origem a um novo tecido urbano, flexível e disperso, onde os limites se tornam cada vez mais imprecisos. O periurbano pode definir-se como uma zona de contato entre ambientes – o urbano e o rural -, adquirindo, assim, os cortes de uma zona de transição (FREDIANI, 2010, p. 65).

Por outro lado, autores como Zerbi (1979), Pascucci (2007) e Pinzello et. al (2009), além de considerar o periurbano como uma área de transição urbana-rural, dotada de dinâmicas socioeconômicas e espaciais intensas, entendem essa área como um *continuum* rural-urbano, onde mesclam-se atividades econômicas, sociais, culturais em um mesmo espaço, convivendo com suas peculiaridades, embora se metamorfoseando pelo movimento imbricado de cada espaço.

Sendo assim, tomando as tentativas analíticas sobre o periurbano em diferentes partes do mundo e também a nossa realidade empírica, podemos acrescentar que o espaço periurbano se caracteriza, predominantemente, como um espaço que comporta processos heterogêneos da produção e reprodução do espaço de borda das cidades, agrupando usos e funções do solo de formas diferentes (residencial, comercial, serviços, lazer), determinadas pelas condições sociais de apropriação do espaço pelos diferentes grupos. Enfim, consideramos o espaço periurbano como um espaço híbrido (ENTRENA DURÁN, 2004).

Apesar de, no geral, o processo de formação do periurbano apresentar características similares nas cidades em que esse fenômeno ocorre, pode desenvolver peculiaridades dependendo do tamanho da cidade, do seu desenvolvimento socioeconômico, entre outros. Nesse sentido, o periurbano vai sendo formado de formas variadas, como lembrado por Vale (2005) quando menciona Zárate (1984):

Desenvolvimento descontínuo: a franja surge regularmente ao redor da cidade central, originando uma área de baixa densidade demográfica; desenvolvimento radial: o crescimento ocorre de forma segmentada ao longo das principais vias de acesso; desenvolvimento em saltos: usos de solo urbano misturam-se aos usos de solo exclusivamente rural (ZÁRATE, 1984, p. 104 *apud* VALE, 2005, p. 79).

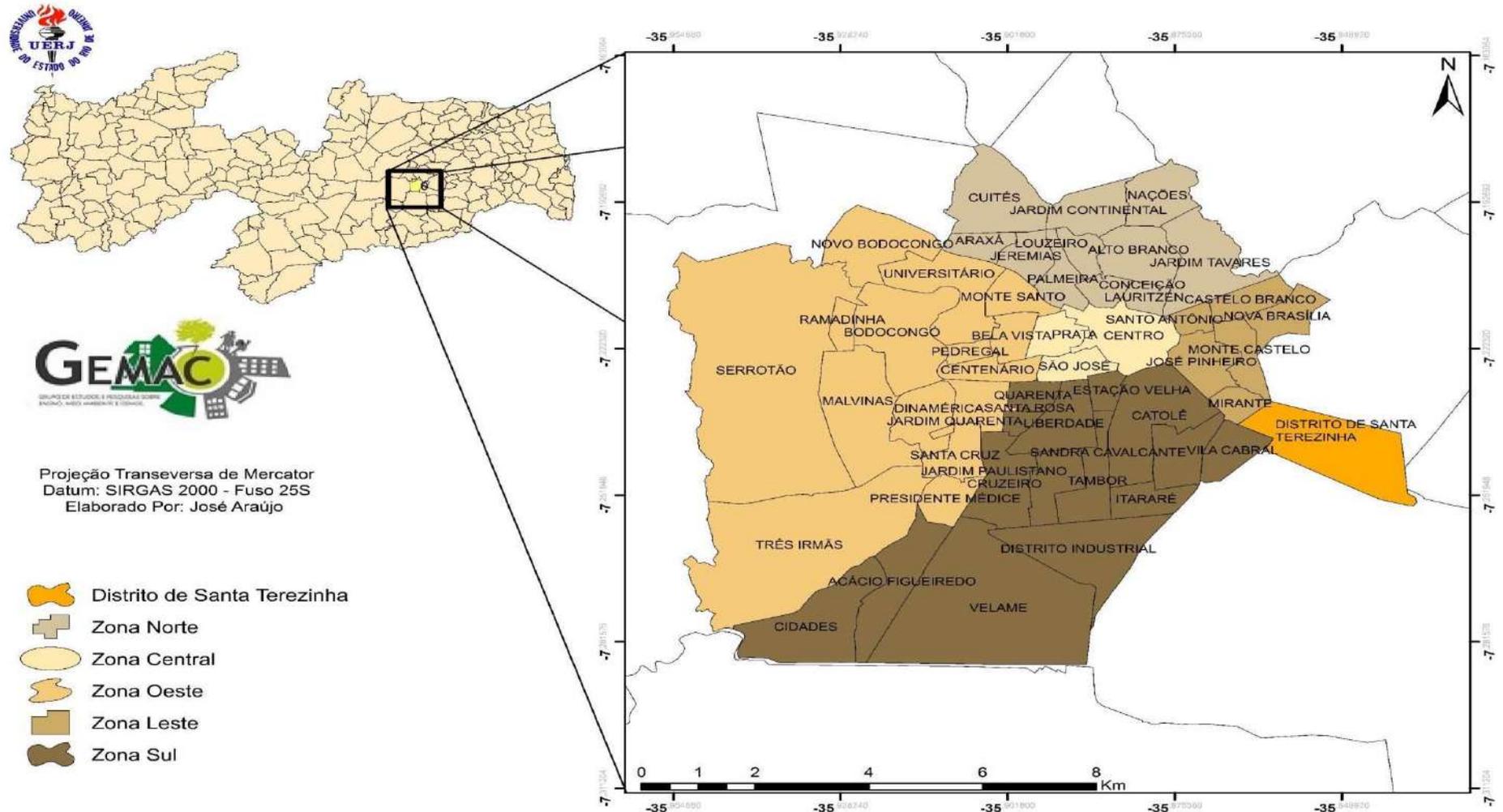
Desse modo, é importante perceber que a formação do periurbano na cidade de Campina Grande (PB) apresenta características dos exemplos acima mencionados, variando o tipo de desenvolvimento da área periurbana em cada franja. Dito de outra forma, cada franja do limite urbano campinense apresenta uma característica diferente de formação periurbana, ou seja, desenvolve-se em todas as faixas de transição urbana-rural da cidade, mas que varia conforme as suas zonas geográficas. É um processo que pode apresentar padrões variados de ocupação do

---

solo, com situações de continuidade/descontinuidade, concentração/dispersão (SERENO et al. 2010, p. 46).

Sendo assim, podemos pensar a formação do periurbano campinense a partir dos usos e funções que cada zona política assume no conjunto do território total da cidade, levando em consideração cada zona geográfica (Figura 17).

Figura 17 – Mapa da divisão dos bairros de Campina Grande por zonas de ocupação



Fonte: O autor, 2016.

Base Cartográfica: SEPLAN – CG, 2006.

Tomando a figura 17 como orientação para entender a dinâmica dos variados usos e ocupações do solo no periurbano campinense, podemos afirmar que as zonas norte e leste participarão de tais processos de formas diferentes do que ocorre nas zonas sul e oeste.

Bairros como Jardim Tavares, Alto Branco, Bairro das Nações, Mirante e Monte Castelo (localizados nas zonas norte e leste) apresentam uma tendência à homogeneidade espacial e social maior, dentro das suas respectivas zonas, embora existam usos destinados a uma população de renda inferior. Assim, “dentro dessa lógica de ocupação do espaço, a segregação residencial [presente nos bairros acima citados] diz respeito à concentração no espaço urbano de classes sociais, gerando áreas sociais com tendência à homogeneidade interna e à heterogeneidade entre elas” (CORRÊA, 2016).

Por outro lado, os bairros das zonas sul e oeste, por estarem dentro da área destinada às políticas de expansão urbana da cidade, têm apresentado um crescimento muito mais heterogêneo, do ponto de vista físico, social, cultural, do que as outras franjas (PLANO DIRETOR, 2006)<sup>52</sup>.

Para se ter uma ideia, a zona oeste concentra as principais universidades da cidade (Universidade Federal de Campina e Universidade Estadual da Paraíba), além de centros de pesquisa, polos técnicos, hospitais, o principal presídio da cidade e uma série de serviços. Apresenta, também, problemas sociais como segurança pública e falta de moradia, embora seja a porção territorial com maior índice de loteamentos e conjuntos habitacionais populares.

Já a zona sul apresenta os principais distritos industriais da cidade e com a política de expansão urbana. Bairros como Velame, Bairro das Cidades e Sandra Cavalcante têm presenciado a instalação de grandes complexos de moradia popular, a exemplo do complexo popular Portal Sudoeste, entre os bairros Três Irmãs e Cidades, e do Acácio Figueiredo, no bairro do Velame, divisa com o município de Queimadas.

Ainda na zona sul, o setor imobiliário tem direcionado seus interesses para uma classe de poder aquisitivo maior, com a instalação de condomínios horizontais fechados, de porte menor que os construídos na zona norte e leste, mas que têm atraído significativamente consumidores para esses espaços. Atrelado a esses

---

<sup>52</sup>Cf. Página 165.

arranjos, ainda se percebe a presença de fazendas e haras de grandes proprietários, margeando a rodovia BR-230 (Alça Sudoeste), produção de agricultura e pecuária, de caráter familiar, além de uma série de serviços como postos de combustíveis, lojas e oficinas mecânicas, escritórios de prestadoras de serviços, empresas de produtos têxteis, dentre outros.

Levando em consideração esses aspectos, podemos afirmar que o espaço periurbano tem formas e funções diferentes do restante da cidade, justamente por dar conta de relações socioeconômicas, culturais, tanto da vida urbana quanto da vida rural e, nesse *mix* de relações, conseguir desenvolver uma cara própria, que o diferencia da cidade, como também do campo. Todavia, devemos estar cientes que essa dinâmica encontrada nos espaços de borda faz parte de uma organização do espaço ditada pelo estado e pelos grupos que controlam o mercado imobiliário, insidiando as áreas para onde a cidade deve crescer, especializar-se e especializar, bem como o seu público correspondente. Diante disso, como assegura Caldeira (2011), o espaço urbano segue as regras de diferenciação e separação espacial<sup>53</sup>.

Nesse sentido, as ideias dos vários autores já apresentados anteriormente, que tratam o periurbano como uma área complexa do ponto vista socioeconômico e cultural, tomam forma, haja vista que o espaço está em constante movimento, e essa área mantém relações constantes com a cidade, bem como com o campo. Dessa forma, o espaço periurbano abrange pessoas com estilos de vida urbanos, como comerciantes, professores, estudantes, que moram no periurbano, mas desenvolvem suas atividades no espaço urbano da cidade, e também gente com características rurais, como agricultores que continuam residindo no periurbano, sem contudo, abandonar suas atividades primárias. Sendo assim, “o espaço torna-se

---

<sup>53</sup>Teresa Pires do Rio Caldeira (2011), estudando o crime, a segregação socioespacial na cidade de São Paulo, entende que a diferenciação e a separação social viveram momentos diferentes ao longo do tempo na cidade, pelas transformações no espaço urbano oriundas do movimento da sociedade pelo espaço e mudanças na economia que afetaram as condições de garantia e acesso à moradia. Nesse sentido, a autora entende que a segregação social, e também espacial, é uma característica importante das cidades e que essa segregação organiza o espaço urbano pela diferenciação e separação. Sendo assim, em um primeiro estágio, que vai do fim do século XIX até os anos 1940, essas regras produziram uma cidade concentrada em grupos sociais diversos, numa área urbana pequena, mas separados pelo tipo de moradia. Posteriormente, num período mais ou menos de quarenta anos, a organização do espaço urbano da cidade se baseia, segundo a sua forma urbana, num padrão centro-periferia, com os mais ricos residindo no centro e próximo dele, enquanto os mais pobres nas áreas mais periféricas. A partir dos anos 1980, esse padrão centro-periferia começa a sofrer impactos das transformações recentes no espaço urbano onde **diferentes** grupos sociais estão mais próximos, mas **separados** por muros e tecnologias de segurança, o que permite que essas classes diferentes não circulem ou interajam em áreas comuns (CALDEIRA, 2011, p. 211). (Grifo nosso).

fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital passem a ter uma grande mobilidade” (SANTOS, 2005, p. 42).

Nessa perspectiva, as questões anteriormente formuladas são respondidas quando entendemos a heterogeneidade do espaço e na sua constituição como um espaço híbrido. Da mesma forma, Vale (2005), quando menciona España (1991), considera que os espaços periurbanos constituem-se como espaços plurifuncionais, devido às rápidas transformações que existem entre as atividades econômicas, sociais e físicas, além de estarem atrelados diretamente a um centro urbano, em um grande dinamismo.

Nel-lo (1998), ao tratar dessa questão, aponta que o entendimento dos espaços de margem não deve se limitar apenas ao resultado da expansão simples dos limites urbanos, mas abranger a dissolução dos conceitos tradicionais de campo e cidade. O referido autor ainda lembra o importante papel das obras de infraestrutura e do uso do automóvel nas bordas das cidades, que contribuem para o oferecimento de novos serviços e atração populacional, além de oferecer à população residente dessas áreas maior facilidade de deslocamento pendular.

Nesse sentido, toda uma lógica é estabelecida a partir de uma infraestrutura montada em volta dos centros urbanos, e os espaços periurbanos vão se constituindo e ganhando dimensão territorial no espaço, atraindo principalmente a população de classe média e alta, que, impulsionada pela propaganda de viver melhor e mais próxima da natureza, cede aos apelos do mercado imobiliário e das ideologias do meio ambiente, segurança, comodidade e buscam neles fixar suas residências.

Um condicionante importante na instalação da infraestrutura dessas áreas é o melhoramento das vias de circulação, que tornam os espaços periurbanos mais atrativos para quem deseja morar ou se instalar nessas áreas nos fins de semana ou feriados, uma vez que diminui a distância relativa (tempo e condições de deslocamento) dessas áreas com os centros urbanos das cidades. Nesse sentido, Pascucci (2007) complementa:

sia l'incremento di reti infrastrutturali, legate inizialmente al trasporto di merci e persone, e successivamente legate alle informazioni e al trasferimento di conoscenze, sia lo sviluppo tecnologico e le trasformazioni produttive del

setore industriale prima, e di quello dei servizi poi, hanno progressivamente incentivado nuove formas de relação tra âmbitos territoriais, criando novos cenários de aglomeração<sup>54</sup> (PASCUCCI, 2007, p. 5).

Ainda com base nisso, Zerbi (1979) já vislumbrava o dinamismo e a peculiaridade dos espaços periurbanos na Europa, mais precisamente na Itália, que o diferenciava do restante da cidade, embora não fosse um evento separado desta:

Vi appaiono disseminati vari elementi urbani: centri commerciali, insediamenti industriali, abitazioni unifamiliari e plurifamiliari, nastri stradale che rompono la relativa uniformità degli spazi liberi. Il paesaggio d'altra parte non è che la traduzione visiva di "strutture spaziali" che qui non sono nè propriamente urbane nè propriamente rural ma che esprimono situazioni intermedie, stadi di transizione<sup>55</sup> (ZERBI, 1979, p. 40).

Na verdade, o poder público atua de forma determinante na formação dos espaços periurbanos e suas funcionalidades, seja na homologação de leis para apropriação/desapropriação de terras, criação de zonas especiais, leis de ocupação e uso do solo, passando pela intervenção, no espaço, com o melhoramento das vias de circulação e instalação de novos serviços, seja também pela omissão em relação às empresas imobiliárias que deixam de cumprir alguma regra – leis ambientais, de parcelamento do solo, por exemplo – para instalação dos empreendimentos, bem como a ausência de ações preventivas para o controle da violência urbana, o que contribui insidiosamente para o discurso da violência e do medo, por parte do setor imobiliário que, utilizando esse tipo de argumento – aliado a outros que conferem mais *status* social a quem pode pagar por esse tipo de serviço –, consegue atrair uma população considerável para esses tipos de instalações, presentes em várias cidades brasileiras de porte médio e grande.

Embora o processo de periurbanização tenha se iniciado na Europa após a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, nos Estados Unidos, só alcança os

---

<sup>54</sup>Seja o incremento de redes de infraestrutura, ligadas inicialmente ao transporte de mercadorias e pessoas e, sucessivamente, ligadas às informações e transferência de conhecimento; seja o desenvolvimento tecnológico e as transformações produtivas, primeiro do setor industrial e, depois, daqueles dos serviços, têm progressivamente incentivado novas formas de relações entre os âmbitos territoriais, criando novos cenários de aglomeração (PASCUCCI, 2007, p. 5).

<sup>55</sup>Aparecem disseminados vários elementos urbanos: centros comerciais, assentamentos industriais, habitações unifamiliares e plurifamiliares, estradas que rompem a relativa uniformidade dos espaços livres. A paisagem da outra parte não é que a tradução visível das "estruturas espaciais" que aqui não são nem propriamente urbanas nem propriamente rurais, mas que exprimem situações intermediárias, estados de transição (ZERBI, 1979, p. 40).

países subdesenvolvidos a partir do início da década de 1970, a exemplo do Brasil e de outros países da América Latina, visto que o processo de industrialização instalado nesses países impulsionou um ritmo acelerado da urbanização. Nesse sentido:

Os efeitos das migrações, as quais, no Brasil, tornam-se mais intensas a partir da década de 1950, são responsáveis pela caracterização atual de diversos lugares. Por isso, contribuem inclusive para a diferenciação dos espaços urbanos ou rurais, como também contribuem para a dinâmica do espaço denominado periurbano, como afirmam Turnowski (1992), Roca (2004), Vale (2005) e outros (FERREIRA, 2009, p. 55).

Dessa forma, entender a formação dos espaços periurbanos no Brasil nos remete ao início do processo de industrialização do país, uma vez que a população que se localizava nas áreas mais afastadas dos centros urbanos foi atraída para a cidade com o desejo de melhorar suas condições de vida. Contudo, como o processo de acumulação de capital não ocorreu de forma homogênea para a população em geral, as camadas mais pobres tiveram que se localizar nas áreas mais periféricas da cidade (padrão centro-periferia), por serem áreas mais baratas e onde podiam desenvolver outras atividades ligadas à agricultura e pecuária, já que estavam perto da área rural. Esse processo, como lembra Vale (2005), pode ser considerado como uma suburbanização inversa ou às avessas do que ocorreu nos países desenvolvidos, já que, nesses países, quem se estabelecia nas áreas mais distantes do centro da cidade era a população de classe mais alta.

Com o processo de expansão das cidades para áreas cada vez mais distantes dos seus centros, algumas franjas presenciam a montagem de aparatos técnicos mais diversificados, o que torna o espaço periurbano cada vez mais dinâmico e com características próprias. No caso de Campina Grande, na zona sul, a instalação dos distritos industriais contribuiu para a atração de vários serviços, especializando essa área em serviços automotivos, e serviços solidários à produção industrial.

Desse modo, áreas que se localizavam mais distantes do centro vão ganhando novas funcionalidades que, posteriormente, atraem o interesse econômico de outros setores que visam ao abastecimento desses serviços.

Assim, as franjas das cidades vão ficando mais atrativas para o capital, que vai incrementar cada vez mais os serviços nessas áreas com o intuito de torná-las

progressivamente mais povoadas e acessíveis ao público consumidor. Posto isso, a população mais pobre das cidades, que estava localizada nessa porção territorial urbana, quando não consegue resistir aos efeitos da expansão urbana tende a ser empurrada progressivamente para mais distante, para áreas com menor infraestrutura e acesso a serviços básicos como saúde, educação e transporte público, por exemplo.

Nessa tessitura, as funções dessas periferias, de acolhedoras de uma grande parcela da população desprovida de bens materiais e capitais – e justamente por isso, ser vista pelo restante da cidade como áreas exclusivas da classe pobre – vão deixando de ter validade e passam a ganhar manchas mais seletivas destinadas às classes média e alta, dentro dessa grande área periférica.

Em suma, a dinâmica dessas áreas de borda vai passando por modificações, tendo em vista que, com a chegada de uma classe social exigente e que visa a outros desejos, a promessa de usufruir mais tranquilidade, segurança, comodidade e por desfrutar de espaços cada vez mais homogêneos do ponto de vista físico, social e econômico fica mais contundente, porque tais promessas passam a ser o carro-chefe da propaganda imobiliária. Contudo, essa homogeneidade pode ser desfrutada intramuros – no caso dos espaços fechados para moradia –, uma vez que essas periferias de amenidades não apagam a existência das periferias pobres.

Essa autossegregação marca no espaço a política de classes que impera atualmente nos espaços periurbanos, e Campina Grande não foge à regra. Sendo assim, Corrêa (2016) traduz perfeitamente a materialidade no espaço desse tipo de segregação residencial:

A autossegregação é uma política de classe associada à elite e aos estratos superiores da classe média, dotados de elevada renda monetária. A autossegregação visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio das escolhas das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas em razão dos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações (CORRÊA, 2016, p. 43).

Vasconcelos (2016) também traz contribuições acerca da autossegregação, ao afirmar:

A autossegregação é resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de

segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis (VASCONCELOS, 2016, p. 27).

Portanto, com base nisso, percebemos que esse estilo de moradia e o movimento contrário que faz a população média e alta nas grandes e médias cidades brasileiras tem efeito direto na dinâmica espacial das periferias e de sua população residente. São objetos e ações que, combinadas, tornam-se alheias para o uso dessa população, porque visa atender necessidades de uma camada populacional que não tem interesse de fazer e se sentir pertencente à dinâmica geral dessa área.

Destacamos ainda que esses arranjos espaciais passam a fazer parte de nossas cidades, levando em consideração um movimento feito pelas classes médias e altas de países da Europa e Estados Unidos.

Destarte, Vale (2005) ainda nos esclarece esse movimento contrário da nossa população com relação ao processo de suburbanização:

[...] Nos últimos anos, essa suburbanização, típica dos países ricos, vem se disseminando em diversas cidades brasileiras (especialmente nas metrópoles), destina-se ao atendimento da classe média alta e se expressa pela expansão dos chamados condomínios horizontais fechados, vendidos pela mídia como paraísos habitacionais (VALE, 2005, p. 76).

Daí, justifica-se o fato de a população mais carente ser forçada a se estabelecer em outros lugares mais distantes dessa nova organização espacial, em lugares que não sejam nenhuma ameaça ao funcionamento normal e prometido pela mídia a esse público extremamente seletivo. Com isso, o centro das grandes cidades que foram abandonados por essa nova classe passa a ser opção para a população mais pobre, principalmente a população das grandes metrópoles brasileiras. Vale destacar que, no caso de Campina Grande, o centro não se tornou espaço de morada exclusivo da população pobre, tendo em vista que ainda existe uma camada de nível social mais alto que reside em bairros bem próximos a ele, e o seu centro ainda desempenha função comercial importante para o município e cidades vizinhas.

Sendo assim, toda uma organização espacial que existia até então, com a maioria das atividades da cidade sendo desenvolvida no centro e em volta dele, foi modificada com o processo de industrialização do país que vai dotando várias áreas

da cidade de funcionalidades diferentes e que, por conseguinte, vai atraindo para junto dessa organização espacial outras atividades solidárias.

Nesse caso, as franjas das cidades vão ganhando especificidades diferentes das que possuíam há um tempo anterior a esse processo, e, então, surge a dificuldade de definição e delimitação do que seja o urbano e o rural, de sorte que é necessário ampliar o entendimento do processo de periurbanização para a correta interpretação do espaço.

No dizer de Entrena Durán (2004), os espaços periurbanos são áreas onde se expressam mais intensamente a aproximação entre o campo e a cidade, em uma relação híbrida. Tal relação permite que suas fronteiras se imbriquem e se tornem quase impossíveis, na prática, de se estabelecer uma relação quantitativa.

Vale a pena ressaltar que, embora o olhar do mercado e do capital para os espaços periurbanos seja muito mais econômico, ligado à atividade industrial, a lógica rural vai estar direcionada ao uso da terra enquanto área propícia para as atividades agropecuárias (SOUZA, 2005). Dessa forma, deve-se encarar que as áreas periurbanas não estão dominadas apenas pelas atividades industriais e de serviços e que ainda existem trabalhadores que desenvolvem culturas agropecuárias tentando estabelecer um modo de vida mais ligado ao tradicionalismo do campo.

Mesmo assim, nesse *mix* entre as lógicas urbanas e rurais, Souza (2005) ainda nos remete ao fato de que a atração de parcela da população que residia nas cidades e que se transferiu para os lugares mais afastados desta é de aproximação da natureza, contato com ar puro e tranquilidade, apesar de o ritmo de vida dessas pessoas estar controlado pelo tempo da cidade, pelo relógio acelerado da vida urbana. Na verdade, a propaganda do contato com o natural está apenas servindo à lógica urbana do capital:

O que pode confundir é que, na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, às vezes até belamente bucólico – algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado -, enquanto, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de

muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em altos loteamentos populares ou condomínios fechados de alto *status*, dependendo de sua localização (SOUZA, 2005, p. 27).

A lógica do mercado imobiliário, nesses espaços, é de assegurar mais áreas adequadas para a construção, posteriormente, de modernos empreendimentos de residências e de serviços e atrair população que tenha condições financeiras de pagar por esses serviços. Essa lógica é percebida nas grandes cidades brasileiras e está cada vez mais forte na produção dos espaços periurbanos das cidades médias, a exemplo da cidade de Campina Grande, objeto de nossas reflexões.

Como ressaltado anteriormente, áreas periféricas das cidades brasileiras após a Segunda Guerra, aliado ao processo tardio de industrialização do país, passaram a ganhar funcionalidades diversas, com a construção dos complexos industriais, bairros operários e outras atividades que tivessem ligação com o processo de produção industrial. Atrrelado a essa organização espacial, encontrava-se também, nessa mesma área, aquela parcela da população pobre, imigrantes rurais que não possuíam condições financeiras para pagar pelo uso do solo urbano mais central. Desse modo, as periferias foram tomando forma, com características muito bem definidas dentro do sistema urbano das cidades, de agregadoras dos meios de produção da economia nacional e de sua força de trabalho correspondente.

A partir da década de 1970, nas grandes cidades brasileiras, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, os espaços mais periféricos das cidades passam a desempenhar um interessante papel para a economia, especialmente para o setor imobiliário.

Como já discutido em várias partes desse trabalho, a tendência em fazer o movimento contrário do centro para a periferia aporta no país, vinda de países europeus e também dos Estados Unidos e logo é incorporada ao modo de vida dos brasileiros de classe média e alta, dispostos a pagar por esses serviços.

Essa nova tendência de moradia demorou mais de duas décadas para alcançar as cidades nordestinas de porte médio, como aconteceu em Campina Grande (PB).

Contudo, esse processo não encontrou a plena aceitação espacial, de forma que o periurbano campinense não se encontra distribuído linear e homogêneamente. As formas antigas resistem em ficar em algumas bordas, tentando manter as

mesmas funções, embora estejam dentro de uma lógica diferente da precedente. Nesse caso, pretendemos, na próxima seção, analisar o que foi transformado e o que ainda permanece no espaço periurbano campinense do ponto de vista socioespacial.

### **3.2 Transformação e permanência socioespacial no periurbano de Campina Grande**

Diante da discussão a respeito da compreensão dos espaços periurbanos, aqui explicitando a formação desse processo na cidade de Campina Grande, percebem-se algumas mudanças, mas também formas de permanências por parte da população que já vivia nessa área e que continuou a desenvolver as atividades com as quais já estavam acostumados, dentre outras recém-instaladas. É comum, por exemplo, encontrar uma população que continua desenvolvendo atividades ligadas à agricultura e pecuária, no entanto, alguns trabalham em tempo parcial como vigilantes, domésticas, empregados da construção civil, taxistas etc. Tal estratégia, denominada de pluriatividade (WANDERLEY, 1996, 2001; MARAFON, 2010, 2012), funciona quando o trabalhador agrícola passa a desempenhar novas funções não-agrícolas com a finalidade de complementar a renda familiar e/ou contribuir para a manutenção das atividades agrícolas.

Uma vez que a presente pesquisa não se trata de um levantamento sociológico com rigor estatístico, reconhece-se, aqui, que as modificações socioespaciais<sup>56</sup> nos indica a intensidade das mudanças que aconteceram e que continuam sendo processadas no espaço, a partir da variação dos elementos que o compõem.

Desse modo, não podemos abandonar o entendimento dos fatores que impulsionam os processos de mudança espacial e que se encontram por trás da parte visível do espaço. Por meio da análise socioespacial, pode-se inferir algumas das mudanças no perfil da população.

---

<sup>56</sup>Baseados em Santos (1988, 2009, 2012), entendemos o espaço como um produto histórico, resultado da ação humana sobre a materialidade, produzindo o espaço geográfico que também é espaço social.

Observando o espaço periurbano de Campina Grande, as mudanças no espaço são perceptíveis. Na Zona Norte, os limites de bairros como Novo Bodocongó, Araxá, Cuités, Palmeira, Jardim Continental, apesar de possuírem características típicas rurais, com moradias mais espaçadas entre elas, áreas de agricultura familiar, começam a perceber em suas paisagens a mudança territorial, com a implantação ou preparação de áreas para a construção de loteamentos populares (Figuras 18 e 19).

Figura 18 – Áreas de plantações de hortaliças, de caráter familiar, no bairro dos Cuités, limite com o município de Puxinanã. Periurbano norte



Legenda: a paisagem do lugar ainda apresenta característica típicas do rural.  
Fonte: O autor, 2016.

Figura 19 – Área preparada para a construção do loteamento “Altiplano Serra Rica”, no bairro dos Cuités. Periurbano norte



Legenda: Ao fundo, ao lado esquerdo, percebe-se a cidade de Campina Grande e a proximidade com o loteamento, e do lado direito, grande extensão de área verde, como forma de valorização dos aspectos naturais enaltecidos pelo empreendimento.

Fonte: O autor, 2016.

Já nos bairros Jardim Tavares e Bairro das Nações, na mesma porção territorial, nota-se que em todo o trecho às margens da rodovia federal BR-104 – que liga a cidade ao Brejo paraibano – o espaço incorporou novos objetos e novas ações ao longo dos anos, impulsionando outra funcionalidade espacial em que as atividades ligadas à agropecuária perderam uma parcela considerável de sua área de abrangência para as atividades industrial, assentamentos de moradia adensada e de serviços. A mudança também é percebida à medida que nos afastamos da rodovia e adentramos pelo território, com a presença de chácaras que funcionam como segunda moradia, pousadas etc. e uma área reduzida destinada à agricultura. Vale a pena ressaltar que esses últimos objetos estão territorialmente localizados no município de Lagoa Seca, em uma área próxima ao limite administrativo entre esta cidade e a de Campina Grande e que muitos moradores dessas residências são de origem da segunda cidade.

Desse modo, foram aparecendo, nesse espaço, objetos geográficos que atendem às renovadas necessidades do sistema capitalista, com interesses voltados para a exploração dessa área e a obtenção de novas formas de arrecadação de impostos e lucros decorrentes do aumento do preço da terra. Na saída de Campina

Grande para Lagoa Seca, dentro do perímetro urbano da primeira cidade, encontra-se o condomínio Sierra Home Resort. As propagandas de marketing enaltecem esse espaço como um dos mais modernos do Norte/Nordeste, destacando sua localização privilegiada em relação ao centro de Campina Grande, a apenas 2 km de distância (Figura 20).

Figura 20 – Propaganda do condomínio Sierra Home Resort, na saída de Campina Grande para a microrregião do Brejo paraibano



Fonte: Araújo, 2012.

De acordo com a figura reproduzida, pode-se perceber que são enfatizados:

- a proximidade do Sierra Home Resort com a cidade, uma vez que as avenidas campinenses levam até o entroncamento rodoviário vizinho à BR-104 e uma das avenidas perfaz uma distância de apenas 2km do centro;
- o terreno possui topografia privilegiada, posto que é elevado no mínimo 12m do entorno, garantindo supostamente vista privilegiada, privacidade e isolamento de ruídos e de pessoas que não residem ou trabalham no condomínio etc.;
- o esquema do loteamento, na metade superior da ilustração, destaca o verde e a organização racional das

parcelas no espaço, com arruamentos padronizados e uma área comum às margens da BR-104, isolando também o condomínio do fluxo intenso de veículos; d) outra informação que merece destaque é que, apesar da ênfase no verde e no isolamento, alguns objetos tipicamente urbanos estão destacados no desenho, como a densa malha viária, supermercados e outros estabelecimentos comerciais; e) por fim, o tamanho médio dos lotes informado é de 535 m<sup>2</sup>, o que representa uma metragem bem maior do que o habitual nas moradias das cidades, onde os edifícios residenciais multifamiliares modernos têm cada vez menos espaço. Ou seja, são as novas regras do mercado para um lugar “perfeito para morar e viver bem”, com o que há de melhor do campo e da cidade para uma clientela que pode pagar pelos serviços.

É importante lembrar que as propagandas do mercado imobiliário enfatizam muito a questão do viver bem, da tranquilidade, do conforto, do contato com a natureza, porém sempre próximos de vias que garantem o acesso rápido ao centro da cidade, que é o lugar onde essas pessoas trabalham, estudam, divertem-se etc.

Nesse cenário, as modificações espaciais não se restringem ao condomínio Sierra Home Resort. No limite dos municípios de Campina Grande e de Lagoa Seca, existem outros condomínios horizontais fechados que alteraram bastante a fração visível do espaço, como o condomínio Nações Residence Privé e o Atmosphaera Eco Residence.

Nesse espaço, as principais mudanças ocorreram com o aumento de residências dentro dos condomínios, como mencionado por moradores: “As principais alterações que consigo perceber aqui nos últimos anos são mais construções de moradias no condomínio” (Comerciante, moradora do Sierra Home Resort).

Outro entrevistado esclarece que além do aumento de residências e objetos de lazer instalados dentro do condomínio, o entorno ganhou novos serviços e embelezamento:

Ocorreram várias alterações no espaço do condomínio. Foram construídas novas residências, quadra de esporte, campo de futebol, pista para caminhada. Porém, houve o plantio de novas árvores que contribuem para o embelezamento do espaço no qual circulo e habito (Professor universitário, morador do Nações Residence Privé).

Além das modificações no espaço geradas com a inserção dos condomínios, loteamentos, bairros verdes e com as atividades de serviços, como supermercados, lojas, restaurantes, postos de combustíveis, as atividades agropecuárias exercem a função de resistência frente a toda mudança que vem ocorrendo no espaço de franja de Campina Grande.

Ainda na Zona Norte, percebe-se que a agricultura é uma atividade muito importante para algumas famílias, sendo o cultivo de hortaliças a sua fonte de renda, principalmente para grupos familiares que se encontram na zona rural do município de Lagoa Seca, próximo ao município de Campina Grande, como o caso dos sítios Oiti, Rosa Branca e Mineiro, que estão perto das áreas dos condomínios fechados, chácaras e loteamentos.

É importante destacar que nesse espaço rural as famílias que estão inseridas no processo de produção agrícola geralmente não desenvolvem outro tipo de atividade que não seja a agricultura. Porém, a maioria das famílias utiliza agrotóxicos e agroquímicos nas culturas como forma de acelerar o processo de desenvolvimento da plantação e assim poder vender mais para supermercados, Ceasa de Campina Grande e feiras em Lagoa Seca, Campina Grande e outros municípios vizinhos. Conforme pesquisa *in loco*, de todos os sítios visitados nesta porção norte, entre Campina Grande e Lagoa Seca, que trabalham com hortaliças, apenas uma família no sítio Oiti não utiliza agrotóxicos nas culturas. O proprietário nos informou, em entrevista, que tem o apoio do SEBRAE – participa de programas de capacitação de manejo com as plantações –, bem como relatou os cuidados que deve tomar para que suas culturas não sejam contaminadas com as dos vizinhos. Sendo assim, ele consegue participar de feiras orgânicas no próprio município, em outras cidades do estado e em estados vizinhos.

Nesse sentido, de acordo com Sposito e Góes (2013, p. 106), o afastamento espacial dos segmentos de médio e alto poder aquisitivo para áreas cada vez mais distantes do centro não anulam as diferenças entre pobres e ricos, uma vez que se estende pelo território o tecido urbano, como também a pluralização dos conteúdos sociais que esse movimento acarreta.

No tocante à Zona Leste, o espaço de margem da cidade aparece marcado pela presença de formas de habitação e comércio direcionadas para vários segmentos sociais.

As transformações dos espaços de franja, nessa zona, comportam condomínios horizontais fechados de alto padrão no bairro do Mirante; ocupações com problemas de infraestrutura e descaso por parte dos órgãos públicos, como presenciado no bairro Nova Brasília e no Distrito de Santa Terezinha; além da faixa que margeia a rodovia federal BR-230, saída para a capital do estado, que, de um lado da rodovia, apresenta uma série de residências, estilo haras, chácaras, centros de distribuição de alimentos, algumas empresas do ramo calçadista, alimentício, entre outros (Figuras 21, 22 e 23).

Figura 21 – Condições de calçamento no bairro Nova Brasília, em Campina Grande, limite com o município de Massaranduba. Periurbano leste



Fonte: O autor, 2016.

Figura 22 – Propriedade residencial de alto padrão, construída às margens da BR-230, entre os municípios de Campina Grande e Massaranduba



Fonte: O autor, 2016.

Figura 23 – Exemplo da instalação de serviços ao longo da BR-230



Fonte: O autor, 2016.

A partir das Figuras 21, 22 e 23, podemos destacar que a produção do periurbano campinense apresenta maior dinamicidade às margens das principais rodovias federais que cortam a cidade. Pode-se justificar tal processo pela quantidade de fluxo de pessoas e mercadorias que circulam diariamente por estes

fixos e, ainda, por passar uma imagem de espaço organizado, serve também de atrativo para quem deseja usufruir ambientes semelhantes. Nesse sentido, por ser uma faixa de grande movimentação, atrai para si, naturalmente, variados tipos de serviços, a exemplo do centro de distribuição “Atacadão Farias”, como demonstrado na Figura 23, bem como tipos de moradias de luxo exemplificados na Figura 22.

Por outro lado, a imagem representada na Figura 21 alerta para a incompletude da atuação pública, dado que as vias do bairro encontram-se com o calçamento incompleto. Isso pode ser reflexo de sua posição geográfica, uma vez que se encontra próximo a uma rodovia estadual, a PB-095, divisa com o município de Massaranduba, onde apresenta movimento menor se comparado com a circulação nas rodovias federais, e também porque, até o momento, o bairro não se tornou área de interesse do setor imobiliário para a construção de moradias, seja para o segmento de condomínios fechados, seja para a instalação de loteamentos. Em Nova Brasília, aliado à falta de investimentos em infraestrutura, o espaço aparece mais ligado às características do rural, com presença de remanescentes do que seriam fazendas de gado, com curral e pista de vaquejada localizadas ao lado das construções, grandes áreas verdes, tempo mais lento do que o das áreas mais próximas ao centro da cidade, dentre outros.

As transformações no espaço periurbano relacionadas à Zona Sul apresentam-se por uma série de atividades que vão de iniciativa tanto pública quanto privada, a começar pela construção dos distritos industriais da cidade, localizados nessa porção territorial – o que já foi discutido ao longo do capítulo primeiro – e que contribuíram para o povoamento de bairros como Jardim Paulistano, Tambor, Distrito Industrial, Velame, Três Irmãs, Acácio Figueiredo, entre outros. Atreladas a essa funcionalidade do espaço, destacamos as políticas públicas na construção de loteamentos populares como modeladores e produtores do espaço urbano campinense.

Além disso, mais recentemente, essa parte do território da cidade torna-se participante do processo de formação do seu espaço periurbano. Em bairros como Catolé, Sandra Cavalcante, Vila Cabral e Itararé, a instalação de variados tipos de serviços, condomínios verticais para moradia, edifícios que abrigam escritórios dos mais variados ramos de atividades, residências de alto padrão, voltadas para um público com poder aquisitivo maior, faculdade particular, sede de TV, supermercado,

casa de *show*, entre tantos outros objetos instalados no espaço, têm dado um dinamismo maior a essa área (Figuras 24, 25 e 26).

Figura 24 – Mudança espacial no bairro Itararé, Campina Grande



Legenda: Percebe-se a produção do espaço, com construções de residências, edifícios e loteamentos. Na placa central, informações sobre venda de lotes no loteamento “Itararé II”.  
Fonte: O autor, 2016.

Figura 25 – Residências de padrão médio/alto às margens da BR-230, entre os bairros Sandra Cavalcante e Itararé



Fonte: O autor, 2016.

Figura 26 – Supermercado Makro, às margens da BR-230, no bairro Vila Cabral



Fonte: O autor, 2016.

Percebe-se, pelas Figuras 24, 25 e 26, que o espaço de franja na parte sul de Campina Grande apresenta transformações mais significativas no espaço se comparadas com a área norte e até com a área leste, por exemplo. Novos loteamentos, casas de show, supermercado e novos tipos de residências compõem o espaço de franja sul da cidade. Esse dinamismo espacial se justifica quando verificamos o Plano Diretor da cidade que elege essa área e a zona oeste como os espaços destinados para o crescimento urbano, denominados de Zona de Recuperação Urbana e Zona de Expansão Urbana<sup>57</sup>.

De acordo com esse documento, “a ocupação urbana será direcionada para a Zona de Expansão Urbana, (...) mantendo-se a tendência de crescimento para as direções geográficas Oeste, Sudoeste e Sul da cidade” (PLANO DIRETOR, 2006, p. 7).

---

<sup>57</sup>De acordo com Plano Diretor de Campina Grande (2006, p. 7), a Zona de Recuperação Urbana caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, com carência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de loteamentos irregulares e núcleos habitacionais de baixa renda. Já a Zona de Expansão Urbana é aquela onde o uso e a ocupação do solo destinam-se ao crescimento da cidade, com prioridade para a instalação de infraestrutura básica que possa viabilizar o acesso.

Nessas zonas, estão concentradas a maior parte da população de classe baixa, ocupações ilegais e, justamente por isso, é nelas que se encontra a maioria dos loteamentos populares da cidade.

A população mais pobre permanece nessas áreas como forma de resistência, uma vez que já estavam presentes antes das mudanças ocorridas. Dessa forma, a permanência dos antigos moradores se dá pelo desenvolvimento de atividades informais, como vendedores de pequenos objetos, de doces, catadores de lixo, entre outros. As práticas agropecuárias aparecem de forma escassa, tendo em vista que a especulação da terra está cada vez maior e as áreas que ainda desenvolvem esses tipos de atividades configuram-se como reserva de valor, como demonstrado na Figura 27.

Figura 27 – Pequena área de criação de animais ao lado de grandes construções imobiliárias, às margens da BR-230



Fonte: O autor, 2016.

Observando a figura, nota-se que essa área de criação de animais compõe a paisagem local por tempo determinado, visto que o espaço em volta passa por transformações com a construção de complexos residenciais e empresariais.

Essa é uma área entre as Zonas Leste e Sul, onde se percebe os edifícios ao fundo, no bairro do Mirante, ocupados principalmente pelas classes média e alta da

cidade. Ao mesmo tempo, o grande edifício em construção, ao centro da imagem, está localizado no bairro Vila Cabral e, segundo a empresa responsável pela construção<sup>58</sup>, é o multiuso mais completo de Campina Grande. Ele abrigará um complexo residencial com empresarial. O Heron Marinho Business e Living será hotel, *flat*, *open mall* e duas torres residenciais.

Vale a pena ressaltar que, além dos apelos de conforto, comodidade e toques de personalização – que são característicos do setor imobiliário, tanto para este tipo de empreendimento, quanto para os condomínios horizontais fechados –, a ideia de impactar a clientela com o estrangeirismo nos nomes dos imóveis é também um forte apelo desse setor.

Sendo assim, podemos considerar que espaços que comportam atividades ainda típicas do rural estão apenas como reserva de valor, haja vista que transformaram-se em interesse do capital imobiliário, e a tendência é o seu desaparecimento para dar lugar a grandes objetos no espaço, voltados para moradia ou a escritórios empresariais (ZERBI, 1979; SOUZA, 2005).

A Zona Oeste, no entanto, possui grande diversidade de ocupação, presenciando uma série de intervenções públicas na construção de loteamentos populares, que não é recente. As primeiras políticas, nesse sentido, remontam ao final da década de 1970, quando programas nesse sentido eram desenvolvidos para a construção de casas populares. O bairro das Malvinas, nessa porção territorial campinense, é o mais emblemático, porque surge a partir de um loteamento popular – o Conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio – e hoje se configura como o bairro mais populoso da cidade.

Nesse sentido, essa zona vê o seu espaço ganhando novos objetos e novas funções há algumas décadas. O Estado age como facilitador para a instalação de serviços, na garantia de infraestrutura básica e na construção desses complexos residenciais para a população mais pobre, obedecendo ao plano de expansão urbana da cidade que orienta o crescimento da mesma para esta zona.

A rodovia federal BR-230, chamada de “Alça Sudoeste” no trecho que corta a cidade, atravessa juntamente a Zona Sul até alcançar a Zona Leste, saída para João Pessoa, e desenvolve papel importante para o dinamismo que apresenta essa área.

---

<sup>58</sup>Andrade Marinho LMF.

Por ela, circula uma quantidade muito grande de veículos e pessoas todos os dias, o que facilita a instalação de uma série de serviços às suas margens.

Com as mudanças mais significativas nas suas franjas nos últimos anos, Campina Grande presencia a formação do seu espaço periurbano, e a Zona Oeste passa por significativas transformações.

Contudo, as mudanças mais significativas no espaço periurbano campinense se deram nas margens das suas principais rodovias e avenidas que dão acesso a elas. O povoado do Mutirão, por exemplo, no bairro do Serrotão, continua a sofrer com a falta de investimentos públicos que possam trazer melhorias e qualidade de vida para a sua população residente.

A falta de compromisso público para com essa parte da cidade ganha relevo na fala dos seus moradores:

Eu morava em Recife, aí meu marido veio trabalhar aqui em Campina, aí viemos pra cá. Nós morava (*sic!*) nas Malvinas, mas tivemos que se mudar pra cá pro Mutirão porque as casas são mais baratas. Hoje sou separada. Faz 8 anos que tô morando aqui e pra mim continua do mesmo jeito quando cheguei, sem melhoria nenhuma, nenhuma mudança pra melhor. O lixão que era aqui do lado e muita gente vivia das coisas que pegava lá, o governo tirou. Só piorou a situação de vida de muita gente que mora aqui (Moradora do Mutirão, catadora de lixo).

Além da falta de infraestrutura básica e condições de emprego na área, a população sofre com a violência e o tráfico de drogas:

Eu moro aqui desde o começo do Mutirão. Essa parte aqui que a gente mora nunca fizeram nada de obra, os animais são tudo soltos na rua e tem muitos problemas sociais aqui [ela se refere a altos índices de violência, drogas, desemprego]. As coisas só têm piorado por aqui (Moradora do Mutirão, dona de casa).

Nesse sentido, fica evidente a seletividade espacial que acontece não só no periurbano oeste, como também nas outras bordas campinenses. É certo que, apesar de o povoado do Mutirão se encontrar geograficamente próximo à Alça Sudoeste, os maiores investimentos acontecem do outro lado da rodovia, onde existem os condomínios horizontais fechados, loteamentos populares, hospital e o Instituto de Polícia Científica. Nesse caso, fica evidente que é uma escolha política, mas também econômica, porque os grupos imobiliários, que comandam o mercado, não se interessaram ainda por esta parcela do território, do outro lado da rodovia.

Outro depoimento acerca da atuação pública no povoado e de como a paisagem da área tem sido modificada no decorrer dos anos, torna-se importante em nossas análises sobre o periurbano campinense:

Aqui tem muitos problemas. No início o bairro era um tipo um conjunto de casas feitas pelo governo, mas era um matagal, aí o povo começou a invadir e ir construindo. Só tem calçamento na rua principal e nas outras é como você viu, sem esgoto e sem calçamento. Apesar de faltar muitas coisas, eu acho que o posto policial foi um ponto positivo porque intimida mais um pouco os casos de violência e de tráfico de drogas que é um problema sério daqui. O governo não age muito nessa área. Pra você ter uma ideia a gente [ela se refere aos vizinhos da rua] que fez o esgoto de banheiro e pia de cozinha. (Moradora do Mutirão, dona de casa).

Desse modo, as ações públicas de infraestrutura numa área como o Mutirão só chegam de forma minimalista e em pontos estratégicos para o capital. Implantação de calçamento de ruas, esgotos, instalação de posto policial, entre outros, apenas aparecem para atender às exigências de grupos alheios ao lugar, no caso, as empresas de ônibus que circulam na área e exigem vias de circulação adequadas e seguras.

Por outro lado, na área próxima aos condomínios fechados dessa zona, as mudanças espaciais são mais perceptíveis pela atuação de serviços públicos que antecederam à instalação desses empreendimentos residenciais e contribuíram para a atração populacional, embora para os moradores de condomínios dessa zona, o maior impacto na paisagem tenha sido o aumento de residências intramuros:

Resido aqui há 11 anos e quando cheguei ao condomínio já encontrei o seu entorno com as principais edificações que vemos hoje. O que salta aos olhos atualmente como mudança é o aumento das construções de casas dentro do condomínio (porque não existia a quantidade de casas que temos hoje) e também as construções dos condomínios vizinhos, o Parkville aqui em frente e o Monteville, vizinho ao nosso aqui (Aposentada, moradora do Serraville Residence).

Além disso, presenciamos muitas áreas de vazios urbanos em todas as zonas periurbanas da cidade. Para Oliveira et al. (1991), o fenômeno de vazios urbanos pode ser entendido levando em consideração o avanço do sistema de incorporação, que contribui para o crescimento urbano das cidades. Sendo assim, eles acrescentam:

O fenômeno dos vazios urbanos, (...) podem estar relacionados com duas situações: uma que envolve os interesses da propriedade fundiária e outra que remete aos interesses dos capitais ligados à produção imobiliária. No primeiro caso, o móvel é a especulação, ou seja, a estocagem de terras é realizada na expectativa de maiores ganhos com a venda do terreno. No segundo, a retenção de terras remete principalmente às necessidades de garantir a expansão das atividades da incorporação (OLIVEIRA, et al. 1991, p. 19).

Dessa forma, o prolongamento da Avenida Floriano Peixoto, no início do século XXI, corta a cidade de Leste a Oeste e contribuiu para efetivar vários serviços na área. Sendo assim, nessa área, o Estado se faz presente pela construção da sede do Detran, do Hospital de Trauma da cidade e do Instituto de Polícia Científica, como exemplificado nas Figuras 28 e 29.

Figura 28 – Hospital de Trauma de Campina Grande, às margens da Avenida Floriano Peixoto



Legenda: Em primeiro plano, ao lado da Av. Floriano Peixoto e do Hospital de Trauma, percebe-se área de vazio urbano.

Fonte: O autor, 2016.

Figura 29 – Instituto de Polícia Científica (IPC), de Campina Grande, às margens da BR-230, Alça Sudoeste



Fonte: O autor, 2014.

Baseado nas imagens 28 e 29, podemos inferir que, com a instalação do hospital de trauma no início dos anos 2000 e, mais recentemente, o IPC, a área tornou-se mais atrativa para o mercado imobiliário, que intensificou a produção e reprodução desse espaço. Com a melhoria das vias de circulação, acessibilidade e demais obras de infraestrutura, aliado a construções desses objetos de prestação de serviços, houve uma facilitação para o setor imobiliário no que se refere à construção de condomínios horizontais fechados, voltados para a classe média, além de loteamentos populares, bairros planejados (Figura 30) que, por estarem mais próximos ao limite do perímetro urbano, apelam nas propagandas para as características típicas do rural, maior segurança, tranquilidade e comodidade. Todavia, essa mesma área apresenta elementos típicos do rural convivendo com as transformações ocorridas nos últimos anos. São fazendas de criação de bovinos e áreas de agricultura familiar distribuídas por todo o espaço periurbano da cidade (Figura 31).

Figura 30 – Panorâmica de objetos técnicos modificadores do espaço no periurbano campinense



Legenda: 1 – Loteamento popular; 2 – Hospital de Trauma de Campina Grande; 3 – Condomínio horizontal fechado ParkVille; 4 – Instituto de Polícia Científica.

Fonte: O autor, 2016.

Figura 31: Fazenda com criação de bovinos, às margens da BR-230, Alça Sudoeste



Legenda: Ao fundo, o espaço urbano de Campina Grande mais aglomerado.

Fonte: O autor, 2016.

Vale a pena ressaltar que, na Figura 30, tanto o hospital de trauma quanto o condomínio fechado encontram-se às margens da Avenida Floriano Peixoto, já o IPC localiza-se às margens da BR-230, Alça Sudoeste, e o loteamento popular, como visto na imagem, encontra-se em uma área por trás dessas primeiras edificações, porém, o seu acesso se dá pela rodovia federal. Já na Figura 31, a prática agropecuária convive com as práticas urbanas, tendo o núcleo urbano da cidade não muito distante.

Contudo, apesar de intensas transformações, esse setor da cidade apresenta bairros extremamente pobres, a exemplo do bairro do Mutirão – localizado do lado oposto da rodovia federal –, onde a maioria da população convive com a violência, tráfico de drogas e descaso por parte do poder municipal. A principal renda dessa população vinha do lixo, por conta do reservatório da cidade que era localizado nesse bairro, porém, o lixão foi transferido para outra área e, atualmente, esse povo continua catando lixo, mas tem visto a renda familiar diminuir.

Apesar de grande parte dos moradores, principalmente os mais idosos, ter crescido desenvolvendo atividades agrícolas, uma vez que a área onde residem hoje era típica rural há 30 anos, não conseguem, atualmente, espaço para plantar as principais culturas de subsistência, como milho, feijão, nem tampouco criar animais.

Todos esses arranjos espaciais comportam relações socioespaciais e econômicas diversas em cada borda estudada, merecendo análise mais cuidadosa no intuito de desvendar possíveis respostas para o entendimento do processo de formação do periurbano campinense.

### **3.3 Relações socioeconômicas no espaço periurbano campinense**

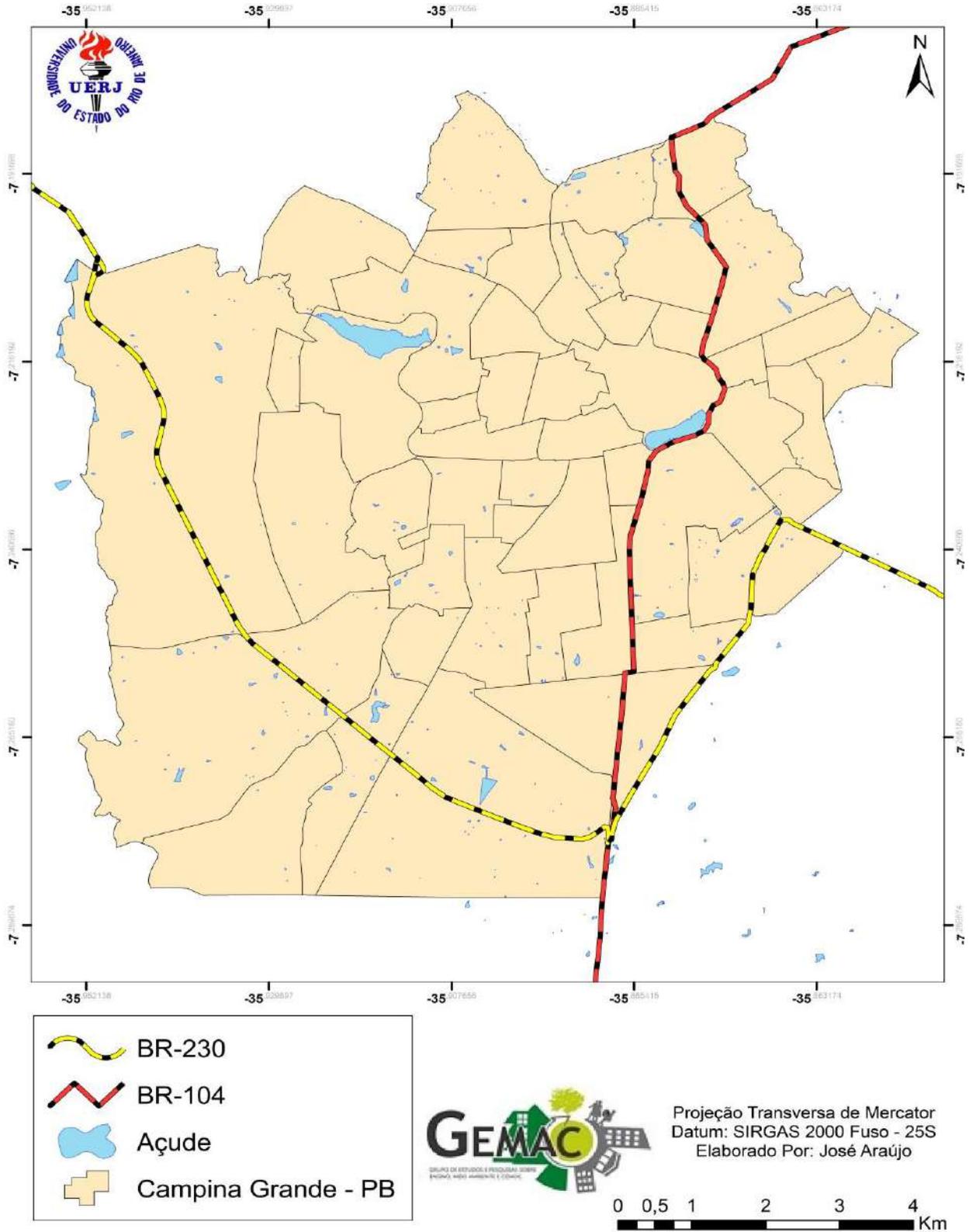
Para Pires (2007), as transformações socioeconômicas nas últimas décadas causaram uma aproximação dos padrões de desenvolvimento tanto de áreas urbanas quanto rurais e, nesse sentido, as fronteiras rígidas que pudessem existir entre funções típicas da cidade e aquelas típicas do campo foram apagadas.

Sendo assim, as modificações mais visíveis no espaço periurbano campinense aparecem nas margens das principais rodovias federais que cortam a

cidade, a BR-230 e a BR-104 (Figura 32), tendo em vista que, como já mencionado na seção anterior, essas rodovias são fixos que apresentam grande movimento de pessoas e mercadorias. Desse modo, elas se traduzem como pontos dinâmicos na produção do espaço periurbano de Campina Grande, uma vez que estão territorializadas próximas aos limites urbanos da cidade.

Nessas frações territoriais, como mostrado anteriormente, a terra foi adquirindo novos valores diferentes e novos significados a partir da atração populacional ocorrida ao longo do tempo. Nesse sentido, além das mudanças espaciais, as relações sociais, de trabalho, econômicas, entre outras, ganharam novos condicionantes que impulsionaram novos comportamentos por parte dos indivíduos residem, trabalham e se divertem nessa área.

Figura 32 – Mapa de localização das principais rodovias federais que cortam a cidade de Campina Grande – PB



Fonte: O autor, 2016.

Base Cartográfica: SEPLAN – CG, 2006.

Tomando como referência as principais vias de circulação de Campina Grande demonstradas na figura acima, podemos entender como se materializa no espaço o processo de periurbanização da cidade.

A rodovia BR-104, que corta a cidade de norte a sul, vai apresentar, nas duas bordas, características diferentes e separação social e econômica nítida.

Na porção norte, que chamamos de periurbano norte, áreas que desenvolviam atividades de agricultura e pecuária se transformaram em locais especializados de moradia para uma parcela da população de classe média e alta. Os condomínios horizontais fechados de alto padrão socioeconômico (Sierra Home Resort, Nações Residence Privè, Atmosphaera Eco e Green Residence) mudaram a paisagem do entorno dessa rodovia e alteraram os modos de vida da população que residia nessas áreas no momento anterior à construção desses condomínios.

Sendo assim, a terra perdeu o significado de bem de consumo e produção para se transformar em mercadoria fracionada, o seu tamanho passou a ser calculado em m<sup>2</sup> (metro quadrado) abandonando os cálculos por hec. (hectare), como é típico acontecer nos territórios agrários que sofrem influência direta das cidades.

Portanto, o primeiro fator econômico de mudança se dá pelo preço da terra, uma vez que o valor dos lotes nos condomínios fechados ou nos chamados bairros verdes são elevados e a maioria da população da cidade não possui condições financeiras para tal investimento. Por vezes, a venda da terra fracionada permanece mais lucrativa que a produção de gêneros animais e vegetais, o que desestimula a agricultura.

A partir de entrevista com moradores desses empreendimentos, bem como junto ao setor imobiliário que atua na cidade, os valores dos lotes nos condomínios do periurbano norte variam de tamanho (400 m<sup>2</sup> a 800 m<sup>2</sup>) e de localização (quanto mais perto das áreas verdes e distantes das vias de circulação do entorno do condomínio, mais caro se torna o lote).

Nesse contexto, pode-se encontrar lotes em qualquer condomínio dessa porção territorial, variando aproximadamente de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais)<sup>59</sup>, dependendo da localização do lote dentro do condomínio. Levando-se em consideração que a construção das

---

<sup>59</sup>Informações obtidas junto a moradores e ao mercado imobiliário que atua na cidade.

residências deve seguir um padrão arquitetônico, podemos inferir que, ao final do processo de construção, o imóvel chegará a um valor exorbitante para os padrões locais anteriormente praticados. Portanto, do ponto de vista socioeconômico, estes empreendimentos possuem evidente caráter seletivo.

Essas transformações espaciais no periurbano norte, intensificadas no final da década de 1990, contribuíram para o aumento de atividades econômicas não encontradas nessa área em um período anterior a esse processo. São lojas de artesanatos e de plantas ornamentais, bares, restaurantes, postos de combustíveis etc (Figuras 33, 34 e 35).

Figura 33 – Lojas de produtos artesanais, localizada às margens da BR-104, periurbano norte, entre as cidades de Campina Grande e Lagoa Seca



Fonte: Araújo, 2012.

Figura 34 – Placas indicativas de restaurantes no periurbano norte de Campina Grande



Legenda: Detalhe para a primeira placa, da direita para a esquerda, que indica um residencial fechado.

Fonte: O autor, 2016.

Figura 35 – Placa de plantas ornamentais e frutíferas no periurbano norte campinense, às margens da BR-104



Fonte: Araújo, 2012.

Essas atividades tiveram início a partir das construções dos condomínios horizontais fechados, e daí outro grande motivo para que estejam margeando a rodovia federal, como mais uma alternativa de renda familiar para aquelas pessoas que abandonaram total ou parcialmente as atividades agrícolas tradicionais e buscam nesses setores novas formas de complementar a renda familiar.

Como se pode perceber na Figura 34, atividades de serviço, como restaurantes e até residenciais (a exemplo do residencial Moriá, do Alto Verde Residencial e do bairro Juraci Palhano), encontram-se mais distantes da rodovia, saindo dessa zona de influência do fluxo mais intenso de pessoas e mercadorias.

Vale ressaltar que apesar da maioria dos condomínios horizontais fechados estarem territorializados no periurbano norte de Campina Grande, existem outros localizados nas outras bordas periurbanas cidade, como mostrado na Tabela 6.

Como quer que seja, não é só a paisagem que vai mudando, ganhando novos significados. O uso do solo passou a ter outra finalidade e os costumes da população que sempre viveu nessas áreas mudaram, tendo em vista a nova organização espacial que se fixou no lugar e que forçou tal mudança – sobretudo nas relações entre os antigos e novos habitantes.

Tabela 6 – Distribuição dos condomínios horizontais fechados no periurbano de Campina Grande (PB)

<b>Condomínios</b>	<b>Lotes</b>	<b>Localização</b>	<b>Realização</b>
Nações Residence Privè	233	BR-104 entre Campina Grande e Lagoa Seca	G4 Construções e Empreendimentos Imobiliários
Atmosfera Eco Residence e Atmosfera Green Residence	162	BR-104 entre Campina Grande e Lagoa Seca	Andrade Marinho LMF
Sierra Home Resort	197	Jardim Tavares	Rocha Cavalcante
Serraville	470	Malvinas	Andrade Marinho LMF
Alphaville	533	Mirante	Alphaville Urbanismo
Campos do Conde	700	BR-230 entre Campina Grande e Massaranduba	Scopel Desenvolvimento Urbano e Conde Desenvolvimento
ParkVille Residence Privè	667	Malvinas	Andrade Marinho LMF

MonteVille Residence Privè	536	Malvinas	Andrade Marinho LMF
Moriá Residence	31	Entre Lagoa Seca e Campina Grande	Grupo Juracy Palhano

Fonte: O autor, 2016.

Nessa conjuntura, as relações sociais de vizinhança entre novos e antigos moradores nunca se efetivaram, visto que os novos usufruem dos serviços oferecidos no espaço intramuros, com residentes de mesmo nível social. Mesmo assim, as relações sociais de vizinhança entre estes não se dão de forma intensa.

Nesse sentido, observamos duas posições distintas no que se refere às relações por parte dos moradores de condomínios. De um lado, eles confirmam suas interações com outros vizinhos, enquanto que, por outro lado, trabalhadores dessas residências afirmam que tais relações não passam de convenções sociais de vizinhança.

No Sierra Home Resort, no periurbano Norte, todos os moradores entrevistados afirmaram que as relações existem, por meio de reuniões, celebrações religiosas e confraternizações extra-assuntos pertinentes à comunidade, nas áreas comuns do condomínio.

Questionados como se davam essas relações nas áreas comuns, a maioria repetiu as celebrações religiosas e confraternizações de datas comemorativas, enquanto alguns, com os quais o diálogo pôde se prolongar, deixaram bem evidente que as relações de vizinhança, na verdade, fazem parte do comportamento social cotidiano, de apenas cumprimentos e poucas conversas.

Para a maioria dos moradores do condomínio Serraville Residence, no periurbano oeste, existem relações de vizinhança, mas apenas em momento de encontros religiosos ou confraternizações promovidas pelo condomínio. Quando questionado como são estabelecidas essas relações, um entrevistado respondeu: “existem relações de respeito e, para os mais próximos, de cumplicidade”.

Outra fala nos chamou atenção, quando a moradora afirma que as relações existem, apesar da falta de tempo torná-las restritas. E ameniza: “mas sabemos quem são as pessoas que convivem conosco dentro do condomínio”.

Outra entrevistada enfatiza que as relações existem, mas assume que é pouca interação e que tais relações sociais de vizinhança ocorrem mais nos momentos em que os moradores encontram-se em ambientes coletivos.

Nesse sentido, essas falas corroboram com as declarações dos trabalhadores dos condomínios. De acordo com alguns deles, os moradores são todos isolados, passam o dia fora de casa e só retornam no período da noite, permanecendo em suas residências. Nas festas e celebrações religiosas, as famílias interagem muito pouco umas com as outras.

Contudo, outras formas de relações socioeconômicas são estabelecidas na faixa do periurbano campinense e não se restringe exclusivamente à face mais visível e retumbante, que são os condomínios de luxo. De um modo geral, os serviços de restaurantes e bares que estão distribuídos nessas áreas mencionadas têm o seu funcionamento orquestrado, na maioria das vezes, pelas necessidades das pessoas que transitam pela BR-104 em direção ao Brejo do estado e a outras localidades, mais do que pela população que reside no lugar, visto que essa parcela mantém uma relação mais intensa com os objetos dispostos no núcleo urbano de Campina Grande.

Já o setor que comercializa plantas para jardins, gramas etc. consegue manter uma relação econômica maior com os condomínios e loteamentos, uma vez que é um segmento que trabalha com produtos de ornamentação, setor indispensável para manter a aparência bucólica e campestre desses “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2011).

Todavia, vale a pena frisar que o processo de periurbanização nessa zona não está restrito apenas à faixa de margem da BR-104. Bairros vizinhos, onde o acesso não se dá pela rodovia federal, a exemplo do bairro dos Cuités, Novo Bodocongó, Araxá, também presenciam esse processo de forma muito mais heterogênea.

Nos referidos bairros e em bairros da zona sul, o espaço é marcado por construções tipicamente populares, com algumas áreas em que o processo de acesso à moradia não foi feito de forma legal, como no bairro Novo Bodocongó e no Muritão, bairro do Serrotão, e áreas com construções de grandes loteamentos. Nesse cenário, embora o poder de compra dessa clientela seja menor, vários loteamentos e bairros planejados estão sendo instalados no espaço (Tabela 7), e as

estratégias para a venda dos lotes seguem as mesmas, tanto em empreendimentos de alto padrão quanto em loteamentos. Exemplo disso é o loteamento “Altiplano Serra Rica”, visualizado na seção anterior, localizado no bairro dos Cuités. Também neste objeto, enfatizam-se os benefícios de se viver mais perto da natureza.

Tabela 7 – Loteamentos dos bairros planejados no periurbano campinense

<b>Bairro Planejado</b>	<b>Localização</b>	<b>Realização</b>
Portal Sudoeste	Bairro Três Irmãs	Andrade Marinho LMF e Rocha Cavalcante
Complexo Aluízio Campos	Entre Campina Grande e Queimadas	Rocha Cavalcante
Portal Serrano	Entre Campina Grande e Queimadas	Andrade Marinho LMF
Portal de Campina	Bairro Três Irmãs	Andrade Marinho LMF
Portal dos Bosques	Serrotão	Andrade Marinho LMF

Fonte: O autor, 2016.

Dessa forma, o capital imobiliário consegue atuar no espaço periurbano campinense como um todo, atendendo às condições de uso e poder de compra do solo urbano dos diferentes segmentos sociais. Como percebido na Tabela 7, o grupo imobiliário Andrade Marinho LMF consegue atuar na cidade em todos os segmentos sociais, que vai da construção de condomínios horizontais fechados (Tabela 06) até bairros planejados.

Fazendo referência à agricultura que é praticada no espaço periurbano supracitado, percebe-se que é uma atividade que busca se manter ativa e participante na economia local, principalmente se tomarmos as áreas rurais dos municípios de Lagoa Seca e Puxinanã, que fazem fronteira com Campina Grande nessa faixa do periurbano norte.

A faixa de Lagoa Seca apresenta uma agricultura familiar produtora de hortaliças, no entanto, a maior parte dessa produção se destina à Central de Abastecimento de Campina Grande – EMPASA – e o restante é comercializado em feiras livres dessas cidades e em outras cidades próximas à Campina Grande.

No tocante à faixa pertencente à cidade de Puxinanã, tanto a produção da agricultura quanto a da pecuária são pequenas, abastecendo principalmente o consumo familiar. O excedente é comercializado em feiras livres, principalmente na cidade supramencionada.

No que diz respeito ao trecho da BR-104 na zona sul de Campina Grande, periurbano sul, a produção do espaço é dinâmica e intensa, principalmente no entroncamento entre essa rodovia e a BR-230.

Aqui estão localizadas distribuidoras de cargas, empresas de prestação de serviços, cemitério parque, entre outros serviços. Contudo, o periurbano sul vai ganhando maior heterogeneidade à medida que se desloca em direção à cidade vizinha de Queimadas, também no Agreste paraibano. Aparecem a feira de gado de Campina Grande, que mantém as mesmas características do seu início de formação – mencionadas no capítulo primeiro –, além de serviços, como bares, restaurantes e postos de combustíveis. Assim como acontece no periurbano norte e que não é novidade, esses objetos se territorializam nas margens das rodovias pelo intenso movimento e poder de atração de público consumidor.

As relações socioeconômicas estabelecidas na feira de gado (Figura 36) não se resumem exclusivamente à comercialização dos rebanhos. Alguns criadores desenvolvem relação de identidade com o lugar que ultrapassam o fator econômico, uma vez que residem no entorno da feira e desde criança participa dessa dinâmica semanal. Além disso, existem pessoas que não desenvolvem nenhuma atividade ligada à agricultura ou à pecuária, mas participam da feira comercializando alimentos e bebidas.

Figura 36 – Feira de gado, às margens da BR-104 entre Campina Grande e Queimadas

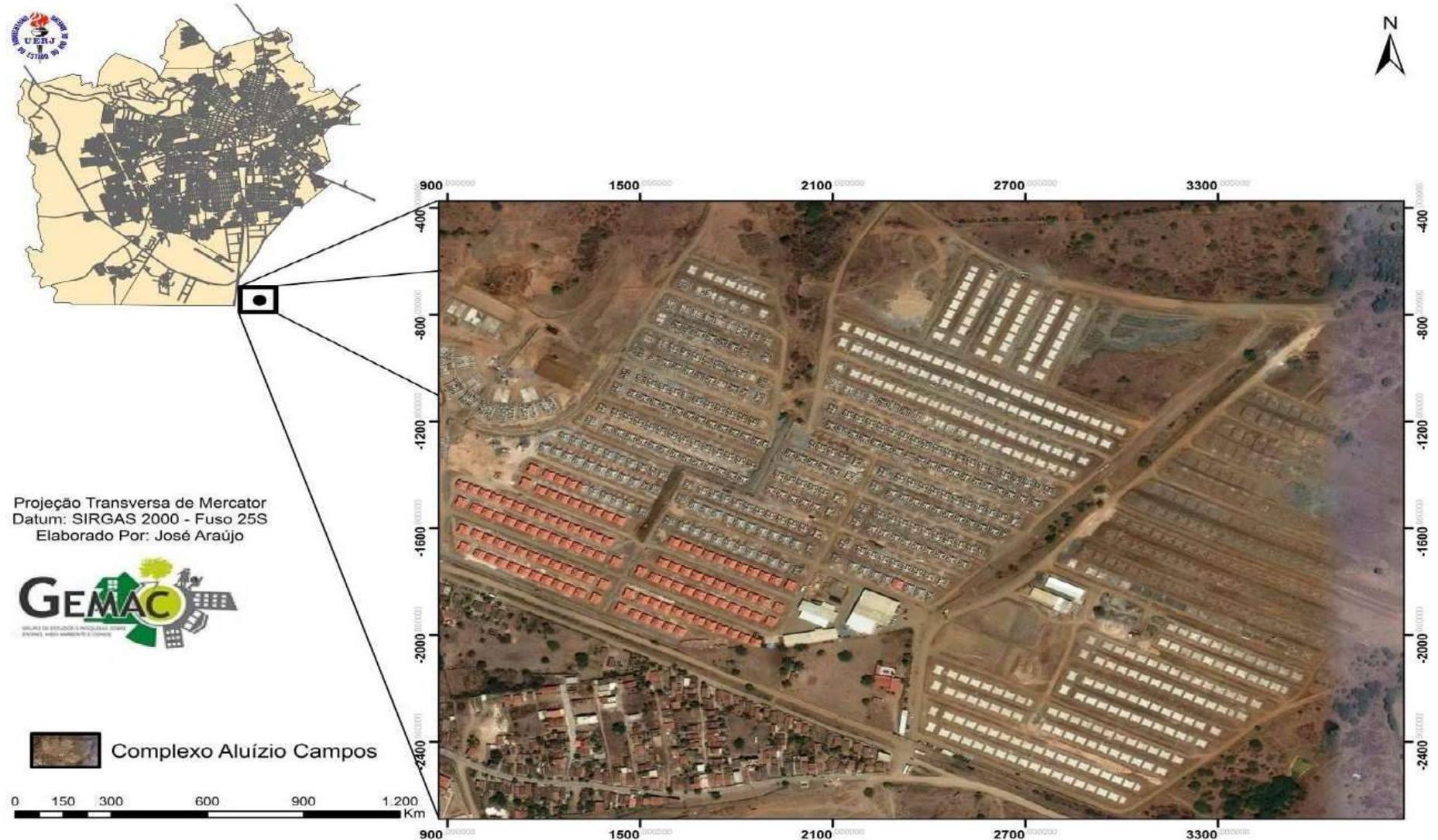


Fonte: Geraldo da Costa Neto, 2016.

Por essa característica rural, é comum visualizar no entorno da feira, ao longo da BR-104 e nas áreas mais afastadas desta, pequenos rebanhos de caprinos e bovinos.

Outro aspecto que merece destaque nesse periurbano é a instalação do complexo “Aluízio Campos”, localizado entre Campina Grande e o município de Queimadas. Esse complexo abrigará 4.100 unidades habitacionais, uma área industrial, de comércio e de serviços, um condomínio logístico e um tecnopólo (Figura 37).

Figura 37 – Mapa de localização do complexo Aluízio Campos, às margens da BR-104 e da BR-230



Fonte: O Autor, 2016.

Base Cartográfica: Google Earth, 2016.

De acordo com informações obtidas no site da secretaria de planejamento da prefeitura municipal de Campina Grande, o complexo ainda abrigará três creches, duas escolas, dois postos de saúde, duas praças com academia e um Centro de Referência de Assistência Social (Cras), além da infraestrutura (água encanada, energia elétrica, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e eletrificação).

Contudo, merece algumas considerações sobre a instalação desse complexo, quando observamos que o público-alvo para residir nessas moradias é a população mais carente economicamente (aquelas pessoas que moram em locais considerados de risco ou que ocuparam indevidamente algum imóvel na cidade) e que a posição geográfica do complexo encontra-se muito distante do centro da cidade, ou seja, a oferta de emprego é muito pouca, e as indústrias instaladas nesse setor dificilmente contratarão essa mão de obra, que não é qualificada. Aliado a isso, somam-se os serviços de transporte público e de segurança pública, que não são oferecidos com qualidade, uma vez que os outros serviços que compõem o complexo terão seus funcionários se locomovendo em automóveis particulares, sem manter relação de identidade com o lugar.

Nesse cenário, ao lado do complexo Aluizio Campos, no território do município de Queimadas, uma grande área já está sendo preparada para a construção de mais um bairro planejado, o “Portal Serrano” (Figura 38).

Esses complexos vão sendo montados no espaço, facilitados pelas políticas públicas de orientação de crescimento da cidade e pela proximidade de serviços já existentes como os distritos industriais e rodovias federais. No entanto, o público-alvo desses empreendimentos sentirá dificuldades com a falta de serviços básicos para o desenvolvimento de suas vidas. Ou seja, não basta apenas oferecer a moradia, mas dotar o espaço de objetos técnicos capazes de suprir as necessidades principais para uma vida mais saudável e digna.

Figura 38 – Outdoor de propaganda do bairro planejado Portal Serrano, ao lado do Complexo Aluizio Campos, no periurbano sul, entre Campina Grande e Queimadas



Fonte: O autor, 2016.

Entre esses arranjos espaciais, afastando-se da BR-104 e em direção à Zona Oeste, na área de influência da BR-230, presencia-se ainda mais heterogeneidade no espaço: são bairros planejados, construções típicas do rural e aglomerações urbanas com hábitos rurais, em relações socioeconômicas diversas.

Os bairros Três Irmãs e bairro das Cidades são exemplos dessas relações socioeconômicas. Eles contribuíram para a expansão urbana da cidade, tendo suas formações baseadas em construções de loteamentos populares, direcionadas para pessoas que não podiam pagar pela casa própria.

Desse modo, a fisionomia dessas áreas ainda apresenta características que transitam entre o urbano e o rural, e mais recentemente, a partir dos anos 2000, os incrementos técnicos urbanos começam a ganhar força, comprimindo a atuação das atividades agropecuárias. Sendo assim, a população que tinha nessas atividades a fonte de renda e reprodução familiar garantidas, passa a desenvolver outros tipos de atividades, como empregos domésticos, pequenos comércios de bairro, entre outros.

Nos bairros citados e em outros bairros dessa área sul, os proprietários de terras que ainda estão desocupadas não desenvolvem a agricultura porque não enxergam mais rentabilidade, e seus descendentes não se interessam pela

atividade. Nesse caso, a terra passa a ter valor especulativo, esperando o momento que o mercado imobiliário alcance suas propriedades.

Nesse sentido, passamos a analisar o periurbano campinense tomando como referência a rodovia federal BR-230, que corta a cidade de uma extremidade a outra. Porém, vale ressaltar que essa rodovia se bifurca na entrada da cidade, na Zona Oeste – onde recebe o nome de Alça Sudoeste –, atravessa também a Zona Sul e encontra-se com seu outro braço na Zona Leste, onde segue em direção ao litoral.

Em toda a faixa da Alça Sudoeste que corta o periurbano oeste, o maior dinamismo espacial vai se apresentar na altura do bairro das Malvinas, limite com o periurbano sul, onde aparecem o IPC, o Hospital de Trauma, condomínios horizontais fechados (SerraVille, ParkVille, MonteVille), ao lado de loteamentos populares e bairros planejados, tanto no bairro referido, como no bairro do Serrotão.

Nessa borda do periurbano, principalmente nos bairros do Serrotão e Mutirão, a carência em infraestrutura é muito alta, assim como as taxas de desemprego e criminalidade. No primeiro bairro, o mercado imobiliário usa as características topográficas e a vegetação para vender os chamados bairros planejados, a exemplo do “Portal dos Bosques”, localizado na entrada da cidade, entre os bairros do Serrotão, Novo Bodocongó e o de Bodocongó (Figura 39). Já no bairro do Mutirão, na outra margem da Alça Sudoeste, a paisagem é típica rural, rodeado de fazendas de grandes proprietários (Figuras 40 e 41). Contudo, a população residente, mesmo tendo experiência em atividades agropecuárias, não consegue emprego nessas grandes áreas. São indivíduos completamente esquecidos pelo poder público municipal e, não tendo opções de trabalho, submetem-se ao serviço de catadores de lixo.

Figura 39 – Localização do bairro planejado Portal dos Bosques, na entrada de Campina Grande, periurbano oeste



Fonte: O autor, 2016.

Figura 40 – Vista do povoado do Mutirão, no bairro Serrotão



Fonte: O autor, 2016.

Figura 41 – Área rural ao lado do bairro do Mutirão



Legenda: Notam-se alguns animais pastando, porém, há ausência de agricultura.  
Fonte: O autor, 2016.

A partir das figuras, fica evidente o interesse pelo uso do espaço. Na Figura 39, por se tratar de uma área já dominada pelo setor imobiliário, os aspectos verdes rurais são mais preservados que nas Figuras 40 e 41, uma vez que o mercado necessita usar os atributos mais campestres para atrair população e vender mais. Em oposição a esse cenário, o povoado Mutirão, localizado no bairro do Serrotão (demonstrado na Figura 40), mesmo encontrando-se às margens da Alça Sudoeste, não representa até o momento interesse para o setor capitalista, por se tratar de área com ocupações irregulares, cujo povoado é formado por população predominantemente de classe social baixa. O foco, atualmente, está na outra margem dessa rodovia. Por outro lado, na Figura 41, percebe-se a atividade de criação de animais, mas que não corresponde a uma área que desempenha uma produção agrícola considerável.

No outro extremo da BR-230, no periurbano leste, o espaço torna a adquirir feição mais elitizada, assim como presenciado no periurbano norte, às margens da BR-104.

No bairro do Mirante, saída para o litoral, o espaço encontra-se marcado por vários condomínios verticais de alto padrão, hotéis de luxo, shopping center,

residências unifamiliares que fogem do estilo padrão da maior parte da cidade. Além disso, no bairro, encontra-se territorializado o condomínio horizontal fechado do grupo Alphaville (Figuras 42 e 43).

Figura 42 – Rua no bairro do Mirante, periurbano leste de Campina Grande



Legenda: Notam-se edifícios residenciais ao fundo, residências e comércio mais elitizados.  
Fonte: O autor, 2016.

Figura 43 – Entrada do condomínio fechado Alphaville, periurbano leste campinense



Fonte: O autor, 2016.

Baseado nas imagens, podemos assegurar que o espaço do bairro é produzido para um segmento social mais seletivo, tendo em vista as características físicas dos objetos técnicos, o tráfego de automóveis e de pessoas pelas vias do bairro, que é muito pequeno se comparado com as outras áreas de franja urbana que já foram elencadas no decorrer do texto. Na Figura 43, por exemplo, percebe-se a aparência que o grupo Alphaville deu à rua de acesso ao condomínio. Um transeunte despercebido que trafega por essas imediações sentirá que se encontra em uma área privada e que sua presença não é bem-vinda, haja vista o monitoramento – por câmeras e equipe de segurança – que se intensifica nas imediações do condomínio, além da produção do espaço que dá acesso ao complexo residencial, com plantas ornamentais, que toma toda a extensão do canteiro central.

Semelhante estilo de construções aparece às margens da BR-230, limite com o município de Massaranduba, no povoado de Santa Terezinha. São residências no estilo haras e/ou chácaras, com seguranças nos portões de acesso e que isolam os moradores do convívio com outras pessoas que estejam fora dos muros e das cercas de suas propriedades.

Sendo assim, as relações socioeconômicas dos moradores dessas áreas (tanto os moradores de chácaras na BR-230, casas e condomínios no bairro do Mirante) são realizadas no espaço de maior densidade urbana da cidade, porque são nesses locais onde essas pessoas desenvolvem suas atividades profissionais, de saúde, educação e lazer.

O espaço de moradia funciona, nesse caso, para transmitir a sensação de segurança, conforto, tranquilidade e, principalmente, de homogeneidade social e econômica, que é o que lhes garante a reprodução do status social (SPOSITO & GÓES, 2013).

De posse desses aspectos com relação à produção do espaço periurbano campinense, fica mais claro perceber que esse processo não ocorre de forma homogênea em todas as suas bordas. Dessa forma, fica mais claro discutir e analisar a hibridez desse espaço, destacando os usos do solo, suas funcionalidades e complementaridades rural/urbanas.

Desse modo, no próximo capítulo, buscaremos analisar essas relações considerando o ponto de vista dos atores que compõem o periurbano campinense, entendendo este espaço por seu caráter heterogêneo e híbrido.

#### 4 O PERIURBANO DE CAMPINA GRANDE, UM HÍBRIDO

Com o processo de globalização, o mundo tem presenciado dinâmicas cada vez mais intensas entre seus espaços, segundo a intencionalidade humana sobre o meio<sup>60</sup>. Nesses arranjos espaciais, as relações rural-urbano e campo-cidade sofrem a influência do capitalismo, tendo em vista que o capital começa a penetrar com mais intensidade nas áreas que antes não se imaginava, fazendo chegar nesses espaços serviços que até então não compunham a paisagem rural, moldando a realidade campestre para ser vendida como mercadoria de consumo para uma população predominantemente urbana.

Rua (2006, p. 86) ressalta que diante de novas lógicas capitalistas, novas representações do espaço afloram, trazendo novos qualificativos para o entendimento de outras relações entre campo, cidade, rural e urbano. Nesse processo dialético do espaço geográfico, o referido autor assevera que rural e urbano fundem-se, mas sem tornar-se a mesma coisa, uma vez que mantêm as suas especificidades. Essas relações não anulam as suas especificidades, pelo contrário, fazem com que elas sejam integradas a esse conjunto. Sendo assim, o rural torna-se um local específico e diferenciado das outras realidades.

No dizer de Rua (op.cit., p. 83), essas interações são interpretadas como “urbanidades no rural”, levando em consideração as formas híbridas de produção do espaço rural, integradas à lógica do desenvolvimento capitalista atual.

A inseparabilidade das coisas, proposta por Santos (2009), onde não se concebe mais vislumbrar o mundo atual em polos distintos, é o que pressupõe a formação de espaços híbridos, com as ações e os objetos atuando de forma conjunta em determinado território e contribuindo para o dinamismo da produção e reprodução do espaço como um todo.

Tal dinâmica pode ser percebida em diversos espaços, tendo em vista que as obras da natureza e as obras dos homens não possuem mais aspectos claros de diferenciação e que os aspectos sociais e técnicos dispostos no espaço estão cada

---

<sup>60</sup>De acordo com Santos (2009), a noção de intencionalidade não possui validade apenas para rever a produção do conhecimento. Segundo esse geógrafo, a intencionalidade é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, que é o resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno.

vez mais imbricados, impossibilitando determinar onde começa um e onde termina o outro (SANTOS, 2009).

Contudo, as franjas de algumas cidades onde o processo de periurbanização é uma realidade – destaque para a cidade de Campina Grande –, a hibridização rural/urbana se apresenta materializada no espaço por meio do processo de expansão urbana das cidades em direção às áreas rurais, cujas formas e funções tendem a se mesclarem, embora sem perder as suas especificidades. Esse comportamento que acontece em escala mundial tende por formar áreas participantes tanto da dinâmica rural quanto urbana.

Desse modo, para descortinar essa dinâmica híbrida, levaremos em consideração o entendimento dos usos do solo e das funcionalidades assumidas por cada borda periurbana de Campina Grande, bem como as suas tendências de crescimento e dinâmicas híbridas.

#### **4.1 Os usos do solo e suas funcionalidades no espaço periurbano de Campina Grande – PB**

De acordo com Singer (1978, p. 21), o solo urbano passa a ser disputado por inúmeros usos porque tem a capacidade de concentrar grande contingente populacional com interesses diversos. Sendo assim, o mesmo autor afirma que essa disputa se concretiza no espaço quando o jogo capitalista atribui renda à propriedade privada do solo, equiparando-o, assim, ao capital.

Para Oliveira et al. (1991), a terra urbana toma feição de mercadoria e seus diferentes usos passam a ser comandados pela demanda inerente ao sistema capitalista:

A demanda capitalista pelo uso do solo será, pois, o fator fundamental no processo de definição do preço da “mercadoria” terra urbana. Os diferentes setores capitalistas que necessitam da terra para o desenvolvimento de suas atividades e principalmente aqueles que valorizam seus capitais pela utilização e transformação do solo – setores relacionados com a produção de imóveis – são os mais responsáveis pela formação dos preços fundiários e também pela configuração sócio-espacial da cidade (OLIVEIRA et al., 1991, p. 17).

Desse modo, as diversas áreas do espaço urbano desempenham usos os mais variados possíveis, atraindo camada populacional semelhante aos serviços que conseguem oferecer. Sendo assim, o mercado passa a controlar o espaço urbano, especificando áreas para atração de serviços e população compatível com os interesses capitalistas naquela porção territorial.

Segundo Singer (op. cit., p. 23), com a progressiva expansão do tecido urbano, a cidade tende a alcançar novas áreas, ou seja, a produção do espaço urbano tende a incorporar glebas que até então possuíam o uso agrícola.

Nesse cenário, com a introdução de novos elementos e novas funções no espaço, as atividades ligadas à agropecuária, bem como o comportamento dos residentes não desaparecem por completo. Temos, então, a produção do espaço periurbano, onde as relações socioespaciais de produção, econômicas e culturais são estabelecidas tendo a influência maior do urbano sobre o rural, porém sem uma tentativa de exterminar o rural, até porque este funciona como componente importante para a movimentação e reprodução dos aspectos mais bucólicos do periurbano.

No espaço periurbano de Campina Grande, como pôde ser notado no capítulo anterior, os usos do solo periurbano e as suas funcionalidades não correspondem a eventos homogêneos, que englobam de maneira uniforme todos os atores envolvidos nesse processo.

Sendo assim, baseados em alguns questionamentos de Cordeiro (1980) sobre o centro da metrópole paulista, indagamos para a nossa pesquisa: como estão inscritas no espaço periurbano campinense as áreas funcionais especializadas e qual sua organização espacial? Que aspectos particulares dessa ocupação funcional poderiam, em parte, tipificar o processo de periurbanização da cidade?

Singer (1978) considera que a procura por solo urbano acontece por todos os atores que atuam nesse cenário. São empresas, indivíduos ou entidades que atendem às necessidades individuais ou coletivas. Sendo assim, cada segmento social fará uso do solo de acordo com as suas necessidades mais latentes.

Contudo, podemos acrescentar a esse pensamento que, atualmente, tanto o solo urbano quanto o rural são objetos de interesse de camadas sociais diversas<sup>61</sup>, principalmente o solo periurbano, por apresentar essa particularidade de usos tanto urbano quanto rural.

Comungamos da ideia de Santos (2009) quando considera que não existe homogeneidade do espaço. O que vai existir é que as políticas públicas destinadas aos variados setores da cidade, junto às intervenções do mercado imobiliário, acabam por produzir áreas na cidade com características mais homogêneas e, conseqüentemente, atrair população de nível social semelhante à oferta daqueles serviços. Contudo, o espaço, sobretudo o periurbano, permanece com características heterogêneas, diferenciadas, uma vez que passa a reunir atividades e atores de diferentes classes sociais.

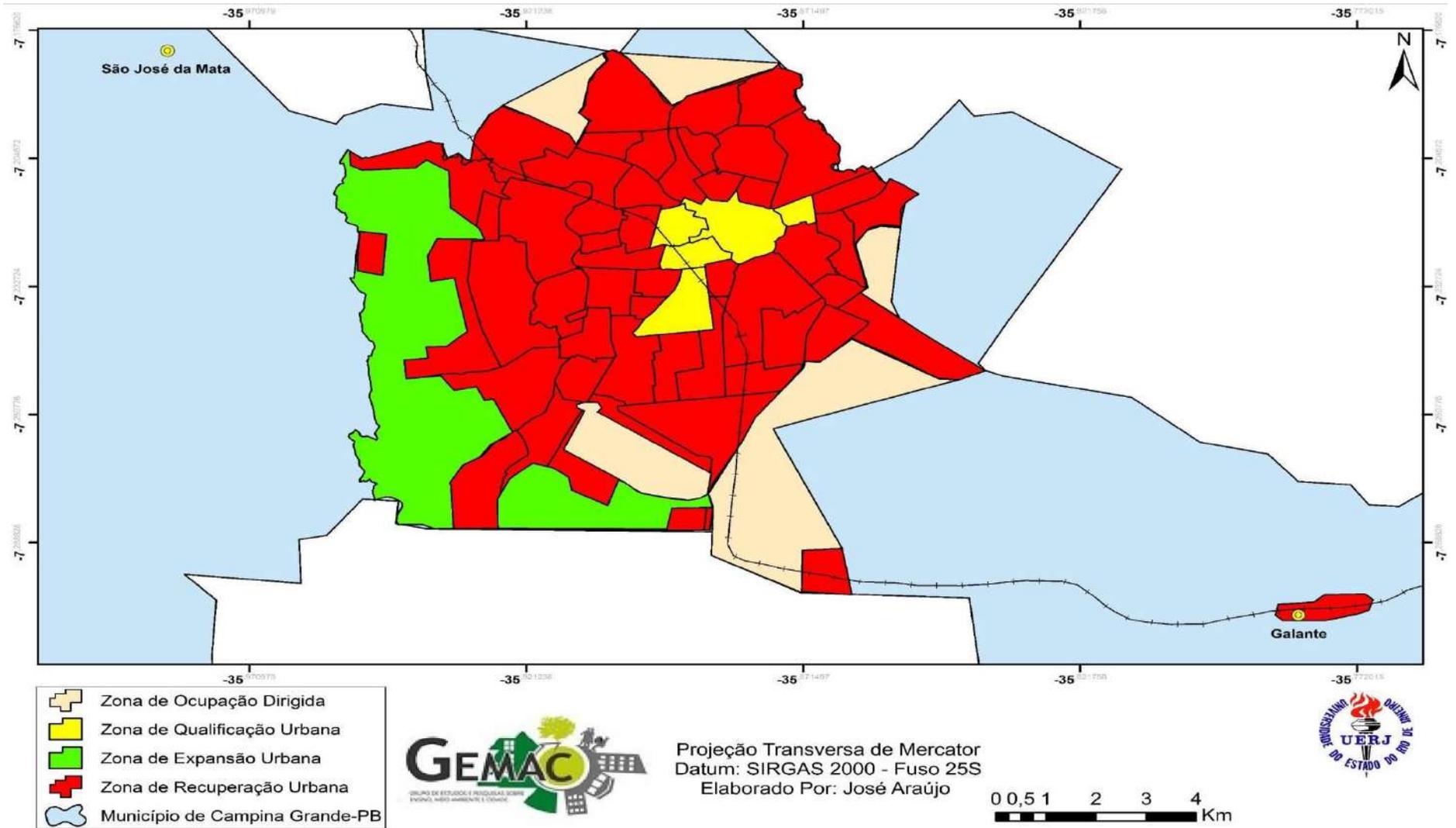
Desse modo, o entendimento da produção espacial das bordas das cidades torna-se tarefa difícil pelo grau de complexificação dos seus conteúdos, tendo em vista a seletividade social do uso do solo, que é redefinida e reafirmada pela constituição de nova divisão social do espaço urbano (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 114).

Como percebido no capítulo anterior, o periurbano campinense apresenta áreas de diferentes intensidades de uso do solo, caracterizadas por arranjos bastante complexos de atividades diversas e por uma dinâmica de ocupação distinta. Toda essa dinâmica se apresenta assim delineada porque segue as diretrizes traçadas no Plano Diretor do município (2006), que determina, dentro da Macrozona urbana, a criação das zonas especiais de crescimento urbano da cidade (Figura 44):

---

<sup>61</sup>Com o advento do meio técnico-científico-informacional, o espaço tornou-se mais equipado de objetos técnicos, que conferem maior comodidade e rapidez no seu uso. Sendo assim, os espaços rurais que poderiam estar relegados a permanecerem com as atividades agrícolas tradicionais passam a fazer parte do circuito de interesse do capital. Desse modo, o uso do solo rural, assim como o solo urbano, é capitalizado, monetizado, tornando-se objeto de uso e de troca. Nesse sentido, essas áreas tornam-se, em menor grau se comparado com as áreas urbanas, espaços de interesses também de empresas, indivíduos e entidades que usam do solo rural de acordo com os seus interesses.

Figura 44 – Mapa das zonas de ocupação urbana de Campina Grande – PB



Fonte: O autor, 2016.

Base Cartográfica: SEPLAN – CG, 2006.

De acordo com a figura e levando em consideração as explicações do Plano Diretor para cada zona, podemos inferir que:

- A Zona de Qualificação Urbana caracteriza-se por uma área de condições físicas propícias à ocupação e pela existência de uma infraestrutura urbana consolidada, apresentando usos múltiplos do solo. Nesse sentido, são objetivos dessa zona: ordenar o adensamento construtivo, permitindo o adensamento populacional nas áreas onde ainda for possível, como forma de aproveitar a infraestrutura disponível; evitar a saturação do sistema viário; e ampliar a disponibilidade de equipamentos públicos, os espaços verdes e de lazer;
- A Zona de Ocupação Dirigida é onde o uso e a ocupação do solo sofrem restrições à intensificação por inexistirem condições físicas favoráveis, equipamentos urbanos ou infraestrutura urbana instalada, sendo passível de parcelamento de baixa densidade populacional. São objetivos dessa zona: manter os níveis atuais de baixa densidade na ocupação do solo; promover a manutenção da qualidade ambiental; qualificar paisagística e urbanisticamente os assentamentos existentes e permitir as condições favoráveis de ocupação dos equipamentos urbanos;
- A Zona de Recuperação Urbana caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, com carência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de loteamentos irregulares e núcleos habitacionais de baixa renda. Desse modo, são objetivos dessa zona: complementar a infraestrutura básica; implantar equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer; promover a urbanização e regularização fundiária dos núcleos habitacionais de baixa renda; incentivar a construção de novas habitações de interesse social e conter a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis;
- A Zona de Expansão Urbana, como o próprio nome já evidencia, é a área onde o uso e ocupação do solo destinam-se ao crescimento da cidade. Segundo o Plano Diretor (2006), quando este processo já estiver em andamento os poderes públicos municipais darão prioridade na instalação de infraestrutura necessária para a sua viabilidade.

Vale a pena ressaltar que alguns dos objetivos propostos para o melhoramento das Zonas na Macrozona urbana foram redimensionados para melhor

se adequarem às novas exigências do mercado imobiliário ou não chegaram a ser concretizados por completo em algumas zonas.

Na Zona Central, de qualificação urbana, as áreas verdes existentes são as mesmas desde o início da organização urbana da cidade, e bairros como a Prata, por exemplo, vem passando por uma transformação paisagística e funcional nas últimas décadas, transformando-se de bairro residencial para bairro prestador de serviços médicos. São clínicas, laboratórios, hospitais e farmácias, que aparecem na paisagem do bairro a cada dia, em um processo constante de mudança nas atividades funcionais dessa área.

As incoerências nos objetivos seguem igualmente nas outras Zonas à medida que essas áreas passam a desempenhar interesse capitalista para o mercado imobiliário.

Importante lembrar também que o Plano Diretor de Campina Grande é do ano de 2006 enquanto o processo de periurbanização da cidade se intensifica nos finais dessa década. Desse modo, as inconsistências encontradas em alguns dos objetivos das zonas de crescimento podem ser percebidas pelas mudanças por que passava o território campinense e os novos interesses econômicos que influenciavam nas decisões políticas do município.

A partir do período de formação do espaço periurbano campinense, alguns dos objetivos propostos pelo Plano Diretor para as zonas de crescimento não foram seguidos ou passaram por modificações estruturais.

Para a Zona de Ocupação Dirigida, por exemplo, na faixa leste e sul, não houve preocupação de manter os baixos níveis de uso e ocupação do solo, tendo em vista que houve, nessas áreas, novos investimentos de infraestrutura para ampliação ou instalação de novos serviços. Ao mesmo tempo, os assentamentos já existentes não passaram por qualificação paisagística ou urbanística, levando-se em consideração que o foco principal a partir do final da década de 2000 foi dado aos novos serviços que se instalavam no periurbano campinense e, principalmente, para essa porção territorial, o segmento residencial.

As incoerências contidas nos objetivos da Zona de Recuperação Urbana encontram-se na promoção da urbanização e regularização fundiária dos núcleos habitacionais de baixa renda, além da complementação da infraestrutura básica. O primeiro não alcança toda a população que vive nessas condições, visto que

percebemos um contingente populacional considerável que vive em condições precárias, em moradias irregulares, sem a mínima infraestrutura básica proposta pelo Plano Diretor, como o caso do Mutirão, no bairro do Serrotão, onde a população não possui nenhum tipo de seguridade da parte do poder público municipal. Nesse caso, os objetivos propostos para a Zona de Recuperação Urbana são válidos para as áreas que se encontram mais próximas ao centro da cidade, ficando as intervenções de melhorias de infraestrutura cada vez mais rarefeitas à medida que se aproxima dos limites urbanos dessa zona.

Para a Zona de Expansão Urbana, como o próprio Plano Diretor enfatizou, o poder público implementará a área com obras de infraestrutura à medida que a área for se tornando atrativa para o mercado capitalista. Nesse contexto, essa zona vem passando por grandes transformações no espaço, a fim de atender às recentes exigências do mercado imobiliário. Sendo assim, principalmente na extensão que segue a rodovia Alça Sudoeste, em intervalos pequenos de tempo, percebe-se as mudanças ocorridas nessa nos últimos anos (Figuras 45 e 46):

Figura 45 – Loteamento popular no bairro do Serrotão, periurbano oeste, no ano de 2014



Fonte: O autor, 2014.

Figura 46 – Loteamento popular no bairro do Serrotão, periurbano oeste, no ano de 2016



Fonte: O autor, 2016.

Diante das figuras, fica evidente a mudança pela qual essa área vem passando nos últimos dois anos. Mais objetos residenciais apareceram na paisagem do lugar, áreas onde era possível ver animais soltos pastando foram substituídas por aberturas de ruas e caminhos para quem reside no loteamento, dentre outras alterações.

Nesse cenário de expansão urbana, o espaço periurbano de Campina Grande comporta-se de forma nitidamente heterogênea, onde “ocorrem áreas de diferentes intensidades de uso do solo, caracterizados por arranjos bastante complexos de atividades diversas e por uma dinâmica de ocupação distinta”. (CORDEIRO, 1980, p. 59).

Dessa forma, podemos perceber no periurbano campinense uma conformação ordenada, tendo o Plano Diretor como carta principal para a expansão urbana da cidade, em que define as funcionalidades de uso do solo em cada borda. Nesse sentido, cada zona da cidade vai adquirir forma e função diferenciadas, especificando o território em determinadas atividades.

Dentro dessa conjuntura política e estrutural, acrescentam-se “as condições de desenvolvimento, métodos de controle da terra, situação da tecnologia, atitudes

em relação à aplicação do capital e dos recursos, nível geral de taxas municipais e nacionais” (CORDEIRO, 1980, p. 162).

Diante desse contexto, processos de inclusão, exclusão, segregação, ajustes, reajustes<sup>62</sup> no espaço estarão em jogo para o melhor ordenamento do território, o que ajuda a compor a feição das áreas em que esses processos se desenvolvem, no nosso caso, o espaço periurbano campinense.

Apesar de o periurbano de Campina Grande apresentar funcionalidades diferentes entre suas porções territoriais, salientamos que a dinâmica interna em cada borda está longe de ser homogênea. O que prevalece são alguns serviços que se destacam no espaço total da cidade e conseqüentemente tornam cada área identificada no conjunto geral como uma zona especificada por alguns serviços.

Diferente ocorre na formação do periurbano em cidades de mesmo porte de Campina Grande, como mencionado por Pires (2007), para o caso de Vinhedo – SP, onde cada zona da cidade está reservada para ocupação por um determinado segmento socioeconômico:

Assim, os mais pobres têm seu lugar na zona oeste da cidade, no bairro da Capela, ao lado do distrito industrial. A zona leste da cidade, “o lado de cima da linha de trem”, ficou reservado aos condomínios e zona sul à agricultura. A consolidação desse padrão, em parte a partir da mudança da legislação [...] certamente facilitou a implantação dos condomínios (PIRES, 2007, p. 112).

Em Campina Grande, na Zona Sul, apesar de existir uma série de atividades de variados tipos de especialidades, essa porção é identificada como a área industrial da cidade, por conter os três distritos industriais<sup>63</sup> que são também bairros: Distrito Industrial, Velame e Ligeiro (Figura 47).

---

<sup>62</sup>Baseados em Cordeiro (1980), onde faz um estudo sobre os usos e ocupação do solo no centro da metrópole paulistana, entendemos que alguns processos estudados por essa autora não diferem dos processos utilizados para a formação de espaços periurbanos, em que a especulação imobiliária e as políticas de ordenamento do território influenciam no uso e na ocupação do solo. Dessa forma, os processos de inclusão, exclusão, segregação, ajustes e reajustes no espaço são recorrentes nas análises de vários autores sobre as áreas periurbanas e sobre a questão urbana em geral, tendo sido já discutidos no capítulo anterior, seja utilizando os mesmos termos ou mudando a nomenclatura para identificar processos semelhantes, tendo como base trabalhos de Corrêa (2016), Vasconcelos (2016), Sposito & Góes (2013), entre outros.

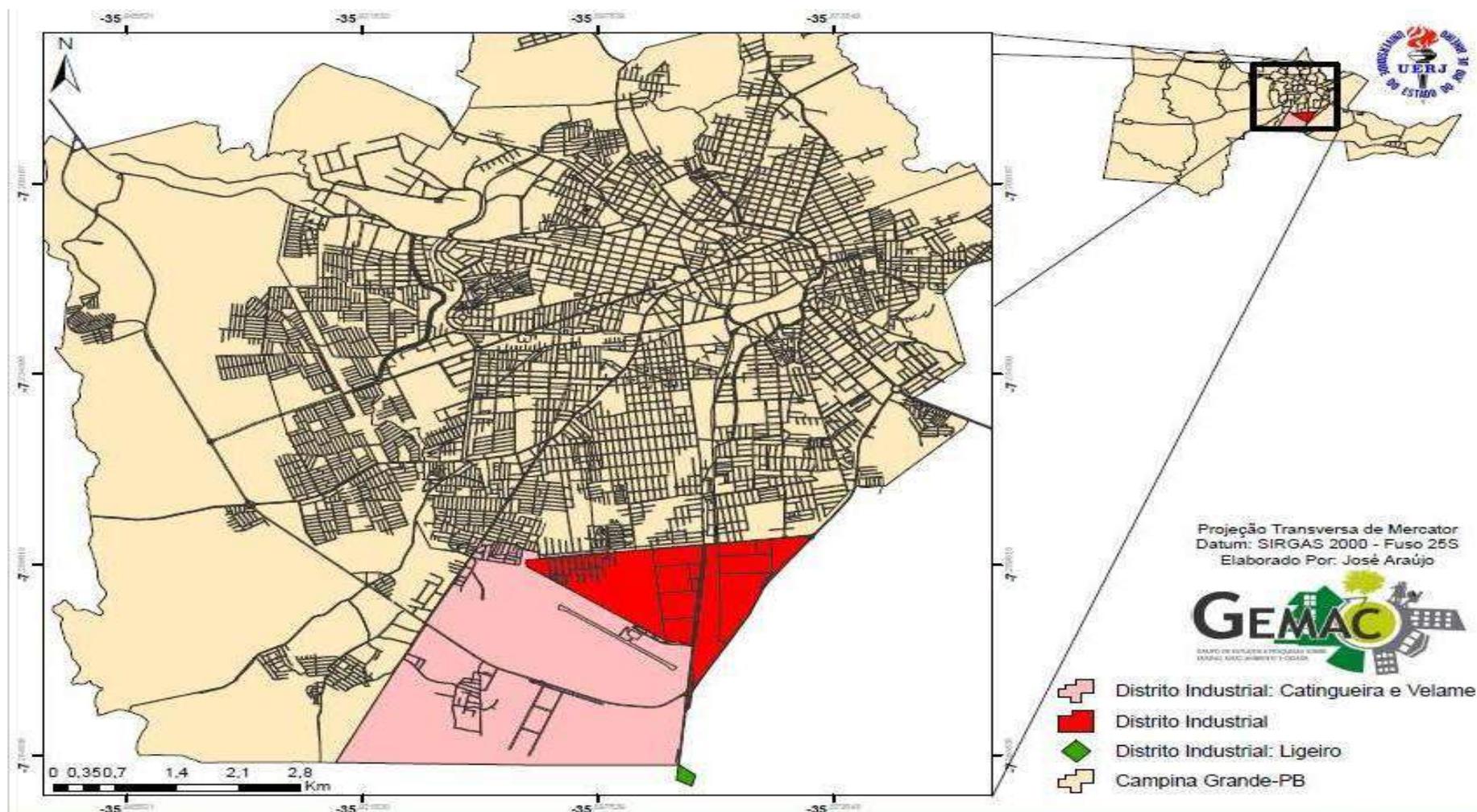
<sup>63</sup>De acordo com Maia et. al (2013), a indústria campinense de transformação de bens de consumo não duráveis é a que se destaca no município e área de influência da cidade, com enfoque para a Indústria São Paulo Alpargatas S/A, do setor calçadista, a Coteminas S/A, do setor têxtil, e a Supermix Concreto S/A, do setor de minerais não metálicos.

Nessa conjuntura espacial, a funcionalidade de destaque adquirida pela Zona Sul é a industrial, pela forte concentração de indústrias nessa área. Como frisado anteriormente, o solo nessa porção territorial é ocupado por uma série de outros serviços e atividades que se desenvolvem de forma mais tímida, embora não tenham a mesma projeção que a atividade primeira destacada.

Por conseguinte, essa zona é responsável pela atração e concentração de grande parte da mão de obra da cidade de Campina Grande e de cidades vizinhas. Podemos perceber a importância dessa especificidade da borda sul nas entrevistas de alguns atores sociais que residem em bairros onde não há disponibilidade de emprego para os moradores das referidas áreas. De acordo com um entrevistado:

Uma das principais desvantagens em se morar aqui [o entrevistado refere-se ao bairro universitário, na Zona Norte] é a falta de oportunidade de emprego, uma vez que as pessoas têm que se locomover para o centro ou para os distritos industriais (Professor do ensino básico, morador do conjunto habitacional Dona Lindu).

Figura 47 – Mapa de localização dos distritos industriais de Campina Grande – PB



Fonte: O autor, 2016.

Base Cartográfica: SEPLAN – CG, 2006.

Apesar da funcionalidade visível da franja sul, destacamos também que os usos do solo e as oportunidades de emprego nessa área não surgem apenas das indústrias, mas também de outros serviços, como a construção civil de bairros populares planejados, edifícios comerciais, complexos imobiliários, supermercados atacadistas, lazer, das áreas que desenvolvem atividades agropecuárias, dentre outras (Figuras 48, 49, 50 e 51).

Figura 48 – Complexo Aluizio Campos, bairro do Velame, limite com o município de Queimadas



Fonte: O autor, 2016.

Figura 49 – Casa de show Spazzio e supermercado Makro, no bairro Vila Cabral



Fonte: O autor, 2016.

Figura 50 – Prática de atividade pecuária, de caráter familiar, entre os bairros Três Irmãos e Cidades



Fonte: O autor, 2016.

Figura 51 – Atividade agropecuária no bairro das Cidades



Fonte: O autor, 2016.

Com base nas figuras 48, 49, 50 e 51, observamos a heterogeneidade dos usos e da ocupação do solo na zona sul, apesar dessa porção territorial ser mais identificada como a área em que abrange o setor industrial da cidade.

Contudo, de acordo com a figura da expansão urbana do município, proposta pelo Plano Diretor da cidade, percebe-se que tanto a Zona Sul quanto a Oeste são áreas propícias para a expansão e recuperação urbana. Por esse motivo, essas áreas periféricas estão passando por transformações quanto ao uso e a ocupação do solo, com a atuação do mercado imobiliário, a exemplo dos bairros planejados, complexos residenciais, industriais e de prestação de serviços, como visto nas figuras acima.

Por outro lado, concordamos com Vasconcelos (2016, p. 31) quando lembra que na área periférica das cidades existe população que não está segregada como os moradores de condomínios fechados, por exemplo, que estão ocupando também essas faixas das cidades. Para este autor, existe aquela população que ocupa o espaço em que o Estado permite implantações fora das normas oficiais ou até mesmo irregulares, por serem áreas que ainda não interessam ao capital imobiliário, nas quais os moradores vivem em residências muito precárias, sem dispor de muita infraestrutura. Para estes, a prática da atividade pecuária é uma fonte de trabalho e renda.

Outra forma de uso e ocupação do solo na Zona Sul é a feira de animais que acontece semanalmente e atrai criadores e comerciantes de várias partes do estado e de estados vizinhos. Essa área funciona como importante ponto comercial não apenas para os principais interessados na comercialização dos animais, mas também para moradores que vivem no entorno da feira e aproveitam seus dias de maior movimento para comercializar alimentos, lanches, bebidas, entre outros, com os visitantes e comerciantes (Figuras 52, 53 e 54).

Figura 52 – Aspecto do interior da feira de animais de Campina Grande, localizada às margens da BR-104, limite com o município e o de Queimadas, periurbano sul



Fonte: Geraldo Costa Neto, 2016.

Figura 53 – Aspecto da feira de animais de Campina Grande



Legenda: Percebe-se que, além de animais, a feira estimula o comércio local, com a comercialização de outros tipos de produtos.

Fonte: Geraldo Costa Neto, 2016.

Figura 54 – Comercialização de produtos variados por moradores do entorno da feira de animais de Campina Grande, no periurbano sul



Fonte: Geraldo Costa Neto, 2016.

De acordo com as figuras 52, 53 e 54, percebemos que a feira de animais de Campina Grande não perdeu a sua função principal, adquirida no início de povoamento da cidade. Pelo contrário, conseguiu atrair outras espécies de animais, dinamizando ainda mais, atribuindo um valor simbólico ao lugar, quando ainda serve como ponto de referência para quem desenvolve atividades ligadas à agropecuária no estado. Além do mais, a feira converte-se em mais uma forma de geração de renda para famílias que residem no seu entorno e aproveitam os dois dias de feira, semanalmente, para comercializar produtos diversos que vai de alimentos a produtos de lazer, como verificado na Figura 54.

O uso e a ocupação do solo no periurbano norte destacam-se por serem predominantemente habitacional, o que lhes confere uma funcionalidade de zona residencial.

Mais uma vez lembrando que, assim como no periurbano sul, o solo, aqui, é ocupado e usado de diferentes formas e necessidades, o que externaliza no espaço a sua heterogeneidade.

Contudo, a Zona Norte se destaca pela inserção dos primeiros condomínios horizontais fechados de Campina Grande, contribuindo para a dinâmica da formação do seu espaço periurbano.

Sabendo que esse tipo de empreendimento é um dos elementos que nos ajudam a identificar esses espaços dinâmicos, bem como a implantação de uma série de serviços, já discutidos no capítulo anterior, que se instalam no espaço como serviços solidários a essa atividade primeira, além da instalação de residências de segunda moradia, bairros verdes e planejados e uma agricultura de caráter familiar contribuem para que o periurbano ganhe vida e se destaque no cenário urbano das cidades, uma vez que se apropria do discurso de viver bem, mais distante do barulho, poluição e violência do centro da cidade e aproxima os consumidores que podem pagar pelos serviços de uma vida mais bucólica, mais tranquila e segura dos riscos que imagina-se que a vida urbana possa lhes oferecer.

Muitos moradores desses “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2011) mudam seus estilos de vida pela busca dessa tranquilidade e segurança prometidas. Sendo assim, trocam de residência, de bairro, em busca dessas comodidades prometidas pelo mercado imobiliário, como verificado nas tabelas 8 e 9.

Tabela 8 – Usos das antigas residências de moradores do Sierra Home Resort

<b>Sierra Home Resort</b>	<b>Localização da antiga moradia</b>	<b>Utilização atual do imóvel</b>
Morador 1	Alto Branco	Vendida
Morador 2	Católé	Alugada
Morador 3	Alto Branco	Vendida
Morador 4	Alto Branco	Vendida
Morador 5	Mirante	Alugada
Morador 6	Alto Branco	Vendida

Fonte: O autor, 2016.

Tabela 9 – Usos das antigas residências de moradores do Serraville Residence

<b>Serraville Residence</b>	<b>Localização da antiga moradia</b>	<b>Utilização atual do imóvel</b>
Morador 1	Zona Rural	Vendida
Morador 2	Centro	Alugada
Morador 3	Zona Rural	Vendida
Morador 4	José Pinheiro	Vendida
Morador 5	Zona Rural	Vendida
Morador 6	Centro	Alugada
Morador 7	Catolé	Alugada
Morador 8	Catolé	Vendida
Morador 9	Centro	Alugada
Morador 10	Catolé	Vendida
Morador 11	Alto Branco	Alugada
Morador 12	Alto Branco	Alugada

Fonte: O autor, 2016.

Por ter vivenciado a transformação do espaço há um certo tempo, a franja norte campinense se destaca no município como um periurbano residencial de luxo, compreendendo os condomínios horizontais fechados Nações Residence Privè, o Atmosphaera Eco e Green Residence, o Sierra Home Resort, além do bairro verde Juracy Palhano, Residencial Moriá, Alto Verde Residencial e dos bairros Jardim Tavares, Alto Branco, Jardim Continental e Bairro das Nações, onde predominam residências de alto padrão (Figuras 55, 56, 57, 58 e 59).

Figura 55 – Entrada de acesso ao condomínio Nações Residence Privè, às margens da BR-104, limite entre Campina Grande e Lagoa Seca. Periurbano norte



Fonte: O autor, 2016.

Figura 56 – Portões de entrada dos condomínios Atmosphaera Eco e Green Residence, às margens da BR-104, limite entre Campina Grande e Lagoa Seca. Periurbano norte



Fonte: O autor, 2016.

Figura 57 – Entrada do condomínio Sierra Home Resort. Periurbano norte



Fonte: O autor, 2014.

Figura 58 – Acesso ao Residencial Moriá, entre os municípios de Campina Grande e Lagoa Seca. Periurbano norte



Fonte: O autor, 2016.

Figura 59 – Entrada do Alto Verde Residencial, entre os municípios de Campina Grande e Lagoa Seca. Periurbano norte



Fonte: O autor, 2016.

De acordo com a legenda das figuras, os condomínios Nações Residence Privè, Atmospha Eco e Green Residence, os residenciais Moriá e Alto Verde, além do bairro verde Juracy Palhano, encontram-se no município vizinho de Lagoa Seca, porém, estão localizados no limite entre este município e Campina Grande. Apesar de pertencerem a outra municipalidade, é considerável a incidência, nesses empreendimentos, de moradores que desenvolvem suas atividades diárias, como trabalho, escola e lazer, na segunda cidade e se consideram pertencentes a esta. Nesse sentido, consideramos esses objetos pertencentes ao periurbano campinense, tanto pela localização de franja, quanto pelo sentimento de pertencimento de grande parte dos residentes.

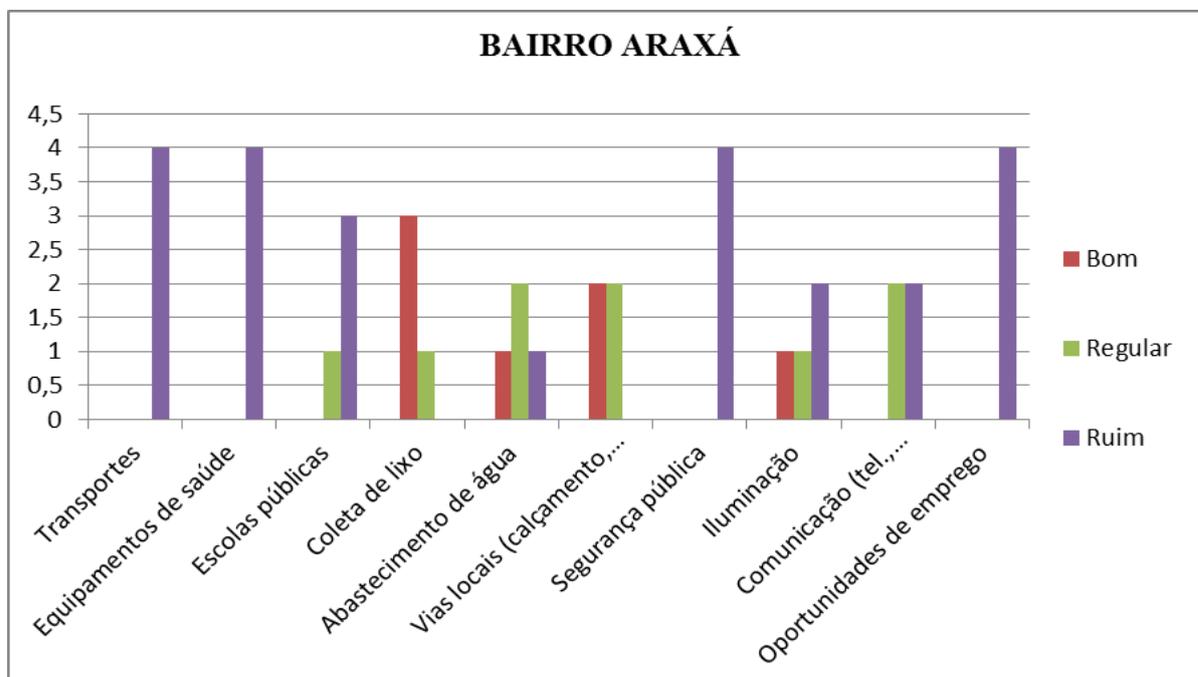
Vale a pena ressaltar que na Zona Norte o solo também apresenta características de ocupação diversas, com moradias de nível social mais baixo, propriedades desenvolvendo atividades agropecuárias, que tornam o espaço diversificado, embora esses empreendimentos (principalmente os condomínios horizontais fechados, condomínios verticais e moradias de luxo presentes nos bairros citados) se sobressaiam no espaço, o que nos permite entender essa zona como uma área com funções predominantemente residencial.

Importante destacar também que a Avenida Manoel Tavares é dotada de uma série de serviços, com os principais restaurantes, bares, lanchonetes, além de supermercado, unidade de pronto atendimento, entre outros, que contribuem para o dinamismo dessa área e que servem, supostamente, como espaços de consumo dos moradores dos empreendimentos supracitados.

Assim como a maior parte do periurbano norte, a franja leste também se caracteriza por ser predominantemente residencial. Aqui, e principalmente nos bairros limites ao perímetro urbano, ou seja, na franja periurbana, o espaço é marcado pela presença de residências de luxo unifamiliares e condomínios verticais de luxo.

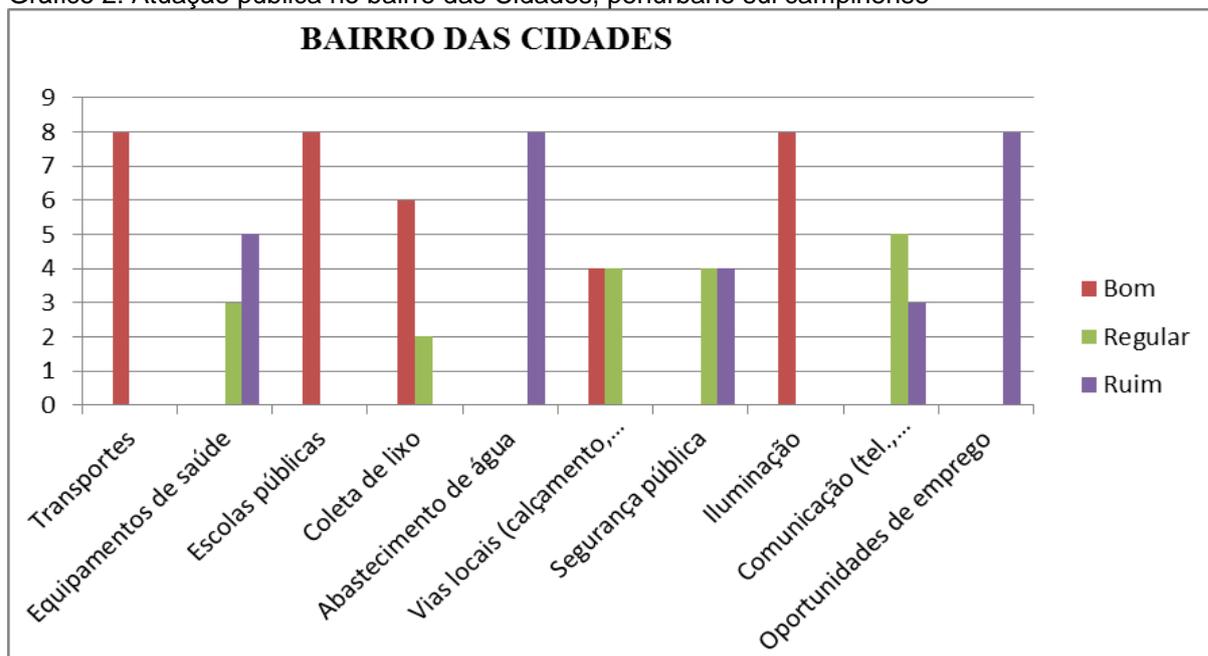
Apesar de serem áreas com características residenciais muito fortes e que necessitam da presença dos poderes públicos para garantir os direitos básicos como infraestrutura, saúde, educação, segurança, da população residente, as bordas periurbanas mais heterogêneas são as que apresentam a menor atuação pública nesses segmentos, conforme os gráficos 1, 2 e 3:

Gráfico 1 – Atuação pública no bairro do Araxá, periurbano norte campinense<sup>64</sup>

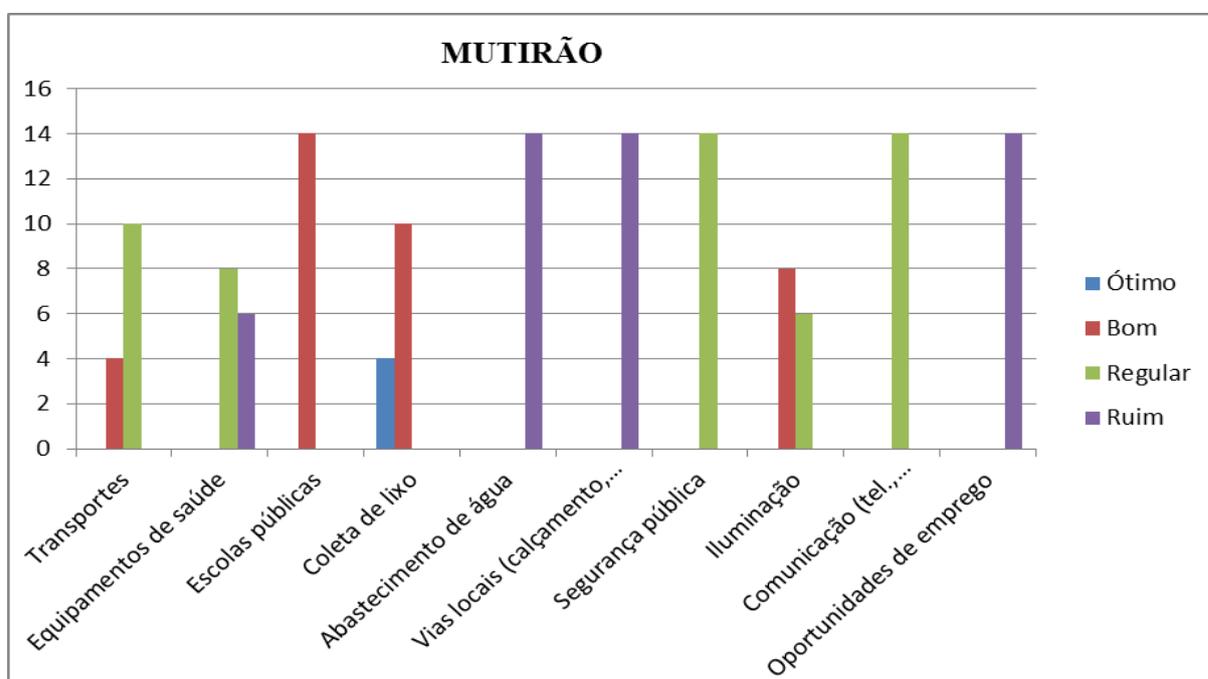


Fonte: O autor, 2016.

<sup>64</sup>Entrevistas realizadas com quatro moradores do bairro Araxá, no mês de maio de 2016.

Gráfico 2: Atuação pública no bairro das Cidades, periurbano sul campinense<sup>65</sup>

Fonte: O autor, 2016.

Gráfico 3 – Atuação pública no Mutirão, bairro do Serrotão, periurbano oeste campinense<sup>66</sup>

Fonte: O autor, 2016.

<sup>65</sup>Entrevistas realizadas com oito moradores do bairro das Cidades, no mês de abril de 2016.

<sup>66</sup>Entrevistas realizadas com quatorze moradores do Mutirão, no bairro do Serrotão, no mês de março de 2016.

De acordo com os gráficos, a atuação pública nas áreas mais heterogêneas do periurbano não é feita de forma efetiva, apresentando problemas em vários elementos questionados nas entrevistas. Nesse cenário, serviços como segurança pública, equipamentos de saúde (unidades de pronto atendimento, posto de saúde, programas de saúde da família, postos odontológicos), abastecimento de água, oportunidades de emprego, serviços de comunicação (telefonia, internet, rádio e tv) são identificados como os mais precários pela população residente nos referidos bairros.

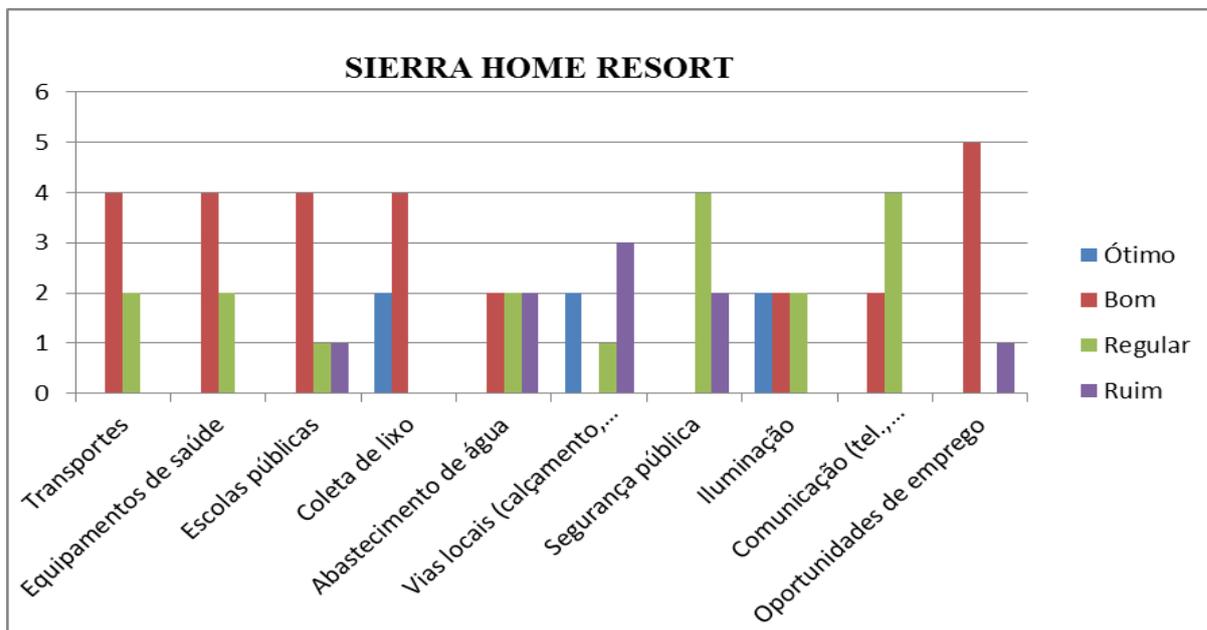
Mesmo apresentando muitos problemas de atuação nos serviços públicos e a existência áreas que não se tornaram atrativas para o mercado imobiliário e, dessa forma, ainda não foram mercantilizadas por esse setor, o periurbano campinense, de um modo geral, conta com uma abrangência significativa no que diz respeito ao transporte público. São linhas de ônibus que cortam todas as zonas da cidade, alcançando as áreas mais distantes do centro, chegando, inclusive, a áreas rurais, com intervalos não muito longos, de segunda a domingo<sup>67</sup>.

Diferentemente do que ocorre nessas franjas, as áreas onde estão territorializados os condomínios horizontais fechados ou residências de luxo recebem maiores investimentos por parte do poder público, principalmente em infraestrutura (Gráficos 4 e 5)

---

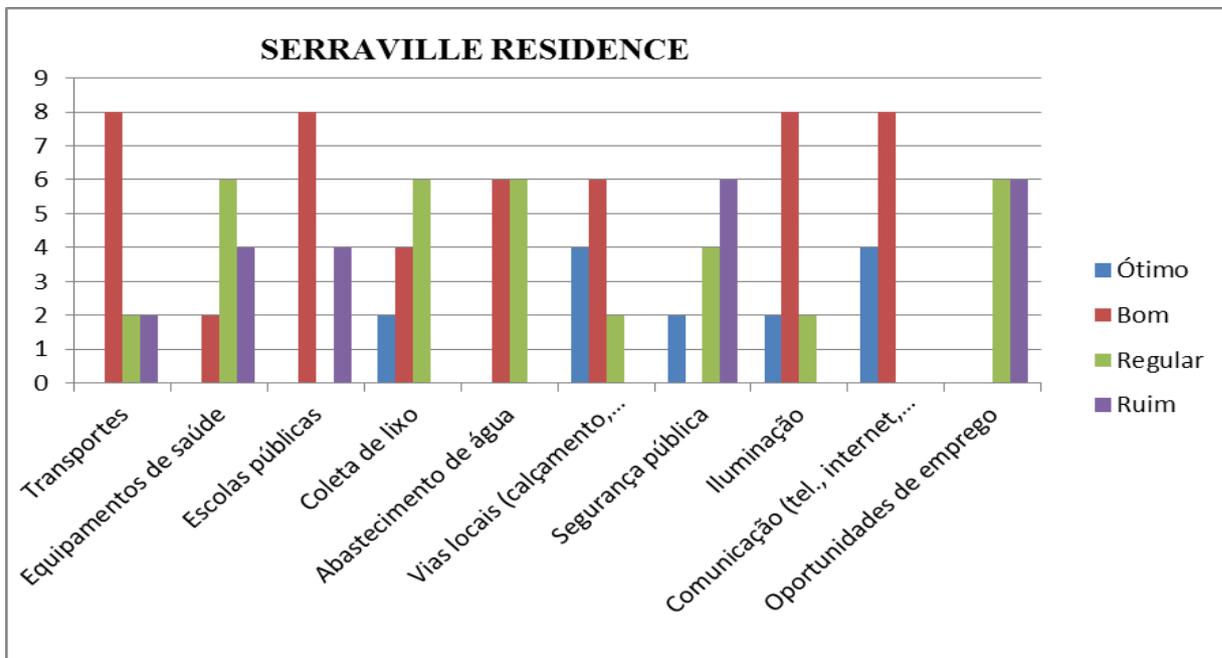
<sup>67</sup>De acordo com pesquisa realizada junto à Superintendência de Trânsito e Transportes Público – STTP – e ao site [www.ciomcg.com.br](http://www.ciomcg.com.br) entre os meses setembro e novembro, Campina Grande conta com quarenta e duas linhas de ônibus circulando em sua área urbana e distritos. Desse total, cerca de trinta linhas circulam pelo periurbano campinense, o que nos permite analisar que essa é uma área com grande dinamicidade socioeconômica e espacial, além dessa quantidade de ônibus circulando por essas bordas significar também um potencial aumento de investimentos para o futuro da cidade, atraindo população e serviços.

Gráfico 4: Atuação pública no condomínio fechado Sierra Home Resort, periurbano norte campinense<sup>68</sup>



Fonte: O autor, 2016.

Gráfico 5: Atuação pública no condomínio fechado Serraville Residence, periurbano oeste campinense<sup>69</sup>



Fonte: O autor, 2016.

<sup>68</sup>Entrevistas realizadas com seis moradores do condomínio horizontal fechado Sierra Home Resort no mês de maio de 2016.

<sup>69</sup>Entrevistas realizadas com doze moradores do condomínio horizontal fechado Serraville Residence no mês de maio de 2016.

Importante frisar que alguns serviços, tais como coleta de lixo, vias com calçamento, acessibilidade e iluminação no interior dos condomínios, são de responsabilidade dos próprios condomínios, embora esses serviços fora dos muros funcionem com mais qualidade se comparados com os bairros de residências populares analisados nos gráficos anteriores. Destaque também para o fato de que, nessa área, está sendo concluída a Alça Leste, que interliga a BR-230 ao bairro Santo Antônio, beneficiando diretamente moradores dos condomínios horizontais fechados Alphaville e Campos do Conde.

Em condomínios localizados entre Campina Grande e outra cidade, a exemplo do condomínio Nações Residence Privè, em Lagoa Seca, a população residente fica entre as questões políticas de atuação entre as duas prefeituras, como destacado por um morador desse condomínio, quando questionado sobre a atuação do poder público na área:

O poder público é ausente em nossa área. Somos abandonados pela prefeitura de Lagoa Seca que acha que somos eleitores de Campina Grande e somos abandonados por Campina Grande porque somos moradores de Lagoa Seca [o condomínio encontra-se localizado geograficamente no município de Lagoa Seca, mas a maioria dos residentes desenvolve suas atividades diárias na cidade de Campina Grande]. Até mesmo o esgotamento sanitário fomos nós que pagamos (Professor universitário, morador do condomínio).

Quando comparamos os gráficos dos diferentes tipos de segmentos habitacionais, é notória a presença das opções “bom” e “ótimo” para alguns serviços, e apesar de a maioria dos moradores de condomínios possuírem automóveis privados, fica evidente que a qualidade do transporte público para o entorno desses empreendimentos é melhor do que para as áreas de borda mais populares.

Nesse ambiente periurbano, bairros como o Mirante e parte do Monte Castelo, no periurbano norte, presenciam uma organização espacial diferenciada, com residências mais vigiadas, protegidas das possíveis ameaças que a vida urbana da rua pode causar (Figura 60). No segundo bairro, assim como no Castelo Branco e em Nova Brasília, além da maior parte das residências serem pequenas e de estrutura simples – o que os caracteriza como populares –, bem como áreas de preservação ambiental (Figura 61).

Figura 60 – Exemplos de residência de luxo e condomínio vertical no bairro do Mirante, periurbano leste campinense



Fonte: O autor, 2016.

Figura 61 – Área de preservação ambiental entremeada a bairros populares, no periurbano leste campinense



Legenda: Muro do condomínio Alphaville. Ao fundo, o bairro Nova Brasília e, à direita, parte do bairro Monte Castelo, entremeados por área de preservação ambiental.

Fonte: O autor, 2016.

Nessa conjuntura espacial, quando o mercado imobiliário consegue se apropriar de uma área, intervém montando serviços que não condizem com a realidade da população residente e vende essas parcelas do espaço como áreas ideais para se viver bem na cidade, conseqüentemente, a tendência ao aumento da segregação social e residencial é maior.

Assim, a propriedade torna-se fator determinante de desigualdades na cidade, porque está sob os efeitos do mercado imobiliário capitalista. Desse modo, como assevera Ana Fani Alessandri Carlos (2016):

A segregação desvenda, como fundamento, a propriedade como fonte de riqueza numa sociedade apoiada num conjunto de relações sociais, as quais, (...), têm na propriedade da terra uma base sólida e uma orientação social e política que freia firmemente as possibilidades de transformação social profunda da sociedade (CARLOS, 2016, p. 105).

Desse modo, a tendência de povoamento do periurbano campinense, em suas diferentes bordas, é que as funcionalidades do solo se tornem cada vez mais heterogêneas, tendo em vista que a ocupação dos espaços vazios estará cada vez mais determinada pela demanda de terra e pelo interesse do mercado imobiliário.

De todas as franjas periurbanas de Campina Grande, a Zona Oeste é a que se apresenta mais heterogênea, com usos e funções diversos em toda a sua extensão.

Contudo, vale a pena ressaltar que, de acordo com o Plano Diretor, essa área está destinada para a expansão urbana. Sendo assim, vários projetos de objetos residenciais populares têm sido aprovados para essa área nos últimos anos e essa realidade tem aumentado com o projeto federal “Minha casa, minha vida”.

Nesse sentido, áreas que até vinte anos atrás apresentavam características e práticas rurais de agricultura e pecuária estão passando por modificações estruturais para dar espaço aos novos empreendimentos (Figuras 62, 63 e 64).

Figura 62 – Loteamento popular no bairro do Serrotão, periurbano oeste de Campina Grande



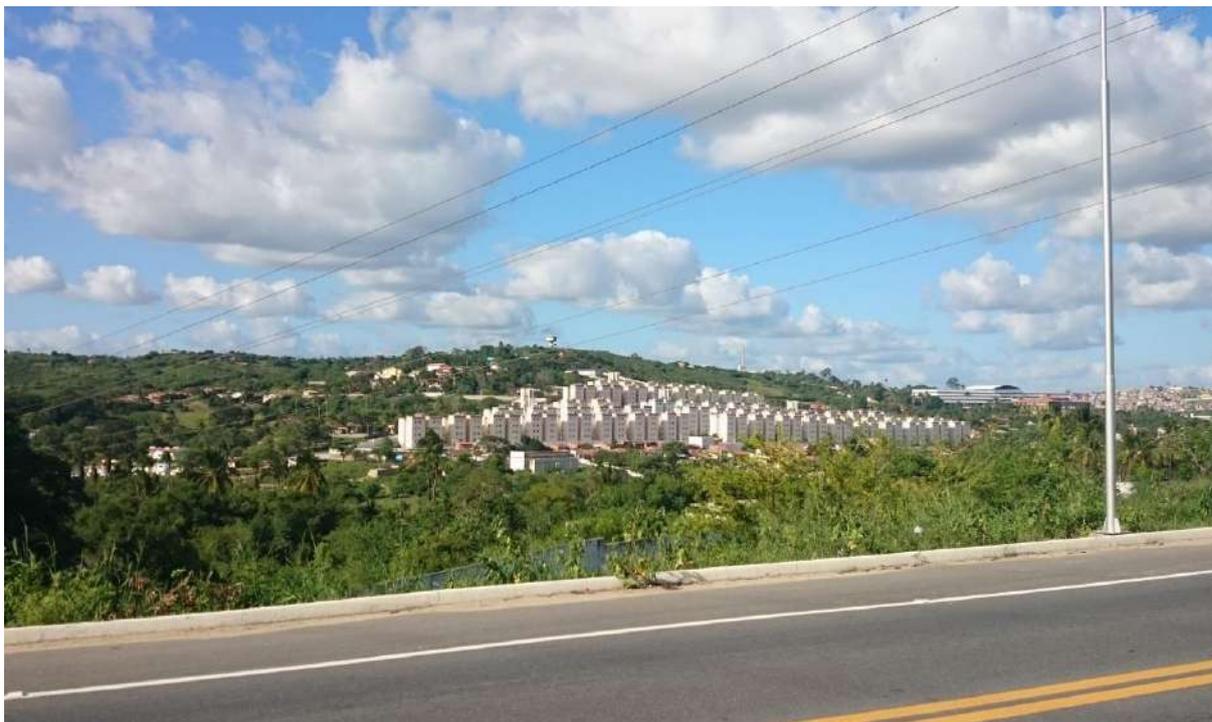
Fonte: O autor, 2016.

Figura 63 – Residencial popular Jardim Botânico no bairro de Bodocongó, periurbano oeste campinense



Fonte: O autor, 2016.

Figura 64 – Conjunto residencial Dona Lindu no bairro Universitário, periurbano oeste campinense



Fonte: O autor, 2016.

De acordo com as figuras 62, 63 e 64, percebemos que a porção oeste se encontra em plena expansão territorial, com vários objetos residenciais populares. Desse modo, o setor da construção civil tem encontrado junto ao Estado um aporte importante para a territorialização desses objetos no espaço, uma vez que os poderes públicos vêm implementando suas políticas para melhor atender a esse setor econômico.

É verdade que a implantação dos conjuntos habitacionais tem trazido melhorias para esses bairros, pois atraiu população de outras áreas da cidade e, mesmo de forma tímida, tem dinamizado o comércio do bairro. Todavia, de acordo com entrevistas realizadas com moradores dos residenciais, intervenções maiores devem ser realizadas para melhorar os serviços públicos nessa porção territorial:

Apesar de ser um bairro novo, próximo de duas universidades, o que sugere um potencial crescimento, é pouco movimentado e tem poucas incidências de roubo ou violência, embora pareça ser um local distante e a primeira impressão perigoso.

Como desvantagens, o transporte público ainda deixa bastante a desejar, pois o fluxo é bem intenso com as universidades. O comércio ainda é pequeno, então precisamos ainda ir até o centro para resolver compras, pagamentos, entre outros. Nem todas as ruas são calçadas, considerando

que o bairro ainda é novo. A iluminação pública em alguns lugares precisa ser melhorada (Socióloga, residente em um conjunto habitacional vizinho ao conjunto Dona Lindu).

Diante desse e de outros depoimentos de moradores dessas áreas, comungamos com Carlos (2016) quando menciona que as práticas capitalistas se apropriam e transformam o espaço, determinando regras, o que torna a prática socioespacial subordinada ao valor de troca do solo. Nessa conjuntura, o papel do Estado é de extrema importância para o pleno funcionamento dos interesses do capital:

Se a existência da propriedade esfacela a cidade limitando seu acesso, promovendo separações de usos e funções, restringindo a prática socioespacial, o que une e dá sentido a estes fragmentos é a existência do Estado, normatizando o cotidiano, legitimando a propriedade privada do solo como direito (...), direcionando o processo de valorização/desvalorização dos lugares por meio de políticas públicas e da manipulação dos orçamentos, da cooptação do conhecimento que produz o saber técnico (...), criando o discurso que funda a lógica do crescimento e justifica a distribuição dos recursos aplicados nos espaços produtivos visando à reprodução do lucro. O sentido da intervenção no urbano une o político e o econômico a partir de estratégias que visam permitir a realização do valor que tem o Estado como orientador dos investimentos por meio da construção de infraestrutura e de normas, viabilizando a reprodução do capital (CARLOS, 2016, p. 104).

Nesse entendimento, o Estado tem participado como vetor importante para o crescimento do periurbano oeste não apenas no que diz respeito aos empreendimentos habitacionais, mas implantando também serviços que têm a capacidade de atrair população e outras formas de atividades econômicas. A implantação do Instituto de Polícia Científica (IPC), do Hospital de Trauma de Campina Grande e do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) nos bairros do Serrotão e Malvinas – já mencionados no capítulo anterior – é exemplo das políticas de atração e de expansão urbana do Estado para tornar o periurbano oeste ainda mais atrativo para o setor do capital imobiliário.

Contudo, apesar dessa fração territorial apresentar muitos conjuntos habitacionais, de variados tipos e que servem para vários segmentos sociais, a sua heterogeneidade fica mais perceptível no espaço com a presença do modelo de condomínio horizontal fechado, além de áreas típicas rurais, como fazendas de gado (Figuras 65 e 66).

Figura 65 – Fazenda na entrada de Campina Grande, às margens da BR-230



Fonte: O autor, 2015.

Figura 66 – Acesso ao condomínio horizontal fechado Serraville, no periurbano oeste campinense, pela Avenida Floriano Peixoto



Fonte: O autor, 2016.

De acordo com as Figuras 65, 66 e as demais dispostas no texto, percebemos que o periurbano oeste não apresenta homogeneidade na sua paisagem. Fica evidente certa funcionalidade habitacional, direcionada para as classes sociais mais baixas, que necessitam dos incentivos do governo (em níveis municipal, estadual e federal) para conseguir a casa própria. Contudo, por ser uma área de expansão urbana, ainda apresenta grandes propriedades rurais, como exemplificada na Figura 66, que continuam desenvolvendo atividades primárias, embora esta não seja a função principal dos seus proprietários<sup>70</sup>.

Na Figura 66, o condomínio Serraville encontra-se numa posição estratégica porque fica entre duas importantes vias de acesso à cidade de Campina Grande: a Avenida Floriano Peixoto, que passa em frente ao condomínio, e a Alça Sudoeste ao fundo, que dá acesso ao litoral e ao interior do estado. Além do mais, outros dois condomínios estão sendo construídos na mesma área, identificados no *outdoor* localizado do lado oposto ao condomínio Serraville. São o condomínio Parkville e o Monteville.

Dito isso, fica evidente como o periurbano oeste apresenta características muito distintas das outras franjas periurbanas de Campina Grande. Apesar de no interior dos loteamentos, condomínios, conjuntos habitacionais apresentarem uma semelhança no comportamento, modo de vida e renda dos seus moradores, a heterogeneidade de toda a franja é que prevalece e a torna mais dinâmica.

Como visto durante toda a seção, apesar de cada franja apresentar uma funcionalidade que lhe confere singularidade, esta heterogeneidade no todo de cada porção periurbana é que prevalece e afirma o espaço periurbano de Campina Grande como híbrido e, assim como o espaço geográfico, em constante transformação.

---

<sup>70</sup>De acordo com a pesquisa de campo, existem aproximadamente quatro grandes fazendas nos periurbanos Oeste e Leste (margem da Alça Sudoeste), que desenvolvem atividades agropecuárias, embora esta não seja a principal fonte de renda dos seus proprietários. Segundo informações obtidas durante o campo, duas dessas propriedades pertencem às famílias que desenvolvem atividades ligadas à construção civil e infraestrutura no município e no estado da Paraíba. Em relação às outras duas, não obtivemos informações, mas pudemos perceber que na fazenda demonstrada na figura 66, são desenvolvidas atividades de comércio com animais, haja vista a existência de placas de vendas de gado.

## 4.2 A hibridez do espaço periurbano campinense

Tomando Santos (2009) como a base sustentadora para nossas discussões desta seção, lembramo-nos da importância de se perceber o espaço geográfico como um dado social que comporta um pensamento orientado para a execução de um determinado fim na configuração espacial.

É a partir de uma intenção orientada que o espaço vai sendo modelado e produzido. Dessa forma, “a intenção serve de mediadora, ela própria fiel, entre a atividade mental que inventa e a atividade social que realiza; a intenção se desenvolve no espaço” (LEFEBVRE, 2006, p. 52).

Nesse sentido, Corrêa (2012) parte do pressuposto de que o espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto) e nem o ponto de chegada (espaço como produto social), mas o *locus* da reprodução das reações sociais de produção. Desse modo, por meio da ação sobre essa base material que nos sustenta, o ser humano age propositalmente sobre si, sobre o meio e sobre os demais em sua volta.

Contudo, com o constante processo de mudança ocorrido no mundo, em suas variadas escalas, os acontecimentos ganham dimensões planetárias e causam interferências nas diversas porções do mundo. Por isso, Santos (2009, p. 80) nos auxilia nessa compreensão quando diz que “as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”. Portanto, é necessário criar uma distinção entre a escala de realização da ação e a escala de comando desta, uma vez que “muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra” (SANTOS, op. cit., p. 80).

Desse modo, Harvey (2006, p. 12) nos esclarece que os processos são partes constituintes do conceito de espaço e que “um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto”.

Dito isso, podemos entender que os processos empreendidos no espaço influenciam a vida em vários pontos do globo, porque servem a interesses e necessidades não exclusivamente dos indivíduos, mas também de empresas, instituições, embora sejam realizadas por indivíduos. Essas necessidades

econômicas, sociais, culturais, materiais, imateriais, entre outras, são as que conduzem a ação humana, levando para o estabelecimento de funções no espaço, funções estas que culminarão em objetos em um momento subsequente (SANTOS, 2009).

Nesse contexto, ação e objeto caminham juntos no processo de formação e reprodução do espaço geográfico, tendo em vista que um se dá a partir da realização do outro. Assim, ainda em Santos (2009), podemos entender como essa constituição é feita, valorizando-a igualmente como participantes do mesmo processo:

São as ações, que em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos “valorizam” diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não dá conta da sua realidade histórica. Uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não-separado, objetos e ações “agindo” em concerto (SANTOS, 2009, p. 86).

Para Mura (1978), o espaço no qual opera a sociedade humana é configurado como a sobreposição de múltiplos espaços, cada um ligado a uma atividade específica, mas que não operam isoladamente e, dependendo da intensidade das relações estabelecidas entre eles, poderiam emergir relações de complementaridades.

Sendo assim, a realidade social do espaço deve estar em consonância com a sua base material, sua condição física, formando, assim, um espaço híbrido. Nesse entendimento, o espaço periurbano participa desse contexto.

Com o processo intenso de globalização, seus efeitos chegam cada vez mais a lugares longínquos do seu ponto de partida, afetando o espaço como um todo, uma vez que modificam as estruturas físicas, políticas, sociais, econômicas e culturais do local onde se instala. Dessa maneira, pensar o ordenamento do espaço pelos pontos que o constitui de forma separada, fica quase impossível no momento atual. Por isso, Santos (2009), mais uma vez, esclarece a necessidade de explicação conjunta da realidade:

Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e

indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social (SANTOS, 2009, p. 101).

Essa inseparabilidade das coisas pressupõe a formação do espaço híbrido, onde as ações e objetos estão atuando de forma conjunta em um determinado território, mas contribuindo para o dinamismo na produção e reprodução do espaço como um todo. Daí, Lefebvre (2006) considera que esse processo induz novas relações sociais dentro do espaço a partir das funções a que os objetos venham a ser chamados a desempenhar:

O princípio da interpenetração e da superposição dos espaços sociais comporta uma preciosa indicação: cada fragmento do espaço retido pela análise não esconde *uma* relação social, mas uma multiplicidade que a análise revela. O mesmo acontece para os objetos: correspondendo às necessidades, eles resultam de uma divisão do trabalho, entram nos circuitos de troca etc. (LEFEBVRE, 2006, p. 132).

Destarte, o entendimento do espaço passa por esse amálgama de relações que ele compõe e está contido, porque ele se constitui todos os dias, trazendo pedaços da história, do período produtivo e valores que lhe antecederam, refazendo-se cotidianamente, interpenetrando o território de forma a tornar-se um espaço aparentemente estável. É certo que a sua influência no tempo posterior a este seja garantida, levando em consideração que a constituição espacial não cessa, uma vez que as técnicas produtoras deste nunca param de evoluir. Assim, esclarece Santos (2012):

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 2012, p. 153).

Nesse sentido, considerar a dinâmica socioeconômica, política, cultural existente nas franjas das cidades passa por essa reflexão, tendo em vista que existe uma série de fatores que contribuem para o entendimento da análise do espaço geográfico, social e que contribuem também para a sua evolução.

Essa justaposição espacial que se dá no território entre a produção e manutenção do espaço, ligada às atividades rurais de um lado e à produção

espacial urbana do outro, apresenta-se, por exemplo, como um cenário extremamente rico dentro dessa discussão.

Assim como assegura Marafon (2014), esse híbrido, como é o caso do par campo-cidade, ilustra as relações sociais contemporâneas, imbuídas de trocas e fluxos materiais, imateriais e culturais. Desse modo, as ruralidades se desenvolvem, também, nos espaços urbanos, e as urbanidades podem se desenvolver nos espaços rurais.

Para Rua (2006), a produção de um rural híbrido transcende às condições materiais e os processos que lhe dão origem. Nesse sentido, para o autor, “o hibridismo re-apresenta um processo de produção de espaços, feitos territórios, em um movimento de vir-a-ser e de perpétua transgressão (criação)” (RUA, op. cit. p. 89).

No que se refere ao espaço periurbano da cidade de Campina Grande, o espaço foi, ao longo do tempo histórico e com a evolução das técnicas, conservando alguns elementos e, ao mesmo tempo, adquirindo novos, dotando-se de uma grande dinamicidade. Nessa área, percebe-se que a produção espacial comporta elementos característicos tanto do urbano quanto do rural, interpenetrando-se e, por conta disso, a dificuldade de estabelecer uma definição se apresenta, visto que não podemos afirmar ao certo em que ponto essas categorias começam e onde terminam, considerando essa hibridez na produção do espaço.

No entanto, apesar de os processos de produção e reprodução do espaço se darem constantemente com o desenrolar da vida humana, podemos inferir que o espaço periurbano de Campina Grande começa a ganhar forma e apresentar sobreposições de usos e ocupações do solo, de forma mais híbrida, com mais intensidade a partir do final da década de 1990, quando o capital imobiliário passa a agir de forma mais intensa nessas áreas afastadas do centro, inaugurando, na cidade, o conceito de residenciais horizontais fechados, no estilo de vida mais próximo aos objetos rurais, que remetam a uma vida mais bucólica.

Com o passar dos anos, novos objetos foram sendo implantados nesse espaço, e com o apoio das políticas públicas, as bordas campinenses foram ganhando especificidade, como já visto na seção anterior.

Desse modo, o referido espaço se enriquece, porque, assim como lembrou Santos (2009) anteriormente, podemos analisá-los a partir de sua hibridez e não ficarmos presos nas questões dualistas, que os evidenciam pelos seus extremos.

Dessa forma, o espaço periurbano campinense, por ser também espaço geográfico, possui essas características mistas, que dão ao espaço um movimento constante, aflorando as suas diferenças, imprimindo um caráter plural ao lugar.

Como mencionado ao longo deste trabalho, o periurbano em questão, apesar de aparentar funcionalidades específicas nas suas diferentes franjas, apresenta-se como um espaço heterogêneo, dotado de uma diversidade de formas e funções, o que lhe garante a feição híbrida.

São espaços rurais ao lado de áreas industriais, residenciais horizontais fechados que se limitam com conjuntos habitacionais populares regulares ou irregulares, entre outros (Figuras 67, 68 e 69).

Figura 67 – Condomínio horizontal fechado Serraville ao lado de conjunto habitacional popular, no periurbano oeste



Legenda: Em primeiro plano, grande área de vazio urbano.

Fonte: O autor, 2016.

Figura 68 – Empresa de peças para calçados ao lado de propriedade rural, de caráter familiar, entre os municípios de Campina Grande e Massaranduba, no periurbano leste



Fonte: O autor, 2016.

Figura 69 – Propriedade rural, de caráter familiar, ao lado de conjunto habitacional popular



Legenda: Em primeiro plano, uma propriedade rural com pequenos currais para pequenos animais; ao centro, loteamento popular, e, ao lado esquerdo deste, área preparada para construção de bairro planejado.

Fonte: O autor, 2016.

Como podemos observar nas figuras, o espaço periurbano campinense vai se comportando de forma heterogênea, tendo em vista o processo de expansão territorial e as políticas públicas municipais de expansão urbana que forçam essa interpenetração de modos de produção do espaço diferentes.

Todavia, pela lógica de ocupação que presenciamos na franja Leste (Figura 68), a tendência é que as pequenas propriedades rurais percam força diante da influência econômica de empresas e distribuidoras de materiais alimentícios e de limpeza, instalados às margens da BR-230.

Como já discutido, essa diversificação no espaço se mostra mais aflorada nas franjas da cidade pelo movimento, cada vez mais constante e direcionado do capital, seja ele público ou privado, para essa área, que atrai um contingente populacional cada vez mais crescente. Santos (2012), atentando para esse processo seletivo de vantagens das cidades, esclarece:

A presença de uma população em aumento constante assegura, às atividades econômicas desejosas de instalar-se, uma boa parte dos *overhead capital* e das infraestruturas necessárias. Além disso, a concentração dos investimentos públicos em certos pontos do espaço impõe a tendência a uma elevação do coeficiente de capital necessário à instalação de uma nova atividade (SANTOS, 2012, p. 169).

Nesse sentido, as cidades vão especializando cada vez mais as áreas mais afastadas dos seus centros, atraindo novos investimentos econômicos e, conseqüentemente, mais demanda populacional.

Diante disso, a ideia de Santos (2009; 2012) de constituição dos espaços híbridos, levando em consideração a noção de forma-conteúdo, fica evidente quando percebemos que o processo e o resultado se unem na visão mais ampla do espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações:

Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro. Não há como vê-los separadamente.

A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2009, p. 103).

Dessa forma, a construção dos espaços híbridos é parte importante na constituição do espaço geográfico, pois vai indicar como, onde, por quem, por que e

para que o território é usado (SANTOS & SILVEIRA, 2011), uma vez que é nesses espaços que ocorre maior dinamicidade técnica, permitindo-nos perceber a evolução espacial do lugar, por meio de suas heranças e complementaridades do presente, porque o que surge no espaço no período atual combina-se com o que já existia.

Nesse contexto, a formação do espaço periurbano campinense se destaca como um espaço importante para o entendimento da construção territorial de toda a cidade, pois, além dos novos serviços que desempenha, apresenta-se como testemunha de uma história política e econômica, de expansão territorial movida por interesses público e privado.

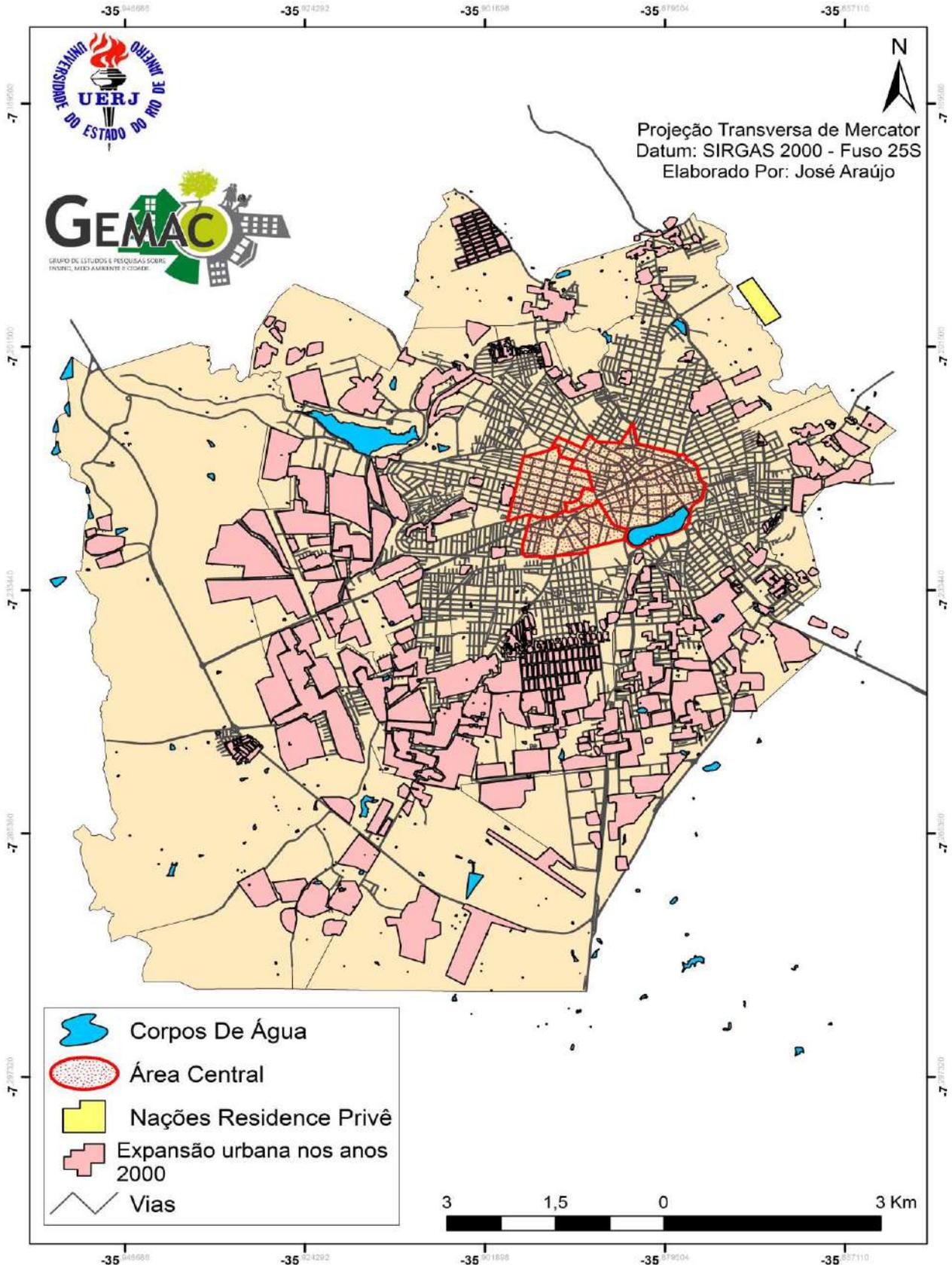
São esses interesses que vêm contribuindo para a intensa modificação espacial no periurbano de Campina Grande, em um processo intenso de expansão urbana, que pode ameaçar o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Contudo, devemos considerar que “os espaços sociais se compenetraram e/ou se superpõem. Não são coisas, limitadas umas pelas outras, se chocando por seu contorno ou pelo resultado de inércias” (LEFEBVRE, 2006, p. 130).

Nesse sentido, tomando como base essa interpretação de compenetração e superposição de espaços, além das políticas públicas e privadas para essas áreas, poderemos vislumbrar como o periurbano campinense deve se comportar nos próximos anos.

#### **4.3 Tendências de dinâmica híbrida no espaço periurbano campinense**

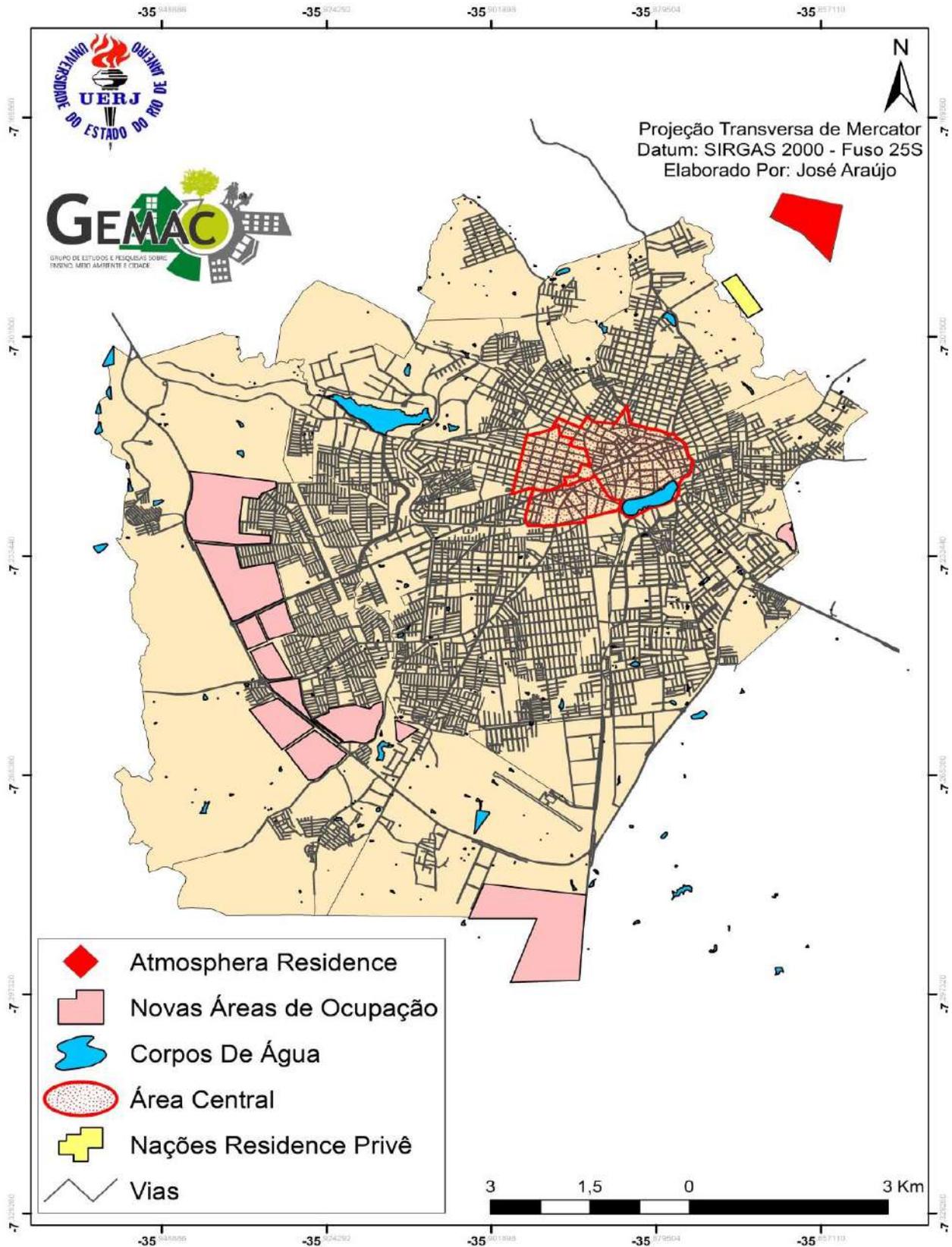
De acordo com o Plano Diretor de Campina Grande, a Zona de Expansão Urbana, localizada na porção oeste e parte da porção sul, é a que deve receber maiores investimentos no que diz respeito à instalação de novos objetos habitacionais e de serviços, tendo em vista que é a área urbana com mais espaços livres para construção e, nas últimas décadas, vem passando por maiores transformações na sua paisagem, como visualizado nas Figuras 70 e 71.

Figura 70 – Mapa da expansão urbana de Campina Grande nos anos 2000



Fonte: O autor, 2016. Base Cartográfica: Google Earth, 2000

Figura 71 – Mapa das novas áreas de ocupação urbana no periurbano de Campina Grande após os anos 2000



Fonte: O autor, 2016. Base cartográfica: Google Earth, 2016.

De acordo com as figuras acima, podemos perceber como a dinâmica de modificação espacial no entorno das principais rodovias federais que cortam a cidade se intensificou nas últimas décadas. Considerando a Figura 71, percebemos que o entorno da BR-230 vem presenciando uma ocupação do solo muito intensa nos últimos anos, bem como o encontro desta rodovia com a BR-104, mais ao sul. Essas ações no espaço estão ordenadas, seguindo as políticas de expansão urbana propostas pelo Plano Diretor e já discutidas no decorrer deste trabalho<sup>71</sup>.

Nesse contexto, o caráter heterogêneo dessas franjas se intensifica sem excluir, no entanto, as manchas internas de homogeneidade socioeconômicas.

Assim, tomando como base as Figuras 70 e 71 e observando as políticas de ordenamento do solo proposto pelo Plano Diretor Municipal, as principais políticas para a instalação de serviços públicos e privados, além de incentivo à aquisição da primeira moradia, pelos programas federais, estaduais e municipais, estão territorializadas no periurbano oeste e sul de Campina Grande.

Ainda de acordo com o Plano Diretor Municipal, todas as franjas periurbanas possuem áreas de Recuperação Urbana, que são atendidas por obras de infraestrutura e atraem mais serviços e população. É verdade que áreas da zona leste e norte recebem maiores investimentos nesse sentido, principalmente às margens da BR-230, na saída para a capital João Pessoa, no Distrito de Santa Terezinha, e às margens da BR-104, saída para o Brejo do estado, em detrimento das áreas na zona sul e oeste.

Da mesma forma, a Zona de Ocupação Dirigida, que abrange grande parte da zona sul e uma pequena área da zona norte, apresenta serviços e tipo de moradia mais selecionados que outras áreas do periurbano de Campina Grande.

De uma forma geral, podemos destacar que o periurbano sul e, principalmente, o oeste são os que apresentam uma dinâmica híbrida mais viva, onde o espaço é produzido e reproduzido por vários atores e interesses, atribuindo formas e funções diferentes a essas áreas. No entanto, não podemos atribuir exclusividade dessa dinâmica apenas às franjas destacadas. O que pretendemos defender é a intensidade desse processo no periurbano sul e oeste, que acontece de forma mais dinâmica e rápida que nas outras franjas periurbanas da cidade.

---

<sup>71</sup>Cf. Página 165.

Mais uma vez, não podemos negar que em cada segmento social que produz e reproduz o espaço existe uma tendência homogeneizadora, com indivíduos de mesmo nível social. No entanto, o espaço periurbano oeste como um todo segue uma lógica heterogênea, o que nos possibilita vislumbrar uma franja extremamente dinâmica, em que condomínios horizontais fechados, loteamentos populares, bairros planejados, ocupações habitacionais irregulares, comércio de bairro, empresas, prestadoras de serviços públicos e privados, áreas de lazer e propriedades rurais de grande e pequeno porte estão dispostos no espaço sem uma divisão nítida, agregando características urbanas, mas também rurais, que se mesclam e se complementam.

Comungamos da posição assumida por Rúa (2006, p. 89) quando afirma que “não acreditamos que haja limites rígidos (...) e o que buscaremos é uma abordagem mais plural com relação àquelas que os rótulos apresentam”.

Dessa forma, pelas próprias condições físicas e pela maior oferta de terra livre, acreditamos que o periurbano oeste continuará a desempenhar o papel de crescimento híbrido no território campinense, enquanto as franjas leste e principalmente a norte tenderão a especificar sua tendência de áreas residenciais voltadas a atender a um público mais exigente, com condições financeiras de pagar pelas exigências do mercado imobiliário. Nesse caso, até as áreas de práticas de agricultura familiar têm uma relação mais estreita com esses locais especificados, contribuem para propagar a imagem de áreas mais próximas do rural, com contato com a natureza e mais livres dos ruídos e eventos indesejados da cidade.

Sendo assim, as áreas ainda livres de ocupação nessas franjas são propensas a serem ocupadas por empreendimentos que venham atender às necessidades do estilo de vida da população que já habita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas relações entre campo, cidade, rural e urbano têm configurado novas qualidades e impressões de marcas fortes na paisagem dessas áreas nas últimas décadas. O espaço rural tornou-se fortemente marcado pelo conteúdo da técnica e do capital, atraindo população oriunda da cidade, configurando novas relações entre esses espaços (MARAFON, 2014).

Sendo assim, o espaço que margeia as cidades começa a adquirir novas funções e se envolve de aparatos técnicos para tornar o povoamento dessas áreas mais rápido e confortável para um público de hábitos citadinos.

Contudo, esses benefícios são direcionados, a princípio, a uma parcela significativa da população que tem condições financeiras para adquirir lotes em condomínios de luxo, terrenos para construção de chácaras, casas para segunda moradia, hospedagem em pousadas rurais, entre outros. À população de renda mais baixa cabe se fixar nas áreas que ainda não interessam ao mercado imobiliário.

No decorrer desta pesquisa, discutimos as relações socioespaciais e econômicas existentes no espaço periurbano de Campina Grande, evidenciando que o uso e a ocupação do solo foram adquirindo novas formas e novas funções a partir de empreendimentos imobiliários que deram outro significado às franjas da cidade, atraindo novos serviços e dinamizando essas áreas, contribuindo para que aquela antiga definição dualista do campo e da cidade perdesse validade.

A cidade se expandiu em direção ao campo provocando cambiamentiamentos socioeconômicos e espaciais. Das análises entre cidade-campo, urbano-rural como extremos diferentes, passou-se a entender essas áreas como um *continuum* rural-urbano. Desse modo, assim como destacado por Vale (2005, p.187), “há uma interdependência, **uma complementaridade rural-urbana** que, a um só tempo, interliga e distingue duas realidades paralelas” (grifo nosso).

Dessa forma, não podemos mais analisar o campo apenas pelas atividades agrícolas, nem pelo modo de vida tranquilo e lento, administrado pelas forças da natureza, uma vez que atividades ligadas a outros setores da economia chegaram nessa porção territorial, e a população agregou esses valores, fazendo coexistir no mesmo espaço atividades diversas, com ritmos diferentes.

Do mesmo modo, a cidade não é mais percebida exclusivamente pelas características industriais e o movimento contínuo. Ao se aproximar das áreas mais afastadas do seu centro, a cidade ganhou outras formas, absorveu novas características, embora ainda demonstre uma superioridade física diante do campo.

Embora esse fenômeno tenha se iniciado primeiramente em países europeus e norte-americanos, a formação do espaço periurbano no Brasil se intensifica na década de 1970, e no estado da Paraíba, mais precisamente em Campina Grande, a partir do final da década de 1990, com a implantação de alguns condomínios horizontais fechados, loteamentos populares, chácaras, entre outros.

Nesse contexto, evidencia-se que o espaço periurbano de Campina Grande vem se transformando ao longo das últimas décadas, incorporando atividades da cidade e ainda conservando as do campo, transformando o modo de vida de uma população que vivia até há algumas décadas do século passado com os traços marcantes da vida rural, modificando o uso do solo em favor dos empreendimentos imobiliários que valorizam essa nova tendência nacional dos residenciais do tipo *privê*, deixando claro que hoje não se pode delimitar ou conceituar com exatidão o que seja o urbano nem o rural.

Estamos vivendo uma fase em que essas áreas se transformaram em um *continuum* que mantém suas características próprias, embora elas estejam se permutando, emprestando seus traços marcantes definidores ao outro e formando esse espaço de muitas modificações e contradições, que chamamos de espaço periurbano.

Nesse sentido, diante do esforço de compreensão e análise aplicado na realização desta pesquisa, destacamos estas considerações:

A formação do espaço periurbano de Campina Grande foi inscrita no seu território obedecendo políticas públicas de direcionamento para o seu crescimento urbano aliado ao capital imobiliário privado no decorrer do seu tempo histórico. Dessa forma, como visto ao longo do trabalho, em cada ciclo econômico em que a cidade viveu (ciclo da farinha e de cereais, da feira de animais, do algodão, da indústria, ciclo comercial), investimentos foram feitos em várias partes do seu espaço urbano para o recebimento de determinada atividade e população residente. Um exemplo ocorreu na zona sul, com a implantação dos distritos industriais, no

período de grande desenvolvimento desse setor para a cidade, bem como implantação de grandes conjuntos habitacionais.

Desse modo, cada zona geográfica campinense foi sendo moldada no decorrer dos tempos, com usos e ocupações do solo de variadas formas, dependendo da intensidade do processo de produção e reprodução dos espaços de borda da cidade. São processos socioespaciais e econômicos que contribuem para a formação do seu espaço periurbano e que podem ser percebidos levando em consideração cada zona urbana da cidade.

Na faixa transitória entre Campina Grande e Lagoa Seca, no periurbano norte, o espaço que margeia a BR-104 é marcado por condomínios fechados, bairros verdes, uma série de serviços (restaurantes, bares, lojas), além das áreas interioranas à rodovia federal, que se constituem com chácaras, pousadas, restaurantes e espaços destinados à agricultura familiar de hortaliças. Tudo isso ocasionou uma mudança econômica, política e cultural que dinamizou muito o espaço, uma vez que as pessoas vivem circulando destas áreas para Campina Grande, bem como para o Brejo do estado, a fim de trabalhar, estudar, passear, constituindo um espaço periurbano dotado de muita dinamicidade.

Nesse contexto, apesar do uso e ocupação do solo se constituir de forma heterogênea, o periurbano norte, além de se apresentar como uma área em que a agricultura familiar de hortaliças é desenvolvida, principalmente na faixa transitória entre Campina Grande e Lagoa Seca, expõe algumas peculiaridades, que lhe conferem uma determinada funcionalidade. Sendo assim, a presença de condomínios horizontais fechados de alto padrão, como o Nações Residence Privè, Atmosphera Eco e Green Residence e o Sierra Home Resort, contribuem para a mudança socioespacial periurbana, revelando um espaço produzido por um segmento social com alto poder de compra. Além do mais, esses objetos técnicos contribuem para a reprodução das desigualdades sociais e segregação socioespacial, uma vez que seus habitantes não desenvolvem nenhum tipo de relação social de vizinhança com quem se encontra do lado de fora dos muros desses empreendimentos. Sendo assim, apesar de o espaço ser heterogêneo, a dinâmica interna desses condomínios impõe ao morador uma homogeneidade socioeconômica.

Na franja sul da cidade, as intervenções públicas de uso e ocupação do solo atribuíram a essa área a funcionalidade industrial já na década de 1960, com a instalação dos bairros industriais da cidade. A partir desses objetos e com a proximidade com as rodovias federais BR-104 e a Alça Sudoeste BR-230, a referida área conseguiu atrair uma população e serviços diversificados. No decorrer das últimas décadas, o desenvolvimento industrial de Campina Grande declinou diante das mudanças econômicas e políticas ocorridas no país, porém, a porção territorial sul, apesar da variedade de serviços que comporta, ainda desempenha função industrial importante.

Desse modo, podemos destacar o periurbano sul como uma área heterogênea, de ocupação não linear, onde predominam usos e ocupações diversas, comandadas pela política de expansão urbana municipal, que tem no Plano Diretor municipal a sua carta principal. Logo, além da função industrial, esta franja periurbana apresenta, principalmente nas margens das rodovias federais supracitadas, uma série de serviços automobilísticos, loteamentos populares, bairros planejados, entre outros.

Quanto às atividades rurais dessa franja, observamos a presença de várias famílias que desenvolvem uma dinâmica de reprodução familiar associada à plurifuncionalidade. São indivíduos que trabalham principalmente na construção civil dos loteamentos populares, bairros planejados, entre outros, e, nas horas livres, desenvolvem as atividades agropecuárias em pequenas áreas no entorno de suas residências. O resultado da produção, como hortaliças, legumes, leite e queijo de vaca, é consumido pela própria família, além de ser comercializado nas pequenas feiras de bairro.

No periurbano leste, o espaço se destaca também na função de moradia, muito bem delimitado entre alto e médio padrão. São condomínios verticais e horizontais de luxo, residências às margens da BR-230 em estilo de chácaras, além de um segmento comercial voltado para atender este público de alto padrão monetário. Nesse cenário, a exemplo do bairro do Mirante, aparecem estabelecimentos comerciais em estilo *gourmet* e *delicatessen* instalados nesse espaço periurbano para atender às exigências do público consumidor.

Contudo, a mesma franja também presencia a ocupação por parte de uma população com menor poder monetário. Nessas áreas, o espaço é composto por

loteamentos populares e ocupação desordenada, mostrando a omissão e até conivência nesse tipo de ocupação por parte do poder público nessa fração territorial.

Como mencionado em várias partes do trabalho, o periurbano oeste é o que apresenta maior dinamicidade socioespacial, caracterizando-se como a franja mais heterogênea de Campina Grande. Apesar de ser a porção da cidade que possui a maior quantidade de espaço livre para ocupação e mesmo sendo a área em que as ações propostas pelo Plano Diretor mais se intensificam, percebemos que a resolução dos vários problemas existentes não será resolvida a curto prazo, tendo em vista a lentidão nas decisões políticas e jurídicas em vários setores. Como exemplo, ações públicas que parecem ser de fácil solução, como implantação de iluminação, sinalização e urbanização na entrada de um povoado, como o Mutirão, no bairro do Serrotão, foram requeridas, em 2014, por um vereador, e as obras nunca foram iniciadas (ANEXO).

Por outro lado, na margem oposta ao povoado do Mutirão, na Alça sudoeste BR-230, o Estado vem contribuindo para o dinamismo das variadas formas de ocupação do solo com a implantação do Hospital de Trauma, o DETRAN, o IPC e com o programa federal “Minha casa, minha vida”, que vem construindo diversos conjuntos habitacionais no periurbano oeste, desde o bairro Universitário até o bairro Três Irmãs.

Nesse sentido, a zona de expansão urbana proposta pelo Plano Diretor presencia manchas que possuem uma base na infraestrutura para a atração de novos serviços e população, enquanto outras áreas continuam sofrendo com o descaso público. Estas áreas correspondem a espaços que ainda não despertaram interesse econômico para o mercado imobiliário e, por isso, continuam, junto com sua população, esquecidas pelas ações do poder público.

Notamos também, nesse periurbano, que as características rurais são muito marcantes, com a presença de propriedades rurais voltadas para o lazer, bem como fazendas de criação de gado em várias áreas da franja, umas mais ativas que outras, além de uma população com hábitos rurais muito marcantes, correspondendo a uma interação rural-urbana. Nesse sentido, essa convivência de usos diversos do solo, principalmente entre a agropecuária e serviços de lazer, confere ao espaço periurbano campinense uma dinâmica própria, tendo em vista

que as transformações socioeconômicas, políticas, ambientais e culturais ocorrem de forma intensa e variada ao longo do tempo.

Dessa forma, as ações públicas nesse espaço devem considerar esse processo de mudança e transformação do espaço periurbano, observando que se trata de um espaço dinâmico, vivo, que contém muito mais do que o urbano e o rural, mas um espaço diferenciado, uma continuidade espacial, em que as ações do processo de urbanização não podem ter uma priorização em detrimento das ações realizadas no campo, haja vista que esse espaço periurbano contém as áreas urbanas e também as rurais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA (texto para discussão). São Paulo/Rio de Janeiro, N. 702, 2000.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Tradução de: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

\_\_\_\_\_. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARANHA, Gervácio Batista. Trem e Empório do Algodão em Campina Grande: notas sobre a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita. **Cadernos Nordeste em Debate**. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, Ano 1, n. 1, 1993.

ARAÚJO, J. S. B. **Transformações/permanências no espaço agropecuário de Boa Vista – PB após a instalação da mineração de bentonita: um estudo de caso das localidades rurais de Bravo e Urubu**. 2008. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de História e Geografia, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2008.

\_\_\_\_\_. **O espaço periurbano entre os municípios de Campina Grande e Lagoa Seca, Paraíba: um estudo sobre a dinâmica socioeconômicas e cultural que define as várias formas de uso do solo**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. **A relação campo-cidade e suas leituras no espaço**. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Geografia Agrária, Boa Vista – RR, 2013. p. 33-41.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006a.

\_\_\_\_\_. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

BERNADELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BLAZZO, Pedro Paulo. **Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária**. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP. São Paulo, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864)**. Campina Grande: Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação/Núcleo Cultural Português. Ed. Caravela, 1999.

CAMPINA GRANDE – PB. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Plano Diretor Participativo. Campina Grande, 2006.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 25, n. 04. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, out. /dez. 1963.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

CORDEIRO, Helena Kohn. **O centro da metrópole paulistana: expansão recente**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia, 1980.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção do meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

DEMATTEIS, Giuseppe. Subur-banización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. **La ciudad dispersa** – Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

DEMATTEIS, Giuseppe; LANZA, Carla. **Le città nel mondo**. Una geografia urbana. 2. ed. Novara: UTET Università, 2014.

DEMO, Pedro. **Pesquisa qualitativa**: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Rev. Latino-am.enfermagem. Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril, 1998.

DINIZ, Lincoln da Silva. **O pequeno comércio em contexto de violência na cidade de Campina Grande – PB**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ELESBÃO, Ivo. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, XLII, 84, 2007, p. 47-65.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ENTRENA DURÁN, Francisco. **Los límites difusos de los territorios periurbanos**: una propuesta metodológica para el análisis de su situación socioeconómica y procesos de cambio. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan/jun 2004, p. 28-63.

FARIAS, P. S. C. **Os circuitos espaciais de produção e os circuitos de cooperação do algodão colorido e derivados na Paraíba (2000 – 2008)**: uma dimensão geográfica da flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FERREIRA, Rubio José. **Agricultura na cidade do Recife – PE**: complementaridades rural-urbana e dinâmica espacial. 2009. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FIGUEIREDO. Elisabete. Introdução: Um olhar cheio de futuros? In: FIGUEIREDO. Elisabete; KASTENHOLZ, Elisabeth; EUSÉBIO, M<sup>a</sup> Celeste; GOMES, M<sup>a</sup> Cristina; CARNEIRO, M<sup>a</sup> José; BATISTA, Paulo; VALENTE, Sandra. (Org.). **O rural plural**: olhar o presente, imaginar o futuro. Castro Verde – Alentejo (Portugal): 100LUZ, 2011.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A relação campo-cidade como método. In: MEDEIROS, Rosa M<sup>a</sup> Vieira; FALCADE, Ivanira. (Orgs.). **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FREDIANI, Julieta C. **Lógicas y tendencias de la expansión residencial en áreas periurbanas**: El Partido de La Plata, Buenos Aires, Argentina, entre 1990 y 2010.

2010. Tese (Doutorado) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GUALDANI, Carla; BRAGA, Roberto; OLIVEIRA, Bernardes Castro. **Transformações do uso do solo em área de transição rural-urbana no município de Rio Claro – SP**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2015.

GUERRA, Isabel. **Modos de vida**. Novos percursos e novos conceitos. Sociologia – Problemas e práticas. n. 13, 1993. p. 53-74.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. João Pessoa: A União Suprimentos de Imagens e Editora, 2000. HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Etc..., espaço, tempo e crítica. n. 2 (4), v. 1, 15 de agosto de 2007.

HARVEY, David. **O espaço como palavra chave**. Universidade de Nova York, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250400&idtema=3&codmun=250400&idtema=3&search=paraiba|campina-grande|censo-agropecuario-2006>>. Acesso em: nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250400&idtema=1&search=paraiba|campina-grande|censo-demografico-2010:-sinopse->>. Acesso em: nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Produção agrícola municipal**. Lavoura permanente, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250400&idtema=148&search=paraiba|campina-grande|producao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2014>. Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Produção agrícola municipal**. Lavoura temporária, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250400&idtema=149&search=paraiba|campina-grande|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2014>. Acesso em fev. 2016.

JACINTO, Guillermina Paula. Ordenación del territorio y espacios rurales. Trayectoria y perspectivas. In: Los espacios rurales: aproximaciones teóricas y procesos de intervención. Buenos Aires, Año: 2010, p. 35 – 56.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Geografia Geral**. Os gêneros de vida na geografia humana. Nossos Clássicos. GEOgraphia, Ano 7, n. 13, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução de: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Tradução de: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LIMA, Fabiano Silva de. & MELLO, Fabio da. **Espaço agrário e pequena produção no Brejo paraibano**: o caso da floricultura na comunidade Avarzeado. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, p. 1-21.

LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, Milton; BECKER, BERTHA K. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade**: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

LODA, Mirella. **Geografia sociale**: storia, teoria e metodi di ricerca. Carocci Editore: Roma, 2008.

MAIA, Doralice Sátyro. **O campo na cidade**: necessidade e desejo, um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa – PB. 1994. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geociências, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidades Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

MAIA, Doralice Sátyro; CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; ALONSO, Sergio Fernandes; BEZERRA, Rogério Silva. Campina Grande: Dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e transformações. In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras expressões, 2013.

MARAFON, Glaucio José. Permanências e mudanças no campo: transformações no espaço rural fluminense. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva; MARAFON, Glaucio José; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (Org.) **Rio de Janeiro**: um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

\_\_\_\_\_. Relações campo-cidade: uma leitura a partir do território fluminense. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.) **Revisitando o território fluminense IV**. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade.** Campo-território: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA – 2012, p. 1 – 13. jun. 2014.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Urbanização e dispersão:** as “granjas” de primeira e segunda residência em Carpina – PE. 1997. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-Graduação em Geografia, UFPE, Recife, 1997.

MORAES, Antonio Robert de. **Pequena história crítica.** 21. ed. São Paulo: Anablume, 2007.

MOREIRA, Roberto José. Configurações de poderes urbano-rurais. Fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

MURA, Pietro Mario. **Lo spazio geografico:** introduzione alla geografia urbana e regionale. Napoli: Liguori Editore, 1978.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil:** os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos avançados. 15 (43), 2001.

NEL-LO, Oriol. Los confines de la ciudad sin confines. Estructura urbana y limites administrativos en la ciudad difusa. In: MONCLÚS, F. J. **La ciudad dispersa - Suburbanización y nuevas periferias.** Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998, p.111-142 (Urbanismo, ciudad, historia I).

OCDE. Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico. **Definitions of functional urban areas (FUA) for the OECD metropolitan database.** Paris, 2013.

OLIVEIRA, Naia; BARCELLOS, T. M. de; Barros, Carmen; RABELO, M. M. **Vazios urbanos em Porto Alegre:** uso capitalista do solo e implicações sociais. Série 15 anos de FEE. v. 6. 2. Impressão. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser: Porto Alegre, 1991.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Processo de industrialização:** do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: UNICAMP, 2003.

PASCUCCI, Stefano. **Agricoltura periurbana e strategie di sviluppo rurale.** Collana Working Paper. Università degli Studi di Napole Federico II, Febrero, 2007.

PINZELLO, Ignazia; ROMANO, Laura Colonna; GIAMPINO, Annalisa; TODARO, Vincenzo. **Paesaggi di Margine.** Il progetto dell'urbanistica per il paesaggio. XII Conferenza Nazionale Società Degli Urbanisti. Bari, Febrero, 2009.

PIRES, André. **Ruralidades em transformação:** agricultores, caseiros e moradores de condomínio. São Paulo: Anablume, 2007.

QUEIROZ, L. R. S. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa**: perspectivas para o campo da etnomusicologia. Claves. n. 2. 2006, p. 87-96.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia científica**: completo e essencial para a vida universitária. São Paulo: Avercamp, 2006.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RUA, João. **Urbanidades no rural**: o devir de novas territorialidades. Campo-Território: Revista de geografia agrária, Uberlândia. v. 1, n. 1. Fev., 2006. p. 82-106.

SÁ, Maria Braga de. Algumas Considerações sobre o papel de Campina Grande na Rede Urbana Paraibana. In: **Latin American Studies**, n. 8. Ibaraki/Japan: The University of Tsukuba, 1986. p. 187-199.

\_\_\_\_\_. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.) **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 2000. p. 179-189.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SCHIRRU, Maria Rita. **Il periurbano**: crescere “intorno” alla città. Strumenti e metodi di governo per valorizzare i benefici e limitare gli effetti negative del periurbano. Roma: Gangemi Editore, 2012.

SERENO, Claudia A.; SANTAMARÍA, Mariana; SERER, Silvia Alicia Santarelli. **El rururbano**: espacio de contrastes, significados y pertinência, ciudad de Bahía Blanca, Argentina. Cuadernos de Geografía Revista Colombiana de Geografía. n. 19. Bogotá, Colombia: 2010. p. 41-57.

SILVA. T. H. C. da. **Sumário Mineral**. DNPM, 2013.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínio. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOLARES, Carlos Jiménez. La articulación entre lo rural y lo urbano. Problema teórico y metodológico de la sociología rural. Universidad Autónoma Chapingo. Departamento de Sociología Rural. S/d.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 23, n. 46, p. 61-92, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, M<sup>a</sup> Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M<sup>a</sup> Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SUZUKI, Júlio César. Percursos teórico-metodológicos da geografia agrária brasileira: da formação à autonomia intelectual. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José (Org.). **Territorialidade e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

VALE, Ana Rute do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano de Araraquara (SP)**. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Outubro, Caxambu, MG, 1996.

\_\_\_\_\_. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, 15. out. 2000. p. 87-145.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

[www.porbrunamelo.wordpress.com/category/dica-de-passeio-e-culinaria/](http://www.porbrunamelo.wordpress.com/category/dica-de-passeio-e-culinaria/)

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. Tradução de: Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

WOODS, Michael. **Engaging the global countryside:** globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. *Progress in Human Geography*. 31 (4). 2007. p. 485-507.

\_\_\_\_\_. **Performing rurality and practising rural geography.** *Progress in Human Geography*. 34 (6). 2010. p. 835-846.

ZERBI, M. Chiara. **Geografia delle aree periurbane:** Il Pavese. Milano: Unicopli, 1979.

ANEXO – Requerimento de vereador sobre melhorias no povoado Mutirão, bairro do Serrotão



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
"CASA DE FÉLIX ARAÚJO"  
GABINETE DO VEREADOR ALDO CABRAL



<b>REQUERIMENTO</b>	Entrada na Secretaria Em: 06/05/2014 <i>Sandra</i>	<b>DESPACHO</b> Aprovado na Sessão de ____ de ____ de 2014 Presidente _____ 1º Secretário _____
	Nº 622/2014 Adiado para a próxima Sessão Em: 1 / 2014 Presidente _____	<b>EMENTA: REQUER DA STTP, SESUMA E SECOP PARCERIA PARA IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO, SINALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA ENTRADA NO BAIRRO DO MUTIRÃO DO SERROTÃO AS MARGENS DA ALÇA SUDOESTE.</b>

Senhor Presidente,

**Requeiro** nos termos do Art. 165 do regimento interno, depois de ouvido o plenário desta douta casa, que seja oficializado ao, **Exmo. Sr. PREFEITO DE CAMPINA GRANDE, ROMERO RODRIGUES VEIGA**, para que este determine ao **SUPERINTENDENTE DE TRANSITO E TRANSPORTE PÚBLICO, (STTP) JOSÉ MARQUES FILHO**, ao **SECRETÁRIO DE OBRAS, SR. ANDRÉ AGRA**, bem como, ao Secretário de **SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, GERALDO NOBRE**, entendimentos para **IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO, SINALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA ENTRADA DO BAIRRO DO MUTIRÃO DO SERROTÃO, LOCALIZADO AS MARGENS DA ALÇA SUDOESTE.**

Tendo em vistas que o Bairro do Mutirão do Serrotão fica localizado na Zona Oeste da cidade de Campina Grande, as margens da Alça Sudoeste, que interliga a BR-104 no bairro Ligeiro, ao sul de Campina Grande, à BR-230, no povoado Lagoa de Dentro, na zona oeste do município.

Devido esta localização, a entrada, ou seja, o acesso ao Bairro do Mutirão do Serrotão fica além de imperceptível, por não existir nenhuma placa indicativa, também não existe nenhuma iluminação, tornando assim tudo escuro e imperceptível para motoristas, moradores ou qualquer outro cidadão que queira visitar o Bairro por algum motivo.

Destacamos também que, a entrada do bairro localiza-se em uma curva, ocasionando assim, ainda muito mais periculosidade aos que transitam no local com destino a outras localidades, bem como, os milhares de moradores e pessoas que visitam o bairro por algum motivo correm um sério perigo de colisão automobilística ou atropelamentos.

Desta forma Requeremos de forma regimental, que as entidades supracitadas entrem em entendimento para **SINALIZAR, URBANIZAR e ILUMINAR** a entradas do referido Bairro.

Que a decisão desta casa seja informada Sr. Alexandre Cabral, na Rua Rafaela de Souza Silva, Nº 91, Campina Grande, PB | CEP: 58436-162 Maria Joselma Cabral na Rua, na Rua Rafaela de Souza Silva, Nº 20, Campina Grande, PB | CEP: 58436-162.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande, "Casa de Félix Araújo", em 06 de Maio de 2014.

**ALDO CABRAL**  
Vereador (PC do B)

APÊNDICE A - Questionário de pesquisa destinado aos moradores de loteamentos, bairros planejados, conjuntos habitacionais regulares e irregulares do espaço periurbano de Campina Grande

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ALUNO: José Silvan Borborema Araújo

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1 – Sexo:

1. Masculino ( )
2. Feminino ( )

2 – Idade:

1. Até 18 anos
2. 19 a 30 anos
3. 31 a 40 anos
4. Acima de 41 anos

3 – Sua casa é:

1. Própria
2. Alugada
3. Familiar
4. Emprestada/cedida
5. Outros. Qual?

5 - Há quanto tempo reside nesta localidade?

1. Até 10 anos
2. 11 a 20 anos
3. 21 a 30 anos
4. Mais de 31 anos
5. Não sabe

6 – Qual motivo levou-os a morar nesta área?

1. Empregabilidade
2. Contato com a natureza
3. Segurança
4. Possibilidade de moradia melhor

5. Outros. Quais?

7 - Houve alguma mudança na paisagem da área em que se encontra sua moradia nos últimos 20 anos?

8 – Você considera esta área como rural ou como urbana? Por quê?

9 – Relacione os itens a seguir com ótimo/bom/regular/ruim, sobre os serviços, equipamentos e infraestrutura nesta área:

1. Transportes
2. Equipamentos de saúde
3. Escolas públicas
4. Coleta de lixo
5. Abastecimento de água
6. Vias locais (calçamento, acessibilidade)
7. Segurança pública
8. Iluminação
9. Comunicação (telefonia, internet, sinais de rádio e TV)
10. Oportunidades de emprego

10 – Quais as principais vantagens em se morar nesta área?

11 – E as principais desvantagens?

APÊNDICE B: Questionário de pesquisa destinado aos moradores de condomínios fechados do espaço periurbano de Campina Grande

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ALUNO: José Silvan Borborema Araújo

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1 – Sexo:

1. Masculino ( )
2. Feminino ( )

2 – Idade:

1. Até 18 anos
2. 19 a 30 anos
3. 31 a 40 anos
4. Acima de 41 anos

3 – Sua casa é:

1. Própria
2. Alugada
3. Familiar
4. Empréstada/cedida
5. Outros. Qual?

4 – Há quanto tempo adquiriu a residência nesta localidade?

1. Até 10 anos
2. 11 a 20 anos
3. 21 a 30 anos
4. Mais de 31 anos
5. Não sabe

5 – Em que bairro se localiza a sua residência anterior?

6 – Você ainda possui este imóvel? Se sim, qual o uso dele?

7 – Qual motivo levou-os a adquirir imóvel nesta área atual?

1. Empregabilidade
2. Contato com a natureza
3. Segurança
4. Possibilidade de moradia melhor
5. Outros. Quais?

8 – Houve alguma mudança significativa na paisagem da área em que se encontra sua moradia, entre o período de sua instalação e o momento atual? Qual(ais)?

9 – Você considera esta área como rural ou como urbana? Por quê?

10 – Qual a principal ocupação do chefe da família?

1. Agricultura
2. Prestação de serviços
3. Indústria
4. Comércio
5. Outros. Qual?

11 – Na sua opinião, esta área residencial lhe transmite o sentimento de bem-estar? Em que aspectos?

12 – Relacione os itens a seguir com ótimo/bom/regular/ruim, sobre os serviços, equipamentos e infraestrutura nesta área:

1. Transportes
2. Equipamentos de saúde
3. Escolas públicas
4. Coleta de lixo
5. Abastecimento de água
6. Vias locais (calçamento, acessibilidade)
7. Segurança pública
8. Iluminação
9. Comunicação (telefonía, internet, sinais de rádio e TV)
10. Oportunidades de emprego

13 – Quais as principais vantagens em residir em uma área mais afastada do centro da cidade?

14 - E quais as principais desvantagens?

15 – Existem relações sociais de vizinhança nos condomínios/loteamentos? Como são estabelecidas essas relações?

16 – Você consegue perceber a atuação do poder público nesta área? Em que sentido?

17 – Se o poder público atua nesta área, você consegue enxergar que essa atuação contribui para o desenvolvimento efetivo do entorno de onde reside?

18 – O espaço onde se encontra esta residência lhe transmite maior segurança e bem-estar social que o da sua moradia anterior?

APÊNDICE C: Questionário de pesquisa destinado a trabalhadores do espaço periurbano de Campina Grande

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ALUNO: José Silvan Borborema Araújo

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1 – Sexo:

1. Masculino ( )                      2. Feminino ( )

2 – Idade:

6. Até 18 anos  
7. 19 a 30 anos  
8. 31 a 40 anos  
9. Acima de 41 anos

3 – Você mora em Campina Grande?

1. Sim                      2. Não

4 – Como você se desloca até o local de trabalho?

5 – Você considera a sua área de trabalho como urbana ou como rural? Por quê?

6 – Você moraria em uma área mais afastada do centro da cidade? Por quê?

7 – Quais as vantagens em se morar em uma área mais afastada do centro?

8 – E quais as desvantagens?

9 – Você percebe se existe relação de vizinhança entre os moradores desta área?  
Como os moradores se comportam?

10 – Qual a frequência por dia em que os moradores permanecem em suas residências?